



IMPRENSA OFICIAL

do Município de Osasco

www.OSASCO.sp.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 14.888, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 224.800,00 (duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos reais), de acordo com o inc. I do § 1º do art. 4º da Lei nº 5.380, de 20 de dezembro de 2024, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

					Dotação
01.12	SECRETARIA DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER				
01.12.004	FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO ESPORTE				
01.12.004.27.812.0029.2.023	Apoio ao Esporte de Alto Rendimento				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA				
		01.700.0000	224.800,00		5255
TOTAL			224.800,00		

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

01.13	SECRETARIA DE HABITAÇÃO				
01.13.013	DEPTO DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS OPERACIONAIS				
01.13.013.16.482.0030.1.039	Regularização Fundiária de Assentamentos Precários, Loteamentos e Conjuntos Habitacionais				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
		01.700.0000	224.800,00		5207
TOTAL			224.800,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

Gerson Pessoa
Prefeito

Pedro Sotero de Albuquerque
Secretário de Finanças

Decreto N.º 14.889, de 04 de novembro de 2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais), de acordo com o §4º do art. 4º da Lei nº 5.380, de 20 de dezembro de 2024, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

					Dotação
01.14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
01.14.008	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
01.14.008.08.241.0031.2.148	Residências e Internações				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		05.510.0000	36.000,00	5211
01.14	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
01.14.005	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
01.14.005.08.244.0032.2.164	Serviços para a População em Situação de Rua				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		05.510.0000	100.000,00	2482
			TOTAL	136.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

Gerson Pessoa
Prefeito

Pedro Sotero de Albuquerque
Secretário de Finanças

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

Decreto N.º 14.890, de 05 de novembro de 2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de acordo com o §4º do art. 4º da Lei nº 5.380, de 20 de dezembro de 2024, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

01.32	SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA MULHERES E		
01.32.001	GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA		
01.32.001.06.422.0048.2.107	Manutenção de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	02.801.0000	200.000,00
TOTAL			200.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

Gerson Pessoa
Prefeito

Pedro Sotero de Albuquerque
Secretário de Finanças

Débora Missiano Lapas
Secretária Executiva de Política para Mulher da Promoção da Diversidade

Decreto N.º 14.891, de 05 de novembro de 2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), de acordo com o §§ 2º e 3º do art. 9º da Lei nº 5.351/2024, corroborados no PD nº 202503050651 da Lei nº 5.380, de 20 de dezembro de 2024, observando-se as classificações institucional, econômica e funcional-programática, conforme segue:

01.12	SECRETARIA DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER			
01.12.001	GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO			
01.12.001.27.122.0001.2.002	Manutenção de Atividades e Serviços Administrativos			
3.3.50.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	08.100.0000		272.227,25
01.12	SECRETARIA DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER			
01.12.001	GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO			
01.12.001.27.122.0001.2.002	Manutenção de Atividades e Serviços Administrativos			
3.3.50.30	MATERIAL DE CONSUMO	08.100.0000		123.091,00
01.12	SECRETARIA DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER			
01.12.001	GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO			
01.12.001.27.122.0001.2.002	Manutenção de Atividades e Serviços Administrativos			
4.4.50.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08.100.0000		59.681,75
TOTAL				455.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o inc. III do § 1º do art. 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

01.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
01.99.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
01.99.999.99.999.9999.9.999	Reserva de Contingência			
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	08.100.0000		455.000,00
TOTAL				455.000,00

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nº 14.863, de 26 de outubro de 2025, nº 14.866, de 20 de outubro de 2025, e nº 14.877, de 24 de outubro de 2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

Gerson Pessoa
Prefeito

Pedro Sotero de Albuquerque
Secretário de Finanças

Éder Alberto Ramos Máximo
Secretário de Planejamento e Gestão

**DECRETO Nº 14.892, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Dispõe sobre a revogação da permissão de uso de área pública à Associação Padre Domingos Barbé.

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a permissão de uso da área pertencente ao Patrimônio Municipal localizada na Rua Conceição Scigliano, esquina com Manoel Florentino dos Santos, no Jardim Brasília, para a Associação Padre Domingos Barbé, nos termos do contido nos autos do Processo Administrativo nº 202502026970.

Art. 2º A área fica automaticamente reincorporada ao Patrimônio Público Municipal, integrada das benfeitorias nela introduzidas, sem que caiba qualquer indenização ao permissionário.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

GERSON PESSOA
Prefeito



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Procuradoria
Geral do Município

Procuradoria de Assessoria Técnico-Legislativa

ERRATA

No Decreto nº 14.879 publicado na Imprensa Oficial do Município de Osasco – IOMO,
Edição nº 2918, do dia 24 de outubro de 2025 – ANO XXVI

ONDE SE LÊ:

“DECRETO Nº 14.879, DE 24 DE AGOSTO DE 2025”

LEIA-SE:

“DECRETO Nº 14.879, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025”

Osasco, 04 de novembro de 2025.

CLAUDIO LYSIAS DA SILVA

Procurador-Chefe da Procuradoria de Assessoria

Técnico-Legislativa



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Criado pela Lei Municipal nº 3.388 de 04 de dezembro de 1997
Alterada pela Lei 4.638 de 15/05/2014



**ATA (nº11) DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS OSASCO
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2025.**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 09h na Secretaria de Assistência Social, na Rua Dom Ercílio Turco, 180 - Centro, Osasco – SP em consonância com a Lei Municipal nº3.388 de 04 de dezembro de 1997, revogada pela lei 4.638 de 15/05/2014 e seu Regimento Interno, foi realizada reunião com os membros representantes do Poder Executivo Municipal e representantes das Organizações da Sociedade Civil, membros titulares, suplentes, que integram o plenário, aberto ao público e convidados. Às 09h45 a Presidente Katia Gonçalves de Lima deu início à reunião ordinária cumprimentando a todos e na sequência fez a apresentação da Organização Inovar Sustentável, que estava expondo seus trabalhos na Reunião, agradeceu a presença do Sr. Oswaldo Diretor do Departamento de Transferência e Renda – DTR, da Sra. Emiliana, Assistente Social e da Sra. Elaine Presidente do Instituto 3º Setor -I3S. Em seguida a Secretária Executiva Marcia Fernanda fez a chamada nominal dos Conselheiros, realizou a verificação do quórum de presenças e informou a todos a justificativa de ausências dos Conselheiros do Poder Executivo Municipal: Bruna Yuukari Sumida, Aparecido Amorina e Rodolfo Alberto da Silva. A lista de presença assinada constatou, conforme regimento interno, quórum para o início dos trabalhos com os seguintes: Presentes - Conselheiros Titulares representantes do Governo: Talita Luzia Alves Tecedor, Lucilene de Andrade Souza, Hermes da Silva Cavalcante Souza e Walker Aparecido Oliveira. Presentes – Conselheiros Suplentes representantes do Governo: Rafaela da Silva Paes. Presentes - Conselheiros Titulares representantes da Sociedade Civil: Katia Gonçalves de Lima, Gilberto dos Santos Cunha, Ana Paula Medeiros de Lima, Marcos Miguel da Silva, Jonatas Giovani Venturini e Lucas Alcântara Marques. Presentes - Conselheiros Suplentes representantes da Sociedade Civil: Gilma Maria Ramos da Silva. Presentes também: Marcia Fernanda Rosa da Silva (Secretária Executiva – CMAS), Andreia Vieira de Moraes (Provimento Efetivo – CMAS). Assinaram a lista de presença os seguintes Convidados: Fabio Souza Maganha de Brito (PIA Sociedade de São Paulo – PAULUS Projeto de Olho no Futuro), Elaine de Oliveira Tavares Melo (Instituto Inovar Sustentável), Maria Rúbia Cardoso Souza (Instituto Inovar Sustentável), Thais Emiliana



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Criado pela Lei Municipal nº 3.388 de 04 de dezembro de 1997
Alterada pela Lei 4.638 de 15/05/2014



Saraiva (DTR/SAS), Osvaldo R.Santos (DTR/SAS), Fabio R. Sena (DTR/SAS), Kelly Maximo da Silva (OGM), Jessica da Mota Silva (OGM), Karina Leme (Instituto Sophia Vercelli), Yasmin da Silva Araújo (Secretaria da Habitação – SEHAB), Elaine Ribeiro Cardoso (I3S), Meliana Regina Emiliania (GOAS e I3S), Isabela Paiva da F. Falcane (Instituto Caminhos Contra Injustiça – ICCI), Juvêncio Assis (ATUS Social), Ademir Izaias da Silva (7 de Setembro Futebol Clube), Jhonatan Pereira (Instituto Eclésia), Quezio de Sousa (Instituto Eclesia), Felipe de Deus (Instituto Eclesia), Talyssa Dantas Marques (Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo – ANOSCAR). A Secretária Executiva do CMAS, Marcia Fernanda leu a Convocação da Reunião Ordinária para os presentes publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco-IOMO nº 2899 página 6 de 15 de setembro de 2025. Na sequência para atender a pauta de convocação os seguintes itens foram abordados: Item 3- o 1º Secretário Marcos Miguel informou que a Ata da reunião anterior, conforme deliberação do Conselho, fora aprovada por todos por meio de plataforma on-line, com aquiescência do plenário. Item 4 -Quanto aos relatórios de presenças o Conselheiro Marcos ressaltou a importância da participação dos conselheiros titulares e suplentes nas reuniões e nas Comissões. Enfatizou também que as aprovações para deliberações do pleno são elaboradas pelas Comissões e reafirmou a importância e a urgência de recompor as que estão desfalcadas. O Conselheiro lembrou a todos que os membros das Comissões devem participar e contribuir nas demandas das políticas do Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Conselheira Gilma informou que a Comissão na qual é coordenadora atualmente participam somente 3 (três) Conselheiros atuantes, incluindo ela e os Conselheiros Rodolfo e Lucas. O 1º Secretário esclareceu que devido mudanças de representações do Poder Executivo Municipal e das Organizações da Sociedade Civil, será apresentada as novas composições na próxima reunião. Item 4.1.-Comissão de Gestão Orçamentária e do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS: Deliberar sobre o parecer da prestação de contas e recursos do Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS- Primeiro Semestre de 2025: A Conselheira Gilma, Coordenadora da Comissão, solicita que seja agendada uma reunião com o Secretário da SAS, o Prefeito e os Conselheiros da Comissão Orçamentária para deliberar sobre o Fundo do CMAS. A conselheira propôs contratar uma Assessoria para dar suporte ao Conselho quanto as



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Criado pela Lei Municipal nº 3.388 de 04 de dezembro de 1997
Alterada pela Lei 4.638 de 15/05/2014



análises da prestação de contas da Secretaria, bem como realizar estudos, estabelecer protocolos, fluxos, e instrumentais de prestação de contas para apresentação à Comissão de Orçamento e Gestão do Fundo. Com isso dar maior transparência e clareza das análises da utilização destes recursos e o Conselho possa ser subsidiado com transparência e segurança para os e as conselheiros (as) votarem e deliberar a aprovação em plenário. O Conselheiro Lucas ressaltou que houve avanços, mas considerou importante rever a questão dos prazos para análises e aprovações e concordou que a prestação de contas não pode depender de apenas um servidor da SAS. O conselheiro considerou importante ainda ter um relatório de providências e não apenas o relato na ATA. A conselheira Gilma reforçou a necessidade de contratar, em caráter de urgência, uma assessoria externa para assessoramento ao Conselho e à Comissão na prestação de contas. Na sequência a Secretária executiva fez a votação para contratação de uma Assessoria externa temporária para organizar o FMAS e com 9 (nove) votos foi aprovada pelo plenário a proposta. A Presidente Katia explica que na prestação de contas da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial faltaram algumas informações e por esse motivo a aprovação será com ressalvas. O conselheiro Hermes reforçou as considerações do Conselheiro Lucas e sugeriu que haja uma ferramenta personalizada da Assistência Social a fim de relatar as providências. Na sequência a Secretária executiva fez a votação da prestação de contas que foi aprovada pelo Conselho com 9 (nove) votos. A conselheira Gilma chamou a atenção de todos para o Fundo que está parado na conta e mencionou que os municípios criam planos para utilização desses recursos e afirmou que a SAS deve ter um plano para a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Conselheira Gilma ressaltou ainda que não aprovaram esse plano que foi apresentado pela Secretaria, mas que aguardam a apresentação de um novo plano. Na sequência a Secretaria Executiva realiza votação de não aprovação do plano apresentado pela Secretaria para utilização do recurso, e com 9 (nove) votos o Plano não foi aprovado.

Item 4.2.- Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Social – Programas de Transferência de Renda: O Conselheiro Marcos é o Coordenador dessa Comissão e, portanto, para entender as atividades dessa política, convidou o responsável Diretor Osvaldo do Departamento de Transferência e Renda da SAS para apresentar ao Plenário o trabalho desenvolvido.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Criado pela Lei Municipal nº 3.388 de 04 de dezembro de 1997
Alterada pela Lei 4.638 de 15/05/2014



O Diretor Osvaldo agradeceu a presença dos colegas de trabalho Fabio, Gerente do Cadastro Único e Thaís sua Assessora. O Diretor explicou que quando Departamento de Transferência de Renda- DTR fazia parte da Secretaria de Trabalho e Renda - SETRE tinha o controle de tudo, porém, hoje, que a DTR faz parte da SAS não tem mais esse controle e que o Gestor do IGD – Índice de Gestão Descentralizada é o Secretário da Pasta. O Diretor afirmou ainda que a DTR não acessa mais a conta do IGD. O Diretor ressaltou também a importância do Cadastro Único correto para os resultados esperados e o sucesso do trabalho. Mencionou que, atualmente há 101.000 (cento e uma mil) pessoas cadastradas no Cadastro Único e 37.000 (trinta e sete mil) pessoas com o Benefício Bolsa Família. O Conselheiro Marcos Miguel destacou que após a recomposição da Comissão realizará acompanhamento mensal, considerando a “Resolução CNAS/MDS Nº 202, de 25 de julho de 2025 que orienta os Conselhos de Assistência Social, nas três esferas de governo, quanto à sua organização e funcionamento como instância de participação e controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, bem como quanto à aplicação obrigatória dos percentuais dos índices de gestão descentralizada destinados ao controle social e dá outras providências social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, bem como quanto à aplicação obrigatória dos percentuais dos índices de gestão descentralizada destinados ao controle social e dá outras providências”. Item 4.3- Comissão de Acompanhamento e Fiscalização e OSCs de Assistência Social: A conselheira e Coordenadora da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das OSCs, Ana Paula Medeiros de Lima, informou que a Comissão aprovou a Inscrição da OSC, F.I.A. - Força, Inteligência em Ação que oferece Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Não havendo considerações foi aprovada pelo Pleno. A Conselheira informou ainda que a Comissão fará visitas (que serão agendadas) em todas as OSCs a fim de verificar se o que foi planejado está sendo executado. Informou também que a Comissão estará visitando os Serviços de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente-SAICA privados e públicos. Na sequência, a Presidente do Instituto 3º Setor- I3S, apresentou ao Plenário seu trabalho de Pesquisa, pela Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP, do mapeamento das Organizações que atuam com a Política de Assistência



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Criado pela Lei Municipal nº 3.388 de 04 de dezembro de 1997
Alterada pela Lei 4.638 de 15/05/2014



Social na cidade de Osasco. A pesquisa será disponibilizada para todas as organizações que participarem e ao CMAS. E relação as OSCs inscritas no CMAS a Presidente Katia informou sobre reclamações recebidas por parte das OSCs das fiscalizações da Controladoria e visitas sem aviso prévio e comportamentos inadequados. Observou que deverá ser enviado Ofício para a Controladoria solicitando esclarecimentos e reunião . Item 5.- Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil-COMPETI. A Comissão apresentou um relatório solicitando providências do CMAS e o encaminhamento foi de promover uma reunião dessa Comissão com CMAS/ CMDCA e DTR, para atender ao Art. 16 da Resolução CNAS/MDS nº 204 de 15 de agosto de 2025 onde define que Compete aos Conselhos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social o acompanhamento das ações estratégicas do PETI na consecução dos objetivos e seu efetivo controle social e em seu Parágrafo único: os órgãos gestores da assistência social nas três instâncias deverão apresentar relatórios anuais com informações qualitativos, quantitativos e de execução orçamentária e financeira aos respectivos conselhos. Item 6.1.-Comissão Temporária de Monitoramento da 13ª Conferência de Assistência Social de Osasco. Após realização da Conferencia Estadual, que acontecerá em outubro de 2025 o Conselheiro Marcos, que Coordenou a Conferencia Municipal sugeriu convidar os Delegados que participarão da Etapa Estadual para compor essa Comissão. Item 6.2.Comissão Temporária- Proposta de criação da Comissão de Apoio ao Terceiro Setor (OSCs da Assistência Social): O Conselheiro Marcos apresentou a proposta de constituir uma Comissão de Apoio ao Terceiro Setor. O conselheiro Lucas explicou que essa Comissão surge para apoiar e dar suporte às Organizações, resolver problemas pertinentes ao Terceiro Setor, valorizar o papel das OSCs enquanto parceiras do município, fortalecer o Terceiro Setor e torná-lo equânime à disputa de editais e à formação da equipe técnica capacitações. A presidente Katia relatou que em conjunto com o conselheiro Lucas sobre a constituição dessa comissão será formalizado um regimento interno que estabelecerá os critérios de atuação. Na sequência a Secretária Executiva submeteu ao pleno para votação a aprovação da Comissão de Apoio ao Terceiro Setor, que foi aprovada com 9 (nove) votos. A conselheira Lucilene informou que tem interesse em participar e contribuir com a nova Comissão, bem como o Conselheiro Lucas. Item 6.3.- Comissão



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Criado pela Lei Municipal nº 3.388 de 04 de dezembro de 1997
Alterada pela Lei 4.638 de 15/05/2014



Temporária- Proposta de constituição da Comissão de Adequação do Regimento Interno do CMAS: Em seguida, o conselheiro Marcos sugeriu que essa Comissão seja constituída pela Mesa Diretora que convidará outros Conselheiros interessados (respeitando a paridade) e posteriormente apresentar uma proposta ao Plenário. Após considerações foi aprovada a instalação dessa Comissão. Item 7.- Informes gerais: a) Dia 16/09/2025 das 09h00 às 11h00 O Instituto Vivereh promoveu, de seu Programa Novo Olhar, a Palestra no SENAC sobre “Longevidade e Mais Vida” com a participação da Casa Neri e a Dra. Simone Neri, Médica Dermatologista. A proposta é compartilhar a palestra com outros territórios. b) Dia 16/09/2025 na SAS, aconteceu a Reunião de Conselheiros do CMAS com Conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS e representantes da Sociedade Bíblica do Brasil. c) A OSC Inovar Sustentável apresentou o trabalho da Organização que já atua sete anos com mulheres em situação de vulnerabilidade utilizando material reciclável como banner que se transformam em bolsas e sacolas e a organização também oferece cursos para mulheres nessa condição. A OSC se colocou à disposição para todos que tenham interesse em visitá-la no Jardim Aliança, em frente à Maternidade Amador Aguiar, de 2ª à 6ª feira, das 8h às 17h. d) Presidente informou a presença da Diretora Kelly Máximo da Silva, e a Assessora Jessica da Mota Silva da Ouvidoria Geral do Município (OGM). A Diretora informou que atualmente fazem um trabalho que busca diferenciar uma reclamação de uma proposta de melhoria (156) e participaram da reunião do CMAS no propósito de aproximar uma interface com o Conselho e as OSCs. Item 8- Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, a Presidente Katia fez os agradecimentos finais e deu por encerrada a reunião às 12h05 e eu, Marcos Miguel, 1º Secretário, lavrei a presente que vai ser assinada por mim e pela Presidente, Sra. Katia Gonçalves de Lima.

Osasco, 19 de setembro de 2025

Marcos Miguel da Silva

1º secretário

Katia Gonçalves de Lima

Presidente

Secretaria Executiva da
Infância e Juventude**COMUNICADO – EXPEDIENTE DO CMDCA (07/11/2025)**

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Osasco – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 8.069/90 – *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA e suas alterações, bem como nas Leis Municipais nº 4.583/13 e nº 2.980/94, e no Decreto Municipal nº 9.624/06, que dispõem sobre o pleno exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, **informa** que, em razão de comunicado da **ENEL** sobre manutenção programada da rede elétrica, será necessário o desligamento temporário da energia na região.

Por motivos técnicos e de segurança, **o expediente na sede do CMDCA estará suspenso na sexta-feira, dia 07 de novembro de 2025.**

As atividades retornarão normalmente na **segunda-feira, dia 10 de novembro de 2025.**

Agradecemos a compreensão de todos.

Osasco, 05 de novembro de 2025

GUSTAVO PEGORARI RIBEIRO
Presidente do CMDCA



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE OSASCO

Lei Municipal nº 3.397 de 19/01/1998, alterada pelas Leis nº 4.637 de 15/05/2014, nº 4.695 de 29/06/2015 e nº 5.132 de 22/09/2021

COMUNICADO

Assunto: Informe sobre alteração de representante da Procuradoria Geral do Município perante o Conselho.

Foi realizada uma solicitação de pronunciamento para a **Procuradoria Geral do Município** quanto às indicações dos conselheiros que a representam perante o Conselho, em razão da exoneração, a pedido, da servidora Tábata Mascarenhas, conforme Portaria nº 4035/25, publicada no IOMO nº 2894.

Em resposta ao protocolo digital, Ofício nº 202503206446, datado de 17 de outubro de 2025, a Chefe Gabinete do Procurador-Geral, Rita de Cassia Avena de Oliveira, indicou como **Conselheira Titular a servidora Margaret Vaz Figueira**, matrícula 3652.9078, e como **Conselheiro Suplente o servidor Antenor José Domingues Junior**, matrícula 3652.9329.

Diante do exposto, a informação fornecida se faz necessária e pertinente sobre a recente atualização de conselheiro.

Presidente do CMI: Hamilton Galvão

Vice-Presidente do CMI: Bruna Marcelle Tiezzi Galhardo Molinari

1º Secretário do CMI: Edionaldo Bomfim

Tesoureira do CMI: Deborah Cristiane

Biênio 2024/2026



RESUMO DAS PORTARIAS

05.11.2025

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

EXONERAR:

PORTARIA Nº 4343/25 - EXONERAR, A PEDIDO, ISABEL DE LIMA FRANCO, 203.792 do cargo de provimento efetivo de **OFICIAL ADMINISTRATIVO** - da Secretaria de Saúde. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **07 de Outubro do ano em curso**, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4344/25 - EXONERAR, A PEDIDO, KESSIA KELLY MACHADO DA COSTA, 180.998 do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM** - da Secretaria de Saúde. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **27 de Outubro do ano em curso**, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4345/25 - EXONERAR, A PEDIDO, MARIA MARLI BAPTISTA DA SILVA, 175.588 do cargo de provimento efetivo de **COZINHEIRO** - da Secretaria de Educação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **23 de Outubro do ano em curso**, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4346/25 - EXONERAR, A PEDIDO, ANA AMÉLIA MATTOS DOS REIS, 204.088 do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ESCOLA** - da Secretaria de Educação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **29 de Outubro do ano em curso**, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4347/25 - EXONERAR, A PEDIDO, RODOLFO RODRIGUES CARA, 40.103.967-5 do cargo em comissão de **SECRETARIO EXECUTIVO DA INFANCIA E JUVENTUDE** - da Secretaria Executiva da Infância e Juventude. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXONERAR/NOMEAR:

PORTARIA Nº 4348/25 - EXONERAR o (a) Senhor (a) **RAFAEL JOSE DOS SANTOS** do cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE DO SECRETARIO DE HABITACAO** da **SECRETARIA DE HABITAÇÃO** na data de 03/11/2025. **NOMEÁ-LO (A)** nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, para exercer o cargo em comissão de **GERENTE ADMINISTRATIVO DE UNIDADE DA ATENCAO PRIMARIA EM SAUDE** da **SECRETARIA DE SAÚDE** com efeitos a partir de 04/11/2025. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4349/25 - EXONERAR o (a) Senhor (a) **DAVID ARANTES DA SILVA** do cargo em comissão de **CHEFE DE GABINETE DO SECRETARIO** da **SECRETARIA EXECUTIVA DA INFANCIA E JUVENTUDE** na data de 05/11/2025. **NOMEÁ-LO (A)** nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, para exercer o cargo em comissão de **SECRETARIO EXECUTIVO DA INFANCIA E JUVENTUDE** da **SECRETARIA EXECUTIVA DA INFANCIA E JUVENTUDE** com efeitos a partir de 06/11/2025. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4350/25 - EXONERAR o (a) Senhor (a) **RAQUEL FERNANDA DA SILVA** do cargo em comissão de **GERENTE DE MÍDIAS DIGITAIS** da **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO** na data de 05/11/2025. **NOMEÁ-LO (A)** nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, para exercer o cargo em comissão de **GERENTE DE ELABORAÇÃO DE EDITAL** da **SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES** com efeitos a partir de 06/11/2025. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4351/25 - EXONERAR o (a) Senhor (a) **MICHELE FERNANDES DOS SANTOS** do cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS** da **SECRETARIA DE FINANÇAS** na data de 05/11/2025. **NOMEÁ-LO (A)** nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, para exercer o cargo em comissão de **GERENTE DE ELABORAÇÃO DE EDITAL** da **SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES** com efeitos a partir de 06/11/2025. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NOMEAR:

PORTARIA Nº 4352/25 - NOMEAR nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, o (a) Senhor (a) **AILANE ROMA ROCHA, RG. 36.558.613-4**, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE DO SECRETARIO**, da (do) **Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4353/25 - NOMEAR nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, o (a) Senhor (a) **ALEXANDRE MIRANDA SANTOS, RG. 38.289.243-4**, para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS**, da (do) **Secretaria de Finanças**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **06 de Novembro do ano em curso**, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4354/25 - NOMEAR nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, o (a) Senhor (a) **ALEXANDRE SANTOS STOPA, RG. 42.072.587-8**, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE DE PLANEJAMENTO E GESTAO**, da (do) **Secretaria de Planejamento e Gestão**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4355/25 - NOMEAR nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, o (a) Senhor (a) **GABRIELLE CAROLINA L. C. SANTOS, RG.** , para exercer o cargo em comissão de **GERENTE DE MÍDIAS DIGITAIS**, da (do) **Secretaria de Comunicação**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **06 de Novembro do ano em curso**, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4356/25 - NOMEAR nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, o (a) Senhor (a) **CLEVERSON MARTINUCHO SILVA, RG. 42.158.516-X**, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE**, da (do) **Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4357/25 - NOMEAR nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, o (a) Senhor (a) **AUGUSTO CESAR TOLEDO, RG. 33.973.526-0**, para exercer a função de **SUPERVISOR ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, da (do) **Secretaria de Governo**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OUTROS:

PORTARIA Nº 4333 / 2025 - EXONERAR, a pedido, **SÉRGIO LUIZ SANCHEZ ANTONIO**, matrícula /IPMO nº14.385, do cargo de Conselheiro Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Osasco – IPMO, representantes dos servidores ativos indicado pelo Instituto. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4334 / 2025 - NOMEAR, o(a) Senhor (a), **APARECIDA FREITAS DE PALMA**, matrícula /IPMO nº 12.812, para o cargo de Conselheiro Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Osasco – IPMO, representantes dos servidores ativos indicado pelo Instituto. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4335 / 2025 - DISPENSA DO PONTO, os servidores **AELITON DA SILVA**, matrícula - 190.843 e **RICHARD LOPES**, matrícula – 190.908, para participar do “CURSO DE INSTRUTOR DE CQB NO CFAP – GUARDA CIVIL DE PAULÍNIA”, na cidade de Paulínia – SP, no período de 11/11/2025 a 14/11/2025. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4336 / 2025 - DISPENSAR DO PONTO a servidora **PATRICIA MOREIRA CORRIPIO – MATRÍCULA – 93.356**, para participar do “34º CONGRESSO DO SINPEEM”, na cidade de São Paulo - SP, no período de 07/10/2025 a 10/10/2025. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro do ano em curso, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4337 / 2025 - DISPENSAR DO PONTO as servidoras **TARCIANA DOS SANTOS PINHEIRO – MATRÍCULA – 198.899** e **AMANDA MIRTES DE MORAIS LEAL – MATRÍCULA – 194.946**, para participar do “VII CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E NO XVII CONGRESSO ESTATUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES”, na cidade de São Paulo - SP, no período de 11/11/2025 a 13/11/2025. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4338 / 2025 - DISPENSAR DO PONTO o servidor **FELIPE CARVALHO ROCHA**, matrícula 151.739, para compor a delegação para a “ CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE 2025 – COP 30 ”, na cidade de Belém do Pará - PA, no período de 12/11/2025 a 19/11/2025. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4339 / 2025 - DISPENSAR DO PONTO os servidores **GUILHERME DE ALBUQUERQUE CAMACHO**, matrícula – 201.407 e **QUEREN HAPUQUE BORGES**, matrícula – 193.834, para participar do “ CURSO DE FORMAÇÃO EM INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO”, na cidade de São Paulo – SP, nos período de 10/11/2025 a 14/11/2025. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4341 / 2025 - DISPENSAR DO PONTO a servidora **MONICA ARAUJO**, matrícula 96.800, para acompanhar os Adolescentes da Equipe Osasco na “ **9ª COPA DE VOLEIBOL DO ESTADO DE SÃO PAULO** ”, na cidade de Borborema - SP no período de 14/11/2025 a 23/11/2025. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 4342 / 2025 - DESIGNAR os servidores da **COMISSÃO DE LICITAÇÕES** devidamente habilitados e, portanto, responsáveis pela realização das Licitações Prefeitura Municipal de Osasco no mês de **OUTUBRO de 2025**, sejam eles:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA – CONSTRUÇÃO DE UNIDADE

CAPS (SS)

Processo Administrativo nº 00.080/2025.

Concorrência nº. **90.002/2025**.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Construção de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – CAPS AD.

Data da publicação no IOMO: **22/08/2025**.

Presidente da Comissão:

Rosemarie Duwe Santos – Servidora Efetiva – Matrícula nº 32.988.

Integrantes da Comissão:

Filipe de Lima Santos - Servidor Efetivo – Matrícula nº 177.460;

Meire Regina Hernandes – Servidora Comissionada – Matrícula nº 188.968;

Otávio Oliveira Medeiros - Servidor Efetivo – Matrícula nº 195.887.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP CAMA MESA E BANHO (PMO)

Processo Administrativo nº 03.642/2024.

Pregão Eletrônico nº. **90.021/2025**.

Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento de Roupas de Cama, Mesa e Banho.

Data da publicação no IOMO: **19/03/2025**.

Presidente da Comissão:

Daiana Brehmer Pereira – Servidora Comissionada – Matrícula nº. 200.860.

Integrantes da Comissão:

Delfina Leite Silva Bueno de Camargo – Servidora Efetiva – Matrícula nº. 50.411;

Ednea Barbosa da Conceição – Servidora Efetiva – Matrícula nº. 192.127;

Suelânya Patrícia de Medeiros Silva Cinque – Servidora Comissionada – Matrícula nº. 200.856.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP INSUMOS ODONTOLÓGICOS (SS)

Processo Administrativo nº. 02.316/2024.

Pregão Eletrônico nº. **90.026/2025**.

Objeto: Registro de Preços para Fornecimento de Insumos Odontológicos (SS).

Data da publicação no IOMO: **24/03/2025**.

Presidente da Comissão:

Thaís da Silva Buri – Servidora Efetiva – Matrícula nº. 178.732.

Integrantes da Comissão:

Debora Santos Bonfim – Servidora Comissionada – Matrícula nº. **203.751**

Delfina Leite Silva Bueno de Camargo – Servidora Efetiva – Matrícula nº. 50.411;

Ednea Barbosa da Conceição – Servidora Efetiva – Matrícula nº. 192.127.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS (PMO)

Processo Administrativo nº. 03.654/2024.

Pregão Eletrônico nº. **90.038/2025**.

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos.

Data da publicação no IOMO: **21/05/2025**.

Presidente da Comissão:

Daiana Brehmer Pereira – Servidora Comissionada - Matrícula nº. 200.860.

Integrantes da Comissão:

Marco Antônio de Souza - Servidor Efetivo – Matrícula nº. 198.995;

Vithória Miguel Campos – Servidora Comissionada – Matrícula nº. 200.869;

Vitória Alves Dias de Jesus - Servidora Efetiva – Matrícula nº. 195.102.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP LENÇÓIS (SED)

Processo Administrativo nº. 288/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.042/2025**.

Objeto: Registro de preços para aquisição de lençóis para os alunos da educação infantil pertencentes a rede municipal de educação de Osasco.

Data da publicação no IOMO: **21/05/2025**.

Presidente da Comissão:

Daiana Brehmer Pereira – Servidora Comissionada - Matrícula nº. 200.860.

Integrantes da Comissão:

Anderson Ferreira Silva – Servidor Efetivo - Matrícula nº. 188.932;

Debora Santos Bonfim – Servidora Comissionada – Matrícula nº. **203.751**

Marco Antônio de Souza - Servidor Efetivo – Matrícula nº. 198.995.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP LIVROS PORTUGUES E MATEMÁTICA (SED)

Processo Administrativo nº. 02.717/2024.

Pregão Eletrônico nº. **90.055/2025**.

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Kits de Materiais de Apoio Didático e Pedagógico nas Áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Data da publicação no IOMO: **28/07/2025**.

Presidente da Comissão:

Ricardo Nogueira de Amaral – Servidor Efetivo - Matrícula nº 198.485.

Integrantes da Comissão:

Delfina Leite Silva Bueno de Camargo – Servidora Efetiva – Matrícula nº 50.411;

Ednea Barbosa da Conceição – Servidora Efetiva – Matrícula nº 192.127;

Vithória Miguel Campos – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.869.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE – MÉDICOS (SS)

Processo Administrativo nº. 187/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.060/2025**.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Disponibilidade de Profissionais de Saúde para Atendimento da Diretoria Geral de Urgência e Emergência da Secretaria de Saúde do Município de Osasco.

Data da publicação no IOMO: **14/07/2025**.

Presidente da Comissão:

Luciana Braga dos Santos – Servidora Comissionada – Matrícula nº 193.013.

Integrantes da Comissão:

Delfina Leite Silva Bueno de Camargo – Servidora Efetiva - Matrícula nº 50.411;

Everton Henrique da Silva - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.457;

Leonardo de Souza Munir - Servidor Comissionado – Matrícula nº 200.859.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – REFIL PARA BEBEDOUROS (SED)

Processo Administrativo nº. 335/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.066/2025**.

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Refil para os Bebedouros das Unidades Escolares.

Data da publicação no IOMO: **15/08/2025**.

Presidente da Comissão:

Lorena Leão de Castro – Servidora Comissionada – Matrícula nº. 195.167.

Integrantes da Comissão:

Lara Campos da Silva – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.887;

Everton Henrique da Silva – Servidor Efetivo – Matrícula nº. 198.457.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP ALIMENTOS ESTOCÁVEIS (PMO)

Processo Administrativo nº. 01.738/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.067/2025**.

Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento de Alimentos Estocáveis – Itens Fracassados.

Data da publicação no IOMO: **05/09/2025**.

Presidente da Comissão:

Thaís da Silva Buri – Servidora Efetiva – Matrícula nº 178.732.

Integrantes da Comissão:

Gabriel Henrique de Amorim Liberal Costa – Servidor Comissionado – Matrícula nº 200.886;

Talitha Catelani – Servidora Efetiva – Matrícula nº 199.938;

Vitória Alves Dias de Jesus - Servidora Efetiva – Matrícula nº 195.102.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP LIVROS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL (SED)

Processo Administrativo nº. 01.622/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.070/2025**.

Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento de Livros para compor o Processo de Aprendizagem da Educação Infantil.

Data da publicação no IOMO: **03/09/2025**

Presidente da Comissão:

Domingos Barone Filho – Servidor Comissionado – Matrícula nº 192.528.

Integrantes da Comissão:

Anderson Ferreira Silva – Servidor Efetivo - Matrícula nº. 188.932;

Francisco das Chagas Silvino Filho – Servidor Comissionado – Matrícula nº 196.734.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – LICENÇA PARA SERVIÇOS DE OPERAÇÃO ASSISTIDA (SETIDE)

Processo Administrativo nº. 01.873/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.072/2025**.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a renovação e atualização de versões das licenças do fabricante Senha Segura e serviços de operação assistida.

Data da publicação no IOMO: **26/09/2025**.

Presidente da Comissão:

Carla Regina Pais Fontes – Servidora Efetiva – Matrícula nº 193.722

Integrantes da Comissão:

Anderson Ferreira Silva – Servidor Efetivo - Matrícula nº. 188.932;

Everton Henrique da Silva - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.457;

Lara Campos da Silva - Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.887.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – SOFTWARE (CGM)

Processo Administrativo nº. 01.038/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.073/2025**.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Disponibilização de Ferramenta Tecnológica em Ambiente Web, com instalação na infraestrutura local da Contratante (on-premise), para auxiliar o controle interno e as atividades financeiras, em conformidade com a legislação aplicável e inclusão dos serviços de implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico – operacional pelo prazo determinado da licença de uso.

Data da publicação no IOMO: **05/09/2025**.

Presidente da Comissão:

Lorena Leão de Castro - Servidora Comissionada - Matrícula nº 195.167.

Integrantes da Comissão:

Filipe de Lima Santos - Servidor Efetivo – Matrícula nº 177.460;

Leonardo de Souza Munir - Servidor Comissionado – Matrícula nº 200.859;

Talitha Catelani – Servidora Efetiva – Matrícula nº 199.938.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP ACESSÓRIOS PARA PINTURA (PMO)

Processo Administrativo nº. 01.378/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.074/2025**.

Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento de Acessórios para Pintura.

Data da publicação no IOMO: **15/09/2025**

Presidente da Comissão:

Daiana Brehmer Pereira – Servidora Comissionada – Matrícula nº. 200.860.

Integrantes da Comissão:

Filipe de Lima Santos - Servidor Efetivo – Matrícula nº 177.460;

Lara Campos da Silva - Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.887;

Suelânya Patrícia de Medeiros Silva Cinque – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.856.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP TAPETES PEDAGÓGICOS (SED)

Processo Administrativo nº. 02.928/2024.

Pregão Eletrônico nº. **90.075/2025**.

Objeto: Registro de Preços para Fornecimento de Tapetes Pedagógicos para as Unidades de Educação do Município de Osasco.

Data da publicação no IOMO: **01/10/2025**.

Presidente da Comissão:

Luciana Braga dos Santos – Servidora Comissionada – Matrícula nº 193.013.

Integrantes da Comissão:

Cleonice de Sousa Santos - Servidora Efetiva - Matrícula nº 188.571;

Ednea Barbosa da Conceição – Servidora Efetiva – Matrícula nº 192.127;

Riquelme Ferreira de Jesus – Servidor Comissionado – Matrícula nº 201.816.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP FIOS CIRÚRGICOS (SS)

Processo Administrativo nº. 01.095/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.076/2025**.

Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento Parcelado de Fios Cirúrgicos para o Abastecimento da Rede Municipal.

Data da publicação no IOMO: **19/09/2025.**

Presidente da Comissão:

Marcelo Silva de Santana - Servidor Efetivo – Matrícula nº 196.775.

Integrantes da Comissão:

Bruna Martins de Oliveira – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.883;

Islana Silva Santos – Servidora Efetiva – Matrícula nº 198.596;

Suelânya Patrícia de Medeiros Silva Cinque – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.856.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP OXIGÊNIO (SS)

Processo Administrativo nº. 00.144/2025

Pregão Eletrônico nº. **90.077/2025.**

Objeto: Registro de Preços para a Prestação de Serviços de Locação, Instalação e Manutenção Domiciliar de Concentradores de Oxigênio, acompanhados dos Acessórios e Cilindros de Oxigênio, e Fornecimento Continuado de Oxigênio Gasoso Medicinal – Oxigenoterapia.

Data da publicação no IOMO: **15/09/2025.**

Presidente da Comissão:

Luciana Braga dos Santos – Servidora Comissionada – Matrícula nº 193.013.

Integrantes da Comissão:

Talitha Catelani – Servidora Efetiva – Matrícula nº 199.938;

Vitória Alves Dias de Jesus - Servidora Efetiva – Matrícula nº 195.102.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP KIT LANCHE (PMO)

Processo Administrativo nº. 01.207/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.078/2025.**

Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento de Kit Lanche.

Data da publicação no IOMO: **19/09/2025**

Presidente da Comissão:

Mariana Macedo de Souza – Servidora Efetiva - Matrícula nº 198.401.

Integrantes da Comissão:

Kethelyn Gracieli da Silva Gomes - Servidora Comissionada – Matrícula nº 193.078;

Marco Antônio de Souza - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.995;

Talitha Catelani – Servidora Efetiva – Matrícula nº 199.938.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP INFRAESTRUTURA (SETIDE)

Processo Administrativo nº. 01.202/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.079/2025**.

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Serviços de Infraestrutura de Rede de Cabeamento Metálico e Óptico Interno, incluindo o Fornecimento de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, Destinado as Unidades da Prefeitura do Município de Osasco.

Data da publicação no IOMO: **26/09/2025**.

Presidente da Comissão:

Marcelo Silva de Santana – Servidor Efetivo – Matrícula nº 196.775.

Integrantes da Comissão:

Bruna Martins de Oliveira – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.883;

Everton Henrique da Silva - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.457;

Marco Antônio de Souza - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.995.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP DIETAS ENTERAIS (SS)

Processo Administrativo nº. 01.215/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.080/2025**.

Objeto: Registro de Preços visando a Contratação de Empresa Especializada para o Fornecimento de Dietas Enterais Sistema Aberto e Fechado, Fórmulas Infantis e Suplementos Nutricionais.

Data da publicação no IOMO: **01/10/2025**

Presidente da Comissão:

Mariana Macedo de Souza – Servidora Efetiva - Matrícula nº 198.401.

Integrantes da Comissão:

Lara Campos da Silva - Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.887;

Gabriela de Souza Silva Augusto – Servidora Efetiva – Matrícula nº 198.411;

Vitória Alves Dias de Jesus - Servidora Efetiva – Matrícula nº 195.102.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO (SETIDE)

Processo Administrativo nº. 146/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.081/2025**.

Objeto: Aquisição, Instalação e Desinstalação de Ar – Condicionado, para atender as demandas da Secretaria de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico.

Data da publicação no IOMO: **29/09/2025**.

Presidente da Comissão:

Luciana Braga dos Santos – Servidora Comissionada – Matrícula nº 193.013.

Integrantes da Comissão:

Everton Henrique da Silva - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.457;

Lara Campos da Silva - Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.887.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO (SS)

Processo Administrativo nº. 877/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.082/2025**.

Objeto: Aquisição de Veículo para o Atendimento da Vigilância Sanitária.

Data da publicação no IOMO: **06/10/2025**.

Presidente da Comissão:

Marcelo Silva de Santana – Servidor Efetivo – Matrícula nº 196.775.

Integrantes da Comissão:

Anderson Ferreira Silva – Servidor Efetivo - Matrícula nº 188.932;

Bruna Martins de Oliveira – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.883;

Everton Henrique da Silva - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.457.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP MATERIAL ESPORTIVO (SED)

Processo Administrativo nº. 02.713/2024.

Pregão Eletrônico nº. **90.083/2025**.

Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Materiais Esportivos para as Unidades Escolares.

Data da publicação no IOMO: **06/10/2025**.

Presidente da Comissão:

Ricardo Nogueira de Amaral – Servidor Efetivo - Matrícula nº 198.485.

Integrantes da Comissão:

Debora Santos Bonfim – Servidora Comissionada – Matrícula nº 201.819;

Delfina Leite Silva Bueno de Camargo – Servidora Efetiva - Matrícula nº 50.411;

Islana Silva Santos – Servidora Efetiva – Matrícula nº 198.596.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – AQUISIÇÃO DE MÓDULOS PARA EXPANSÃO (SETIDE)

Processo Administrativo nº. 01.275/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.084/2025**.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Módulos para Expansão de Processamento, Armazenamento de Produção e Armazenamento de Backup, da Capacidade Atualmente Instalada no Parque Tecnológico do Município.

Data da publicação no IOMO: **06/10/2025**.

Presidente da Comissão:

Marcelo Silva de Santana - Servidor Efetivo – Matrícula nº 196.775

Integrantes da Comissão:

Lara Campos da Silva - Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.887;

Marco Antônio de Souza - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.995;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – LOCAÇÃO DE GERADORES (SS)

Processo Administrativo nº. 793/2025

Pregão Eletrônico nº. **90.085/2025**.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Locação de Grupos Geradores de Energia Elétrica, Incluindo Transporte, Instalação, Manutenção Preventiva e Corretiva, Desinstalação e Retirada, para Atender a Rede de Saúde do Município de Osasco.

Data da publicação no IOMO: **22/10/2025**.

Presidente da Comissão:

Marcelo Silva de Santana - Servidor Efetivo – Matrícula nº 196.775.

Integrantes da Comissão:

Bruna Martins de Oliveira – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.883;

Filipe de Lima Santos - Servidor Efetivo – Matrícula nº 177.460;

Islana Silva Santos – Servidora Efetiva – Matrícula nº 198.596.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA (PMO)

Processo Administrativo nº. 728/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.087/2025**.

Objeto: Registro de Preços para a Contratação de Serviços de Segurança Desarmada, Bombeiro Civil, Carregador de Materiais e Apoio.

Data da publicação no IOMO: **24/10/2025**.

Presidente da Comissão:

Luciana Braga dos Santos – Servidora Comissionada – Matrícula nº 193.013.

Integrantes da Comissão:

Anderson Ferreira Silva – Servidor Efetivo - Matrícula nº 188.932;

Bruna Martins de Oliveira – Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.883;

Everton Henrique da Silva - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.457.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO – ARP SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO (SA)

Processo Administrativo nº. 01.290/2025.

Pregão Eletrônico nº. **90.088/2025**.

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Diagramação e Fornecimento de Brindes Personalizados para Escola de Gestão e Desenvolvimento do Servidor.

Data da publicação no IOMO: **31/10/2025**.

Presidente da Comissão:

Marcelo Silva de Santana - Servidor Efetivo – Matrícula nº 196.775

Integrantes da Comissão:

Ednea Barbosa da Conceição – Servidora Efetiva – Matrícula nº 192.127;

Everton Henrique da Silva - Servidor Efetivo – Matrícula nº 198.457;

Lara Campos da Silva - Servidora Comissionada – Matrícula nº 200.887;

Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando disposições com contrário.

PORTARIA Nº 4358 / 2025 - TORNA NULA a portaria 4331/2025, publicada em 03 de novembro do ano em curso. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RETIFICAÇÕES:

Na portaria nº 4332/25, publicada em 03 de novembro do ano em curso, leia-se: “**NOMEAR** nos termos do artigo 20, II, da Lei Municipal Nº 836, de 17 de abril de 1969 e suas posteriores alterações, o (a) Senhor (a) **CARLOS EDUARDO DOS SANTOS, RG. 33.191.540**, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE GABINETE DO SECRETARIO DE HABITAÇÃO**, da (do) **Secretaria de Habitação**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **04 de Novembro do ano em curso**, revogadas as disposições em contrário.”

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Procuradoria
Geral do Município

EXTRATOS:

Processo Administrativo nº 25.379/2022; Termo de Aditamento nº 242/2025 ao Contrato nº 114/2023; Contratante: Município de Osasco/Secretaria de Educação; Contratada: a **COOAAFP – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PARAGUAÇU PAULISTA E REGIÃO**; Assunto: Fica prorrogado o Contrato nº 114/2023, por mais 12 (doze) meses, a partir de 08 de outubro de 2025, conforme manifestação da Secretaria de Educação às fls. 1.740 e 1.798/1800, da CONTRATADA às fls. 1.709 e 1.717, Parecer Jurídico à fl. 1.826 e Despacho de Autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito às fls. 1.828; Valor de R\$ 3.250.000,00 (três milhões e duzentos e cinquenta mil reais); e vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 25.379/2022; Termo de Aditamento nº 241/2025 ao Contrato nº 113/2023; Contratante: Município de Osasco/Secretaria de Educação; Contratada: a **COAPAR – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO NORDESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**; Assunto: Fica prorrogado o Contrato nº 113/2023, por mais 12 (doze) meses, a partir de 17 de outubro de 2025, conforme manifestação da Secretaria de Educação às fls. 1.740 e 1.798/1800, da CONTRATADA às fls. 1.707 e 1.729, Parecer Jurídico à fl. 1.826 e Despacho de Autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito às fls. 1.828; Valor de R\$ 4.480.740,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta mil e setecentos e quarenta reais); e vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 25.379/2022; Termo de Aditamento nº 240/2025 ao Contrato nº 112/2023; Contratante: Município de Osasco/Secretaria de Educação; Contratada: a **ASCOP – AGRICULTORES FAMILIARES E COOPERATIVAS DO BRASIL**; Assunto: Fica prorrogado o Contrato nº 112/2023, por mais 12 (doze) meses, a partir de 15 de outubro de 2025, conforme manifestação da Secretaria de Educação às fls. 1.740 e 1.798/1800, da CONTRATADA às fls. 1.705 e 1.711, Parecer Jurídico à fl. 1.826 e Despacho de Autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito às fls. 1.828; Valor de R\$ 3.759.750,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e setecentos e cinquenta reais); e vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 10.669/2021; Termo de Aditamento nº 246/2025 ao Contrato nº 121/2022; Contratante: Município de Osasco/Secretaria de Assistência Social/Gabinete do Prefeito; Contratada: **GISELE REGINA RODRIGUES KNITTEL & CIA LTDA.**; Assunto: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 121/2022, por mais 12 (doze) meses, a contar de 21 de dezembro de 2025, conforme manifestação da Secretaria de Assistência Social à fl. 1.971/1.972, 2.057 e 2.059, Parecer Jurídico às fls. 2.037/2.038 e Despacho de Autorização do Secretário de Assistência Social às fls. 2.043; Valor de R\$ 141.754,00 (cento e quarenta e um mil e setecentos e cinquenta e quatro reais); e vigência: 12 (doze) meses.



Processo Administrativo nº 00.187/2025; Contrato nº 073/2025; Contratante: Município de Osasco/Secretaria de Saúde; Contratada: **NAJA SAÚDE S/A.**; Assunto: Constitui objeto do presente contrato a DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OSASCO, sob regime de empreitada por menor preço global, conforme exigências e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I - e Proposta da CONTRATADA presente à fl. 1.396; Valor total de R\$ 36.559.571,40 (trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta centavos); e Vigência: 12 (doze) meses.

Processo Administrativo nº 02.011/2025; Contrato nº 074/2025; Contratante: Município de Osasco/Secretaria de Assistência Social; Contratada: **CASA DE REPOUSO ALVORECER LTDA.**; Assunto: Constitui objeto deste contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSO EM ATENDIMENTO AO PACIENTE SENHOR NELSON BARBOSA, GRAU DE DEPENDÊNCIA III, CID 10, F79 E G40, em cumprimento à liminar nº 1510247-41.2025.8.26.0405, conforme relatórios médicos e de enfermagem às fls. 22/24, Termo de Referência às fls. 25/34, proposta da CONTRATADA à fl. 80 e Despacho de Autorização do Secretário de Assistência Social à fl. 92; Valor total de R\$ 70.572,00 (setenta mil e quinhentos e setenta e dois reais); e Vigência: 12 (doze) meses.

DENISE MARIA DAS NEVES E LIMA
Procuradora Chefe da Procuradoria Consultiva
Procuradoria Geral do Município



PORTARIA Nº 066/2025 DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O Procurador-Chefe da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, nos termos dos artigos 2º, inciso III, e 3º, inciso I, da Lei Complementar 133/2005, instaura o **Processo Administrativo Disciplinar nº 202502029710** em face do(a) servidor(a) de **Matrícula nº 99.567**, por configurar em conduta desidiosa e/ou abandono de cargo e/ou inassiduidade habitual, violando o artigo 3º, incisos I, II, III, XI, XVI, artigo 4º, inciso XII, enquadrando-se nos artigos 15 e/ou 17, incisos I e/ou II, todos da Lei Complementar nº 138/2005, devendo ser **CITADO (A) e INTIMADO(A)** para interrogatório e defesa das acusações que lhes são feitas, podendo ao final ser aplicada a pena máxima de demissão.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

Ernesto de Oliveira Silva
Procuradoria de Procedimentos
Disciplinares
Procurador-Chefe



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Procuradoria
Geral do Município
Procuradoria de Procedimentos Disciplinares

PORTARIA DE SINDICÂNCIA Nº 136/2025

O Procurador-Chefe da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, no uso das atribuições previstas no artigo 3º, Parágrafo Único, inciso II, da Lei Complementar nº 133, de 22 de setembro de 2005, **RESOLVE:**

Artigo 1º - Designar **SUZANA AZENGO PONTES**, inscrita na OAB/SP nº 222.078, Procuradora do Município, para apuração de eventual conduta funcional irregular descrita no **Processo Administrativo nº 202502029743**; bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Artigo 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

Ernesto de Oliveira Silva
Procuradoria de Procedimentos
Disciplinares
Procurador-Chefe

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS****EDITAL DE 08ª CONVOCAÇÃO PARA O CARGO DE DENTISTA DIARISTA**

Ficam convocados para realização de exame médico pré-admissional e entrega de documentos os candidatos classificados, de acordo com a publicação na Imprensa Oficial do Município de Osasco – IOMO edição 2711, de 16/09/2024 no cargo, quantidades e condições abaixo especificadas.

OS CANDIDATOS DEVERÃO COMPARECER PARA REALIZAÇÃO DE EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL E ENTREGA DE DOCUMENTOS, CONFORME ENDEREÇO E CRONOGRAMA ABAIXO:

ENDEREÇO PARA APRESENTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EXAME MÉDICO E ENTREGA DE DOCUMENTOS:
AV. ANTONIO CARLOS COSTA, 203 - BELA VISTA - OSASCO - SP, CEP- 06053-010 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

EXAMES A SEREM ENTREGUES

- a) Carteira de vacinação atualizada conforme recomendação do Ministério da Saúde (original e cópia)
- b) Hemograma Completo
- c) Anti – HBs com titulação
- d) HBsAg – Sorologia Hepatite
- e) Anti HCV – Sorologia Hepatite C
- f) Raio X coluna total (total ou frações)
- g) Atestado de Sanidade Mental (emitido por Médico Psiquiatra registrado no CRM – RQE)

Obs.: Todos os exames solicitados, e os que poderão ser solicitados em caráter complementar, serão de responsabilidade e ônus do próprio candidato.

CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DE EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL E ENTREGA DE DOCUMENTOS.

CLASSIFICAÇÃO: 21º ao 28º- LISTA GERAL - DIA 01/12/2025 - às 10h00

CLASS	NOME	CPF
21	ROMULO FISCHER	978*****75
22	HELENA AYRES ALONSO DOS SANTOS	565*****64
23	DANILO DAVANCO BATISTA	288*****86
24	FABIO KENJI TAKAYASU	423*****03

25	CRISLAINE MARIA DOS SANTOS MIRANDA	453*****09
26	RENATA DE SALDANHA DA GAMA	678*****59
27	JOYCE NAYARA FAUSTINO LOPES	402*****01
28	SORAIA APARECIDA DE SOUZA CAMARNEIRO	201*****99

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS:**(Cópia simples acompanhada dos originais)**

- a) 02 fotos 3X4 recentes;
- b) RG. – Carteira de identidade expedida a menos de 10(dez) anos ou R.N.E;
- c) CPF e Comprovante de Situação Cadastral no CPF, emitido pela Receita Federal ou via internet;
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>
- d) PIS / PASEP ou Pesquisa Cadastral fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF (não será aceito cartão cidadão e/ou bolsa família);
- e) Título de Eleitor (frente e verso);
- f) Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE ou via Internet;
<https://www.tre-sp.jus.br/servicos-eleitorais/carta-de-servicos/emissao-de-certidoes>,
expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- g) Certificado de Reservista ou Carta Patente que comprove estar em dia com o Serviço Militar ou dispensa de incorporação (candidatos até 45 anos);
- h) Comprovante de endereço (conta de luz, água, telefone ou gás) com data de até 3(três) meses da data de apresentação;
- i) Certidão de Nascimento SE SOLTEIRO, Certidão de Casamento ou Escritura Pública de União Estável e CPF válido do cônjuge/companheiro(a); SE VIÚVO, Certidão de Óbito; SE DIVORCIADO, Certidão de Casamento com a averbação;
- j) Certidão de Nascimento e CPF válido dos filhos menores de 18 anos;
- k) Caderneta de Vacinação dos filhos de até 10 anos;
- l) Cópia da Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal (Declaração de Imposto de Renda mais o recibo de entrega), relativa ao último exercício fiscal;
- m) Comprovante de Conta Corrente no Banco Bradesco (para o candidato que não possuir conta, será entregue, pela Administração, uma carta para abertura da mesma). Não serão aceitas contas poupanças, conta salário ou contas conjuntas;
- n) Certidão / Declaração de Acúmulo de um ou mais cargos, se for o caso, mencionando o cargo / emprego / função pública, jornada semanal e jornada de trabalho; (Se for plantão, mencionar se é par ou ímpar);
- o) Atestado de Antecedentes da Polícia Federal e Estadual expedidas, no máximo, há 30 (trinta) dias, respeitando o prazo de validade descrito na própria Certidão quando houver; - Federal:
<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/>

- Estadual: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/novo/Atestado02.cfm>.

p) Certidões dos setores de distribuição dos fóruns criminais das Justiças Federal e Estadual, expedidas, no máximo, há 30 (trinta) dias, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver:

- Federal: <http://web.trf3.jus.br/certidao/Certidao/>

- Estadual: <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do> – (Ações Criminais)

q) Os candidatos que constam na Lista Especial - Candidatos com Deficiência – deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico, emitido até 30 (trinta) dias antes da realização da referida perícia, que ateste a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, conforme especificado no Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência;

r) Diploma do ensino exigido, devidamente registrado, ou do Certificado de Conclusão com Histórico Escolar desse Ensino, fornecido(s) por instituição de ensino reconhecida pelo órgão competente.

s) Registro ativo no Conselho Regional de Classe do Estado de São Paulo (quando for o caso);

t) SE APOSENTADO: Certidão/Declaração expedida pelo órgão competente, mencionando o tipo de aposentadoria, cargo e provento;

u) Carteira Nacional de Habilitação (quando for o caso);

v) Certidão Negativa de Regularidade da Carteira Nacional de Habilitação (quando for o caso);

w) A Prefeitura Municipal de Osasco poderá solicitar outras declarações, documentos complementares, exames médicos complementares e diligências. As despesas com a realização dos exames solicitados correrão por conta do candidato aprovado neste Concurso Público.

REQUISITOS PARA O CARGO:

DENTISTA DIARISTA
Ensino Superior Completo em Odontologia. Registro no respectivo Conselho Regional de Classe.

Conforme previsto no Edital de abertura deste Concurso Público:

1. O não atendimento pelo candidato a qualquer tempo, de quaisquer das condições estabelecidas implicará em sua eliminação.
2. A inexatidão das informações e/ou irregularidades e/ou falsidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

Osasco, 5 de novembro de 2025.

CLAUDIO MONTEIRO JUNIOR
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O
RESULTADO DA PROVA OBJETIVA
E DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2025

A Prefeitura Municipal de Osasco DIVULGA, aos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 002/2025, o que segue:

1. A análise dos recursos interpostos contra o resultado da prova objetiva.
2. A classificação prévia.
3. Prazo para interposição de recurso relativo à classificação prévia.

1. ANÁLISE DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O RESULTADO DA PROVA OBJETIVA

Recurso	Nome Do Candidato	Inscrição	Opção	Resultado	Parecer
601595	Charlie Gabriel Jaracevskis Rozendo De Souza	6605230	Agente Comunitário de Saúde - UBS Padre Guerrino Riciotti (ACS - UBS Vila dos Remédios)	Indeferido	Recurso interposto fora da forma, sendo, portanto, indeferido liminarmente, de acordo com o item 12.6, do capítulo XII "DOS RECURSOS" do Edital de Abertura de Inscrições.
601594	Karen Grasielle Silva Rodrigues Dos Santos	5413923	Agente Comunitário de Saúde - UBS Vasco da Rocha Leão (ACS - UBS Jardim Veloso)	Indeferido	Recurso interposto fora da forma, sendo, portanto, indeferido liminarmente, de acordo com o item 12.6, do capítulo XII "DOS RECURSOS" do Edital de Abertura de Inscrições.
601587	Ladjane Dos Santos Ferreira	6999611	Agente Comunitário de Saúde - UBS Darcy Alves Evangelista Robalinho (ACS - UBS Ayrosa I)	Indeferido	Recurso interposto fora da forma, sendo, portanto, indeferido liminarmente, de acordo com o item 12.6, do capítulo XII "DOS RECURSOS" do Edital de Abertura de Inscrições.

2. A CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

Lista de Candidatos Habilitados em Ordem Alfabética

Lista Especial

Cargo - 004 Agente Comunitário de Saúde - UBS Francisca Lima de Lira (ACS - UBS Portal)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
JEAN CARLOS RODRIGUES BEZERRA	0529072-4	17/04/2005	N	5	7	14	26	65,00	1º

Cargo - 008 Agente Comunitário de Saúde - UBS Maria Girade Cury (ACS - UBS Novo Osasco)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
RAMIREZ BALBINO DA SILVA	0687899-7	28/02/1997	N	7	6	13	26	65,00	1º

Cargo - 012 Agente Comunitário de Saúde - UBS Vasco da Rocha Leão (ACS - UBS Jardim Veloso)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
JOYCE GONCALVES MARCAL	0513292-4	29/03/1997	N	5	5	11	21	52,50	3º
KELWIN GABRIEL DOS SANTOS	0522068-8	24/02/2006	N	8	6	11	25	62,50	1º
ROGERIO DIAS FERREIRA	0664938-6	25/01/1982	N	6	5	11	22	55,00	2º

Lista Geral

Cargo - 001 Agente Comunitário de Saúde - UBS Darcy Alves Evangelista Robalinho (ACS - UBS Ayrosa I)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
AMANDA CRISTINA GOTARDE DA SILVA	0682889-2	19/11/1995	N	7	1	13	21	52,50	21º
ANA HELENA MESSIAS NOVAIS	0538315-3	15/05/1992	N	6	3	12	21	52,50	23º
CAMILA DE SOUZA GONCALVES	0511573-6	12/02/1988	N	7	3	11	21	52,50	24º
DARLENE MARIA FERREIRA DA SILVA	0523001-2	14/06/1996	N	7	3	12	22	55,00	19º
DEBORA CARDOSO BISPO	0709723-9	24/10/1989	N	7	2	12	21	52,50	22º
FATIMA FAUSTINO VENTURA	0679627-3	13/05/1996	N	7	9	12	28	70,00	5º
FRANCIELLE DO NASCIMENTO SOUZA	0558435-3	31/03/1995	N	7	7	17	31	77,50	2º
FRANCIVANE DE SOUSA LEAL	0543613-3	24/10/1981	N	6	2	16	24	60,00	12º
GABRIEL ALVES FEITOSA	0675321-3	21/08/2002	N	3	2	15	20	50,00	26º
GABRIELA RODRIGUES ROCHA	0709840-5	13/08/2000	N	10	10	13	33	82,50	1º
IGOR ALVES DE MOURA	0684637-8	17/12/1998	N	7	4	15	26	65,00	6º
JACKELINE DAMACENO MATIOLI	0688287-0	18/05/1996	N	3	6	14	23	57,50	16º
JENNIFER ELEN TEIXEIRA	0714447-4	30/04/1996	N	8	5	13	26	65,00	8º
JOELMA LUIZ DA SILVA	0518279-4	01/11/1974	N	4	2	14	20	50,00	27º
JOYCE PEREIRA ANTUNES	0512745-9	17/01/1999	N	6	1	16	23	57,50	15º
LAIS SAMPAIO DE AZEVEDO	0682785-3	04/03/1993	N	5	8	11	24	60,00	14º
LILIAN APRO DE OLIVEIRA	0676980-2	19/12/1991	N	7	4	9	20	50,00	31º
LUCAS ALEXANDER GOMES MENDES	0517711-1	26/12/2003	N	9	6	15	30	75,00	3º
LUCAS SILVA TEIXEIRA	0712662-0	09/10/2006	N	7	5	17	29	72,50	4º
LUIZ ANTONIO MAROCHI JUNIOR	0659372-0	02/03/2005	N	5	4	11	20	50,00	30º
LYRITH GEOVANA SOUSA DA	0668407-6	12/04/2002	N	6	3	15	24	60,00	13º

CRUZ

MERIAN RODRIGUES DIAZ	0523311-9	22/08/1989	N	7	3	12	22	55,00	18 °
-----------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

OLIVEIRA

MICHAEL JUNIOR SILVA BARBOSA	0692806-4	29/06/1996	N	5	6	10	21	52,50	25 °
------------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

MICHELE FREITAS MASSELANI	0670417-4	04/01/1983	N	7	4	11	22	55,00	20 °
---------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

NAOMY BARBOZA DE CRISTO LEAL	0560087-1	23/05/1999	N	7	5	14	26	65,00	7 °
------------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

PAULA HENRIQUE DA SILVA	0531822-0	08/11/1991	N	7	3	15	25	62,50	10 °
-------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

REGIANE APARECIDA DE SOUZA	0681798-0	08/01/1983	N	3	4	13	20	50,00	28 °
----------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

REZENDE DEL REI

SAMANTHA BORGES DA COSTA E	0711491-5	06/01/2004	N	6	7	13	26	65,00	9 °
----------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

SILVA

TELMA REGINA FERREIRA DA	0551831-8	25/07/1974	N	5	2	17	24	60,00	11 °
--------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

SILVA

VALERIA ANTONIA AGUIAR SOUSA	0671495-1	03/08/1976	N	7	2	11	20	50,00	29 °
------------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

WANDERSON WENDEL SOUSA	0576524-2	28/02/2003	N	5	3	14	22	55,00	17 °
------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

SILVA

Cargo - 002 Agente Comunitário de Saúde - UBS Dr. Adauto Ribeiro (ACS - UBS Três Montanhas)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
------	-----------	------------	--------	----	----	----	--------	----------	---------------

LEIVA NUNES GAMA	0521030-5	10/02/1986	N	5	5	10	20	50,00	4 °
------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

MARIA EDUARDA DE ARAUJO	0659554-5	08/01/2005	N	5	4	11	20	50,00	3 °
-------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

OLIVEIRA

SABRINA DA SILVA ALMEIDA	0516915-1	24/11/2005	N	6	4	12	22	55,00	1 °
--------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

VALERIA LETICIA FERREIRA	0520236-1	09/01/2007	N	4	2	14	20	50,00	2 °
--------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

SOUZA

Cargo - 003 Agente Comunitário de Saúde - UBS Emília Cosme Cerqueira (ACS - UBS Munhoz II)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
------	-----------	------------	--------	----	----	----	--------	----------	---------------

GUSTAVO SANTOS ROCHA	0654360-0	06/09/1994	N	5	7	10	22	55,00	6 °
----------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

JACKELLINE LIRA ANDRADE	0709971-1	01/07/2000	N	5	4	12	21	52,50	7 °
-------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

LUCAS TORRES COELHO DE	0699365-6	25/03/2005	N	6	4	10	20	50,00	9 °
------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

SANTANA

NAYARA DE SOUZA DOS SANTOS	0518774-5	02/08/1995	N	9	4	13	26	65,00	2 °
----------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

PATRICIA CONSOLI LEMOS DOS	0539143-1	31/10/1976	N	7	5	15	27	67,50	1 °
----------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

SANTOS CARRASCO

RAQUEL VIEIRA RODRIGUES	0711125-8	14/04/1998	N	7	4	13	24	60,00	3 °
-------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

RENATA BARROS DA SILVA	0551571-8	24/03/1981	N	9	3	10	22	55,00	5 °
------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

ALMEIDA

ROBERTA SHAIANE BRITO	0685390-0	26/06/1989	N	6	6	12	24	60,00	4 °
-----------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

OLIVEIRA

VANDA APARECIDA DE NOVAES	0692123-0	28/03/1968	N	9	2	10	21	52,50	8 °
---------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

SILVA

Cargo - 004 Agente Comunitário de Saúde - UBS Francisca Lima de Lira (ACS - UBS Portal)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
------	-----------	------------	--------	----	----	----	--------	----------	---------------

ALESSANDRO DE SOUZA CORREIA	0699858-5	07/09/1998	N	8	10	11	29	72,50	2 °
-----------------------------	-----------	------------	---	---	----	----	----	-------	-----

DEBORA FERNANDES DE MELO	0714396-6	26/10/1998	N	7	3	12	22	55,00	12 °
--------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

ELIANE DOS SANTOS ARAUJO	0515527-4	13/02/1983	N	6	5	11	22	55,00	13 °
--------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

HENRIQUE SOARES PINHEIRO	0514986-0	18/07/1998	N	5	4	13	22	55,00	10 °
--------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

INGRIDE CHAVES DE OLIVEIRA	0711040-5	25/09/1989	N	7	3	12	22	55,00	11 °
----------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

ISAAC MELO DE SOUZA	0540168-2	30/05/2007	N	7	10	13	30	75,00	1 °
---------------------	-----------	------------	---	---	----	----	----	-------	-----

JEAN CARLOS RODRIGUES BEZERRA	0529072-4	17/04/2005	N	5	7	14	26	65,00	3 °
JOSE CLEMERSON MARTINS DO NASCIMENTO	0540438-0	19/03/2004	N	5	8	10	23	57,50	6 °
KAUE BENEDITO GEOVANE DE FREITAS CAETANO	0515585-1	02/07/2005	N	4	4	14	22	55,00	8 °
KLAUS MIGUEL ALVES DE LIMA	0518287-5	09/07/1996	N	3	4	13	20	50,00	15 °
LIDIANA DE SOUZA SOARES	0513976-7	20/11/1995	N	5	4	11	20	50,00	17 °
MAROLI RODRIGUES DE SOUZA	0514387-0	01/10/1974	N	2	4	14	20	50,00	14 °
MONIQUE LISBOA DOS SANTOS MERCHAN	0685639-0	08/12/2001	N	6	3	11	20	50,00	16 °
RICARDO HENRIQUE DE AGUIAR MIRANDA	0565235-9	20/09/2001	N	6	2	14	22	55,00	7 °
ROSANGELA DA SILVA MOREIRA	0511100-5	19/12/1993	N	7	2	13	22	55,00	9 °
THALIA COSTA DA SILVA	0707861-7	14/06/2001	N	6	5	13	24	60,00	4 °
VITORIA VASCONCELOS BRANDAO	0629099-0	11/11/1999	N	4	7	12	23	57,50	5 °
WALLACE FERREIRA MESSIAS	0567819-6	06/01/1997	N	5	5	10	20	50,00	18 °
YNAJARA RITA DA SILVA	0532323-1	26/09/2006	N	4	6	10	20	50,00	19 °

Cargo - 005 Agente Comunitário de Saúde - UBS José Sabino Ferreira (ACS - UBS Baronesa)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
AUDREY FERNANDES GRAZIADEI DA COSTA	0595562-9	09/09/1998	N	9	10	11	30	75,00	2 °
CECILIA SANTANA RODOLPHO	0575807-6	03/05/1992	N	5	5	11	21	52,50	14 °
DANIELLE DIAS DA SILVA	0688232-3	07/07/1984	N	6	5	12	23	57,50	4 °
ELIANA VIANA DOS SANTOS	0658517-5	27/08/1977	N	4	4	12	20	50,00	17 °
ERICK MATHEUS GARCIA BARBOSA	0714895-0	24/10/1998	N	4	5	12	21	52,50	11 °
FERNANDA SILVA	0610935-7	16/02/1991	N	7	5	10	22	55,00	9 °
FRANCINE APARECIDA JUSTO SILVA	0660477-3	20/04/1994	N	2	6	14	22	55,00	6 °
HENRIQUE PIRES	0662029-9	04/07/1999	N	7	3	12	22	55,00	7 °
LAURA RABELO FELIX	0614521-3	01/09/2003	N	9	8	14	31	77,50	1 °
LUCAS FELIPE RIBEIRO DA SILVA	0663790-6	28/01/1997	N	4	6	12	22	55,00	8 °
LUCAS THIAGO VIEIRA DE SOUZA AGUIAR	0520194-2	19/07/1994	N	7	5	10	22	55,00	10 °
PATRICIA MARIA DE JESUS	0565709-1	01/01/1987	N	4	2	14	20	50,00	16 °
RAFAEL LANDGRAF	0560981-0	23/12/1988	N	5	5	11	21	52,50	13 °
RAFAEL NEVES DE SOUSA	0660134-0	13/10/1997	N	6	5	10	21	52,50	15 °
RAYSSA DO NASCIMENTO SILVA	0714806-2	28/09/2005	N	7	3	11	21	52,50	12 °
SUELY DA SILVA CARVALHO	0683545-7	24/05/1981	N	6	6	12	24	60,00	3 °
VILMA ROCHA	0511239-7	03/11/1992	N	7	5	11	23	57,50	5 °

Cargo - 006 Agente Comunitário de Saúde - UBS Lia Buarque Macedo Gasparine (ACS - UBS Vila da Justiça - ACS - UBS Conceição)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
ANALY DA SILVA RODRIGUES DE ALMEIDA	0698196-8	30/03/2007	N	5	7	12	24	60,00	4 °
CLAUDETE RIBEIRO DE OLIVEIRA	0700506-7	14/08/1977	N	7	4	11	22	55,00	8 °
CLEBIA LUCIA DE LIMA ARAUJO	0714822-4	15/01/1989	N	6	4	11	21	52,50	15 °
DEBORA MIRANDA SOUZA DE	0511791-7	21/07/1985	N	4	5	11	20	50,00	18 °

OLIVEIRA

EDUARDO DA SILVA LIMA	0614212-5	26/03/2005	N	7	6	7	20	50,00	20 °
ELIANA CRISTINA DA COSTA	0661602-0	02/06/1989	N	7	4	11	22	55,00	9 °

ALBUQUERQUE

JULIETE MARIA NASCIMENTO DA SILVA	0539455-4	28/11/1989	N	5	4	11	20	50,00	17 °
-----------------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

LEANDRO RAMOS DE LIMA	0698337-5	19/11/1983	N	7	3	11	21	52,50	14 °
-----------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

LEONICE GOMES DOS SANTOS	0665826-1	16/11/1969	N	7	5	11	23	57,50	6 °
--------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

LUCAS CARDOSO DA SILVA	0685676-4	27/08/1994	N	4	3	14	21	52,50	12 °
------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

MARIA LUIZA DE LIMA CORREIA	0567532-4	13/05/1996	N	6	4	12	22	55,00	7 °
-----------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

PIMENTEL

MARYANA JOYCE DUTRA DE LIMA	0661471-0	16/03/2002	N	8	5	12	25	62,50	3 °
-----------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

METAZALEM TAVARES FARIA	0520979-0	20/05/2000	N	9	7	12	28	70,00	1 °
-------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

MILENE VICTORIA LOPES	0513626-1	15/01/2004	N	6	3	12	21	52,50	13 °
-----------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

MACEDO

PAULO HENRIQUE FERNANDES	0699916-6	25/06/1997	N	4	7	10	21	52,50	16 °
--------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

DA SILVA

SORAIA SOBRAL SANTANA	0528874-6	28/09/1993	N	8	5	9	22	55,00	10 °
-----------------------	-----------	------------	---	---	---	---	----	-------	------

THAMIRES GOMES DOS SANTOS	0653385-0	13/03/2001	N	6	5	9	20	50,00	19 °
---------------------------	-----------	------------	---	---	---	---	----	-------	------

TIAGO SOUZA DE OLIVEIRA	0563357-5	16/02/1993	N	2	3	16	21	52,50	11 °
-------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	------

WELLINGTON DE ALMEIDA	0521297-9	31/10/1994	N	5	3	15	23	57,50	5 °
-----------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

ARAUJO

WESLEY RAFAEL DA SILVA	0706697-0	11/12/1994	N	7	9	12	28	70,00	2 °
------------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

FREIRE

Cargo - 007 Agente Comunitário de Saúde - UBS Márcio Valdevino (ACS - UBS Vila Menck)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
ANA CELIA DA SILVA COSTA AGUIAR	0664268-3	03/07/1986	N	7	3	13	23	57,50	7 °
ANA PAULA FRANCO DIAS	0544905-7	09/10/1991	N	5	3	16	24	60,00	5 °
EMERSON GABRIEL BUENO	0678747-9	08/11/1995	N	6	5	11	22	55,00	8 °
GABRIEL HENRIQUE DE SA CORDEIRO	0542611-1	21/01/1997	N	9	7	15	31	77,50	2 °
GISELIA MARIA DA SILVA	0520191-8	06/12/1983	N	4	5	14	23	57,50	6 °
GIULIA FERNANDA DA SILVA AGUIAR	0664290-0	13/12/2007	N	6	6	14	26	65,00	3 °
JULIA OLIVEIRA BARROS	0685035-9	15/06/2006	N	8	7	16	31	77,50	1 °
LETICIA FERREIRA BARSOTTI	0673002-7	15/08/1995	N	5	5	10	20	50,00	10 °
NICOLE DA SILVA SANTOS	0655398-2	15/10/2000	N	5	3	12	20	50,00	9 °
THAINA BORBA MACEDO	0661462-0	02/10/1998	N	5	3	17	25	62,50	4 °

Cargo - 008 Agente Comunitário de Saúde - UBS Maria Girade Cury (ACS - UBS Novo Osasco)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
ADRIANA OQUENDO DURAN	0657736-9	29/04/1974	N	8	3	9	20	50,00	36 °
ALEXANDRE PERES SEFERIAN	0543281-2	20/11/1976	N	6	3	14	23	57,50	13 °
AMABILE REGINA GARCIA	0638223-1	27/02/1979	N	7	4	13	24	60,00	10 °
AMANDA ELLEN DOS SANTOS SILVA	0687433-9	28/03/1993	N	8	3	9	20	50,00	37 °
ANA CARLA SILVA GARANTIDO	0710727-7	25/11/2004	N	6	4	17	27	67,50	4 °
ARTHUR RICARDO ARAUJO	0662526-6	19/02/2004	N	6	6	8	20	50,00	38 °
JERONIMO									
DIEGO PEREIRA DA SILVA	0714765-1	22/10/1983	N	9	4	15	28	70,00	2 °

ELAINE CRISTINA SOARES BICALHO	0694730-1	28/07/1986	N	5	5	12	22	55,00	22 °
ELAINE VERONICA VIEIRA ROSEIRA	0525780-8	04/01/1988	N	7	2	13	22	55,00	19 °
FABIANE DA SILVA MOTTA	0694978-9	07/03/1978	N	5	3	14	22	55,00	17 °
GUILHERME XAVIER DOS SANTOS	0577068-8	23/02/2008	N	10	9	15	34	85,00	1 °
GUSTAVO HENRIQUE GOMES BUENO	0697726-0	15/09/2000	N	5	8	12	25	62,50	8 °
ISABELA GUIMARAES PIAZZA	0656006-7	05/06/2007	N	5	3	15	23	57,50	12 °
JOAO VITOR DE SOUSA LUZ	0713693-5	22/11/2005	N	5	7	10	22	55,00	25 °
JOAO VITOR MACHADO RODRIGUES DA SILVA	0619333-1	04/08/2001	N	4	8	11	23	57,50	15 °
JOHNATHAN GREGORIO DE VALEIRO DIAS	0702476-2	17/07/1995	N	5	4	11	20	50,00	34 °
JUCIMAR DE BRITO BOMFIM	0517211-0	26/04/1997	N	7	4	11	22	55,00	23 °
JULIA MUNYCK XAVIER LIMA	0515431-6	22/04/2004	N	3	4	14	21	52,50	28 °
LAURA CONCEICAO CERQUEIRA	0511362-8	22/01/1987	N	6	3	14	23	57,50	14 °
LORENA FRANCO	0547970-3	04/11/1999	N	5	3	14	22	55,00	18 °
MAI COSTA TORRES	0713400-2	05/08/2005	N	6	1	13	20	50,00	33 °
MARCELO TAKAMOTO	0708363-7	18/07/1969	N	8	5	13	26	65,00	6 °
MARCIO MACHADO	0553472-0	11/01/1978	N	4	5	11	20	50,00	35 °
MARIA DAILANY ARAUJO PASSOS	0515445-6	23/12/2006	N	4	3	14	21	52,50	27 °
MARIA EDUARDA SANTANA DA COSTA	0582993-3	19/10/2004	N	5	3	15	23	57,50	11 °
MARYLIA SOARES MENDES MARQUES	0675798-7	09/10/2004	N	6	6	8	20	50,00	39 °
MONIQUE GUERRA	0713958-6	19/07/1995	N	4	2	14	20	50,00	31 °
NATALI ORDAS RODRIGUES	0511826-3	30/01/1993	N	6	1	13	20	50,00	32 °
NATANNA LIMA BATISTA	0661705-0	23/01/1998	N	7	4	11	22	55,00	24 °
NILSO RIOS DE ARAUJO	0712038-9	20/03/1962	N	6	5	10	21	52,50	26 °
PATRICIA MARQUES SILVA	0598026-7	02/10/1985	N	4	2	14	20	50,00	30 °
PEDRO HENRIQUE SAMPAIO FIRMINO	0511336-9	12/12/1988	N	5	5	14	24	60,00	9 °
PRISZELEN BARASSA LELIS	0624662-1	17/06/1985	N	6	9	13	28	70,00	3 °
RAMIREZ BALBINO DA SILVA	0687899-7	28/02/1997	N	7	6	13	26	65,00	7 °
ROGERIO BALBINO DA SILVA	0623491-7	30/03/1992	N	9	2	15	26	65,00	5 °
SABRINA BEATRIZ REIS MEDEIROS	0516652-7	04/06/1990	N	7	1	14	22	55,00	16 °
STEFANNIE CRISTINE ALVES ARCANJO	0573364-2	15/02/1991	N	6	3	12	21	52,50	29 °
VINICIUS BOMFIM SANTOS	0545475-1	06/09/2003	N	8	2	12	22	55,00	20 °
VINICIUS STOCKER SANTOS	0548935-0	09/06/1993	N	6	4	12	22	55,00	21 °

Cargo - 009 Agente Comunitário de Saúde - UBS Otacílio Firmino Lopes (ACS - UBS Ayrosa II)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
ANDRE LUIZ DE ALMEIDA JUNIOR	0514268-7	11/12/1998	N	6	8	15	29	72,50	1 °
BEATRIZ CLEMENTE	0512256-2	13/06/1975	N	6	5	14	25	62,50	2 °
CAMILA ESTACIA DA SILVA	0713827-0	14/12/1997	N	7	1	13	21	52,50	4 °
CLARISSA APARECIDA SOARES DE MELO	0704184-5	02/06/1996	N	5	3	15	23	57,50	3 °
JOSILEIDE GONCALVES DE LIMA	0712074-5	04/10/1998	N	5	2	13	20	50,00	7 °
MARCELO ALVES DOS REIS	0708139-1	17/05/1980	N	6	5	9	20	50,00	9 °
PAULA ADRIANA RODRIGUES DE AGUIAR	0618382-4	27/07/1976	N	4	2	14	20	50,00	5 °
ROSANGELA EVANGELISTA DE	0535623-7	02/02/1976	N	5	2	13	20	50,00	6 °

SOUZA SENA

TALITA FERREIRA VIANA	0710886-9	29/03/1989	N	4	5	11	20	50,00	8 °
-----------------------	-----------	------------	---	---	---	----	----	-------	-----

Cargo - 010 Agente Comunitário de Saúde - UBS Padre Guerrino Riciotti (ACS - UBS Vila dos Remédios)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
ALDRIA DIAS FRANCO	0711670-5	19/06/1980	N	8	3	10	21	52,50	9 °
CARLOS EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS	0655339-7	29/12/1981	N	4	2	14	20	50,00	10 °
CHARLIE GABRIEL JARACEVSKIS ROZENDO DE SOUZA	0660523-0	08/11/1994	N	6	4	11	21	52,50	8 °
KAYKE LUIZ DE SA TEIXEIRA	0666084-3	26/10/2004	N	8	4	11	23	57,50	5 °
MARCELO JUVENCIO SANTOS	0513096-4	27/04/1970	N	7	7	13	27	67,50	2 °
MATHEUS NEVES GONCALVES	0536958-4	05/09/2006	N	7	10	12	29	72,50	1 °
MOISES RIZZO CAMPOS	0701624-7	28/08/1979	N	5	1	16	22	55,00	6 °
SANDRA APARECIDA DE ASSIS	0662444-8	04/07/1973	N	7	3	13	23	57,50	4 °
TARIK GUILHERME MACIEL DE MAGALHAES MATOS	0568902-3	25/03/1998	N	5	5	15	25	62,50	3 °
VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA	0533011-4	27/12/1966	N	5	4	13	22	55,00	7 °

Cargo - 011 Agente Comunitário de Saúde - UBS Raimunda Cavalcante de Souza (ACS - UBS Munhoz I)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
ALDANI DE SOUSA PEREIRA	0517329-9	06/05/1971	N	5	4	12	21	52,50	7 °
CIBELE GOMES DE MIRANDA SILVA	0513194-4	17/06/1983	N	5	4	17	26	65,00	2 °
FRANCIELE GUERRA DE ALMEIDA OKAMURA	0678062-8	17/08/1993	N	5	5	10	20	50,00	13 °
GABRIEL GOMES DA SILVA	0511278-8	23/10/1994	N	4	3	14	21	52,50	6 °
JANETE SANTOS	0693704-7	21/06/1968	N	7	3	10	20	50,00	12 °
JHONATA DOS SANTOS OLIVEIRA	0688220-0	30/03/1995	N	4	5	11	20	50,00	11 °
PRISCILA BARRETO LEMES DE CARVALHO	0528396-5	23/02/1991	N	9	7	10	26	65,00	4 °
REGINA CELIA INACIO MOROSI	0614853-0	01/09/1969	N	6	2	12	20	50,00	10 °
SARAH DE MORAIS MENESES	0713895-4	07/03/2007	N	8	8	11	27	67,50	1 °
SIMONE APARECIDA DA SILVA GAMA MOURA	0653485-6	18/02/1974	N	5	2	13	20	50,00	9 °
THAIS LOPES DE OLIVEIRA	0664279-9	26/08/1998	N	6	4	11	21	52,50	8 °
WALLACE FERNANDES SANTOS	0691302-4	04/01/2001	N	6	5	12	23	57,50	5 °
WELSON FERREIRA SILVA	0599265-6	09/06/2006	N	6	7	13	26	65,00	3 °

Cargo - 012 Agente Comunitário de Saúde - UBS Vasco da Rocha Leão (ACS - UBS Jardim Veloso)

Nome	Inscrição	Data Nasc.	Jurado	LP	MT	CE	Pontos	Nota Obj	Class. Prévia
AMANDA NATERA DA SILVA	0664840-1	15/08/1990	N	7	5	10	22	55,00	25 °
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA	0586426-7	02/05/1986	N	6	3	16	25	62,50	7 °
ANA PAULA CAETANO DA SILVA	0511262-1	22/09/1972	N	7	4	10	21	52,50	39 °
ANDRE FELIPE DOS SANTOS	0522172-2	23/05/1997	N	5	8	7	20	50,00	50 °

ANDREA THEODORO DE SOUZA CARVALHO	0511456-0	07/08/1978	N	6	5	12	23	57,50	19 °
BARBARA DA SILVA LIOBANO	0569860-0	10/12/2006	N	7	4	10	21	52,50	42 °
BEATRIZ DE ABREU KASAI	0585906-9	18/12/2000	N	9	2	14	25	62,50	8 °
BIANCA DE SOUZA CONCEICAO	0714298-6	13/05/1988	N	7	2	12	21	52,50	33 °
CARMEM LUCIA DA SILVA FERREIRA	0677010-0	16/03/1966	N	6	1	13	20	50,00	44 °
CHRISTOPHER DA SILVA FREITAS	0532158-1	05/08/2004	N	4	3	14	21	52,50	30 °
CLEONILDA DE SOUSA NEGREIROS	0690210-3	13/04/1985	N	8	2	11	21	52,50	36 °
CRISTIANE FURTADO DE JESUS SOUSA	0673114-7	09/09/1980	N	7	1	17	25	62,50	6 °
DANILO VASCO DE ALMEIDA	0514750-6	08/02/2006	N	8	7	13	28	70,00	4 °
DIANA DA SILVA SANTOS	0581062-0	01/01/1982	N	8	4	14	26	65,00	5 °
ELIANA DA COSTA ARAUJO	0535644-0	21/12/1997	N	7	4	10	21	52,50	40 °
GABRIEL ANDRADE ALVES DA SILVA	0610872-5	06/03/1998	N	7	4	10	21	52,50	41 °
GABRIELLE RAISSA SILVA SANTOS	0565563-3	25/03/2000	N	5	4	12	21	52,50	35 °
GLENDA KARLA GARCIA CORREA	0657708-3	11/05/1992	N	7	6	17	30	75,00	2 °
JAQUELINE ALVES RUSSO	0589859-5	08/07/1997	N	8	2	14	24	60,00	13 °
JESSICA RODRIGUES DE SOUZA	0689665-0	28/11/1992	N	8	2	12	22	55,00	20 °
JOAO MARCIO FERREIRA BUENO	0692506-5	04/08/1965	N	6	5	9	20	50,00	49 °
JOYCE GONCALVES MARCAL	0513292-4	29/03/1997	N	5	5	11	21	52,50	38 °
JULIA FERNANDES ALVES	0690377-0	04/06/2003	N	7	4	13	24	60,00	15 °
KELLY CELINA LARANJEIRA DE ABREU	0576646-0	12/07/1975	N	7	3	12	22	55,00	21 °
KELWIN GABRIEL DOS SANTOS	0522068-8	24/02/2006	N	8	6	11	25	62,50	12 °
KETRYNE ISABELLE RODRIGUES ALBUQUERQUE	0538389-7	16/11/2002	N	4	3	13	20	50,00	45 °
LEANDRO JACINTO DO NASCIMENTO	0663097-9	07/03/1987	N	10	9	10	29	72,50	3 °
LETICIA ALVES DE ARAUJO	0691295-8	29/08/1994	N	7	3	11	21	52,50	37 °
LUIS GUSTAVO EVANGELISTA SILVA	0699834-8	05/05/1988	N	6	6	10	22	55,00	26 °
MARCELA SILVA DO AMARAL	0552603-5	30/05/2001	N	6	2	15	23	57,50	17 °
MATHEUS ENRIQUE DE OLIVEIRA	0710495-2	27/06/2002	N	6	10	15	31	77,50	1 °
MILENA CONCEICAO SIQUEIRA	0696779-5	19/04/1998	N	5	2	14	21	52,50	29 °
OTAVIO FERREIRA SA	0546199-5	28/05/2006	N	5	8	8	21	52,50	43 °
PABLINE SAMARA RIBEIRO LIMA	0686496-1	13/11/1989	N	7	3	14	24	60,00	14 °
PATRICIA FIGUEIREDO LIMA	0541322-2	05/10/1995	N	6	2	15	23	57,50	16 °
RADSON MIRANDA	0662399-9	02/02/1981	N	6	7	9	22	55,00	27 °

RODRIGUES										
RENAN RANIELLY DE PAULA SOUZA	0543577-3	23/11/1993	N	5	8	9	22	55,00	28 °	
RICARDO RENOLPHI OLIVEIRA	0699351-6	12/09/2006	N	5	4	11	20	50,00	48 °	
ROGERIO DIAS FERREIRA	0664938-6	25/01/1982	N	6	5	11	22	55,00	23 °	
ROGERIO HORN DE LIMA	0697664-6	26/02/1990	N	5	6	11	22	55,00	24 °	
SABRINA OLIVEIRA DOS SANTOS	0683313-6	09/10/2000	N	6	4	12	22	55,00	22 °	
SONIA MARIA VICENTE GONCALVES DA SILVA	0553862-9	29/07/1974	N	5	4	12	21	52,50	34 °	
SUNAMITA DO NASCIMENTO JERONIMO	0690576-5	17/02/2004	N	5	3	13	21	52,50	32 °	
TEREZINHA MARIA PEREIRA	0712331-0	06/08/1976	N	4	4	12	20	50,00	47 °	
THAIS SOKOLOWSKI	0708383-1	29/07/1981	N	7	1	12	20	50,00	46 °	
THIAGO AGUIAR DOMICIANO	0512115-9	23/06/1982	N	7	4	12	23	57,50	18 °	
VICTOR JOSE GRAZZIANO	0616993-7	02/12/2001	N	5	6	14	25	62,50	10 °	
AMORIM										
VITOR SOUSA PINHEIROS	0547275-0	17/07/1997	N	5	6	14	25	62,50	9 °	
WILSON PEDRO GIAQUINTO JUNIOR	0681826-9	20/11/1979	N	6	7	12	25	62,50	11 °	
WLIANA DA COSTA SILVA	0683349-7	09/09/1993	N	7	1	13	21	52,50	31 °	

3. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

O candidato que intencionar recorrer contra o resultado da classificação prévia, deverá utilizar somente o campo próprio para interposição de recursos, no site da Fundação VUNESP (www.vunesp.com.br), na “Área do Candidato – Recursos”, bem como seguir as instruções ali contidas.

O prazo para interposição de recurso deste resultado será de 2 dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data desta publicação.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

EDITAL DE RESULTADO DA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE INSCRIÇÃO NA CONDIÇÃO DE CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E DAS SOLICITAÇÕES DE CONDIÇÃO ESPECIAL

A Prefeitura Municipal de Osasco DIVULGA, aos candidatos inscritos no Concurso Público nº 001/2025, o resultado da análise das solicitações de inscrição na condição de candidato com deficiência e das solicitações de condição especial para a realização da prova objetiva, conforme adiante:

1. SOLICITAÇÕES DE INSCRIÇÃO NA CONDIÇÃO DE CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15870553	Adriana Antunes Alvares	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15346773	Adriana Damasio Martins	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15977021	Adriana Dos Santos Pires Gregorio	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13523767	Adriana Maria Da Silva Pereira Vitorio	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15924769	Adriano Souza Dos Anjos	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15035883	Agmaroes Pinheiro De Oliveira	Oficial de Escola	Deferido.
12867560	Alberto Pelosi Pires Sylvestre	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Deferido.
15979938	Alberto Silva Abreu	Zelador de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14069865	Alexandre Cosme Manoel	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14458446	Aline Cristiane Sanches Domingues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12551074	Allan Casagrande	Oficial de Escola	Deferido.
14568136	Ana Alice Rodrigues De Lima	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15972380	Ana Beatriz Candido Costa	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CRM do profissional médico responsável pela emissão do laudo).
12401250	Ana Caroline Voltani	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14769107	Ana Luiza Matias Guaiati	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12491799	Ana Maria Pradella Fonseca De Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14587939	Ana Patricia Da Conceicao Monteiro	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15721744	Ana Paula Goncalves Pereira	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14360535	Ana Paula Rodrigues Lopes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13021290	Ana Paula Vargas Felix	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15960153	Analicio De Jesus Silva Saraiva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém assinatura do profissional médico responsável pela emissão do laudo).
13093347	Anderson Aguillar Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Deferido.
12413895	Andre Luiz Inacio Da Cruz	Servente de Escola	Deferido.
12806170	Andrea Arten Leao	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Mental	Deferido.
12871745	Angelica Rodrigues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15847349	Angelica Rodrigues	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
12653918	Antonio Marcos De Sousa	Zelador de Escola	Deferido.
13630768	Ariadne Leite Yokada	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15688135	Ariane Barrence Da Silva	Oficial de Escola	Deferido.
13207466	Barbara Chaves Da Rocha	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15447251	Beatriz Luciana Da Silva	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14787857	Bianca Costa Silva Franca	Oficial de Escola	Deferido.
12506974	Bruna Dos Santos Cardoso Da Silva	Servente de Escola	Deferido.
15785963	Bruno Da Silva Conceicao	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Deferido.
14486482	Bruno Franklim Nascimento	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15527018	Caio Dantas Rodrigues	Oficial de Escola	Deferido.
13328778	Camila Cassiano Casari Laranjo	Professor Adjunto de Educação Básica II – Inglês	Deferido.
15815030	Camila Dos Santos Guerra	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise.
14777274	Camila Isaias Da Silva	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CRM do profissional médico responsável pela emissão do laudo).
14943891	Carlos Henrique Matos Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Deferido.
14197472	Carolina Ribeiro Da Silva Alves	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13398806	Caroline Cassimiro De Paula	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém nome do profissional médico responsável pela emissão do laudo).
15965376	Catia Benoni Ferreira Da Silva Soares	Servente de Escola	Deferido.
15960706	Catia De Souza Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
12452793	Caua Sidrao Siqueira Barbosa	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CID).
12394874	Cibele Ferreira Carvalho Do Amaral	Professor Adjunto de Educação Básica II – Inglês	Deferido.
14848384	Cirleia Santos De Vasconcelos Lima	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15529967	Cirlene Barbosa Dos Santos	Oficial de Escola	Deferido.
15531031	Cirlene Barbosa Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15921182	Clarissa Aparecida Soares De Melo	Oficial de Escola	Deferido.
15921891	Clarissa Aparecida Soares De Melo	Servente de Escola	Deferido.
13400894	Cleber De Assis Da Silva	Oficial de Escola	Deferido.
12589594	Clotilde Carvalho	Oficial de Escola	Deferido.
15858375	Cristiane Aparecida Simao	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido.
12504645	Cristiane Mateus Nunes	Oficial de Escola	Deferido.
12494992	Daniel Rodrigues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15075923	Daniela Cristina De Souza Silva	Oficial de Escola	Deferido.
14933578	Daniela Domingues Leao Rego	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12568236	Daniela Maria Feliciano Di Petta	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15784819	Daniela Paiva De Andrade	Oficial de Escola	Deferido.
15833186	Daniele Cristina De Lima	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12988995	Davi Alves Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Mental	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15783405	David Marques De Oliveira	Oficial de Escola	Deferido.
12731838	Debora Goncalves Govea	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
13421735	Debora Rosendo Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido.
13782312	Debora Vidal Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13575430	Denise Vitorio Da Silva Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15181260	Denize Pires Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12552925	Dione Sandim Gomes Horochk	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15425495	Dulcineia Miranda De Paula	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CID).
15878937	Dulcineia Miranda De Paula	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CID).
15981142	Edilaine Dos Santos Maia Viana	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12624683	Edjane Ferreira Da Silva	Oficial de Escola	Deferido.
14792869	Edna Ferreira Da Mota	Oficial de Escola	Deferido.
15978176	Eduardo De Santana	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13299069	Edvaldo Jose Antonio Fernandes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15739775	Egivanía Portela De Souza Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12992305	Eliete Ferreira Borges	Oficial de Escola	Deferido.
15037657	Elisabete Ribeiro Farias	Oficial de Escola	Deferido.
12781150	Elisangela Dos Santos Barata	Zelador de Escola	Deferido.
14614839	Elizabete Alves Guilherme	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15909271	Elizama Santos Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
14097680	Emanuela Luiza Lopes	Oficial de Escola	Deferido.
12479446	Emieri Otavio De Souza Lemos	Oficial de Escola	Deferido.
14586649	Erick De Figueiredo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15863492	Erika Dos Santos Goncalves	Oficial de Escola	Deferido.
15949850	Erika Juvenal Barbosa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12431109	Fabio Gomes Reginaldo	Oficial de Escola	Deferido.
14367580	Fernanda Machado Chaves	Oficial de Escola	Deferido.
12925128	Fernanda Spagiari De Moraes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14174545	Flavio Roberto Dos Santos	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12557331	Francisca Fabiana Costa Torres	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12845132	Francisca Fernandes Demetrio	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14052431	Francisco D Ugo Miele Gentil Vieira	Oficial de Escola	Deferido.
12406325	Gabriel Araujo Gregorio	Zelador de Escola	Deferido.
15750337	Gabriel Leandro Borges Alexandre	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14704579	Gabriel Martins Dos Santos	Oficial de Escola	Deferido.
14797321	Gabrielle Da Silva Carneiro	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise.
12386928	Gabrielly Carina Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido, conforme disposto no item 6.9, alínea “a”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não serão avaliados documentos ilegíveis e/ou com rasuras ou provenientes de arquivo corrompido.
15970868	Gabrielly Carina Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15918661	Geise Ferreira Do Nascimento	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14418827	Genirlene De Almeida Carvalho Belarmino	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15966291	Geovane Mariano De Lima	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Deferido.
15970310	Gerlei Sousa Fernandes	Oficial de Escola	Deferido.
12724270	Gilberto Faria	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Mental	Deferido.
12389501	Gisele Pereira De Sousa	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15530787	Gracy Cardoso Simoes De Carvalho	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14369370	Greyce Ellen Brochado Araujo De Souza	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14148498	Gustavo Estevam Arantes Goncalves	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15889327	Gustavo Henrique Teixeira Lopes	Oficial de Escola	Deferido.
12670499	Hulda Pereira De Araujo	Oficial de Escola	Deferido.
15967352	Humberto De Almeida Gomes	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14847965	Ionas Alves Pereira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12851809	Irislandia Dos Santos Rodrigues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15795667	Ivana Gomes Moura	Oficial de Escola	Deferido.
15772128	Ivanilde Pereira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15618080	Jacqueline Goncalves Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14747707	Jadson Alves Dos Santos Junior	Oficial de Escola	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
12531081	Jailma Inacio Silva Melo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15828123	Jair Aires	Zelador de Escola	Deferido.
13675877	Jairo Holandino De Vasconcelos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13681044	Jairo Holandino De Vasconcelos	Oficial de Escola	Deferido.
15973093	Jean Carlos Rodrigues Bezerra	Oficial de Escola	Deferido.
12401870	Jeferson Escheterhof Freire	Zelador de Escola	Deferido.
15457753	Jefferson Luis Laudino Silva	Oficial de Escola	Deferido.
12393770	Jessica Lemes Azevedo Marcuzzo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15909883	Joao Victor Silva Custodio	Oficial de Escola	Deferido.
12815691	Jorge Gabriel Dos Santos Barata	Oficial de Escola	Deferido.
12971847	Jose Adriano Da Silva	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15944654	Jose Arnor Barbosa Macedo	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15733734	Joseneide Lima Carvalho	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12435848	Josileine Dos Santos Mota	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12466760	Josina Alves Da Silva	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15779890	Julia Maria Pereira Gueiros Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Auditiva	Deferido.
12439444	Julia Nathamy Do Nascimento	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15618781	Juliana Aparecida Gaia De Santana	Oficial de Escola	Deferido.
15875210	Juliana Ferreira Correia	Oficial de Escola	Deferido.
12531421	Juliana Francisquete	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
14741172	Juliana Leonardo Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CID/não contém assinatura do profissional médico responsável pela emissão do laudo/não contém nome do profissional médico responsável e/ou CRM do profissional médico responsável pela emissão do laudo).
15765598	Juliana Maria Rio Branco Tamas	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14458624	Julio Soares	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14231697	Jurandir Carlos Da Silva	Zelador de Escola	Deferido.
15273920	Karina Nagai Ferreira Roma	Oficial de Escola	Deferido.
15210235	Kassia Gracielle Barbosa Dos Santos	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12743810	Kathy Antunes Pereira	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CID). Indeferido, conforme disposto no item 6.9, alínea "a", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não serão avaliados documentos ilegíveis e/ou com rasuras ou provenientes de arquivo corrompido.
15815773	Katia Barbosa Ventura	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15860914	Katia Cesaria De Anduja	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15832198	Kayque De Lima Gois	Oficial de Escola	Deferido.
12435414	Kelly Cristina Da Costa	Oficial de Escola	Deferido.
15827453	Kelly Cristina De Oliveira	Oficial de Escola	Deferido.
13892320	Kelly Rosane De Souza Azevedo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13023586	Laiza Andrade Pires	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
12674893	Lara Coimbra Amaral	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13231049	Larissa Lopes Leal	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12666033	Larissa Paula Alves	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13066250	Leonardo Henrique Ferreira Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido.
14937980	Leonardo Santos Sirqueira	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12897132	Leopoldina Lira Lopes Pereira	Oficial de Escola	Deferido.
13611747	Leticia Gozalo De Araujo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12391948	Lilian Rocha Gazoli	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15740447	Lislian D Rine Neres Soares Da Silva	Servente de Escola	Deferido.
12816507	Livia De Sousa Silva	Oficial de Escola	Deferido.
12445770	Lucas Benevides Woltersdorf Lino	Oficial de Escola	Deferido.
12746452	Lucas Goncalves Da Silva	Servente de Escola	Deferido.
13784340	Lucas Matheus Dos Santos Souza	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15976823	Lucas Moura Vilela	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15748464	Lucas Pereira De Barros	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15809595	Luciana Correia Scalise	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise.
14070596	Luciana Costa Silva Da Trindade	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
13064932	Luciana Elias Ferreira Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13633902	Luciana Soares Dias	Servente de Escola	Deferido.
15957560	Luciano Alves Fernandes	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14646625	Luciano Vincenzo Costa Urso	Servente de Escola	Deferido.
13426206	Luis Antonio Marinho	Servente de Escola	Deferido.
15833100	Luis Paulo Moraes Da Silva	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15597687	Luiz Felipe De Moura Carvalho	Servente de Escola	Deferido.
14730898	Luke Carvalho Prestes	Oficial de Escola	Deferido.
15106020	Luzia Barbosa Vasconcelos Dias	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14294184	Luzinete De Sousa	Oficial de Escola	Deferido.
14297086	Luzinete Dejesus	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15030962	Luzinete Neres Santana De Almeida	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15485552	Marcelo Ferreira Dantas	Servente de Escola	Deferido.
12434140	Marcia Aparecida Da Silva Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15617734	Marcia Regina Vaz	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14436957	Marcio Yamazaki Correia	Professor Adjunto de Educação Básica II – Inglês	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15815269	Marco Antonio De Queiroz Pataro Moraes	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Auditiva	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14535483	Marcos Henrique Xavier Junior	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13219685	Marcos Massari	Zelador de Escola	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15754499	Maria Aparecida Carvalho De Assis	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CID).
15420930	Maria Aparecida Da Silva	Oficial de Escola	Deferido.
15831760	Maria Aparecida Goncalves Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14802619	Maria Augusta Ferreira Marassi	Oficial de Escola	Deferido.
15088170	Maria Caroline Ribeiro Ferraz	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15879348	Maria Das Gracas Dos Santos Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15306100	Maria Das Gracas Machado Miranda Cardoso	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12520861	Maria Edjane Bezerra	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14567814	Maria Luara Conceicao Nascimento Silva	Oficial de Escola	Deferido.
13200836	Maria Luisa Mota Gan	Professor Adjunto de Educação Básica II – Inglês	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15826805	Maria Margareth Rodrigues Teixeira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14209870	Maria Victoria Myrella Queiroz Margarido	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12461571	Marina Jocelia De Lima Farias Galvao	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12405566	Mariselma Bernardo Da Silva	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14215071	Matheus Duarte Bomfim	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12739294	Matheus Santos Do Rosario	Oficial de Escola	Deferido.
14249014	Mathias Nery Serafim De Lima	Zelador de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15923665	Mauricio Laurindo	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15425908	Mauricio Nunes Vieira Ramos	Zelador de Escola	Deferido.
12689769	Mayara Veloso Cardoso	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12827193	Maycom Luiz De Sa Mereles	Zelador de Escola	Deferido.
12845922	Maycom Luiz De Sa Mereles	Oficial de Escola	Deferido.
14689987	Mesias Dias Lima De Jesus	Oficial de Escola	Deferido.
15801420	Moises Silva Santana	Oficial de Escola	Deferido.
12951870	Monica Souza Da Costa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CID).
12845787	Naize De Freitas Sousa	Oficial de Escola	Deferido.
15811115	Natalia Nespatti	Servente de Escola	Deferido.
14741768	Natanael Florentino Dos Santos	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12444910	Nathalia Rodrigues Pinheiro Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12703630	Natiane Pereira Pires Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém o CID/não contém o nome completo do candidato/não contém assinatura do profissional médico responsável pela emissão do laudo/não contém nome do profissional médico responsável pela emissão do laudo /não contém o CRM do profissional médico responsável pela emissão do laudo).
12447811	Nayara Leticia Campos Pantana	Oficial de Escola	Deferido.
14065428	Nilson Da Silva Amorim	Oficial de Escola	Deferido.
12573027	Nilva Da Silva Cardoso	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Auditiva	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15846580	Nivia Da Silva Alcantara	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14436515	Noemi Maciel Conceicao Santos	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Mental	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15419550	Orlando Aljonas Marangoni	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15882519	Osmar Fogaca De Oliveira	Zelador de Escola	Deferido.
15873595	Osnilde Lima Goncalves	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12711713	Patricia Cardoso Augusto Barbosa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13221914	Patricia Vasconcelos Elias Mendes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15917827	Paula Aparecida Estevao C S S Pimentel	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Auditiva	Deferido.
12452106	Paulo Mattos Da Silva Gomes	Oficial de Escola	Deferido.
12585521	Pedro Johann Woltersdorf Lino Almeida	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15870146	Pedro Lucas De Godoy Contarini Dos Santos	Oficial de Escola	Deferido.
15241521	Pedro Lucas Felipe De Almeida	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12453439	Priscila Costa De Santana	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15452204	Rafael Abreu Bezerra De Menezes	Oficial de Escola	Deferido.
13543580	Rafael Kaoro Sugiura	Zelador de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12409545	Raissa Fiori Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12412430	Raissa Fiori Silva	Oficial de Escola	Deferido.
12722910	Renan Jesus Trindade Lima	Oficial de Escola	Deferido.
12487783	Rita De Cassia Goncalves Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12488275	Rita De Cassia Goncalves Dos Santos	Oficial de Escola	Deferido.
15439984	Rodrigo Hiroshi Roemera Hotta	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido.
12928151	Rosalia Ferreira De De Jesus	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15395898	Rosana Rodrigues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13559800	Rosângela Aparecida De Souza Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14059649	Rosemeire Anastácio De Melo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14095599	Rosinete Rodrigues Teixeira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14035502	Saara Raquel Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Deferido.
15008860	Sabrina De Fatima Cruz	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14716020	Sandra Maria De Lima Reguengo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12841617	Sandra Silva E Melo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14314932	Sandra Xavier De Arruda Candido	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Mental	Deferido.
12631892	Santana Ferreira De Oliveira Pereira	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12815241	Sara Reis Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12480258	Shirlane Aparecida Lemos Rodrigues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13249657	Shirley Soares Silva Costa	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5.1 do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: o laudo médico encaminhado está em desacordo ao solicitado (não contém assinatura do profissional médico responsável pela emissão do laudo/não contém nome do profissional médico responsável pela emissão do laudo /não contém o CRM do profissional médico responsável pela emissão do laudo).
12443751	Silvana Da Silva Barboza	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Deferido.
15918858	Silvia Regina Da Rosa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea "c", do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13052101	Simone Maria Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12814733	Simone Moura Leite De Souza	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
14097591	Simone Rodrigues Matias De Souza	Oficial de Escola	Deferido.
13489801	Solange Bispo Magalhaes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14982285	Solange Dos Reis Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14098695	Sonia Josefa De Sousa	Oficial de Escola	Deferido.
15806200	Sonia Josefa De Sousa	Zelador de Escola	Deferido.
15900096	Sonia Regina Resende	Oficial de Escola	Deferido.
13077082	Stefanny Cerqueira Azevedo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12509302	Stephany Grossi	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14478714	Susi Maria Duarte Stephano	Oficial de Escola	Deferido.
14957019	Tania Goncalves De Moraes	Servente de Escola	Deferido.
14024080	Tatiane Goncalves Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido.
15560830	Thais Julia Salicio	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15923746	Thiago Silva Lopes	Zelador de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14354853	Tiago Ferreira Dantas	Servente de Escola	Deferido.
14746697	Vagner Dione Clementino Da Cruz	Zelador de Escola	Deferido.
14194058	Valdir Luna Da Silva	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13938304	Valmira Teixeira De Sousa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15318249	Valquiria Gomes Da Silva	Oficial de Escola	Deferido.
14716364	Vanessa Alessandra Ciccato Fernandes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
13098373	Vanessa Passos De Araujo Mota	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
13176331	Vera Lucia Lima Bastos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
14838052	Victor Andrade Da Silva	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15844900	Victor Dos Passos Araujo De Moura	Oficial de Escola	Deferido.
14472732	Victor Muniz Longman	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
15967786	Victor Novais Pimentel	Oficial de Escola	Deferido.
15353290	Victor Petroni Brito	Oficial de Escola	Deferido.
14723530	Vilma Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
12515051	Vitoria Maximiano Siqueira	Oficial de Escola	Deferido.
12591572	Wagner Jose Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido.
12423629	Waleska Costa Reis Cesna	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido.
15396851	Wender Ferreira De Souza	Oficial de Escola	Deferido.
14134403	Wilson Teixeira De Azevedo Junior	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14713179	Yasmin Maria Nunes Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.5, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise

2. SOLICITAÇÕES DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
14100436	Adriana Candido De Jesus	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15977021	Adriana Dos Santos Pires Gregorio	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
15833941	Adriana Nunes Mendes	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Mental	Deferido: local de fácil acesso. Deferido: cadeira adicional para apoio.
15866459	Alda Artemisia De Araujo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 28.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
12798576	Alexsandro Lemos Dos Santos	Oficial de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (mesa e carteira separada).
13460978	Aline De Azevedo Costa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 20.
14445190	Alline Vaz Bonifacio	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 24.
14445328	Alline Vaz Bonifacio	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 24.
14568136	Ana Alice Rodrigues De Lima	Oficial de Escola	deferido:amamentação
12401250	Ana Caroline Voltani	Oficial de Escola	Deferido: local de fácil acesso.
14478161	Ana Gleide Araujo De Goes	Servente de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 20.
14769107	Ana Luiza Matias Guaiati	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: fiscal transcritor.
14447673	Ana Paula Aparecida Perez	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 16.
15948110	Ana Paula Da Silva	Oficial de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15555780	Ana Paula Nogueira Ferreira Gonzaga	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
14308380	Andrea Pereira Dos Santos Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: sentar-se longe da janela.
12736627	Antonio Ricardo Cavalcante De Albuquerque	Oficial de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (mesa e carteira separada).
15793796	Arianne Ribeiro Mazzola	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Visual	Indeferido: uso de adereço cultural/religioso por falta de especificação do tipo de adereço.
15045730	Beterson Goncalves Do Nascimento	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
12963119	Betijane De Sousa Silva De Santana	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 20.
13052225	Bruna Vanessa Da Costa	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15880320	Carla Cristina Camilo Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: uso de glicosímetro e medicação (insulina).
15910741	Carolina Chinarelli Campos Bezerra	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 16.
14402114	Caroline Alves Duraes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: uso de aparelho auditivo. Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
13192728	Cecilia Cristina De Moraes Batista	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
15953025	Celia Martins Vieira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20
15684130	Cilene Maria Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido: local de prova perto da residência, em atendimento ao item 4.1.3. do Capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições: o atendimento às condições especiais ficará sujeito à análise da razoabilidade e viabilidade do solicitado. Deferido: uso de almofada (a ser providenciada pela candidata). Deferido: sala próxima ao banheiro (de acordo com a disponibilidade do local).
13288903	Cintia Isabele Mariana Simiao Farias	Professor Adjunto de Educação Básica I	deferido: gestante se possível sala proxima ao banheiro e cadeira com assento alcochoado
14992051	Claudia Roberta Tavares	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 24.
15818608	Claudia Souza Dos Santos	Oficial de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
12589594	Clotilde Carvalho	Oficial de Escola	Deferido: local de fácil acesso.
15849597	Cristiana Da Silva Marques Guedes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15682501	Cristiane Machado	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
13268333	Cristiane Rosa Alves	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal ledor – fonte 24
14933578	Daniela Domingues Leao Rego	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
14199149	Debora Cristina Dos Santos	Servente de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20.
13782312	Debora Vidal Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
13113828	Deise Azevedo Andrade	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
12552925	Dione Sandim Gomes Horochk	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: fiscal ledor.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15981142	Edilaine Dos Santos Maia Viana	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
14772108	Edinaide Silveira Souza	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
12390976	Eduarda Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
13299069	Edvaldo Jose Antonio Fernandes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
15528375	Elaine Aparecida Martins Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 24.
14232421	Elaine De Oliveira Costa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
14044307	Elisangela Cristina De Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
14044129	Elisangela Da Silva Nascimento	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
12741442	Elizabel Dos Santos Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
15909271	Elizama Santos Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
14097680	Emanuela Luiza Lopes	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal transcritor – fonte 24.
15863492	Erika Dos Santos Goncalves	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20. Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
15926990	Erika Pereira Dos Santos	Servente de Escola	deferido:amamentação
12683310	Erlan Severino De Lira	Servente de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
14157888	Ester Eduarda Alves Santos	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
14679310	Evelyn Alana Evangelista De Andrade	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
12614700	Felipe Lobo Guerra	Oficial de Escola	Deferido: uso de glicosímetro e medicação (insulina).
15032337	Fernanda Da Cunha Peralta Siqueira	Oficial de Escola	Deferido: amamentação.
12416851	Flavia Cristina De Carvalho Souza	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
14809850	Franceane Santana	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 24.
15928020	Francilene Tenorio Ferreira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 24.
12557331	Francisca Fabiana Costa Torres	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido conforme disposto no item 8.2.2. do Edital de Abertura de Inscrições. O candidato somente poderá realizar as provas na data, horário, turma, sala e local constantes do Edital de Convocação a ser publicado oficialmente na Imprensa Oficial do Município de Osasco – IOMO (no endereço eletrônico www.osasco.sp.gov.br) e disponibilizado, como subsídio, no site da Fundação VUNESP (www.vunesp.com.br), não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
15750337	Gabriel Leandro Borges Alexandre	Oficial de Escola	Deferido: local de fácil acesso. Deferido: mobiliário adaptado (mesa e carteira separada).
12400840	Gabriela Marinho Mota	Oficial de Escola	Deferido: amamentação.
15592634	Gabriela Puliesi Estorce	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
14797321	Gabrielle Da Silva Carneiro	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
15957586	Geanine Farias Da Silva	Oficial de Escola	Deferido: amamentação
15918661	Geise Ferreira Do Nascimento	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido: local de fácil acesso.
15966291	Geovane Mariano De Lima	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Física	Deferido: fiscal ledor
12730645	Giasmini Balsante Raniti	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
15973808	Giovanna Carvalho Holanda	Oficial de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15850099	Gleice De Oliveira Leao	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: uso de glicosímetro e medicação (insulina).
15802515	Grasiela Aparecida Ramos Dos Santos	Oficial de Escola	Deferido: local de fácil acesso.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
14369370	Greyce Ellen Brochado Araujo De Souza	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: tempo adicional de até 60 minutos Deferido: sala separada. Deferido: uso de abafador de ruídos (mediante vistoria do Coordenador).
14148498	Gustavo Estevam Arantes Goncalves	Oficial de Escola	deferido: fiscal ledor
14824469	Helda Justiniana De Sousa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 28.
12851809	Irislandia Dos Santos Rodrigues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
15828123	Jair Aires	Zelador de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20.
12859052	Jamile De Souza Bechara	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
15807703	Janaina Rezaghi Da Silva Santos	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20.
14167549	Jefferson Douglas Sales Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15229254	Jessica Dos Santos Egidio	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
12815691	Jorge Gabriel Dos Santos Barata	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal ledor – fonte 24. Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
15733734	Joseneide Lima Carvalho	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
15732460	Julia Graziela Alves Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 24
15779890	Julia Maria Pereira Gueiros Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Auditiva	Deferido: fiscal intérprete de Libras.
14608405	Julia Rodrigues Nemeth	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (mesa e carteira separada).
12557188	Juliana Abdon Lopes	Servente de Escola	Deferido: amamentação.
15618781	Juliana Aparecida Gaia De Santana	Oficial de Escola	Deferido: local de fácil acesso.
15942872	Juliana Leao De Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: tempo adicional de até 60 minutos.
14741172	Juliana Leonardo Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
15765598	Juliana Maria Rio Branco Tamas	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: uso de aparelho auditivo.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
13891332	Jussara Da Conceicao Ricardo	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
14741997	Karina Alves Biasoli	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
12743810	Kathy Antunes Pereira	Oficial de Escola	Deferido: fiscal ledor.
15860914	Katia Cesaria De Anduja	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: local de fácil acesso.
12538442	Katiane Caroline Ruiz Buriti	Oficial de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (mesa e carteira separada).
12435414	Kelly Cristina Da Costa	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 24.
13892320	Kelly Rosane De Souza Azevedo	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: local de fácil acesso.
15851613	Kethellyn Pimentel Da Silva De Souza	Oficial de Escola	Indeferido: uso de calculadora básica.
15742318	Lais Medeiros Vieira Castro	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
12666033	Larissa Paula Alves	Oficial de Escola	Deferido: fiscal intérprete de Libras. Indeferido: uso de aparelho auditivo. Não atendeu ao disposto no item 6.10.1, alínea “b1”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de uso de aparelho auditivo.
13040596	Leia Machado De Oliveira Ferreira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
15076431	Leonardo De Angelo Ferreira	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20.
14937980	Leonardo Santos Sirqueira	Oficial de Escola	Deferido: Prova Impressa em Braille com Fiscal Ledor/Transcritor e software leitor de tela – NVDA.
13548174	Leticia Araujo Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
15791939	Lidiane Alves Da Silva	Servente de Escola	Deferido: amamentação.
12391948	Lilian Rocha Gazoli	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal ledor – fonte 20.
14029073	Luana Cristina Zagari De Freitas Brito	Oficial de Escola	Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15976823	Lucas Moura Vilela	Oficial de Escola	Deferido: auxílio no manuseio e transcrição das provas (fiscal transcritor). Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
15748464	Lucas Pereira De Barros	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
12644056	Lucas Silva De Camargo	Zelador de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15677192	Lucia Yuriko Kawabata	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (mesa e carteira separada). Deferido: Candidato autorizado a levar sua almofada.
14070596	Luciana Costa Silva Da Trindade	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
13633902	Luciana Soares Dias	Servente de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20.
15957560	Luciano Alves Fernandes	Oficial de Escola	Deferido: local de fácil acesso. Deferido: uso de muletas de apoio.
14646625	Luciano Vincenzo Costa Urso	Servente de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal ledor – fonte 28.
15833100	Luis Paulo Morais Da Silva	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
14730898	Luke Carvalho Prestes	Oficial de Escola	Deferido: fiscal ledor.
14294184	Luzinete De Sousa	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
15863999	Marcelo De Lira Feliciano	Servente de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
12434140	Marcia Aparecida Da Silva Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: uso de aparelho auditivo.
12984124	Marcia Regina Serrano Ribeiro	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 24.
14685426	Marco Antonio Alves De Araujo	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15815269	Marco Antonio De Queiroz Pataro Moraes	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Auditiva	Deferido: fiscal intérprete de Libras.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
14535483	Marcos Henrique Xavier Junior	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal transcritor – fonte 24.
15879348	Maria Das Gracas Dos Santos Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal ledor – fonte 20.
15432564	Maria Das Montanhas Da Silva Santos	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
15288323	Maria Do Carmo Da Silva Pereira	Oficial de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
12659924	Maria Dos Anjos Pereira Otoni	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
12520861	Maria Edjane Bezerra	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal transcritor – fonte 20.
14724146	Maria Genilza Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
15899209	Maria Lopes Da Silva Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita
12716405	Marilene Oliveira Jesus Teixeira	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Mental	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15425908	Mauricio Nunes Vieira Ramos	Zelador de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20
15868052	Michelly Karolyne De Oliveira Teixeira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: uso de glicosímetro e medicação (insulina).
15868702	Monica De Abreu	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Mental	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 20.
15930998	Natalia Da Silva Sena	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
12703630	Natiane Pereira Pires Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: auxílio no manuseio e transcrição das provas (fiscal transcritor).
15882519	Osmar Fogaca De Oliveira	Zelador de Escola	Deferido: fiscal intérprete de Libras
14892995	Pamela Natany Da Silva Souza	Oficial de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15681858	Pammella Nayara Alepique Serra	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (mesa e carteira separada).
15681920	Pammella Nayara Alepique Serra	Oficial de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (mesa e carteira separada).
12711713	Patricia Cardoso Augusto Barbosa	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
13376950	Patricia De Jesus	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 16.
15917827	Paula Aparecida Estevao C S S Pimentel	Professor Adjunto de Educação Básica II - Deficiência Auditiva	Deferido: local de fácil acesso.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
12452106	Paulo Mattos Da Silva Gomes	Oficial de Escola	Deferido: uso de aparelho auditivo.
12595292	Pedro Henrique Cabral Pedutti	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa para daltônico.
13543580	Rafael Kaoro Sugiura	Zelador de Escola	Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
14037637	Ricardo Magalhaes Lima	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
12526452	Rita Maria Silva Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
12419214	Rodrigo Augusto Terra	Servente de Escola	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15903362	Rosana Maria Gomes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
15298809	Roseli De Jesus Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
15300226	Roseli De Jesus Silva	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
15905624	Selma Maria Da Silva Rodrigues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
15473619	Silene Lopes Do Nascimento Garcia	Professor Adjunto de Educação Básica II – Inglês	deferido: sentar-se próximo à janela, de acordo com a disponibilidade da sala
15854000	Silvani Rosa Ribeiro Dias	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
14685469	Simone Bezerra De Souza	Servente de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal ledor – fonte 24.
12504017	Sonia Aparecida Pereira Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
15900096	Sonia Regina Resende	Oficial de Escola	Deferido: uso de aparelho auditivo
12509302	Stephany Grossi	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
14560798	Sthephany Maiden De Sousa Alves Fernandes De Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não especificou a condição especial de que necessita.
14478714	Susi Maria Duarte Stephano	Oficial de Escola	Deferido: tempo adicional de até 60 minutos, sala separada e mobiliário adaptado (mesa e carteira separada).
15945529	Suzan Melissa Gualberto Ferreira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
15585603	Suzane Fogaca Moraes	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 24.
14554151	Tamara Almeida De Santana Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: amamentação.
14957019	Tania Goncalves De Moraes	Servente de Escola	Indeferido: tempo adicional. Não atendeu ao disposto no item 6.7.1, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: no laudo médico encaminhado não consta solicitação de tempo adicional.
14024080	Tatiane Goncalves Da Silva	Professor Adjunto de Educação Básica II - Educação Artística	Deferido: uso de aparelho auditivo.
12725331	Telma Souza Pena Ferreira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados com fiscal leitor – fonte 16
14196174	Valquiria Aparecida Valente Braga De Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 16.
13147897	Valquiria Pinto Mendes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
14716364	Vanessa Alessandra Ciccato Fernandes	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: uso de aparelho auditivo.
14410117	Vanessa Lopes Rodrigues	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: auxílio no manuseio e transcrição das provas (fiscal transcritor).
15690717	Vanessa Mendes Dos Santos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: mobiliário adaptado (carteira de canhoto).
13098373	Vanessa Passos De Araujo Mota	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 24.
15917991	Vania Dias Santos Silva	Professor Adjunto de Educação Básica I	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
15340490	Vera Lucia Gomes	Zelador de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 20.
15583554	Vera Lucia Gomes	Oficial de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 20.
13176331	Vera Lucia Lima Bastos	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 16.
15858537	Vinicius Matheus Da Silva Lima	Servente de Escola	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15917592	Yara Lilian Da Silva Souza	Servente de Escola	Deferido: prova impressa em caracteres ampliados sem fiscal leitor – fonte 20
14713179	Yasmin Maria Nunes Oliveira	Professor Adjunto de Educação Básica I	Deferido: sala separada.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2025

EDITAL DE RESULTADO DA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE INSCRIÇÃO NA CONDIÇÃO DE CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E DAS SOLICITAÇÕES DE CONDIÇÃO ESPECIAL

A Prefeitura Municipal de Osasco DIVULGA, aos candidatos inscritos no Concurso Público nº 002/2025, o resultado da análise das solicitações de inscrição na condição de candidato com deficiência e das solicitações de condição especial para a realização da prova objetiva, conforme adiante:

1. SOLICITAÇÕES DE INSCRIÇÃO NA CONDIÇÃO DE CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
15547701	Danny Kelso Tejada	Médico Psiquiatra Plantonista	Deferido
12864730	Fabio Keven Baptista Cassara	Técnico em Farmácia	Deferido
13961438	Haissa Almeida Mindelli	Técnico em Farmácia	Deferido
14111012	Katiane Souza Benicio	Médico Psiquiatra Plantonista	Deferido
14032104	Lucrecia Goncalves Alves	Técnico de Enfermagem do Trabalho	Deferido
12458660	Mabson Breno Lopes	Técnico em Farmácia	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.6, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
15854175	Michele Cristiane Mateus	Técnico de Enfermagem do Trabalho	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.6, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
13132245	Ricardo Ilva Barreto	Técnico em Farmácia	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 6.6, alínea “c”, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico para análise
14647575	Sandro Hideki Takahashi	Técnico em Farmácia	Deferido

2. SOLICITAÇÕES DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

Inscrição	Nome	Nome Opção	Resultado / Justificativa da Análise
13961438	Haissa Almeida Mindelli	Técnico em Farmácia	Indeferido. Não atendeu ao disposto no item 5.1.1, alínea “b”, do Capítulo V, do Edital de Abertura de Inscrições: não encaminhou laudo médico/documentação comprobatória para análise.
14032104	Lucrecia Goncalves Alves	Técnico de Enfermagem do Trabalho	Deferido: Fiscal Ledor.
14913941	Semira Brum Ribeiro	Médico do Trabalho	Deferido: tempo adicional de até 60 minutos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

RERRATIFICAÇÃO

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 4326 / 2025

GERSON PESSOA, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RERRATIFICA a Portaria de Nomeação nº 4326 / 2025 para o cargo AGENTE DE TRÂNSITO, publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco – Edição nº 2921, de 03/11/2025, para informar o que segue:

Onde se lê:

... jornada de 40 horas semanais, o(a) senhor(a) abaixo relacionado(a):

CLASS	NOME	CPF
6º PCD	DANIELA OLIVEIRA DE PAULA MILOGRAMA	190*****28

Leia-se:

... jornada de 40 horas semanais, em deferimento expedido pela Secretaria de Administração deste Município no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202502025174**, o(a) senhor(a) abaixo relacionado(a):

CLASS	NOME	CPF
6º PCD	DANIELA OLIVEIRA DE PAULA MILOGRAMA	190*****28

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ficam ratificadas as demais informações constantes na Portaria de Nomeação nº 4326 / 2025 para o cargo de AGENTE DE TRÂNSITO.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido a presente rerratificação.

Osasco, 5 de novembro de 2025.

GERSON PESSOA

Prefeitura do Município de Osasco

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**RERRATIFICAÇÃO****CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2023****RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE TRÂNSITO**

O Secretário de Administração no uso de suas atribuições legais, RERRATIFICA o Edital de convocação para o cargo de AGENTE DE TRÂNSITO, publicado na Imprensa Oficial do Município de Osasco – Edição nº 2916, de 22/10/2025, para informar o que segue:

Onde se lê:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202402000158

Leia-se:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202502025174

Ficam ratificadas as demais informações constantes no Edital de convocação para o cargo de AGENTE DE TRÂNSITO.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Osasco, 5 de novembro de 2025.

CLÁUDIO MONTEIRO JUNIOR
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**"ATO DO SECRETÁRIO"****PROCESSO ADMINISTRATIVO 2486/2025****INTERESSADO:** SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**ASSUNTO:** Contratação de Vaga em Instituição de Longa Permanência para Idoso – ILPI – para **Sra Maria Aparecida dos Santos**.**DESPACHO**

A vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, com fundamento no Artigo 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, **AUTORIZO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação por inexigibilidade de licitação da empresa **CASA DE REPOUSO ALVORECER LTDA.**, declarada vencedora, inscrita no CNPJ n. 09.130.247/0001-05, pelo valor mensal de R\$5.881,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta e um reais), por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um valor total de R\$70.572,00 (setenta mil, quinhentos e setenta e dois reais), para instituição de Longa Permanência para Idosa – ILPI – para Sra . Maria Aparecida dos Santos

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à SECRETARIA DE FINANÇAS, para providências cabíveis.

Osasco, 03 de novembro de 2025

José Carlos Vido

Secretário de Assistência Social



"ATO DO SECRETÁRIO"

PROCESSO ADMINISTRATIVO 2645/2025**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**ASSUNTO:** Contratação de Vaga em Instituição de Longa Permanência para Idoso – ILPI – para **Sra Iracema Germano**.

DESPACHO

A vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, com fundamento no Artigo 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, **AUTORIZO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação por inexigibilidade de licitação da empresa **CASA DE REPOUSO RENASCER NA TERCEIRA IDADE LTDA**, declarada vencedora, inscrita no CNPJ n. 05.562.427/0001-05, pelo valor mensal de R\$7.000,00 (sete mil reais), por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um valor total de R\$84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), para instituição de Longa Permanência para Idosa – ILPI – para Sra Iracema Germano.

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à SECRETARIA DE FINANÇAS, para providências cabíveis.

Osasco, 03 de novembro de 2025

José Carlos Vido

Secretário de Assistência Social



"ATO DO SECRETÁRIO"

PROCESSO ADMINISTRATIVO 2646/2025

INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ASSUNTO: Contratação de Vaga em Instituição de Longa Permanência para Idoso – ILPI – para **Sra Joana Carolina Barbosa dos Santos**.

DESPACHO

A vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, com fundamento no Artigo 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, **AUTORIZO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação por inexigibilidade de licitação da empresa **CASA DE REPOUSO RENASCER NA TERCEIRA IDADE LTDA**, declarada vencedora, inscrita no CNPJ n. 05.562.427/0001-05, pelo valor mensal de R\$7.000,00 (sete mil reais), por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um valor total de R\$84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), para instituição de Longa Permanência para Idosa – ILPI – para Sra . Joana Carolina Barbosa dos Santos

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à SECRETARIA DE FINANÇAS, para providências cabíveis.

Osasco, 03 de novembro de 2025

José Carlos Vido

Secretário de Assistência Social



ATO DO SECRETÁRIO

PROCESSO ADM Nº 0950/2025

INTERESSADO: Secretaria de Assistência Social

ASSUNTO: Celebração de Termo de Colaboração por Dispensa de Chamamento Público

DESPACHO

I - Considerando os elementos que constam do Processo Administrativo em referência, em face ao parecer da Controladoria Geral do Município, assim como parecer da Procuradoria Consultiva, **AUTORIZO** a celebração de Termo de Fomento por Dispensa de Chamamento Público, a ser firmado com a OSC “**Associação Nego Drama**” inscrita no CNPJ 52.841.761/0001-70”, pelo valor de R\$ 364.869,98 (trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos), por 12 (doze) meses.

II - **PUBLIQUE-SE**; e a seguir encaminhe o presente à Secretária de Finanças para empenho.

III - Com posterior envio à PGM, para elaboração de respectivo Termo/Contrato.

Osasco, 30 de outubro de 2025.

José Carlos Vido

Secretário de Assistência Social



"ATO DO SECRETÁRIO"

PROCESSO ADMINISTRATIVO 2384/2025

INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ASSUNTO: Contratação de Vaga em Instituição de Longa Permanência para Idoso – ILPI – para Sra Maria das Graças Felipe de Melo.

DESPACHO

A vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, com fundamento no Artigo 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, **AUTORIZO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação por inexigibilidade de licitação da empresa **CASA DE REPOUSO MONTE HOREBE LTDA**, declarada vencedora, inscrita no CNPJ n. 01.137.380/0001-73, pelo valor mensal de R\$5.255,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais), por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um valor total de R\$63.060,00 (sessenta e três mil e sessenta reais), para instituição de Longa Permanência para Idoso – ILPI – para Sra Maria das Graças Felipe de Melo.

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à SECRETARIA DE FINANÇAS, para providências cabíveis.

Osasco, 03 de novembro de 2025

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social



DGA - Diretoria de Gestão Administrativa

"ATO DO SECRETÁRIO"

PROCESSO ADMINISTRATIVO 01.730/2025

INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ASSUNTO: Aquisição de Equipamentos de Informática Para Atendimento das Demandas da Vigilância Socioassistencial - SUAS.

"AUTORIZAÇÃO DE COMPRA"

A vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, com fundamento no Artigo 75, Inciso II, em atendimento ao disposto no Artigo 72, Inciso VIII, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, **AUTORIZO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação direta das empresas: **28.964.155 SILVIA APARECIDA FORTUNATO, CROMA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS** e **57.907.399 JOSÉ FERREIRA VIANA**, declaradas vencedoras, inscritas nos respectivos **CNPJ's 28.964.155/0001-67, 11.855.692/0001-76 e 57.907.399/0001-06**, pelos valores de **R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais), R\$ 887,52 (Oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) e R\$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais)**, Aquisição de Equipamentos de Informática Para Atendimento das Demandas da Vigilância Socioassistencial - SUAS.

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à SECRETARIA DE FINANÇAS, para providências cabíveis.

Osasco, 03 de novembro de 2025

José Carlos Vido
Secretário de Assistência Social

SECRETARIA DA CULTURA

Secretaria de
Cultura

DESPACHO AUTORIZATIVO

Processo Administrativo nº 2667/2025

Interessado: Secretaria de Cultura

Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 09/2024 – CIM.AMLAP

Considerando:

I – A necessidade de climatização adequada de ambientes nos equipamentos culturais administrados por esta Pasta, garantindo melhores condições de atendimento ao público, bem como de saúde e segurança ocupacional dos servidores;

II – A Ata de Registro de Preços nº 09/2024, originada do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2024, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Associação dos Municípios do Litoral Agreste Potiguar – **CIM.AMLAP**, que contempla aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado, conforme Termo de Referência constante dos autos;

III – O Termo de Anuência da empresa **O Moveleiro Cia Ltda**, inscrita no CNPJ nº 08.773.990/0001-02, autorizando a adesão à referida Ata e garantindo a capacidade de fornecimento e manutenção do equilíbrio contratual, para fornecimento dos itens constantes do **Lote 01**, totalizando **R\$ 198.150,00 (cento e noventa e oito mil cento e cinquenta reais)**;

TERMO DE ANUÊNCIA - PREF. DE OSASCO

IV – A vantajosidade econômica demonstrada pelos preços registrados, a padronização e a celeridade processual que a adesão proporciona, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público;

V – O disposto no **art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que autoriza o uso do sistema de registro de preços por órgãos não participantes mediante autorização do órgão gerenciador;

VI – O disposto no **art. 161 do Decreto Municipal nº 13.877/2023**, que condiciona a adesão à Ata de Registro de Preços à autorização expressa da autoridade máxima do órgão requisitante, com demonstração de necessidade e justificativa de vantajosidade;

RESOLVO:

1. **AUTORIZAR** a adesão da Secretaria de Cultura do Município de Osasco à **Ata de Registro de Preços nº 09/2024 – CIM.AMLAP**, em favor da empresa O Moveleiro Cia Ltda., até o limite do valor global autorizado neste despacho.
2. Determinar que, após juntada e saneamento dos autos, a unidade requisitante adote as providências necessárias para a **formalização do instrumento contratual ou documento equivalente**, em observância ao **art. 150 do Decreto Municipal nº 13.877/2023**, às disposições da Ata e às condições estabelecidas pela contratada no Termo de Anuência, especialmente quanto ao prazo de entrega e instalação.

Publique-se.

Cumpra-se.



Secretaria de
Cultura

Osasco, 05 de Novembro de 2025.

Marcelo da Silva
Secretário de Cultura

Secretaria de
Cultura**DESPACHO AUTORIZATIVO**

Processo Administrativo nº 2226/2025

Interessado: Secretaria de Cultura

Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 016/2024 – Consórcio COMAR

Considerando:

I – O interesse desta Secretaria na aquisição de mobiliário destinado à melhoria da infraestrutura administrativa dos equipamentos culturais, promovendo condições adequadas de atendimento ao público e de ambiente de trabalho para os servidores;

II – A Ata de Registro de Preços nº 016/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 010/2025, gerenciada pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Alto Rio Pardo – COMAR, cujo objeto contempla fornecimento de mobiliário escolar, equipamentos e armários;

III – As condições comerciais apresentadas pela empresa detentora da Ata, **CEJOM Comércio e Serviços Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 39.882.029/0001-80, que confirmou a capacidade de fornecimento e autorizou formalmente esta adesão, conforme documentos inseridos nos autos, prevendo a aquisição dos itens constantes nos **Lotes 02 e 04**, totalizando o valor global de **R\$ 379.906,96 (trezentos e setenta e nove mil novecentos e seis reais e noventa e seis centavos)**;

IV – A vantajosidade econômica evidenciada pelos preços registrados, compatíveis com os valores atualmente praticados no mercado, bem como a celeridade e padronização proporcionadas pela adesão à ARP, evitando realização de nova licitação e atendendo aos princípios da economicidade e eficiência;

V – O disposto no **art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021** e no **art. 161 do Decreto Municipal nº 13.877/2023**, que condicionam a adesão a Ata de Registro de Preços à autorização da autoridade competente, com a devida motivação quanto à necessidade e à vantagem do ato;

RESOLVO:

1. **Autorizar** a adesão da Secretaria de Cultura do Município de Osasco à **Ata de Registro de Preços nº 016/2024 – Consórcio COMAR**, em favor da empresa CEJOM Comércio e Serviços Ltda., para a futura e eventual contratação dos itens constantes dos autos, até o limite do valor global autorizado.
2. Determinar que, após a conferência e o devido saneamento processual, sejam adotadas as medidas necessárias para a **formalização do instrumento contratual ou documento equivalente**, observando as regras do **art. 150 do Decreto Municipal nº 13.877/2023**, bem como as condições da referida Ata de Registro de Preços.

Publique-se.

Cumpra-se.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

Marcelo da Silva
Secretário de Cultura



Secretaria de
Cultura

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 2701/2025

CREDENCIAMENTO UNIFICADO DE EMPRESAS DE ALIMENTAÇÃO E ESTRUTURAS SIMILARES PARA EVENTOS CULTURAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE OSASCO

1. Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto o **credenciamento de empresas especializadas na operação de food trucks, trailers, barracas e estruturas similares**, para exploração de praças de alimentação e fornecimento de produtos alimentícios e bebidas em **eventos culturais, artísticos, comunitários e institucionais promovidos, apoiados ou executados pela Secretaria Municipal de Cultura de Osasco**, durante o período de vigência do credenciamento.

O credenciamento formará um **cadastro de empresas aptas**, que poderão ser **convocadas conforme a necessidade e o cronograma de eventos** da Secretaria, observada a disponibilidade de espaço físico e as condições operacionais de cada ação.

2. Justificativa

A Secretaria Municipal de Cultura realiza, ao longo do exercício, diversos **eventos e festivais** em espaços públicos, como praças, centros culturais, escolas de artes e o próprio estacionamento da Prefeitura.

Essas ações exigem **estrutura de alimentação adequada** para o público participante, garantindo diversidade gastronômica, preços acessíveis e boas condições de higiene e segurança.

Atualmente, a cada evento é necessário publicar um edital de credenciamento específico, como o realizado para o *Movimenta Osasco* (Processo Administrativo nº 2284/2025). Essa prática, embora regular, torna o processo **repetitivo e burocrático**, impactando na agilidade administrativa.

Dessa forma, justifica-se a abertura de **credenciamento unificado e contínuo**, que permitirá à Administração convocar empresas previamente habilitadas **para diferentes eventos**, mediante comunicação e publicação específicas, **mantendo os princípios da legalidade, transparência e impessoalidade**.



3. Fundamentação Legal

O presente Termo de Referência fundamenta-se nas seguintes normas:

- **Lei Federal nº 14.133/2021**, art. 6º, XLII e art. 74, IV (credenciamento como hipótese de contratação direta);
- **Decreto Municipal nº 13.877/2023**, art. 129 (credenciamento no âmbito do Município de Osasco);
- **Constituição Federal**, art. 37, caput (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

4. Condições de Participação

Poderão participar do credenciamento **empresas legalmente constituídas**, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- Possuam **CNPJ ativo** e objeto social compatível com a comercialização de alimentos e bebidas;
- Apresentem **regularidade fiscal e trabalhista** (INSS, FGTS, Receita Federal, CNDT e Fazenda Estadual e Municipal);
- Possuam **licença sanitária válida** ou protocolo de solicitação junto ao órgão competente;
- Disponham de **estrutura operacional adequada** (food truck, trailer, barraca, tenda ou similar);
- Comprometam-se a **cumprir normas sanitárias, ambientais e de segurança alimentar**;
- Não estejam suspensas ou impedidas de contratar com o Poder Público.

5. Forma de Seleção e Convocação

- 5.1. Serão **credenciadas todas as empresas** que atenderem às exigências do edital.
- 5.2. As **convocações ocorrerão conforme o calendário de eventos** da Secretaria Municipal de Cultura, por meio de publicação no site institucional e/ou Diário Oficial (IOMO).
- 5.3. A Comissão designada **Comissão de Avaliação (instituída pela portaria interna**



Secretaria de
Cultura

nº 15/2025) analisará a documentação apresentada no **prazo de até 10 (dez) dias úteis** contados do primeiro dia útil subsequente ao protocolo, conforme art. 126, IV, 'g', do Decreto Municipal nº 13.877/2023

5.4. Cada convocação resultará na assinatura de **Termo de Permissão de Uso de Espaço Público**, que definirá local, datas, condições de instalação e obrigações específicas.

5.5. Contendo mais de 2 (dois) credenciados, a mesma empresa só poderá ser chamada para no máximo 2 eventos seguidos.

5.6. Para convocação do mesmo credenciado em mais de dois eventos seguidos, só será permitido após justificativa da vantajosidade, aprovação da comissão e autorização expressa do Secretário.

6. Tabela de Preços Máximos

Os valores máximos de comercialização seguirão o padrão estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura, conforme tabela abaixo, podendo ser atualizados por deliberação da Comissão de Avaliação:

Categoria	Produto	Valor Máximo
Salgados	Cachorro-quente	R\$ 15,00
	Pastel	R\$ 13,00
	Crepe	R\$ 15,00
	Pipoca	R\$ 10,00
	Batata frita	R\$ 12,00
	Espetinho	R\$ 12,00
Doces	Churros	R\$ 10,00
	Algodão doce	R\$ 10,00
	Pipoca doce	R\$ 12,00
	Brigadeiro	R\$ 10,00
	Maça do amor	R\$ 10,00
Bebidas	Água com e sem gás	R\$ 6,00
	Cerveja Pilsen 269 ml	R\$ 7,00



Secretaria de
Cultura

Cerveja Premium 269 ml	R\$ 8,00
Cerveja Pilsen 350 ml	R\$ 10,00
Cerveja Premium 350 ml	R\$ 12,00
Refrigerante	R\$ 6,00
Energético	R\$ 15,00
Destilado	R\$ 30,00

Os preços deverão permanecer visíveis ao público e só poderão ser alterados mediante **autorização formal da Secretaria.**

7. Obrigações das Empresas Credenciadas

- Montar e operar sua estrutura no local designado, dentro do prazo estabelecido;
- Manter higiene, limpeza e segurança alimentar;
- Utilizar equipamentos em boas condições e atender às normas sanitárias vigentes;
- Exibir preços de forma clara e respeitar o teto estabelecido;
- Não comercializar produtos em **embalagens de vidro**;
- Arcar integralmente com despesas de instalação, transporte e mão de obra;
- Cumprir determinações da **fiscalização municipal** durante os eventos.

8. Obrigações da Secretaria Municipal de Cultura

- Disponibilizar e demarcar a área para instalação dos credenciados;
- Fiscalizar o cumprimento das condições deste Termo;
- Divulgar as convocações e eventos de forma ampla e transparente;
- Manter controle e registro atualizado do credenciamento.



9. Vigência

O credenciamento terá **vigência de 14 (quatorze) meses**, contados da data de publicação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa e interesse público.

10. Penalidades

O descumprimento das obrigações implicará **advertência, suspensão ou descredenciamento**, conforme previsto no Decreto Municipal nº 13.877/2023, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11. Conclusão

O presente Termo de Referência justifica a criação de **credenciamento unificado de empresas de alimentação e estruturas similares**, garantindo à Administração Pública **agilidade, transparência e regularidade na organização de praças de alimentação** em diferentes eventos da Secretaria Municipal de Cultura de Osasco, conforme o interesse público e a legislação vigente.

Marcelo da Silva
Secretário de Cultura



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2025

CREDENCIAMENTO UNIFICADO DE EMPRESAS DE ALIMENTAÇÃO E ESTRUTURAS SIMILARES PARA EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE OSASCO

A Prefeitura do Município de Osasco, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o **CREDENCIAMENTO UNIFICADO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM ALIMENTAÇÃO**, por meio deste Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 13.877/2023, e demais normas pertinentes, observadas as condições a seguir estabelecidas.

1. OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto o **credenciamento de empresas especializadas na operação de food trucks, trailers, barracas e estruturas similares**, para exploração de praças de alimentação e fornecimento de produtos alimentícios e bebidas **em eventos culturais, artísticos, comunitários e institucionais promovidos, apoiados ou executados pela Secretaria Municipal de Cultura de Osasco**, durante o período de vigência do credenciamento.

1.2. O credenciamento formará um **cadastro de empresas aptas**, sem direito de exclusividade, que poderão ser **convocadas conforme a necessidade de cada evento**, mediante publicação complementar e assinatura de Termo de Permissão de Uso de Espaço Público.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O credenciamento visa atender à necessidade contínua da Secretaria de Cultura de dispor de estrutura de alimentação em seus eventos, garantindo **variedade, preços acessíveis, qualidade e segurança alimentar**.

2.2. O modelo unificado de credenciamento busca **simplificar e agilizar os procedimentos administrativos**, substituindo a abertura de editais específicos para cada evento.

2.3. O credenciamento é o **instrumento adequado** previsto no art. 74, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 129 do Decreto Municipal nº 13.877/2023, assegurando **transparência, impessoalidade e ampla participação**.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



3.1. Poderão participar do credenciamento empresas que atendam às seguintes condições:

- a) Pessoa jurídica com **CNPJ ativo** e atividade compatível com o objeto deste edital;
- b) **Regularidade fiscal e trabalhista** perante os órgãos competentes (INSS, FGTS, CNDT, Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal);
- c) **Licença sanitária válida** ou protocolo de solicitação junto ao órgão competente;
- d) **Estrutura operacional própria** (food truck, trailer, barraca ou similar) em condições adequadas de higiene e segurança;
- e) Comprometimento com o cumprimento das normas municipais de segurança, limpeza e fiscalização.

3.2. É **vedada a participação** de empresas declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar com o Poder Público.

4. INSCRIÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

4.1. As inscrições serão **abertas de forma contínua**, pelo prazo de **14 (quatorze) meses**, contados da publicação deste edital, podendo ser prorrogadas conforme interesse público.

4.2. As empresas interessadas deverão apresentar **envelope lacrado** identificado com a inscrição:

“CREDENCIAMENTO UNIFICADO – PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE OSASCO”,

contendo os documentos exigidos no item 5, protocolado no endereço:

**Secretaria Municipal de Cultura – Av. Visconde de Nova Granada, 513
– Km 18 – Osasco/SP – CEP: 06194-025,
de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h.**

4.3. Os documentos também poderão ser encaminhados em formato **PDF** para o e-mail institucional:

assessoriadegabinete.sc@osasco.sp.gov.br

5. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

- a) Ficha de inscrição (Anexo I) devidamente preenchida e assinada;
- b) Cópia do **CNPJ e Contrato Social** ou Estatuto atualizado;
- c) **Prova de inscrição municipal e estadual** compatível com o objeto;
- d) Certidões de **regularidade fiscal e trabalhista** (INSS, FGTS, CNDT, Receita Federal e Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal);



Secretaria de
Cultura

- e) **Licença sanitária válida** ou protocolo de solicitação;
- f) **Portfólio da empresa**, com fotos e breve descrição de eventos já atendidos;
- g) Declaração de que **não possui impedimentos legais** para contratar com o Poder Público.

6. SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO

6.1. Serão **credenciadas todas as empresas** que apresentarem documentação completa e válida, sem caráter classificatório.

6.2. O credenciamento tem natureza **rotativa e não exclusiva**, e os credenciados poderão ser convocados **conforme o planejamento dos eventos culturais**.

6.3. Havendo número de credenciados superior à capacidade de um evento, será realizado **sorteio público**, em ato aberto, com registro em ata pela Comissão de Avaliação.

6.4. A Comissão designada analisará a documentação apresentada no **prazo de até 10 (dez) dias úteis** contados do primeiro dia útil subsequente ao protocolo, conforme art. 126, IV, 'g', do Decreto Municipal nº 13.877/2023

6.5. Cada convocação resultará na assinatura de **Termo de Permissão de Uso de Espaço Público**, que definirá condições específicas, período de montagem e operação.

6.6. Contendo mais de 2 (dois) credenciados, a mesma empresa só poderá ser chamada para no máximo 2 eventos seguidos.

6.7. Para convocação do mesmo credenciado em mais de dois eventos seguidos, só será permitido após justificativa da vantajosidade, aprovação da comissão e autorização expressa do Secretário.

7. TABELA DE PREÇOS MÁXIMOS

Os preços máximos de venda ao público seguirão o padrão estabelecido abaixo, podendo ser atualizados pela Secretaria Municipal de Cultura mediante justificativa técnica:

Categoria	Produto	Valor Máximo
Salgados	Cachorro-quente	R\$ 15,00
	Pastel	R\$ 13,00
	Crepe	R\$ 15,00



Secretaria de
Cultura

	Pipoca	R\$ 10,00
	Batata frita	R\$ 12,00
	Espetinho	R\$ 12,00
Doces	Churros	R\$ 10,00
	Algodão doce	R\$ 10,00
	Pipoca doce	R\$ 12,00
	Brigadeiro	R\$ 10,00
	Maçã do amor	R\$ 10,00
Bebidas	Água (com e sem gás)	R\$ 6,00
	Cerveja Pilsen 269 ml	R\$ 7,00
	Cerveja Premium 269 ml	R\$ 8,00
	Cerveja Pilsen 350 ml	R\$ 10,00
	Cerveja Premium 350 ml	R\$ 12,00
	Refrigerante	R\$ 6,00
	Energético	R\$ 15,00
	Destilado	R\$ 30,00

7.1. Os valores deverão estar **fixados em local visível** ao público durante todo o evento.

7.2. Qualquer alteração nos valores dependerá de justificativa e **autorização expressa da Comissão. Comissão de Avaliação (instituída pela portaria interna nº 15/2025)**

8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

As empresas credenciadas deverão:

- Operar o ponto de alimentação dentro das condições e horários definidos;
- Cumprir as normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes;
- Manter higiene e limpeza do local durante e após o evento;
- Utilizar utensílios adequados e evitar o uso de recipientes de vidro;
- Arcar com todas as despesas de transporte, montagem e mão de obra;
- Atender às orientações da fiscalização e da organização do evento.

9. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO



- a) Disponibilizar o espaço físico demarcado para instalação dos credenciados;
- b) Fiscalizar o cumprimento das normas e obrigações;
- c) Promover ampla divulgação das convocações e eventos;
- d) Garantir a realização dos eventos em condições adequadas de segurança e infraestrutura.

10. VIGÊNCIA

O credenciamento terá **vigência de 14 (quatorze) meses**, contados da data de publicação do resultado, podendo ser **prorrogado** por igual período, mediante justificativa e interesse público.

11. PENALIDADES

O descumprimento das obrigações implicará:

- **Advertência;**
- **Suspensão do cadastro;**
- **Descredenciamento;**
- E, se cabível, **impedimento temporário de contratar com o Município**, conforme o Decreto Municipal nº 13.877/2023.

Será garantido ao interessado o **direito ao contraditório e ampla defesa**.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O credenciamento **não gera direito de exclusividade nem obrigação de convocação**.

12.2. As convocações serão publicadas no **site oficial da Prefeitura e no IOMO**.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos pela **Comissão de Avaliação (instituída pela portaria interna nº 15/2025)** e pela **Procuradoria Geral do Município**.

12.4. A participação neste processo implica **aceitação integral e irretratável** de todas as condições deste edital.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

Marcelo da Silva
Secretário de Cultura

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Cultura

CREDENCIAMENTO UNIFICADO DE EMPRESAS DE ALIMENTAÇÃO E ESTRUTURAS SIMILARES

Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura de Osasco
Edital nº 24/2025 – Processo Administrativo nº 2701/2025

1. Identificação da Empresa

Razão Social: _____
Nome Fantasia: _____
CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____
Endereço Completo: _____
Bairro: _____ Cidade/UF: _____
CEP: _____ Telefone: _____
E-mail: _____
Representante Legal: _____
CPF/RG: _____

2. Estrutura Oferecida

() Food Truck () Trailer () Barraca () Outro (especificar): _____

Dimensão	aproximada	da	estrutura:
Fonte	de	energia	utilizada:

Necessita ponto de energia da Prefeitura? () Sim () Não

3. Segmento de Atuação e Produtos a Comercializar

() Salgados () Doces () Bebidas () Misto

Principais produtos:

4. Experiência e Portfólio

Descrever brevemente os principais eventos já atendidos pela empresa, com local e ano:



Secretaria de
Cultura

(Anexar fotos, folders ou portfólio ilustrativo em formato físico ou digital.)

5. Documentos Anexados

- ☐ Cópia do CNPJ
- ☐ Contrato Social ou Estatuto atualizado
- ☐ Inscrição Municipal e Estadual compatível com o objeto
- ☐ Certidões de regularidade fiscal e trabalhista (INSS, FGTS, CNDT, Receita Federal, Estadual e Municipal)
- ☐ Licença sanitária válida ou protocolo de solicitação
- ☐ Portfólio e/ou comprovação de eventos realizados
- ☐ Declaração de que não possui impedimentos para contratar com a Administração Pública

6. Declarações

Declaro, sob as penas da lei, que:

- Atendo a todas as condições estabelecidas no **Edital de Credenciamento Unificado nº ____/2025**;
- Estou ciente de que a **não apresentação de qualquer documento obrigatório implicará inabilitação**;
- Comprometo-me a **respeitar os preços máximos estabelecidos** pela Secretaria Municipal de Cultura;
- Concordo com as **condições de convocação e permissão de uso de espaço público**, conforme os eventos programados;
- Autorizo a **divulgação institucional da empresa** e seus produtos nos materiais de comunicação da Prefeitura, quando aplicável.

Osasco, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e carimbo do representante legal



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Cultura

Recebido por: _____

Data: //2025 Protocolo nº: _____

Observações da Comissão de Avaliação:

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Chamamento Público nº 24/2025 – Processo Administrativo nº 2701/2025



Secretaria de
Cultura

1. Identificação da Empresa

- Razão Social: _____
- Nome Fantasia: _____
- CNPJ: _____
- Endereço: _____
- Representante Legal: _____
- CPF/RG: _____

2. Proposta Comercial

Apresentamos nossa proposta para participação dos Eventos da Secretaria de Cultura e/ou Prefeitura de Osasco, comprometendo-nos com os seguintes pontos (incluir fotos, portfólio da empresa etc...):

2.1 Produtos a serem comercializados:

2.2 Estrutura disponibilizada:

2.3 Tamanho da estrutura (dimensões):

2.4 Preços praticados (em conformidade com item 10.11 do Edital):

3. Declaração

Declaramos estar cientes e de pleno acordo com todas as regras do Edital nº 24/2025, em especial quanto às obrigações descritas nos itens 8 (Obrigações da empresa vencedora) e 11 (Disposições finais e penalidades).

Osasco, ____ de _____ de 2025.



Assinatura e carimbo do representante legal

**Portaria Interna SC nº 20/2025**

Eu **Marcelo da Silva**, Secretário Municipal de Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei nº 13.019/2014 e em consonância com o disposto no Decreto Municipal nº 11.384/2016, que normatizam o regime de jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO os termos do Art. 06º, Inc. X, Art. 45, I, “g”, e no Art. 76, § 2º, todos do Decreto Municipal nº 11.384/2016,

RESOLVE:

Artigo 1º.- DESIGNAR O GESTOR do Termo de Fomento a ser celebrado, entre a Prefeitura do Município de Osasco através da Secretaria de Cultura, com a Ordem dos Emancipadores de Osasco, por indicação da Emenda Parlamentar do Vereador Josias do Nascimento, qualificada em conformidade com a Lei nº 13.019/2014 e em consonância com o disposto no Decreto Municipal nº 11.384/2016 e Decreto Municipal Nº 14.551/2025.

Artigo 2º.- DESIGNA os seguintes servidores públicos para atuarem como gestores do termo de fomento informado no Artigo 1º desta portaria:

Gestor Titular: CARLOS ALBERTO SILVA PEREIRA – Matrícula: 184.379.

Gestor Suplente: FERNANDA APARECIDA LOPES – matrícula: 199.361.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Osasco, 05 de Novembro de 2025

Marcelo da Silva
Secretário de Cultura

**Portaria Interna SC nº 21/2025**

Eu **Marcelo da Silva**, Secretário Municipal de Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei nº 13.019/2014 e em consonância com o disposto no Decreto Municipal nº 11.384/2016, que normatizam o regime de jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO os termos do Art. 06º, Inc. X, e no Art. 69 todos do Decreto Municipal nº 11.384/2016,

RESOLVE:

Artigo 1º.- CONSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO do Termo de Fomento a ser Celebrado, entre a Prefeitura do Município de Osasco através da Secretaria de Cultura, com a Ordem dos Emancipadores de Osasco-OEO, por indicação da Emenda Parlamentar do Vereador Josias do Nascimento, qualificada em conformidade com a Lei nº 13.019/2014 e em consonância com o disposto no Decreto Municipal nº 11.384/2016 e Decreto Municipal Nº 14.551/2025.

Artigo 2º.- DESIGNA como titulares os seguintes servidores para compor a referida comissão:

Presidente da Comissão:

- MATHEUS ALLISON GERALDO – Matrícula: 203.152 – Provimento: Comissão;

Integrantes da Comissão:

- WAGNER LOPES RODRIGUES ALVES – Matrícula: 202.489 – Provimento: Comissão;

- ÉLIO SALVINI – Matrícula: **92.638** – Provimento: Efetivo.

Artigo 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, conforme disposto no § 5º do artigo 69 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

Artigo 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Osasco, 05 de Novembro de 2025

Marcelo da Silva
Secretário de Cultura

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DIVULGA EDITAL DE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2025****EMENTA:**

Em obediência ao disposto no Artigo 26 do Decreto Municipal nº 11.384, de 10 de novembro de 2016 (ato normativo regulamentador do regime jurídico instituído pela Lei Federal nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015), a Prefeitura do Município de Osasco, por meio da Secretaria da Educação, torna público o Edital de Chamamento Público nº 13/2025, que trata da seleção de propostas de Planos de Trabalhos para a celebração de parceria com a Administração Pública, visando oferecer atividades pedagógicas complementares, no contraturno escolar, nas áreas de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com o objetivo de elevar as condições de aprendizagem e aproveitamento escolar aos alunos matriculados na Rede do Município de Osasco, na modalidade de Educação Infantil (Jardim e Pré) e Ensino Fundamental I dos Centros Educacionais Unificados José Saramago (Zona Sul) e Dra. Zilda Arns Neumann (Zona Norte), como também para as comunidades do entorno em dias e horários específicos inclusive nos finais de semana.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

MINUTA PADRÃO ELABORADA
PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
CHAMAMENTO PÚBLICO– OSC
TERMO DE COLABORAÇÃO

Em obediência ao disposto no § 3º do artigo 24 do Decreto Municipal nº 11.384, de 10 de Novembro de 2016 (ato normativo regulamentador do regime jurídico instituído pela Lei Federal nº13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204 de 14 de Dezembro de 2015), a Procuradoria do Município de Osasco elaborou a presente MINUTA PADRÃO, a ser observada pelos órgãos da Administração Pública Municipal (Direta e Indireta), responsáveis pela política pública e competentes para a preparação da Minuta de Edital de Chamamento Público, nos procedimentos que objetivem a formalização de parcerias voluntárias a serem firmadas entre a Administração Pública do Município de Osasco e as Organizações da Sociedade Civil – OSC's.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração
Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 13/2025

TERMO DE COLABORAÇÃO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO** por intermédio da Secretaria de Educação torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSC's, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, combinada com o Decreto Municipal nº 11.384, de 10 de novembro de 2016 e alterações posteriores, para celebrar **TERMO DE COLABORAÇÃO** que tem por objeto oferecer atividades pedagógicas complementares, no contraturno escolar, nas áreas de Educação, Esporte, Cultura e Cidadania, com o objetivo de elevar as condições de aprendizagem e aproveitamento escolar aos alunos matriculados na Rede do Município de Osasco, na modalidade de Educação Infantil (Jardim e Pré) e Ensino Fundamental I do Centro Educacional Unificado José Saramago (Zona Sul) e do Centro Educacional Unificado Dra. Zilda Arns Neumann, como também para a comunidade do entorno em dias e horários específicos inclusive nos finais de semana.

O envelope contendo a Proposta de Plano de Trabalho e a Declaração a que se refere o modelo previsto no Anexo III deste Edital deverá ser entregue às **9h30**, no dia **05 de dezembro de 2025**, no Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, Avenida Marechal Rondon, 263 – Centro de Osasco – CEP 06093-010.

As OSC's interessadas em participar do Chamamento Público deverão **observar rigorosamente** o horário fixado para o credenciamento e protocolo do envelope, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados. O cadastramento será realizado na secretaria do prédio Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, Avenida Marechal Rondon, 263 – Centro de Osasco – CEP 06093-010 das 9h às 9h30.

Este Edital e seus Anexos estão disponíveis para consulta e impressão no sítio oficial da Administração Pública Municipal, no seguinte endereço eletrônico: www.transparencia.osasco.sp.gov.br

1. FINALIDADE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de Propostas de Plano de Trabalho, para a celebração de parceria com a Prefeitura do Município de Osasco, por intermédio da Secretaria de Educação, visando à formalização de Termo de COLABORAÇÃO para a consecução de Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à OSC, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência de Colaboração

ANEXO II – Modelo de Plano de Trabalho

***ANEXO III – Declaração de Ciência, de Concordância e relativa ao artigo 32, inciso II e alíneas do Decreto Municipal nº 11.384/2016**

***ANEXO IV– Declaração sobre instalações e condições materiais**

***ANEXO V– Declaração da não ocorrência de impedimento**

***ANEXO VI– Declaração relativa às alíneas “n”, “o” e “p” do Artigo 38 do Decreto 11.384/2016**

***ANEXO VII – Declaração relativa às alíneas “l” e “m” do do Artigo 38 do Decreto 11.384/2016**

****ANEXO VIII –Atestado de Visita Técnica**

ANEXO IX – Relação relativa à alínea “f” do Artigo 38 do Decreto 11.384/2016

****ANEXO X- Declaração de Renúncia**

***ANEXO XI– Minuta do Termo de colaboração**

*Anexos devem ser entregues preenchidos obrigatoriamente no dia da entrega dos envelopes contendo o Plano de Trabalho

** O preenchimento de um dos anexos exclui o preenchimento do outro. Entregar o anexo no dia da entrega dos envelopes contendo o Plano de Trabalho

O procedimento de seleção será regido pela Lei Federal nº13.019, de 31 de Julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de Dezembro de 2015, pelo Decreto Municipal nº11.384, de 10 de Novembro de 2016, pelos demais normativos aplicáveis e condições previstas neste Edital.

Poderão ser selecionadas mais de uma proposta, observando-se a

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

ordem classificatória e a disponibilidade orçamentária para a celebração do Termo de Colaboração.

2. DO OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1 O Termo de Colaboração terá por objeto a parceria voltada para a prestação de atividade contínua e permanente, conforme artigo 2º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 11.384/2016, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, para oferecer atividades pedagógicas complementares, no contraturno escolar, nas áreas de Educação, Esporte, Cultura e Cidadania, com o objetivo de elevar as condições de aprendizagem e aproveitamento escolar aos alunos matriculados na Rede do Município de Osasco, na modalidade de Educação Infantil (Jardim e Pré) e Ensino Fundamental I do Centro Educacional Unificado José Saramago (Zona Sul) e Dra. Zilda Arns Neumann (Zona Sul), como também para a comunidade do entorno em dias e horários específicos inclusive nos finais de semana.

2.2 O objetivo geral da parceria é promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor da criança, adolescente, adulto e idoso, nos espaços do Centro Educacional Unificado José Saramago, por meio das diferentes linguagens presentes nas atividades de formação educacional, cultural, esportiva, recreação e lazer com enfoque direcionado ao desenvolvimento pedagógico e da cidadania, oferecendo aprendizagens significativas e de qualidade.

2.2.1 Objetivos específicos da parceria:

- a) Otimizar o uso dos espaços do CEU para atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer.
- b) Promover o desenvolvimento integral dos participantes nos aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social.
- c) Melhorar o desempenho escolar e ampliar a participação comunitária.
- d) Garantir contratação de profissionais habilitados e capacitados para todas as áreas de atuação.
- e) Garantir manutenção, vigilância e limpeza das estruturas e equipamentos.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****3. DA JUSTIFICATIVA**

Considerando:

- ✓ Constituição Federal/1988
- ✓ Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- ✓ Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ✓ Base Nacional Comum Curricular– BNCC.
- ✓ Resolução/CD/FNDE nº 6 de 08/05/2020.
- ✓ Lei Federal nº 10.098, de dezembro de 2000 – Lei das Adequações das Pessoas com Deficiência.
- ✓ Lei Federal nº 13.018/2014– Instituiu Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.
- ✓ Lei Federal nº 13.019/14 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015.
- ✓ Decreto Municipal de Osasco nº 11.384/2016 – Regulamenta o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil.
- ✓ Lei Orgânica do Município de Osasco – promulgada em 05 de abril de 1990. Atualizada até a emenda nº 29, de 11 de março de 2009.
- ✓ Lei Municipal de Osasco nº 4.071/2006 – Instituiu Política de Esporte Recreação e Lazer.
- ✓ Lei Municipal Ordinária nº 4.707/2015 – Institui o Plano Municipal de Cultura de Osasco.
- ✓ Lei Municipal nº 4.701/2015 – Institui o Plano Municipal de Educação.
- ✓ Decreto Municipal de Osasco nº 12.268/2019 e suas alterações – Dispõe sobre a organização, estruturação e potencialização de uso do próprio público denominado Centro Educacional Unificado – CEU pertencente à Secretaria de Educação e sob a denominação CEU Dra. Zilda Arns Neumann (Zona Norte) e CEU José Saramago (Zona Sul) e dá outras providências.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ Lei Municipal de Osasco nº 4.136/2007 – Dispõe sobre a natureza, finalidade, composição e funcionamento dos Conselhos de Gestão Compartilhada da Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino de Osasco.
- ✓ Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024 – Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescentes e Altera o Decreto Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Nesse sentido, a Prefeitura do Município de Osasco, através do Chamamento Público terá como objetivo promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor da criança, adolescente, adulto e idoso no espaço do Bloco Educacional, Esportivo e Cultural do Centro Educacional Unificado José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann, por meio das diferentes linguagens presentes nas atividades de formação educacional, cultural, esportiva, recreação e lazer com enfoque direcionado ao desenvolvimento pedagógico e da cidadania, oferecendo aprendizagens significativas e de qualidade para todas as faixas etárias.

A prestação da atividade será por 24 (vinte e quatro) meses, **a contar da Ordem de Início de Serviços**, podendo ser prorrogada por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, na modalidade instrumento jurídico Termo de Colaboração, onde o Plano de Trabalho das parcerias deverá seguir o artigo 19, do Decreto Municipal 11.384/2016.

4. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

4.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente Chamamento Público, tendo sido constituída na forma de Portaria nº 4080/2025, Imprensa Oficial Município de Osasco, de Edição nº 2898, publicada em 12/09/2025, sendo composta pelos seguintes servidores públicos efetivos da Secretaria de Educação, Sra. Ana Maria A. de A. Silva, matrícula 158.129, Sr. Antonio Osmar Orlandini, matrícula 173.872, Sra. Eliana de Cássia Gadioli, matrícula 188.747, Sra. Elida Liliani Ribas Assunção, matrícula 37.252, Sra. Maria de Lourdes dos Santos Guilherme, matrícula 130.231, Sra. Marilisa Vidal Gellis Gasparini, matrícula 131.965, Sra. Priscila Yuri Yoshi Fukushima, matrícula 89.948, Sra. Priscila Moreira Lombardi, matrícula 192.674, Sra. Sebastiana Dulcinea Ferreira, matrícula 33.684 e Sra. Simone Aparecida de Freitas Aranega Lins, matrícula 95.664. Inclusão da funcionária pública comissionada Portaria nº 4224, Imprensa Oficial Município de Osasco,

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Edição nº 2909, publicada em 08/10/2025 da Sra. Izilda Aparecida Orlando Silva, matrícula 190.225.

4.2. Deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção, sob pena de responder administrativa, penal e civilmente, o membro da comissão que, nos 05 (cinco) anos anteriores à data de publicação do Edital, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 01 (uma) das organizações participantes do Chamamento Público, considerando-se relação jurídica, dentre outras, ser ou ter sido associado, dirigente ou cooperado da OSC, ter ou ter ido relação de emprego ou de prestação de serviço com a OSC, ter recebido, como beneficiário, os serviços de qualquer OSC Proponente do processo seletivo (art. 27, § 4º, alíneas “a”, “b” e “c”, Decreto Municipal nº 11.384/2016).

4.3 O membro da Comissão de Seleção, sob pena de responder administrativa, penal e civilmente, deverá ainda se declarar impedido de participar do processo de seleção quando for cônjuge ou parente, até segundo grau, inclusive por afinidade, dos administradores da OSC ou quando sua atuação configurar em qualquer outra situação de conflito de interesse, entendendo-se por conflito de interesse, situação gerada pelo confronto entre o interesse público e o privado, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública (art. 27, § 5º, “a”, Decreto Municipal nº 11.384/2016).

4.4 O membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção, sem a necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, § 6º, Decreto Municipal nº 11.384/2016).

4.5 Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

4.6 A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades participantes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

5. DA RETIRADA DO EDITAL

5.1 Este Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das OSC's interessadas nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário de 10h às 15h, no seguinte endereço: Secretaria Educação no 1º andar – Corregedoria – Rua Eclísio Viviane nº 126, Vila Osasco – CEP: 06018-140, telefone (11) 3651-9499. Osasco/SP, e no endereço eletrônico www.transparencia.osasco.sp.gov.br

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

5.2 Independentemente da forma em que se der a retirada do Edital, as OSC's interessadas neste chamamento deverão enviar à Comissão de Seleção, para o e-mail comissaodeselecao@sed.osasco.sp.gov.br as seguintes informações: **Nome/Razão Social e Endereço completo da OSC, CNPJ, números de telefone para contato, nome de pessoa para contato comercial e respectivo endereço eletrônico (e-mail), se houver.**

5.3 A prestação das informações de que trata o subitem **5.2**, garante às OSC's, celeridade nas comunicações de eventuais retificações ocorridas no Edital, e de quaisquer informações adicionais de forma mais eficiente.

6. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

6.1 Informações, esclarecimentos e orientações acerca do Edital, serão prestados pela Comissão de Seleção, em sessão pública com as OSC's interessadas em participar do Chamamento Público, no dia 19 de novembro de 2025, com início às 9h30 e término previsto para às 12h30, no Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, Avenida Marechal Rondon, 263 – Centro de Osasco – CEP 060933-010

6.2 A Comissão de Seleção prestará também as informações e/ou esclarecimentos expressos sobre este Chamamento Público, desde que os pedidos tenham **sido recebidos até 05 (cinco) dias úteis antes da data de apresentação das Propostas de Planos de Trabalho**, exclusivamente mediante solicitação por escrito, em uma das seguintes formas:

6.2.1 por carta ou ofício: protocolado na Secretaria Educação, situada na Rua Eclísio Viviane, nº126, no expediente, piso térreo, de segunda a sexta- feira, das 9h às 12h ou das 14h às 16h;

6.2.2 pelo e-mail comissaodeselecao@sed.osasco.sp.gov.br

6.3 Qualquer solicitação de informação e/ou esclarecimento fora do prazo estipulado no subitem **6.2**, não será objeto de apreciação pela Comissão de Seleção.

6.4 Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos sem informar a identidade da OSC e de seu representante.

6.5 Os pedidos de informações e/ou esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

6.5.1. As informações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

consulta por qualquer interessado.

6.6 Eventual modificação no Edital, decorrente de pedido de informações e/ou esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

7.1 Além das OSC's, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade.

7.2 O pedido de impugnação será analisado, desde que, tenha sido recebido até 05 (cinco) dias úteis antes da data de apresentação das Propostas de Plano de Trabalho, em petição escrita dirigida à Comissão de Seleção, em uma das seguintes formas:

a) Por carta ou ofício: protocolado na Secretaria Educação, no expediente, piso térreo, situada na Rua Eclísio Viviane, nº126, de segunda a sexta-feira, das 09h às 12h ou das 14h às 16h;

b) Pelo e-mail comissaodeselecao@sed.osasco.sp.gov.br

7.3 Eventuais pedidos de impugnação deverão ser julgados e respondidos em até 03 (três) dias úteis pela Comissão de Seleção.

7.4 As impugnações não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações serão juntadas nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer Interessado.

7.5 Interposto recurso das respostas apresentadas pela Comissão de Seleção quanto às impugnações, caberá a esta, reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso devidamente instruído e respectiva impugnação ao Sr. Secretário da pasta responsável pela parceria, que decidirá em 03 (três) dias úteis, contados de seu recebimento.

7.5.1. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal, e/ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo como representante da OSC.

7.6 Será franqueada às OSC's, desde a data do início do prazo para impugnações e/ou interposição de recursos até o seu término, vistas ao processo deste Chamamento Público, em local e horário a ser indicado pela Comissão de Seleção.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

7.7 Eventual modificação no Edital decorrente de impugnações ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

7.8 A impugnação feita tempestivamente pela OSC não a impedirá de participar do processo de Chamamento Público até decisão final a ela pertinente.

8. OSC's ADMITIDAS PARA PARTICIPAR DO CHAMAMENTO PÚBLICO

8.1 Poderão participar deste Edital as OSC's, assim consideradas aquelas definidas no art. 2º, inciso II, alíneas "a", "b" ou "c", do Decreto Municipal nº 11.384/2016:

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas:

b.1.) previstas na Lei Federal nº 9.867, de 10 de novembro de 1999;

b.2.) as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social;

b.3.) as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda;

b.4.) as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

b.5.) as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

8.2 Não é permitida a atuação em rede.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****9. DOS REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

9.1 Para a celebração do Termo de Colaboração a OSC, mediante a apresentação dos documentos na fase de celebração do Termo de Colaboração, deverá comprovar:

a) ser regida por estatuto que preveja, expressamente, que seus objetivos são voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado. Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas;

b) ser regida por estatuto que preveja, expressamente, que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta. Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas;

c) ser regida por estatuto que preveja, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

d) possuir, no momento da apresentação da Proposta do Plano de Trabalho, no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, a ser comprovada mediante documentação a ser entregue na sessão pública prevista no item 10.10 deste Edital, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros, os seguintes documentos:

e.1.) instrumentos similares firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, com empresas públicas, privadas, outras OSC's ou cooperações internacionais, acompanhados de declaração de efetividade na realização das ações, indicando quais os resultados alcançados, emitida pelo representante legal ou estatutário, do concedente ou contratante;

e.2.) declarações de experiência anterior, emitidas por redes, OSC's, movimentos sociais ou empresas públicas ou privadas que especifiquem a

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

efetividade das ações e indiquem os resultados alcançados, firmadas pelo representante legal ou estatutário, do concedente ou contratante;

e.3.) declaração, sob as penas da lei, firmada pelo representante legal ou estatutário, sobre a experiência prévia da OSC, acompanhada de relatório pormenorizado das atividades por ela já desenvolvidas e especificando sua efetividade;

f) possuir instalações e outras condições materiais, inclusive quanto à salubridade e segurança, para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo IV– Declaração sobre instalações e condições materiais;

f.1. não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria;

g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do art. 38, inciso I, alínea “c”, do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

g.1.) não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria, observadas as listas de bens permanentes das duas OSCs, que executam as atividades dos CEUs José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann, que estarão disponíveis no Portal da Transparência, para que não haja a aquisição de bens em duplicidade;

h) atender todas as exigências deste Edital de Chamamento Público nº 04/2023, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal 11.384/2016;

i) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa.

9.2 Documentos institucionais:

a) cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014 ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

simplificada emitida por junta comercial;

b) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

c) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, data de nascimento, e e-mail institucional de cada um deles, a ser incluída no Anexo VI;

d) cópia autenticada do RG e CPF do representante legal da OSC e do responsável técnico pelo projeto ou atividade;

e) cópia do comprovante residencial, atualizado, de até 03(três) meses, do representante legal da OSC e do responsável técnico pela atividade ou projeto;

f) comprovação de que a OSC funciona no endereço por ela declarado, podendo ser realizada por meio de contas de consumo atuais, salvo as referentes à telefonia móvel;

g) comprovante do exercício pleno da propriedade, mediante Certidão de Registro no Cartório de Imóveis, com matrícula atualizada, quando a parceria, tiver por objeto execução de obras ou benfeitorias no mesmo imóvel;

h) declaração assinada pelos representantes estatutários da OSC, sob as penas da lei, de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, nos moldes do modelo previsto no Anexo V, acompanhada de declaração emitida pelo responsável da Controladoria Geral do Município, informando que a OSC está com a situação regular com os recursos recebidos anteriormente;

i) declaração assinada por todos os dirigentes da OSC, sob as penas da lei, informando que nenhum dos dirigentes é membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, sendo considerados: i) membros do Poder Executivo: o Chefe do Poder Executivo (Prefeito), Vice Prefeito e Secretários Municipais; ii) membros do Poder Legislativo: Vereadores e iii) membros do Ministério Público (Procuradores e Promotores), nos moldes do modelo previsto no Anexo VII;

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

j) declaração assinada por todos os dirigentes da OSC, sob as penas da lei, atestando não incorrerem nas situações de vedações, previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso VII do art.39 da Lei Federal nº 13.019/2014, nos moldes do modelo previsto no Anexo VII.

k) declaração assinada pelos representantes estatutários da OSC, sob as penas da lei, de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados de servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, nos moldes do modelo previsto no Anexo VI;

l) declaração assinada pelos representantes estatutários da OSC, sob as penas da lei, de que não haverá contratação de qualquer empresa que pertença a parentes até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da OSC, ou de agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal ou respectivo conjugue ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, nos moldes do modelo previsto no Anexo VI;

m) declaração assinada pelos representantes estatutários da OSC, sob as penas da lei, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz nos moldes do modelo previsto no Anexo VI;

n) comprovante de inscrição no Conselho Municipal das áreas correspondentes de atuação, a saber, Conselho Municipal de Educação de Osasco – CME e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA. A OSC proponente, possuindo inscrição em outro município em conselhos análogos, estes poderão ser aceitos em Osasco, até que as inscrições no CMDCA e CME de Osasco sejam efetivadas.

9.3 Documentos de regularidade fiscal:

a) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -CRF/FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

d) Certidão de Débitos de Tributos Municipais, ressalvados os casos previstos em legislação específica;

e) Certidão de Débitos Estaduais ou Declaração de que a OSC não possui inscrição estadual.

9.3.1. Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto nas alíneas "a" a "e" do subitem **9.3.** deste Edital, as certidões positivas com efeito de negativas.

9.4 Não poderá participar deste Chamamento Público a OSC que:

9.4.1 não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

9.4.2 esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

9.4.3 tenha em seu quadro de dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;

9.4.4 tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

9.4.5 tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração municipal, com declaração de idoneidade para licitar, participar de Chamamento Público, contratar ou celebrar parceria com a administração pública de todas as esferas de governo e com as sanções previstas nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, enquanto perdurar os efeitos da sanção;

9.4.6 tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; e

9.4.7 tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

10. DA FASE DE SELEÇÃO

10.1 A Fase de Seleção abrangerá a avaliação das Propostas de Plano de Trabalho, a divulgação e a homologação dos resultados, devendo observar as seguintes etapas:

Tabela1

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	05/11/2025
2	Sessão Pública para informação, esclarecimento e orientação a cerca do Edital (§5º do art. 24 do Decreto Municipal nº 11.384/2016)	19/11/2025 (data marcada no Edital)
3	Sessão de Abertura – Credenciamento e recebimento do envelope contendo a Proposta de Plano de Trabalho e Declaração – Anexo III	05/12/2025 (data marcada no Edital)
4	Etapa competitiva de análise e avaliação pela Comissão de Seleção das Propostas de Plano de Trabalho apresentados na Sessão de Abertura, que poderá ser suspensa para referida análise e respectiva avaliação, a depender da quantidade e complexidade. O prazo final para análise constará da ata de sessão de abertura devidamente publicada na IOMO.	16/01/2026
5	Divulgação do resultado preliminar	19/01/2026+1dia (o dia adicional é uma estimativa)
6	Interposição de recursos e contrarrazões contra o resultado preliminar	05 (cinco) dias úteis contados da divulgação do resultado preliminar e 05 (cinco) dias úteis para contrarrazões contados da intimação pela

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

		IOMO
7	Julgamento de eventuais recursos pela Comissão de Seleção (podendo reformar ou encaminhar o recurso devidamente Informado à autoridade competente para decidir)	05(cinco) dias úteis após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
8	Homologação e do resultado final de julgamento das Propostas de Plano de Trabalho, lavrado em ata, contendo a lista classificatória das propostas com a respectiva pontuação, discriminação das OSC's selecionadas (art. 37 do Decreto Municipal nº 11.384/2016) e determinação da data para sessão pública de entrega dos documentos de habilitação.	10/02/2026 (esta data é estimada)
9	Sessão pública para as OSC's selecionadas, na ordem de classificação e somente do número necessário previsto no Edital de Chamamento Público, apresentaremos documentos que comprovem a habilitação de acordo com no Item 9 deste Edital.	11/02/2026
10	Avaliação dos documentos de habilitação	11/02/2026 (esta data é estimada)
11	Notificação às OSC's selecionadas para regularizarem a documentação que não esteja conforme com o § 1º do artigo 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016 e as certidões com prazo de vigência expirado (§ 4º do art. 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016)	05(cinco) úteis da contados da notificação
12	Na hipótese das OSC's selecionadas não atenderem aos requisitos exigidos serão convidadas aquelas imediatamente mais bem classificadas para aceitar a celebração da parceria (§§ 5º e 6º do Decreto Municipal nº 11.384/2016). O procedimento dos §§ 5º e 6º do Decreto Municipal nº 11.384/2016 será seguido sucessivamente até final seleção das OSC's que atenderem as especificações da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 11.384/2016 e deste Edital.	24/02/2026 (esta data é estimada)

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

13	Publicação da ata de julgamento dos documentos de habilitação na IOMO e no sítio oficial da Prefeitura, contendo a lista da(s) OSC(s) vencedora(s).	27/02/2025 (esta data é estimada)
14	Abertura de prazo para apresentação de recursos e contrarrazões (art. 39 do Decreto Municipal nº 11.384/2016)	05 (cinco) dias úteis para recursos contados da publicação da ata e 05 (cinco) dias úteis para Contrarrazões contados da intimação pela IOMO
15	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção ou Autoridade Superior (§1º do art.39 do Decreto Municipal nº 11.384/2016)	De 05(cinco) a 10(dez) dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
16	Publicação da ata de julgamento final contendo o resultado definitivo do Chamamento Público na IOMO e sítio oficial da Prefeitura do Município de Osasco	20/03/26 (esta data é estimada)

10.2 Conforme exposto anteriormente, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (artigos 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (artigo 39 da Lei Federal nº 13.019/2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das Propostas de Plano de Trabalho (Etapa 4 da Tabela 1), sendo exigível apenas das OSC's selecionadas e mais bem classificadas, nos termos do *caput* do art. 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

10.3 Etapa1:Publicação do Edital de Chamamento Público

10.3.1. O presente Edital deverá ter seu extrato publicado na IOMO e divulgado na íntegra em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura do Município de Osasco, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua publicação, para o Credenciamento dos representantes das OSC's interessadas e recebimento do envelope, contendo as Propostas de Plano de Trabalho e a Declaração relativa ao artigo 32, inciso II e alíneas, do Decreto Municipal nº11.384/2016, a ser elaborada nos moldes do modelo previsto no Anexo III.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****10.4 Etapa 2: Sessão Pública para informação, esclarecimento e orientação acerca do edital**

10.4.1 A sessão pública para informação, esclarecimento e orientação acerca do Edital, será realizada na data fixada na Etapa 2 da Tabela 1 deste Edital, no dia 19 de novembro de 2025, início às 9h30 e término previsto às 12h30, no Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, Avenida Marchal Rondon, 263 – Centro de Osasco – SP CEP 06093-010.

10.4.2 Eventuais pedidos de esclarecimentos efetuados por escrito serão recebidos e processados nos termos do subitem **6.2** deste Edital.

10.4.3 A Secretaria de Educação resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.

10.5 Etapa 3: Sessão de Abertura do Chamamento Público

10.5.1 A Sessão de Abertura deste Chamamento Público será realizada em 05 de dezembro de 2025, às 9h30 com horário previsto para término às 12h, no Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, Avenida Marchal Rondon, 263 – Centro de Osasco – SP CEP 06093-010 - Osasco/SP procedendo-se o Credenciamento dos representantes das OSC's com capacidade jurídica comprovada para atuar em nome da OSC, mediante a apresentação (fora do envelope contendo a Proposta do Plano de Trabalho efetuada, conforme os modelos previstos nos Anexos I e II e a Declaração nos moldes do modelo previsto no Anexo III, todos deste Edital) dos seguintes documentos:

- a) documento de identidade na forma da Lei, com fotografia;
- b) estatuto da entidade ou instrumento legal de sua formação, comprovando a representação da OSC, em que conste o nome do representante e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão de Seleção ateste sua autenticidade.

10.5.1.1 Caso o representante da OSC não seja seu representante estatutário ou legal, o Credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular. Nesse caso, o representante também entregará à Comissão de Seleção, cópia autenticada em cartório do ato que estabelece a prova de representação da entidade, em que constem os nomes dos representantes ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

10.5.2 A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar deste Chamamento Público, mas ficará impedido de praticar qualquer ato durante este procedimento.

10.5.3 A documentação apresentada na primeira sessão de credenciamento e recepção do envelope possibilita o representante a participar das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer deste Chamamento Público, deverá ser apresentado novo credenciamento.

10.5.4 Caso a OSC não pretenda fazer-se representar na Sessão de Abertura, poderá encaminhar a Proposta de Plano de Trabalho nos moldes dos modelos previstos nos Anexos I e II e Declaração nos moldes do modelo previsto no Anexo III:

a) por meio de portador, diretamente à Comissão de Seleção, no início desta sessão de abertura; ou

b) por sedex ou carta registrada com aviso de recebimento, no endereço da Secretaria de Educação, Rua Eclísio Viviane 126, Vila Osasco – CEP: 06018-140, telefone (11) 3651-9499. Osasco/SP, aos cuidados da Comissão de Seleção do CEU.

10.5.4.1 A proposta de que trata a alínea “b” do subitem **10.5.4**, somente será analisada, se recebida até 01 (um) dia útil antes da data prevista na Etapa 3 da Tabela 1 deste Edital.

10.5.5 Após o credenciamento, os representantes das **OSC's entregarão à Comissão de Seleção um envelope fechado** e identificado com os dados da OSC Proponente e com a inscrição “Proposta – Edital de Chamamento Público nº 13/2025”, contendo a **Proposta de Plano de Trabalho efetuada com base nos Anexos I e II e a Declaração de que trata o Anexo III, todos deste Edital.**

10.5.5.1 A Proposta de Plano de Trabalho da OSC deverá ser apresentada em uma única via impressa, ter todas as suas folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, e, ao final, ser datada e assinada por quem detenha poderes de representação da OSC na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado. Deve ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

10.5.5.2 Deverá ser entregue uma cópia em versão digital (**pen drive**) da Proposta de Plano de Trabalho, a OSC deverá encaminhar anexo a documentação, sendo que as **planilhas orçamentárias** deve constar em **excel**.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

10.5.6 O envelope de que trata o subitem **10.5.5**, será aberto na sessão pública, cujo conteúdo será rubricado pelos representantes credenciados e pelos membros da Comissão de Seleção, podendo ser suspensa a sessão para análise das Propostas de Plano de Trabalho da(s) OSC(s), posterior a provação das selecionadas e divulgação do resultado preliminar da pontuação.

10.5.7 Somente será aprovada a Proposta de Plano de Trabalho que estiver de acordo com os requisitos da Lei Federal nº 3.019/2014 e conter, no mínimo, os elementos contidos nos incisos I a XVIII do art. 19 do Decreto Municipal nº 11.384/2016 e as condições constantes neste Edital e anexos.

10.5.7.1 A estimativa das despesas de que trata o inciso XVI do art. 19 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quais quer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo 03 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

10.5.7.2 Caso haja contratação e pagamento de equipe de trabalho com recursos da parceria, a OSC deverá anexar à Proposta de Plano de Trabalho, a norma trabalhista que determina a data-base, o piso salarial, se houver, e os índices de reajuste das categorias envolvidas.

10.5.7.3 A remuneração da equipe de trabalho com recursos da parceria, deverá observar os seguintes requisitos:

- a) estar de acordo com as atividades previstas na proposta de plano de trabalho;
- b) estar correspondente à qualificação técnica adequada à execução da função a ser desempenhada;
- c) estar proporcional ao tempo efetivamente dedicado à parceria; e
- d) estar compatível como valor de mercado;
- e) atender ao disposto nos acordos, convenções e dissídios coletivos de trabalho.

10.5.7.4 Não serão cobertas com recursos da parceria as **despesas**

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

descritas a seguir:

- a) aquisição, de veículos, bem como, despesas com combustível, manutenção e seguros;
- b) passagens rodoviárias e aéreas;
- c) diárias referente a deslocamentos, hospedagem e alimentação.

10.5.7.5 O valor do repasse da Administração Pública Municipal previsto em cada Proposta de Plano de Trabalho deverá ser distribuído entre as naturezas de despesa, considerando a proporção de até 20% (vinte por cento) para despesas de capital e de, no mínimo 80% (oitenta por cento) para despesas de custeio.

10.5.8 Caso a OSC seja detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – **CEBAS**, deverá apresentá-lo para fins de comprovação do benefício de isenção da cota patronal do INSS.

10.5.9 Após o prazo limite para apresentação da Proposta de Plano de Trabalho, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela Comissão de Seleção.

10.5.10 Os lotes indicados para o presente Chamamento Público são:

- Centro Educacional Unificado José Saramago – Zona Sul
- Centro Educacional Unificado Dra. Zilda Arns Neumann – Zona Norte

Para concorrer ao lote a OSC deverá seguir as orientações abaixo:

- a) Manifestação da OSC por **apenas um lote**, elaboração de **01 (um) Plano de Trabalho**, **identificando o lote** pretendido nomeando-o **obrigatoriamente** na capa do Plano de Trabalho e caracterização do público alvo de acordo com território pretendido e suas especificidades.
- b) Manifestação da OSC pelos **02 (dois) lotes**, **obrigatoriamente** deverá entregar **02 (dois) Planos de Trabalho** distintos, nomeando-os **obrigatoriamente** na capa do Plano de Trabalho e caracterização do público alvo de acordo com território pretendido e suas especificidades.

10.5.11 Será permitida a visita *in loco* às dependências do CEU, para verificação dos espaços disponíveis e das atividades que estão sendo desenvolvidas mediante agendamento prévio, no máximo, até o dia Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

anterior da entrega dos envelopes com a proposta do Plano de Trabalho da OSC. Na ocasião será obrigatório o agendamento e o preenchimento de um documento específico autorizando o representante(s) da OSC a realizar a visita.

A visita *in loco* é **facultativa**, caso decline deste direito a OSC deverá apresentar declaração formal que tem conhecimento das condições das instalações físicas e de infraestrutura, para a elaboração do Plano de Trabalho. Todas as OSCs interessadas deverão apresentar junto com os documentos de habilitação o **Atestado de Visita Técnica** conforme o **Anexo VIII** ou **Declaração de Renúncia**, conforme o **Anexo X** do Edital de Chamamento público.

Agendamento de Visita Técnica aos Centros Educacionais Unificados José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann:

- ✓ Telefone para agendamento: (11)3651-8743 – Falar com a Sra. Priscila Moreira
- ✓ Horário de visitas: 09h às 16h

10.5.12 A OSC vencedora do certame deverá garantir no mínimo 30 (trinta) dias as atividades desenvolvidas atualmente pela OSC que administra o Bloco Educacional, Esportivo e Cultural para que não haja prejuízo aos matriculados.

10.5.13 As horas trabalhadas com CONTRATURNO e Atividades Livres/direcionadas com a COMUNIDADE estão mencionadas na tabela abaixo:

	TOTAL DE HORAS ATIVIDADE DIRIGIDA	TOTAL DE HORAS ATIVIDADES LIVRES
Contraturno (segunda a sexta – feira- diurno)	752	----
Comunidade (segunda a sexta feira – noturno)	192	108

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Comunidade(sábadoe domingo)	152	176
Totalgeral/mês	1.096	284

10.5.14 O Rateio para a prestação de contas está vinculado há 752 horas/atividade Contraturno que representa 54,50% e 628 horas/atividade Comunidade que representa 45,50% do valor referente ao repasse quadrimestral, sendo o primeiro de recursos próprios da Secretaria de Educação e o segundo de recursos próprios geral.

10.6 Etapa 4: Etapa competitiva de avaliação das Propostas de Plano de Trabalho pela Comissão de Seleção

10.6.1 Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará e julgará, com independência técnica, as Propostas de Plano de Trabalho apresentadas pelas OSC's Proponentes, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e anexos.

10.6.1.1 Antes da análise técnica da Proposta de Plano de Trabalho, será verificada a exatidão das operações aritméticas da referida proposta, intimando-se a OSC pela IOMO, para que proceda a necessária correção, no caso de eventuais erros.

10.6.1.2 Somente será analisada a proposta de Plano de Trabalho que estiver de acordo com os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e conter, no mínimo os elementos dos incisos I ao XVIII do artigo 19 do Decreto Municipal nº 11.384/2016 e as condições constantes neste Edital e anexos.

10.6.2 A análise, avaliação técnica individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados na tabela abaixo:

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tabela 2

Critérios de Julgamento	Item	Nota	Peso	Pontuação Máxima
A – Diagnóstico social que deve ser realizado levando-se em conta o perfil do público-alvo previsto no Termo de Referência - Anexo II.	A1. A metodologia apresentada na Proposta de Plano de Trabalho possui coerência, pertinência e consistência com as ações propostas.	0 a 5	2,0	30
	A2. A Proposta de Plano de Trabalho detalha os resultados que pretende alcançar, em termos quantitativos e mensuráveis.	0 a 5	1,0	
	A3. A Proposta de Plano de Trabalho explicita a forma de mensuração do alcance dos resultados, indicando mecanismos de avaliação da execução e dos resultados obtidos.	0 a 5	1,0	
	A4. A Proposta de Plano de Trabalho estabelece prazos exequíveis e condizentes com as ações, fases, etapas e metas propostas.	0 a 5	1,0	
	A5. A proposta de Plano de Trabalho apresenta de forma clara e detalhada os métodos de monitoramento e controle das ações a serem realizadas para a consecução do objeto proposto.	0 a 5	1,0	

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

B – Adequação das atividades a serem executadas que deve ser realizada levando-se em conta o Termo de Referência - Anexo II	B1. A Proposta de Plano de Trabalho revela adequação aos objetivos específicos previstos no edital.	0 a 5	2,0	20
	B2. A proposta de Plano de Trabalho apresenta itens de despesas compatíveis com as ações a serem executadas com o objeto proposto e com os objetivos da parceria.	0 a 5	2,0	
C. A adequação da proposta ao valor de referência.	C1. A proposta estar coadunada ao valor teto estipulada pelo Termo de Referência e ao Edital; As porcentagens de Capital e custeio descritos nas planilhas financeiras atendem ao indicado no presente Edital	0 a 5	4,0	20
D – Plano de trabalho adequada as atividades às práticas pedagógicas propostas no Termo de Referência – Anexo II	D1. Descrição da realidade do objeto da parceria e do nexos entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	0 a 5	2,0	20
	D2. A proposta pedagógica baseia-se Base Nacional Curricular – BNCC e nas diretrizes vigentes estabelecidas no Termo de Referência, apresentando atividades atuais e inovadoras.	0 a 5	2,0	
E – Capacidade Técnico-Operacional, a	E1. Experiência da	Indicação inferior a	0,0	

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ser comprovada na forma do art. 38, inciso I, alínea "c", do Decreto Municipal nº 11.384/2016 e alterações	Proponente em projetos/eventos, educacionais, esportivos e culturais ligados a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de acordo com Termo de Referência, anexo II, deste edital.	1 ano		10
		Indicação de 1 ano a 5 anos	3,00	
		Indicação de 6 anos a 10 anos	5,00	
		Indicação acima de 11 anos	10,00	

§1º Para aferição da pontuação da proposta, será atribuída nota de 0 (zero) a 5(cinco) para cada item, conforme o atendimento ao conteúdo previsto neste artigo.

A pontuação final corresponderá à soma das notas de cada item, multiplicada pelo respectivo peso, com exceção do item "E", que a nota é o próprio peso, sendo a **pontuação máxima de 100 (cem) pontos**.

10.6.2.1 A classificação para cada quesito de avaliação utilizará a Metodologia de que trata a pontuação máxima da Tabela 2 deste Edital, utilizando os seguintes conceitos:

- a) **Grau de Pleno Atendimento:** texto com informações completas sobre o tema, tecnicamente compatíveis e atendendo as prescrições do Edital e seus anexos: correção e precisão na abordagem do tema; grau (profundidade) de abordagem e domínios dos temas; coerência e integração da proposta de plano de trabalho com estrutura especificada pelo Termo de Referência; clareza e objetividade da exposição. Ou seja: conjunto de planos de trabalhos que aderirem completamente às diretrizes gerais e particulares do Termo de Referência; **–Nota 5 (cinco): excelente;**
- b) **Grau Satisfatório:** texto com informações suficientes sobre o tema, tecnicamente adequadas e atendimento as prescrições do Edital e seus anexos: boa abordagem do tema; demonstrando conhecimento do tema; coerência com a proposta de plano de trabalho mantendo a estrutura especificada pelo Termo de Referência; objetividade na exposição sem aprofundamento no tema. Ou seja: conjunto de planos de trabalhos que aderirem às diretrizes gerais e particulares do Termo de Referência; **– Nota entre 3 e 4,9 - Bom**
- c) **Grau Insatisfatório de Atendimento:** texto com informações mínimas para compreensão do tema; com pouco domínio do tema; pouca

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

coerência e integração da proposta de plano de trabalho, sem objetividade e/ou clareza. Ou seja: conjunto de planos de trabalhos que aderirem às diretrizes gerais do Termo de Referência, mas que não contemplem a totalidade da sua essência, apenas parcialmente, não sendo factível à execução do Projeto em epígrafe; – **Pontuação: Nota de 1 até 2,9 - regular**

- d) **Grau Errôneo ou não abordado:** texto com informações antagônicas e erros graves na abordagem do tema ou não abordando o tema indicado; as informações não correspondem ao solicitado no Edital de Chamamento Público, Termo de Referência e seus anexos. – **Pontuação: Nota 0 (zero): não atende;**

10.6.3 A falsidade de informações nas Propostas de Plano de Trabalho, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a OSC Proponente e comunicação do fato às Autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

10.6.4A OSC Proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (E), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador (es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. Qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

10.6.5 Serão eliminadas as Propostas de Plano de Trabalho:

- a) Cuja pontuação total for inferior a 60(sessenta) pontos;
- b) Que recebam nota “zero” em um dos critérios de julgamento (A),(B),(C), (D) e (E),
- c) Que estejam em desacordo como Edital;
- d) Cujo valor global estiver acima do valor de referência previsto no subitem 17.4 deste Edital;
- e) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa realizada na forma do § 6º do art. 24 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta.

10.6.6 A aprovação da Proposta de Plano de Trabalho não gerará direito à

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

celebração da parceria.

10.6.7 As Propostas de Plano de Trabalho não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada as notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

10.6.8 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (B).

10.6.9 Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (A), (C), (D) e (E). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a OSC com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

10.6.10 Será obrigatoriamente justificada a seleção de Proposta de Plano de Trabalho que não for a mais adequada ao valor de referência constante deste Chamamento Público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto.

10.6.11 A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Etapa 4 da Tabela 1 deste Edital, para conclusão do julgamento das Propostas de Plano de Trabalho e, divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada.

10.7 Etapas 5 e 6. Divulgação do resultado preliminar e interposição de recursos e contrarrazões aos recursos contra o resultado preliminar

10.7.1 O resultado preliminar, com a ordem de classificação das Propostas de Plano de Trabalho e respectiva pontuação das OSC's selecionadas, será publicado na IOMO e divulgado no sítio eletrônico da Administração Pública Municipal.

10.7.2 As OSC's que quiserem poderão propor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do referido resultado preliminar, sendo as demais OSC's intimadas pela IOMO para apresentar, caso queiram, contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação pela IOMO. Protocolar a solicitação na Secretaria de Educação de Osasco no andar terreo.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****10.7.3 Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.**

10.7.4 É assegurado à OSC Proponente obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

10.8 Etapa 7. Julgamento dos eventuais recursos.

10.8.1 A Comissão de Seleção julgará os eventuais recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, podendo reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, ao Sr. Secretário da pasta responsável pela parceria, com as informações necessárias à decisão final.

10.8.2 A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório.

Não caberá novo recurso contra esta decisão.

10.9 Etapa 8: Homologação e Publicação do Resultado do Julgamento das Propostas de Plano de Trabalho.

10.9.1 Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Secretário Municipal publicará o resultado final de julgamento lavrado em ata, na IOMO e no seu sítio eletrônico, contendo a lista classificatória da (s) OSC (s) cuja proposta de plano de trabalho foi aprovada e selecionada, com a respectiva pontuação.

10.9.1.1 A homologação do resultado preliminar, não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

10.9.2 Após o recebimento e julgamento das Propostas de Plano de Trabalho, havendo uma única OSC com proposta classificada e desde que atendidas às exigências deste Edital, a Administração Pública Municipal poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la nos termos do previsto no subitem 10.10 deste Edital.

10.10 Etapa 9. Sessão Pública Para Apresentação dos Documentos de Habilitação.

10.10.1 A Comissão de Seleção, na própria publicação do resultado final do julgamento das propostas, designará data e hora da sessão pública para que as OSC's selecionadas, na ordem de classificação e somente aquelas necessárias ao atendimento da quantidade prevista no Edital de Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Chamamento Público, apresentem os documentos de habilitação, comprovando o atendimento aos requisitos previstos na Cláusula 9 deste Edital, bem como a Declaração nos moldes do modelo previsto no Anexo V, no sentido de que não incorrem nos impedimentos legais de que trata o art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.

10.10.2 Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nas alíneas "a" a "e" do subitem **9.3.** deste Edital.

10.10.3 As OSC's ficarão dispensadas de reapresentar as certidões previstas nas alíneas "a" a "e" do subitem **9.3.** deste Edital que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

10.10.4 No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 9 da Tabela 1 deste Edital e a assinatura do instrumento de parceria, as OSC's ficam obrigadas a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

10.10.5 As OSC's deverão comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

10.11 Etapas 10, 11 e 12. Avaliação dos documentos de habilitação e procedimento de que tratamos §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

10.11.1 A Comissão de Seleção examinará os documentos de habilitação apresentados pelas OSC's selecionadas ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada, consistindo esta etapa na verificação formal do atendimento dos requisitos para a celebração da parceria, que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas no item **9**, deste Edital.

10.11.2 Caso se verifique a não conformidade nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a Comissão de Seleção poderá solicitar a regularização da documentação, sob pena de não celebração da parceria, nos termos do § 4º do art. 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

10.11.3 A OSC será notificada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis regularizar os documentos, os quais se estendem às certidões que estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

10.11.4 Nos termos do § 5º do art. 38 do Decreto Municipal nº previstos na Etapa 11 da fase de seleção – Tabela I, incluindo os exigidos nos arts. 33 11.384/2016, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

10.11.5 Em conformidade com o § 6º do art. 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos no item **9** deste Edital.

10.11.5.1 Esse procedimento será seguido, sucessivamente, até que se conclua a seleção prevista no Edital, obedecida a ordem de classificação.

10.12 Etapas 13 e 14: Publicação da Ata de Julgamento dos Documentos de Habilitação e Interposição de Recursos e Contrarrazões.

10.12.1 A ata de julgamento dos documentos de habilitação será publicada na IOMO e no sítio oficial da Prefeitura

10.12.2 As OSC's que quiserem poderão propor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do referido resultado de julgamento de habilitação, sendo as demais OSC's intimadas pela IOMO para apresentar, caso queiram, contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de intimação pela IOMO.

10.12.2.1 Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

10.12.3 É assegurado às OSC's obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

10.13 Etapa 15. Julgamento dos Eventuais Recursos.

10.13.1 A Comissão de Seleção julgará os eventuais recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, podendo reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado ao Sr. Secretário da pasta responsável pela parceria, com as informações necessárias à decisão final.

10.13.2 A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório.

10.13.2.1 Não caberá novo recurso contra esta decisão.

10.14 Etapa 16.Publicação da Ata de Resultado Definitivo do Chamamento Público.

10.14.1 Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o órgão da Administração Pública Municipal publicará ata contendo o resultado definitivo deste Chamamento Público, no sítio oficial da Administração Pública Municipal e na IOMO.

11. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

11.1 A celebração e a formalização do Termo de Colaboração dependerão das seguintes providências pela Administração Pública Municipal:

- a) Aprovação da Proposta de Plano de Trabalho;
- b) comprovação de atendimento ao previsto no item 9 deste Edital;
- c) emissão de parecer de órgão técnico da Secretaria responsável pela parceria, se pronunciando quanto:
 - c.1.) ao mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
 - c.2.) a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria proposta;
 - c.3.) a demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da OSC foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
 - c.4.) a viabilidade de sua execução;
 - c.5.) a verificação do cronograma de desembolso;
 - c.6.) a descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
 - c.7.) a designação do gestor da parceria e de seu suplente, que deverão ter conhecimento técnico adequado do objeto da parceria;

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

c.8.) a designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

d) emissão de parecer jurídico pela Procuradoria do Município de Osasco acerca da possibilidade de celebração da parceria.

11.2 Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente as alíneas “c” e “d” do subitem **11.1**, deste Edital, concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o Secretário da pasta responsável pela parceria, sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

11.3 As OSC's poderão celebrar mais de uma parceria concomitantemente, no mesmo órgão ou em outros, vedada a inclusão da mesma parcela de despesa em mais de um plano de trabalho.

11.4 Será anexada ao processo que originou o Chamamento Público, cópia de todos os Termos de Colaboração que vierem a ser assinados em decorrência deste Edital, e suas eventuais alterações.

11.5 O processo administrativo que originou o Chamamento Público, deverá ser custodiado pela Secretaria Educação responsável pelo objeto da parceria pactuada, até o término de sua vigência, bem como da juntada de cópia do parecer técnico conclusivo da prestação de contas final, emitido pelo Gestor da parceria e cópia da manifestação conclusiva da Autoridade competente sobre a aprovação das contas.

11.06 O extrato do Termo de Colaboração deverá ser publicado na IOMO no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.

11.6.1 Os efeitos desta parceria iniciam ou retroagem à data de vigência estabelecida no Termo de Colaboração.

12. DA EXECUÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

12.1 Os recursos serão liberados nos termos dos artigos 53 a 56 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

12.2 Os recursos da parceria geridos pela **OSC PARCEIRA** estão vinculados ao plano de trabalho e não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

12.03 Na possibilidade de rescisão da parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Osasco e a OSC Parceira, todos os bens adquiridos durante o período de execução do projeto, serão incorporados ao patrimônio da

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Osasco.

12.4 As compras e contratações realizadas pela **OSC PARCEIRA** observarão o disposto nos artigos 58 e 59 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

12.5 As despesas serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho, cláusulas pactuadas e aos artigos 60 e 61 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

12.6 A movimentação e aplicação financeira dos recursos se darão em conformidade com os artigos 62 a 65 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

12.7 As alterações do Termo de Colaboração ou do plano de trabalho aprovado, desde que não haja modificação do objeto da parceria, poderão ser efetuadas atendendo os requisitos previstos nos artigos, 66, 67 e 68 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

12.8 A prestação de contas dar-se-á nos termos do Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

13. DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E DO GESTOR

13.1 Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada de apoio e acompanhamento da execução das parcerias, cujas atribuições serão voltadas para o aprimoramento dos procedimentos, unificação dos entendimentos, solução de controvérsias, padronização de objetos, custos e indicadores, fomento do controle de resultados e avaliação e homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

13.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá ser constituída na forma do previsto no art. 6º, III, art. 45, I, "h" combinada com o art. 69, §§ 1º, 2º, 3º e 6º, todos artigos do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

13.3. DO GESTOR E SUPLENTE. O Gestor e seu Suplente deverão ser designados na forma do previsto no art. 6º, II, art. 45, I, "g" e no art. 76, § 2º, todos do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com a Proposta de Plano de Trabalho, com as normas do Decreto Municipal nº 11.384/2016, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e com a

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá aplicar à OSC as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebração de parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

c) declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

14.1.1. A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa.

14.1.2 A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que for verificada fraude na celebração, na execução ou na prestação de contas da parceria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos.

14.1.3 A sanção de advertência é de competência do gestor da parceria.

14.1.4 As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade são de competência exclusiva do Secretário Municipal da área finalística ou ao seu equivalente da Administração Indireta.

14.1.5 A aplicação das penalidades previstas neste artigo poderá ser cumulativa a outras medidas civis, penais e administrativas cabíveis.

14.2 Compete ao Chefe do Poder Executivo decidir sobre recurso administrativo interposto em face de decisão de aplicação das penalidades de que trata esse Capítulo, salvo nos casos de aplicação de advertência quando o recurso deverá ser endereçado ao Secretário Municipal ou ao seu equivalente na Administração Indireta.

14.3 A responsabilidade da OSC será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

14.4 A autoridade competente notificará a OSC e seus representantes, quando verificada conduta irregular que lhes for atribuída, caracterizando a infração cabível e expondo os motivos da possibilidade de aplicação da sanção, para apresentar defesa, se quiserem.

14.4.1 A ciência da notificação assegurará vista imediata dos autos.

14.4.2 A notificação da OSC deverá ser efetuada por correspondência com aviso de recebimento - AR ou mediante protocolo na sede ou filial da OSC.

14.5 O prazo para apresentação de defesa, contado da data de juntada do aviso de recebimento - AR ou do protocolo da notificação aos autos do processo administrativo correspondente, será de:

a) 05 (cinco) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso I do artigo 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

b) 10 (dez) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso II do art. 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

c) 20 (vinte) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso III do art. 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

14.6 Com a apresentação de defesa, em qualquer caso, os órgãos técnicos deverão se manifestar e, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do artigo 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, deverá ocorrer também manifestação da área jurídica.

14.7 Decorrido o prazo para defesa e após a manifestação dos órgãos técnicos e jurídicos, se for o caso, o gestor ou Secretário da pasta responsável pela parceria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relatará o processo e decidirá, fundamentadamente, pela aplicação ou não da sanção, determinando, conforme o caso, o período de sua duração.

14.8 A decisão de aplicação das penalidades será publicada na IOMO, assegurada a OSC vista dos autos e oportunidade para apresentação de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.9 Interposto recurso pela OSC, a autoridade recorrida o apreciará no prazo de 10 (dez) dias úteis, e, decidindo pela manutenção da penalidade aplicada, remeterá os autos à apreciação da autoridade superior para análise e julgamento do recurso no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.10 A ciência das decisões de primeira e segunda instância quanto à aplicação da penalidade será dada mediante publicação na IOMO.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

14.11 A reabilitação da sanção prevista no inciso III do art.100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016 poderá ser requerida após 02 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando a **OSC PARCEIRA** ressarcir a **PREFEITURA** pelos prejuízos resultantes de sua conduta e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

14.12 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data de apresentação da prestação de contas, a aplicação das sanções previstas no art. 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

14.12.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

15 DA DENÚNCIA E RESCISÃO, DA ASSUNÇÃO E DA CONCLUSÃO

15.1 Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do inciso XVI do art. 42 da Lei Federal nº 13.019/2014.

15.2 Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

15.3 Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da **OSC PARCEIRA**, a **PREFEITURA** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da **OSC PARCEIRA**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC PARCEIRA** até o momento em que a **PREFEITURA** assumiu essas responsabilidades.

15.3.1 No caso da transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a **PREFEITURA**, deverá convocar OSC Proponente deste Chamamento Público, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.

15.3.1.1 Na impossibilidade justificada da convocação de que trata o

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

subitem 15.3.1. ou na ausência de interesse das OSC's convocadas, a **PREFEITURA** assumirá diretamente a execução do objeto ou realizará novo Chamamento Público.

15.4 Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Tesouro Municipal, no prazo improrrogável de 30(trinta)dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

15.4.1 Na devolução de que trata o subitem 15.4., observada a vinculação legal dos recursos, deverá ser:

- a) estornada a despesa orçamentária, quando se tratar de devolução de recursos do próprio exercício; ou
- b) registrada a receita orçamentária, quando se tratar de devolução de recursos de exercícios anteriores.

16 DO SISTEMA DE PROVISIONAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

16.1 No caso da parceria prever despesa com pagamento das equipes de trabalho, a **OSC PARCEIRA** deverá adotar sistemática de provisionamento de recursos para o pagamento futuro de verbas rescisórias, mediante escrituração contábil específica.

16.1.1 O pagamento das verbas rescisórias de que trata o subitem 16.1., ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

16.2 O montante da escrituração contábil específica será equivalente ao somatório dos valores das provisões previstas no plano de trabalho para o período de vigência da parceria, tais como 13º salário, férias, respectivos encargos e multa rescisória do FGTS nos casos de rescisão sem justa causa.

16.3 Para pagamento das verbas rescisórias de empregados mantidos na **OSC PARCEIRA** após o encerramento da vigência da parceria, a **OSC PARCEIRA** deverá efetuar a transferência dos valores da conta corrente específica da parceria para a sua conta institucional, apresentando:

- a) planilha de cálculo, elaborada por profissional da área de contabilidade, de recursos humanos ou outra área possuidora de competência técnica adequada na realização do cálculo, que indique a relação dos valores proporcionais ao tempo trabalhado e benefícios futuros, para cada empregado;

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

b) comprovante de transferência dos valores provisionados em escrituração contábil específica, para a conta institucional da **OSC PARCEIRA**, ao término da parceria;

c) documento que demonstre a ciência dos empregados quanto ao ato da transferência dos recursos financeiros para o pagamento das verbas rescisórias, referentes ao período da parceria;

d) declaração do representante legal da **OSC PARCEIRA** que ateste a quitação pela Administração Pública Municipal, do passivo trabalhista de que trata o subitem 16.2;

e) declaração do representante legal da **OSC PARCEIRA**, firmada sob as penas da lei, de que a **OSC PARCEIRA** fica integralmente responsável pelas obrigações trabalhistas e pelo pagamento posterior ao empregado.

16.3.1 Os valores de que trata o subitem 16.3., somente poderão ser utilizados para pagamento de verbas rescisórias.

16.3.2 Os documentos de que tratam as alíneas "a" a "e", do subitem 16.3., deverão constar na prestação de contas final.

16.4 O uso indevido e a malversação dos recursos vinculados para liquidação de verbas rescisórias caracterizam apropriação indébita por parte da **OSCPARCEIRA**, devendo seus representantes legais responder administrativa, penal e civilmente por tal irregularidade.

17 DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

17.1 Os créditos orçamentários necessários à cobertura das despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática descrita a seguir.

17.2 Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento da **PREFEITURA**, autorizado pela Lei Orçamentária Anual para 2025.

17.3 Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a Secretaria da pasta responsável pela parceria, indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

17.3.1 A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Administração Pública Municipal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de Certidão de Apostilamento do instrumentada parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

17.4 O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 21.859.911,20 para o CEU José Saramago e R\$ 20.740.591,40 Dra. Zilda Arns Neuman no exercício de 2026/2027. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

17.5 As despesas decorrentes das ações estão amparadas nas seguintes dotações constantes das peças de planejamento do Exercício de 2026, como segue:

Comunidade

08001-12.122.0016.2.2023 3.3.50.39.00 Despesas Corrente 01.110.0000

08001-12.122.0016.2.2023 4.4.50.39.00 Despesas de Capital 01.110.0000

Contraturno Ensino Fundamental I

08001-12.361.0016.2.2023 3.3.50.39.00 Despesas Corrente 01.200.0000

08001-12.361.0016.2.2023 4.4.50.39.00 Despesas de Capital 01.200.0000

Contraturno Educação Infantil

08001-12.365.0016.2.2023 3.3.50.39.00 Despesas Corrente 01.200.0000

08001-12.365.0016.2.2023 4.4.50.39.00 Despesas de Capital 01.200.0000

17.6 Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **PREFEITURA**, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014.

17.7 O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos Proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

18 DA CONTRAPARTIDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

18.1 Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's

Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.01 Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

19.1.1 Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito da **PREFEITURA**.

19.2A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

19.3 A OSC Proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público.

19.3.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da Proposta de Plano de Trabalho apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às Autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

19.3.2 Caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

19.4 Todos os custos decorrentes da elaboração das Propostas de Plano de Trabalho e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das OSC's Proponentes, não cabendo nenhuma indenização, remuneração ou apoio por parte da Administração Pública Municipal.

19.5 A prestação da atividade será por 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do termo, podendo ser prorrogada por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, na modalidade instrumento jurídico Termo de Colaboração, onde o Plano de Trabalho das parcerias deverá seguir o artigo 19, do Decreto Municipal 11.384/2016.

Osasco, 09 de outubro de 2025

José Toste Borges
Secretário de Educação

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS JOSÉ SARAMAGO

E

DRA. ZILDA ARNS NEUMANN

2025

Rua Eclísio Viviani, 126 - Vila Osasco - Osasco - SP - CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br - Email: assessoria@abinete.sed.osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Termo de Referência

Modalidade de instrumento jurídico adequada para a parceria	Termo de Colaboração
Base legal da política pública relacionada ao objeto	<div><div>✓</div> Constituição Federal/1988</div> <div><div>✓</div> Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</div> <div><div>✓</div> Lei Federal nº8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente.</div> <div><div>✓</div> Base Nacional Comum Curricular-BNCC</div> <div><div>✓</div> Lei Federal nº 13.019/14 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015.</div> <div><div>✓</div> Resolução/CD/FNDE Nº 6 de 08/05/2020 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.</div> <div><div>✓</div> Decreto Municipal de Osasco nº11.384/2016– Regulamento o regime jurídico das parcerias voluntárias entre Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil.</div> <div><div>✓</div> Lei Orgânica do Município de Osasco–promulgada em 05 de</div>

Rua Eclísio Viviani, 126–Vila Osasco–Osasco–SP–CEP06018–140PABX(11)3651–9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br–Email: assessoria@abinete.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

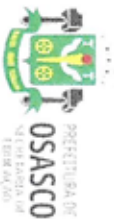
	<p>abril de 1990. Atualizada até a emenda nº 29, de 11 de março de 2009.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Lei Federal nº 10.098, de dezembro de 2000 – Lei das Adequações das Pessoas com Deficiência.✓ Lei Federal 13.018/2014 – Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.✓ Lei Municipal de Osasco nº 4.136/2007 – Dispõe sobre a natureza, finalidade, composição e funcionamento dos Conselhos de Gestão Compartilhada da Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino de Osasco.✓ Lei Municipal de Osasco nº 4.071/2006 – Institui a Política de Esportes Recreação e Lazer.✓ Lei Municipal Ordinária nº 4.707/2015 – Institui o Plano Municipal de Cultura de Osasco.✓ Lei Municipal de Osasco nº 4.701/2015 - Institui o Plano Municipal de Educação - que estabelece dentre outras metas "fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria no fluxo escolar de aprendizagem de modo a atingir as médias para do IDEB estabelecidas para o município";
--	---

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@abinete.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

	<p>✓ Decreto Municipal de Osasco nº 12.268/2019 – Dispõe sobre a organização, estruturação e potencialização de uso do próprio público denominado Centro Educacional Unificado – CEU pertencente à Secretaria de Educação e sob a denominação CEU Dra. Zilda Arns Neumann (Zona Norte) e CEU José Saramago (Zona Sul) e dá outras providências.</p> <p>✓ Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024 – Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescentes e Altera o Decreto Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</p>
--	--



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Definição clara do objeto	Oferecer atividades pedagógicas complementares, no contraturno escolar, nas áreas de Educação, Cultura, Esporte, lazer e Cidadania, com o objetivo de elevar as condições de aprendizagem e aproveitamento escolar aos alunos matriculados na Rede do Município de Osasco, na modalidade de Educação Infantil (Jardim e Pré) e Ensino Fundamental I do Centros Educacionais Unificados José Saramago (Zona Sul) e Dra. Zilda Arns Neumann (Zona Norte), como também para a comunidade do entorno em dias e horários específicos inclusive nos finais de semana.
Público alvo	Alunos matriculados nos Centros Educacionais Unificados José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann e suas respectivas comunidades do entorno.
Prazo para execução da atividade ou do projeto	24 meses a contar da data da assinatura do termo, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses.
Forma e Periodicidade da liberação dos recursos	Quadrimestral, conforme planilha específica.
Valor global para execução do objeto da Parceria	Valor total do repasse: CEU José Saramago: R\$ 21.859.911,20 Valor total do repasse CEU Dra. Zilda Arns Neumann: R\$ 20.740.591,40



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Objetivo geral da Parceria	Promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor da criança, adolescente, adulto e idoso, nos espaços do Centro Educacional Unificado José Saramago, por meio das diferentes linguagens presentes nas atividades de formação educacional, cultural, esportiva, recreação e lazer com enfoque direcionado ao desenvolvimento pedagógico e da cidadania, oferecendo aprendizagens significativas e de qualidade.
Meta principal/mês	1.400 atendimentos – Contraturno CEU José Saramago 1.200 atendimentos - Dra. Zilda Arns Neumann 1.050 atendimentos – Comunidade CEU José Saramago 1.050 atendimentos – Comunidade Dra. Zilda Arns Neumann 02 (dois) eventos por ano, sendo no mínimo um por semestre envolvendo os eixos Educacional, Esportivo e Cultural – CEU José Saramago 02 (dois) eventos por ano, sendo no mínimo um por semestre envolvendo os eixos Educacional, Esportivo e Cultural - CEU Dra. Zilda Arns Neumann. Mínimo de 100 horas/mês de Atividades livres sem monitoria específica- CEU José Saramago Mínimo de 100 horas/mês de Atividades livres sem monitoria específica- CEU Dra. Zilda Arns Neumann



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, RESULTADOS ESPERADOS, METAS, INDICADORES E MEIOS DE AFERIÇÕES

OE	Objetivo Específico	Resultado Esperado	Meta SMART	Quantidade	Tipo da Meta	Unidade de Medida	Indicador	Fórmula	Meio de Aferição	Periodicidade
1	Otimizar o uso dos espaços do CEU para atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer.	Utilização das dependências do CEU, garantindo acesso a crianças, adolescentes, adultos e idosos em atividades diversificadas.	M11. Disponibilizar 100% das vagas abertas a cada semestre, com controle de matrícula e frequência.	1.400 CEU José Saramago / 1.050 Comunidade, cada CEU Total: 2.450	Quantitativa	Vagas de contraturno e comunidade	% de vagas disponibilizadas no contraturno e comunidade	$\frac{\text{Vagas preenchidas}}{\text{Vagas abertas}} \times 100$	Ficha de matrícula, lista de presença, relatório fotográfico legendado.	Mensal
			M12. Disponibilizar 100% das vagas abertas a cada semestre, com controle de matrícula e frequência.	1.200 CEU Dra. Zilda Arns / 1.050 Comunidade, cada CEU Total: 2.250	Quantitativa	Vagas de contraturno e comunidade	% de vagas preenchidas no contraturno e comunidade	$\frac{\text{Vagas preenchidas}}{\text{Vagas abertas}} \times 101$	Ficha de matrícula, lista de presença, relatório fotográfico legendado.	Mensal
2	Promover o desenvolvimento integral dos participantes nos aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social.	Aumento das habilidades indicadas na BNCC e fortalecimento da interação escola-família-comunidade.	M1J. Alcançar 70% de desenvolvimento das habilidades BNCC no primeiro ano, sendo possível chegar a 100% até o final da parceria.	Não se aplica (impacto qualitativo)	Qualitativa	Atendimentos de contraturno e comunidade	% de habilidades BNCC desenvolvidas	$\frac{\text{Nº de habilidades alcançadas}}{\text{Total previsto}} \times 100$	Relatórios avaliativos pedagógicos, pareceres descritivos, registros fotográficos.	Mensal

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@cabine.te.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2			M1Z. Alcançar 70% de desenvolvimento das habilidades BNCC no primeiro ano, sendo possível chegar a 100% até o final da parceria.	Não se aplica (impacto qualitativo)	Qualitativa	Atendimentos de contraturno e comunidade	% de habilidades BNCC desenvolvidas	(Nº de habilidades alcançadas ÷ Total previsto) x 101	Relatórios avaliativos pedagógicos, pareceres descritivos, registros fotográficos.	Mensal
3	Melhorar o desempenho escolar e ampliar a participação comunitária.	Aumento da participação dos alunos nas atividades pedagógicas e maior envolvimento da comunidade nas ações educativas e culturais.	M1J. Produzir 100% de eventos, no mínimo 2 (dois) por eixo: educacional, esportivo e cultural	6	Qualitativa Quantificável	Eventos	% de turmas com relatórios emitidos	(Turmas com relatório ÷ Total de turmas) x 100	Relatórios da OSC e da Comissão de Monitoramento e Avaliação.	No Exercício
4	Garantir contratação de profissionais habilitados e capacitados para todas as áreas de atuação.	Equipe qualificada para atender todas as metas previstas.	Preencher 100% dos cargos previstos no Termo de Referência com profissionais qualificados.	Número base	Quantitativa	Profissionais contratados	% de cargos preenchidos com profissionais habilitados	(Cargos preenchidos ÷ Total de cargos previstos) x 100	Documentação comprobatória e atestados de antecedentes criminais.	Semestral

Rua Cláudio Viviani, 126 – Vila Osasco-Osasco-SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Home page: www.osasco.sp.gov.br – E-mail: assessoria@abinete.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Garantir manutenção, e vigilância da limpeza das estruturas e equipamentos.	100% das instalações em funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva.	Manter todos os ambientes do CEU em funcionamento durante toda a vigência da parceria.	Número de espaços	Quantitativa	Ambientes e espaços do CEU	% de ambientes em funcionamento	(Ambientes funcionando ÷ Total de ambientes) x 100	Checklists de manutenção, em relatórios locais.	Mensal
---	---	--	-------------------	--------------	----------------------------	---------------------------------	--	---	--------

J- José Saramago
Z- Dra. Zilda Arns Neumann



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AÇÕES DETALHADAS A SEREM EXECUTADAS PARA O ALCANCE DAS METAS, DOS OBJETIVOS E DOS RESULTADOS ESPERADOS DA PARCERIA.

Objetivos específicos (OE)	Ações a serem executadas (a)	Prazo de execução Início / Término		
		Mês 01	Mês 12	
OE 1	Exemplo: (MQ1–OE1) Otimização do espaço – 100% das vagas abertas			
Indicador	Descrição	Previsto Total	% para aferição do atingimento	
Eixo Educacional contraturno	Descrever as atividades do cardápio educacional de uma a duas vezes no máximo por semana, com duração de 60 minutos	32 aulas	100 %	70%
Eixo Esportivo Contraturno	Descrever atividades do cardápio esportivo de uma a duas vezes no máximo por semana, com duração de 60 minutos	60 aulas	100 %	70%
Eixo Cultural Contraturno	Descrever atividades do cardápio cultural de uma a duas vezes no máximo por semana, com duração de 60 minutos	50 aulas	100 %	70%
OE 2	Preencher ações de acordo com o objetivo Específico nº 02			
OE 3	Preencher ações de acordo com o objetivo Específico nº 03			
OE 4	Preencher ações de acordo com o objetivo Específico nº 04			
OE 5	Preencher ações de acordo com o objetivo Específico nº 05			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

<u>Valor global para a execução do objeto da parceria</u>	CEU José Saramago R\$ 21.859.911,20 CEU Dra. Zilda Arns Neumann R\$ 20.740.591,40
<u>Forma e periodicidade da liberação dos recursos</u>	Quadrimestral

José Toste Borges
Secretário de Educação

Rua Celso Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@abinete.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO 1

1.1 Organização/Lote

- Centro Educacional Unificado José Saramago – Zona Sul do Município de Osasco
- Avenida João de Andrade, 1335 – Bairro Santo Antonio- Osasco- São Paulo
- Centro Educacional Unificado Dra. Zilda Arns Neumann – Zona Norte do Município de Osasco
- Rua Theda Figueiredo Rega, 155 – Bairro Jardim Elvira – Osasco – São Paulo

1.1.1 Orientação para visita *in loco* nas instalações do CEU

Será permitida a visita *in loco* as dependências do CEU, para verificação dos espaços disponíveis e das atividades desenvolvidas pela OSC que administra o Bloco Educacional, Esportivo e Cultural, mediante agendamento prévio, no máximo, até o dia anterior da entrega dos envelopes com a proposta do Plano de Trabalho da OSC. Na ocasião será obrigatório o preenchimento de um documento específico autorizando o representante (s) da OSC a realizar a visita.

A visita *in loco* é facultativa, caso decline deste direito a OSC deverá apresentar declaração formal que tem conhecimento das condições das instalações físicas e de infraestrutura, para a elaboração do Plano de Trabalho.

Todas as OSCs interessadas deverão apresentar junto com os documentos de habilitação o **Atestado de visita Técnica** conforme o **Anexo VIII** ou **Declaração de Renúncia**, conforme o **Anexo X** do Edital de Chamamento público.

- ✓ Telefone: (11) 3651-8742 e 3651-8743 (agendamento de visita somente pelos telefones com a sra. Priscila Moreira)
- ✓ Horário: 9h às 16h

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco- Osasco- SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@cabine.te.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO 2

2.1 Orientação para Atendimento

2.2 Contraturno- aluno matriculado no CEU

A OSC Parceira, na vigência do Termo de Colaboração, **deverá** garantir o atendimento normal das atividades aos alunos inscritos, nos dias úteis, respeitando os Feriados Nacionais, Estaduais e do Município de Osasco; Pontos facultativos do Município de Osasco e suspensão de aulas. O Calendário Escolar oficial da Secretaria de Educação de Osasco será disponibilizado para a OSC para que possam identificar os meses de suspensão das aulas por Recesso Escolar e Férias Escolares, sendo que nestes períodos as atividades serão diferenciadas, conforme descritas nos tópicos a seguir:

2.2.1 Férias Escolares – janeiro

O Calendário Escolar da Secretaria de Educação para as unidades do Município de Osasco prevê no início do ano, precisamente no mês de janeiro 30(trinta) dias de férias para os alunos, portanto não haverá as atividades normais do contraturno no Bloco Educacional, Esportivo e Cultural.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Neste mês de janeiro a programação para os alunos regularmente matriculados no Ensino regular, Ensino Fundamental I, com exceção dos alunos do 5º ano que no mês de janeiro já estão matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental II de responsabilidade do Estado de São Paulo e que já foram desligados automaticamente no último dia letivo do ano anterior, oferecerá pelo período de uma semana atividades no horário das 9h às 16h, porém de forma lúdica, por meio de gincanas, jogos colaborativos, resgates de brincadeiras antigas, as **Férias no CEU**.

A inscrição para participar das Férias no CEU, será por meio de uma ficha e ou pelo site disponibilizado pela OSC Parceira, preenchida por responsáveis pelos alunos matriculados no Ensino Regular do CEU José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann na modalidade Ensino Fundamental I, não necessariamente alunos matriculados em atividades no **Bloco Educacional, Esportivo e Cultural CEU**, dando assim oportunidade para que outros alunos conheçam o espaço e o trabalho desenvolvido pela equipe da OSC Parceira.

O número de vagas oferecidas será de até 10% do total de alunos matriculados no Ensino Regular, na modalidade Ensino Fundamental I, dados da empresa que administra as informações de matriculados na rede pública de Osasco, sendo mantida a fila de espera, caso haja, com chamada imediata se houver desistência.

Neste período de uma semana a Prefeitura do Município de Osasco, por meio da unidade do Ensino Regular, esta se responsabilizará pela elaboração e distribuição do almoço e café da manhã, servidos no prédio do Ensino Regular e a OSC Parceira pelo Kit-lanche no período da tarde de acordo com especificações neste Termo de Referência. O período para as Férias no CEU será determinado pela Secretaria de Educação e registrado em relatório circunstanciado, conforme orienta o Anexo 3 do Termo de Referência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.2.2 Recesso Escolar-Julho

O Calendário Escolar da Secretaria de Educação para as unidades do Município de Osasco prevê duas semanas de recesso das aulas do Ensino Regular para os alunos, geralmente na segunda e terceira semana de julho e a preocupação com o bem estar e segurança de nossas crianças é o mesmo, sendo assim no período de uma semana realizaremos as Férias no CEU, para a faixa etária do Ensino Fundamental I.

O horário da atividade será das 9h às 16h, quanto à alimentação e a porcentagem de vagas ofertadas as orientações serão as mesmas do mês de janeiro, com o cuidado de dar oportunidade para quem não participou da edição de janeiro, caso tenhamos um grande número de interessados.

O período para as Férias no CEU será determinado pela Secretaria de Educação e registrado em relatório circunstanciado, conforme orienta o Anexo 3 deste Termo de Referência.

2.2.3 Avaliação e Planejamento-Oficineiro e/ou Professor

Durante uma semana em julho e uma semana em janeiro, professores e/ou oficinairos farão a avaliação/acompanhamento e planejamento de atividades para o semestre seguinte, de acordo com as 10 competências da BNCC que devem ser desenvolvidas durante as atividades no Bloco Educacional, Esportivo e Cultural, devidamente registradas em relatórios específicos.

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@abinete.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.3 Atendimento a comunidade

No mês de janeiro a OSC fará o atendimento da comunidade por duas semanas em horários normais conforme a grade anual. As outras duas semanas serão usadas para formação de monitores e oficinairos/professores para o início do ano letivo.

A OSC utilizará as dependências do **Centro de Educacional Unificado CEU José Saramago** para atividades voltadas a comunidade nos dias previstos neste documento **INCLUSIVE** nos Feriados Nacionais, Estaduais e do Município de Osasco, estando estas atividades previstas no Plano de trabalho.

2.4 Estrutura de Governança

Assegurando a transparência, responsabilidade pelos resultados, cada CEU deverá constituir **Conselho Gestor**, colegiado consultivo. A atuação do Conselho Gestor buscará colaborar com cumprimento dos objetivos e diretrizes estabelecidos neste documento, visando promover a participação, organização e acompanhamento da execução das atividades do CEU.

Caberá a OSC indicar 01 (um) representante do CEU, que responderá pela unidade em atividades de articulação com a comunidade e com instâncias de governança e articulação da parceria, como segue:

- a) Supervisor de Ensino Regular dos CEUs, representante da Secretaria de Educação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- b) Diretor da Unidade Escolar Regular presente no CEU;
- c) Membros do Conselho de Gestão Compartilhada – CGC do CEU na Educação Escolar Regular. Lei Municipal de Osasco nº 4.136/2007

O representante indicado pela OSC deverá participar de reuniões, planejamentos e formações pertinentes às suas ações, conforme agenda estabelecida pelo Conselho Gestor, que deverá ser bimestral em cronograma estabelecido pelo próprio órgão e seus representantes.

As deliberações do Conselho Gestor serão encaminhadas ao Gestor da Parceria para apreciação e providências que se fizerem necessárias.

Com relação à interação com a comunidade local, a OSC conduzirá as atividades de articulação, que devem estar previstas no Plano de Trabalho:

- Organizar momentos periódicos para recebimento das demandas da comunidade, tanto em relação à programação e funcionamento do CEU, bem como sua atuação inserida no contexto do entorno; e
- Sistematizar, através de registro, as demandas formuladas pela comunidade local, realizando articulação necessária com o Conselho Gestor.

2.5 Regimento Interno

A OSC deverá elaborar um conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o seu funcionamento, visando à transparência do atendimento a crianças, adolescentes, familiar e a comunidade.

Rua Celso Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@abinete.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O documento deverá estar pronto para utilização, no máximo, no decorrer dos primeiros 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Colaboração da Parceria. O Regimento Interno deverá conter, no mínimo:

- Estrutura da OSC,
 - ✓ Identificação com breve histórico de atuação;
 - ✓ Objetivos e princípios para o atendimento da faixa etária identificada no Plano de Trabalho;
 - ✓ Modalidades de atendimento;
 - ✓ Objetivos para as diferentes modalidades.
 - Organização técnica administrativa,
 - ✓ Estrutura de Gestão;
 - ✓ Equipe funcional;
 - ✓ Equipe docente;
 - ✓ Direitos e Deveres dos Funcionários contratados,
 - ✓ Direitos e Deveres dos Pais ou Responsáveis,
 - ✓ Reserva de espaços do CEU;
 - ✓ Sanções.
 - Organização didática
 - ✓ Proposta Pedagógica específica por faixa etária;
 - ✓ Cronograma de atividades;
 - ✓ Critérios de agrupamento de crianças;
- Obs. Incluir Leis e Decretos quando estes forem pertinentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Para cada nível de aprendizado, a formação de turmas poderá considerar particularidades, como deficiências e mobilidade reduzida e, preferencialmente, a faixa etária dos participantes envolvidos, conforme categorias abaixo:

- a) 4 (quatro) a 5 (cinco) anos;
- b) 6 (seis) a 9 (nove) anos;
- c) 10 (dez) a 13 (doze) anos;
- d) 14 (treze) a 17 (catorze) anos;
- e) Adultos;
- f) Terceira idade – acima de 60 (sessenta) anos.

2.6 Eixos Temáticos

As atividades propostas no **Plano de Trabalho da Organização da Sociedade Civil- OSC**, tanto para alunos matriculados na rede Municipal de Osasco no CEU José Saramago e no CEU Dra. Zilda Arns Neumann, contraturno, como para a comunidade para atividades dirigidas, terão que seguir as indicações abaixo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Eixos temáticos	Descrição	Atividade/Periodicidade
Formação Educacional	Atividade que potencialize atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, valorizando e utilizando conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo para entender e explicar a realidade, exercitando a curiosidade intelectual e cidadania.	De acordo com a grade de atividades do Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – OSC, em conformidade com o Termo de Referência.
Formação Cultural	Atividade que democratize o acesso à cultura com a integração de práticas que respeitem a diversidade, promovendo a interdisciplinaridade e o trânsito entre o conhecimento e uma educação transformadora.	De acordo com a grade de atividades do Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil–OSC, em Conformidade com o Termo de Referência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Formação Esportiva	Atividade que oportunize vivências baseadas em valores democráticos, que potencializem a capacidade de comunicação, através do companheirismo, respeito a regras, Igualdade de condições e cooperação.	De acordo com a grade de atividades do Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – OSC, em conformidade com o Termo de Referência.
Recreação e Lazer	Atividades livres e direcionadas que exercitem a empatia, o diálogo, respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, promovendo o desenvolvimento social, propondo posturas e atitudes que devemos ter em relação ao outro em momentos direcionados e livres.	De acordo com a grade de atividades do Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – OSC, em conformidade com o Termo de Referência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.7 Indicações de atividades por eixo

Eixo Temático	Sugestões de Atividades
Formação Educacional	<ul style="list-style-type: none">- Línguas Estrangeiras (Inglês, Espanhol, outras), LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)- Jogos de raciocínio- Jogos de linguagem- Jogos (Tabuleiro, cooperativo, lúdico, etc.)- Robótica, Games Educativos- Sustentabilidade (reutilização de materiais, hortas urbanas)- Interação Digital (informática)- Outros
Formação Cultural	<ul style="list-style-type: none">- Fotografia/Cinema- Dança (Balé Clássico, sapateado, Contemporânea, Danças circulares)- Danças de rua (street dance, hip-hop dance, breaking, locking), Danças de salão, Danças regionais (maracatu, frevo e carimbó)- Arte Circense (Atividades que envolvam autossuperação, elevação, coragem, força, equilíbrio, manipulação da magia e do domínio corporal)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

	<p>Jogos Malabares, Mágica, Corda Indiana, Argolas, Corda Bamba, Equilíbrio de objetos, Jogos Icaros e outros).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artesanato nas diversas modalidades de pintura, bordado, costura, confecção de bonecas, fantoches e outros - Grafite (Parceria com a Comunidade na captação de espaços) - Sarau Poético (Composição de músicas, Poesia, Parlendas, Cordeil) - Musicalização - Instrumentos musicais (flauta, violão, violino, percussão, etc) - Canto e Coral - Outros
Formação Esportiva	<ul style="list-style-type: none"> - Judô, JiuJitsu, Karate, etc - Esportes Aquáticos - Yoga - Pilates - Skate (o CEU José Saramago possui pista externa) - Outros
*Recreação e lazer	<p>Atividades voltadas para a comunidade em geral de acordo com a programação estabelecida em períodos e horários específicos (Recesso escolar, Pontos Facultativos e Feriados, conforme Calendário Escolar Oficial da Secretaria de Educação vigente para o ano em curso).</p>

*Momentos preciosos de aprendizagem, criação de vínculos e benefícios para a saúde física e mental.

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
 Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@cabine.te.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.8 Grade de Atividade contraturno

A OSC elaborará a Grade de Atividades utilizando os Eixos Temáticos Formação Educacional, Formação Cultural e Formação Esportiva. As escolhas das atividades devem seguir as seguintes orientações:

- ✓ A carga horária das aulas deverá ser de 60 minutos / aula / modalidade, podendo chegar a duas aulas por semana no máximo;
- ✓ As aulas de Línguas Estrangeiras, Artes Marciais, Instrumentos Musicais, Natação e Dança recomenda-se que tenham duas aulas por semana com a duração de 60 minutos cada uma;
- ✓ A Grade de Atividades deverá contemplar no mínimo 03 atividades do eixo Formação Educacional, 03 atividades do eixo Formação Cultural e 02 atividades do eixo Esportivo, considerando os três Eixos Temáticos descritos no item 2.4 do presente Termo.
- ✓ Na possibilidade da OSC promover estratégias de atendimento que proporcione o aumento da META PRINCIPAL, esta deverá encaminhar ao Gestor da Parceria, documento específico para análise e providências que se fizerem necessárias.
- ✓ Na impossibilidade de alcance mínimo de 70% da META PRINCIPAL, deverá ocorrer, imediatamente, ao fechamento do mês, ou no transcorrer dele, caso necessário, reunião extraordinária do Gestor da Parceria com representantes da OSC Parceira para procurar soluções viáveis para a questão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.9 Grade de Atividade Comunidade

A Grade de atividades para a comunidade deverá contemplar atividades **Dirigidas e Livres**, buscando áreas de interesse da comunidade local. A OSC fará uma programação utilizando os 04 Eixos Temáticos descritos neste documento.

2.10 Eventos

A OSC deverá manter no prontuário de todos os inscritos nas atividades oferecidas, um documento específico de **USO DE IMAGEM**, autorizando a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do Município de Osasco**, a divulgar ao público em geral e/ou apenas para o **uso interno** desta instituição, fotos, imagens em vídeos e depoimentos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem mencionada acima. O modelo do documento será disponibilizado pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do Município de Osasco.

Eventos Culturais	Realização de espetáculos, manifestações artísticas, experiências culturais e intervenções artísticas que demonstrem as competências e habilidades adquiridas nas aulas propostas pela OSC Parceira.	Obrigatoriedade de, no mínimo, 02 eventos anuais,
-------------------	--	---



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Eventos Educacionais	Realização de apresentações que demonstrem as competências e habilidades adquiridas nas aulas propostas pela OSC Parceira	Obrigatoriedade de, no mínimo, 02 eventos anuais.
Eventos Esportivos	Realização de apresentações que demonstrem as competências e habilidades adquiridas nas aulas propostas pela OSC Parceira	Obrigatoriedade de, no mínimo, 02 eventos anuais.

Observações:

Os eventos oferecidos à comunidade deverão ser de relevância social, atendendo o interesse público e o desenvolvimento social, por meio da promoção de ações relacionadas à garantia de direitos, saúde, educação, cultura e Lazer.

A OSC poderá programar espetáculos no **TEATRO**, para a comunidade, desde que **previsto no Plano de Trabalho**, ocorrendo manifestação de interesse sem ter programado anteriormente, este deverá ser justificado e o documento encaminhado para a Secretaria de Educação aos cuidados do **Gestor da Parceria** para ciência, apreciação e deliberação, **só após este trâmite ser concluído** o espetáculo poderá ser divulgado a comunidade.

A cobrança de ingressos **não será permitida** para eventos de qualquer natureza, tão pouco condicionada à entrada no evento, por meio de trocas de alimentos e/ou outros produtos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO 3

3.1 Diretrizes Pedagógicas

Conforme definido pela Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), a Base Nacional Comum Curricular é documento que visa nortear as propostas pedagógicas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e adultos / EJA, estabelecendo competências e habilidades que se espera que os alunos desenvolvam ao longo das atividades. Para tanto, as 10 (dez) competências abaixo elencadas deverão estar presentes nas atividades desenvolvidas pela OSC, em seu Plano de Trabalho, para o contrato.

Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular- BNCC		
1	Conhecimento	Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar com a sociedade.
2	Pensamento científico e criativo	Exercitar a curiosidade intelectual e utilizar as ciências com criticidade e criatividade para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas, criando soluções.
3	Repertório cultural	Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais para fluir e participar de práticas diversificadas da promoção artístico-cultural.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4	Comunicação	Utilizar diferentes linguagens para expressar e compartilhar informações, experiências, ideias, sentimentos, que levem ao sentimento mútuo.
5	Cultura digital	Compreender, utilizar e criar tecnologia digital de forma crítica, significativa e ética para comunicar-se; acessar e produzir informações e conhecimentos, resolvendo problemas no exercício do protagonismo e autoria.
6	Trabalho e projeto de vida	Valorizar e apropriar-se de conhecimento e experiências para entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.
7	Argumentação	Argumentar com base em fatos dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, com base em direitos humanos, consciência sócio ambiental, consumo responsável e ética.
8	Autoconhecimento e autocuidado	Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se para cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

9	Empatia e cooperação	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação para fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade sem preconceito de qualquer natureza.
10	Responsabilidade e cidadania	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência para decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

3.1.1 Relatório circunstanciado

Com base no Objetivo Específico 3(OE3), a OSC PARCEIRA deverá elaborar relatório quadrimestral que deverá ser inserido no Portal das Parcerias com no mínimo os seguintes dados:

- ✓ Dados da parceria
- ✓ Por eixo : Nome da atividade
- ✓ Número de inscritos por eixo/atividade
- ✓ Horário e periodicidade
- ✓ Horas de atividades sem monitoria Teatro e quadra
- ✓ Desempenho educacional/desenvolvimento de habilidades alcançado, tendo como subsídio as 10 competências da BNCC.
- ✓ Grade das atividades propostas para os 03 eixos
- ✓ Registros fotográficos datados e com legenda

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@gabinete.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ Encaminhamentos
- ✓ Avaliação das atividades propostas

Orientações:

- a) O relatório circunstanciado deverá conter informações de atividades de **Contraturno** e da Comunidade;
- b) Conter em todas as suas páginas cabeçalho com dados que identifiquem a OSC, utilizar para o texto fonte ARIAL com tamanho de fonte 12 e espaçamento de linha de 1,15.
- d) Capa deverá conter os dados da OSC com o público atendido, alunos de contraturno e Comunidade;

Obs. Todas as páginas do **relatório circunstanciado** deverão ser **rubricadas** pelo Diretor Geral e a última página assinada, datada e carimbada ou assinada digitalmente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO4

4.1 Organização—contraturno

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular estabelece conhecimentos, competências e habilidades a ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da educação básica. Centrada nos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, soma-se aos propósitos de uma educação integral, visando à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Nessa perspectiva, as atividades oferecidas no contraturno deverão estar voltadas ao processo de construção de conhecimentos das crianças e adolescentes, a fim de promover o máximo desenvolvimento humano para um bom convívio social.

Conforme estrutura da BNCC, que dimensiona as 10 (dez) competências, as atividades de contraturno deverão ser desenvolvidas, **obrigatoriamente**, utilizando os **03 Eixos Temáticos**, ficando a cargo da OSC a escolha das atividades e a elaboração do **Quadro de Rotina**.

CONSIDERAÇÕES:

- ✓ Garantir a higienização periódica da piscina, e demais dependências de acordo com os padrões estabelecidos para esta atividade.

Rua Edílio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ A Piscina será higienizada, obrigatoriamente, **uma vez por semana**, ficando suspensa essa atividade durante este período.
- ✓ A manutenção das dependências deverá obrigatoriamente ser escalonada, ou seja, o Centro Educacional Unificado não deverá ficar sem atividades em nenhum dia da semana, portanto cada espaço terá a sua manutenção realizada em dias distintos.
- ✓ Estabelecer a quantidade de participantes, que não poderá ser inferior a 10 participantes para o início da atividade, salvo em atividade específica que o número de alunos deva ser menor, tendo a OSC que justificar de forma técnica esta ação.
- ✓ A carga horária da atividade não deverá exceder a duas horas semanais por modalidade, respeitando as faixas etárias e suas especificidades.

Na hipótese de alguma atividade ficar abaixo de 50% no número de adesões, a OSC poderá substituí-la, após encaminhamento de documentação para ciência e apreciação do Gestor da Parceria, desde que não haja prejuízo para os participantes.

O atendimento realizado nos esportes aquáticos poderá ser substituído na estação de inverno (sazonal), caso a OSC identifique ausência superior a 50% dos inscritos remanejando-os para outras turmas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Quadro de horário de funcionamento e espaços disponíveis para
desenvolvimento das atividades das crianças e pré adolescentes no contraturno
escolar.

DIAS DA SEMANA	TEATRO	PISCINA	SALAS multíuso
2ª a 6ª feira	7h às 19h	7h às 19h	7h às 19h
Total Geral de Horas Semanais de Atendimento	48 horas	48 horas	168 horas

Observações:

- A Quadra Poliesportiva do Centro Educacional Unificado de segunda a sexta feira, no horário das 7h às 18h20 é utilizada para os alunos do ensino regular para as aulas de Educação Física, inviabilizando a sua utilização para quaisquer outras atividades.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- No número de horas computadas acima foram descontadas, 12 (doze) horas de limpeza da Piscina, Teatro e 12 (doze) horas da limpeza das salas de multiuso (limpeza executada em um dia apenas).

- É **VEDADA** a participação de pessoa da comunidade, de qualquer faixa etária, nas atividades em **CONTRATURNO** nos dias e horários mencionados acima, que não esteja regularmente **MATRICULADA E FREQUENTANDO** o ensino regular do CEU José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann na Educação Infantil, modalidade EMEL ou no Ensino Fundamental I.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXOS

5.1 Organização-Comunidade

As 10 (dez) competências gerais da Base Nacional Curricular – BNCC é um conjunto de conhecimentos, valores e atitudes que buscam promover o desenvolvimento dos cidadãos, portanto serve de base para preparar pessoas de qualquer idade no caminho do autoconhecimento, resiliência, empatia, cooperação e principalmente autonomia na construção de relacionamentos, realização de projetos de vida, cuidados com a saúde e etc.

A OSC para elaboração da grade de atividades ofertadas a comunidade, deverá utilizar as 10 competências gerais da Base Nacional Curricular – BNCC para proporcionar vivências significativas no exercício da cidadania, possibilitando à ampliação de experiências educativas, culturais, esportivas, recreação e lazer em espaços de convivência qualificados, devendo ser garantida a acessibilidade da comunidade e a sua participação na gestão do equipamento público. A educação democrática, emancipadora e humanizadora serão os objetivos a serem alcançados para o desenvolvimento do ser humano na sua integralidade como um sujeito de direitos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Quadros de horário de funcionamento e espaços disponíveis para desenvolvimento das atividades voltadas à comunidade.

Dias da Semana	Teatro	Piscina	Sala Multiuso	Quadra
Segunda a sexta	19h às 22h	19h às 22h	19h às 22h	19h às 22h
Sábado	8h às 20h	8h às 20h	8h às 20h	8h às 20h
Domingo	8h às 20h	8h às 20h	8h às 20h	8h às 20h
Feriados, Pontos Facultativos, Suspensão de atividades educacionais.	8h às 18h	8h às 18h	8h às 18h	8h às 18h

Observações:

- O Decreto Municipal nº 12.268 de 04 de novembro de 2019, no seu Capítulo II DO FUNCIONAMENTO DO CEU - DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO, Art. 17 estabelece os horários descritos acima e em seu Parágrafo único - suspende o funcionamento do CEU dos dias 23 a 31 de dezembro até o dia 02 de janeiro do ano seguinte.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- A limpeza e manutenção dos espaços disponíveis para OSC deverão ser escalonadas, mantendo equipamento público aberto à comunidade em todos os dias da semana, seguindo o cronograma de limpeza e manutenção.
- A comunidade poderá utilizar as dependências do Centro Educacional Unificado, em atividades definidas pela OSC, mediante a disponibilidade de vagas, utilizando obrigatoriamente a carga horária semanal descrita acima, ficando a cargo da OSC:
 - Estabelecer a quantidade de participantes, que não poderá ser inferior a 10 participantes para o início da atividade,
 - A carga horária da atividade não deverá exceder a duas horas semanais por modalidade, respeitando as faixas etárias e suas especificidades.
 - As atividades poderão ser de Recreação e/ou lazer, utilizando a piscina, quadra poliesportiva e outros espaços oferecidos no CEU, ficando a cargo da OSC garantir:
 - Limitar o número de pessoas na piscina e na quadra de acordo com a metragem do espaço;
 - Limitar o tempo de permanência, para que o maior número de pessoas possa aproveitar estes espaços;
 - Controlar a saída e entrada dos participantes;
 - Manter profissionais para organizar os espaços;
 - Controle da agenda por faixa etária.

Na hipótese de alguma atividade ficar abaixo de 50% no número de adesões, a OSC poderá substituí-la, após encaminhamento de documentação para ciência e apreciação do Gestor da Parceria, desde que não haja prejuízo para os participantes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Importante: Proibido comércio de produtos alimentícios, vestimentas esportivas e solicitação de taxas, venda de ingressos, ou troca por quaisquer alimento ou quaisquer outros produtos nas dependências dos Centros de Educacionais Unificados José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann.

5.2 Divulgação e início das atividades no Bloco Educacional, Esportivo e Cultural do CEU Divulgação das atividades para o Contraturno e Comunidade

A divulgação das atividades disponíveis para matrícula de alunos no CONTRATURNIO e da Comunidade será responsabilidade da OSC PARCEIRA, podendo solicitar ao Diretor de Escola do Bloco do Ensino Regular, colaboração para a divulgação das atividades disponíveis para matrícula entre os alunos e seus familiares.

5.3 Início das atividades de Contraturno e Comunidade

A OSC PARCEIRA vencedora do certame, a OSC atual e a municipalidade terão o compromisso de elaborar o período de transição para continuidade das atividades desenvolvidas atualmente, por no mínimo 30 (trinta) dias, para que não haja prejuízos aos matriculados. Durante o período mencionado os representantes da OSC ganhadora do certame e da municipalidade farão uma avaliação da viabilidade ou não da permanência da atividade desenvolvida, podendo, em até 30 (trinta) dias úteis iniciar e/ou manter as Atividades Direcionadas.

Para a divulgação das atividades ofertadas pelo CEU, a OSC PARCEIRA deverá encaminhar o layout de divulgação para o Gestor da Parceria para o acompanhamento e providências caso necessário.

Rua Edísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@abinefe.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

5.4 Limpeza e conservação do Bloco Educacional, Esportivo e Cultural dos CEUs

A OSC PARCEIRA **deverá** manter limpa e em boas condições de higiene todas as edificações, equipamentos, instalações, salas diversas, áreas livres e infraestruturas integrantes do Bloco Educacional, Cultural e Esportivo do CEU, interior de edificações, quadras, piscina, mobiliário, além da área da externa que circunde o prédio, como segue:

- ✓ sempre que possível, efetuar uma limpeza ecológica, com utilização de produtos e métodos de limpeza que não sejam nocivos ou que possam reduzir impactos ao meio ambiente e à saúde humana;
- ✓ manter limpa e em condições adequadas a área de passeio, calçada, que circunda o Bloco Educacional, Esportivo e Cultural;
- ✓ executar serviços de limpeza das caixas d'água, no mínimo, semestralmente, ou em frequência superior, sempre que necessário;
- ✓ garantir o fornecimento de água potável para os frequentadores, em todos os bebedouros do CEUs;
- ✓ executar também serviços de controle de vetores, incluindo a desinsetização, dedetização e desratização de toda a área do CEU, semestralmente ou em frequência inferior, caso necessário;
- ✓ manter os sanitários e vestiários permanentemente higienizados, limpos e livres de odores indesejados, de forma a atender à constante demanda dos inscritos nas atividades, sobretudo nos dias e períodos de maior fluxo de pessoas, principalmente em eventos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ manter os sanitários disponíveis aos frequentadores durante todo o período em que o CEU estiverem funcionamento.
- ✓ efetuar a remoção, recolha e ensacamento dos resíduos sólidos, bem como a limpeza do piso e dos vasos sanitários, com aplicação de produtos desinfetantes e outras ações adequadas ao cumprimento dos encargos, na frequência necessária para tal;
- ✓ efetuar a zeladoria das instalações sanitárias e vestiários, seus aparelhos, metais sanitários e demais componentes mantendo seu bom estado de conservação e protegendo-os de todo e qualquer ato que caracterize uso incorreto ou depredação;
- ✓ fornecer os suprimentos de higiene necessários ao bom funcionamento dos sanitários, tais como papel higiênico, sabonete líquido, papel para secar as mãos e/ou equipamentos de secagem, além de álcool em gel;
- ✓ manter permanentemente limpa a água das piscinas, executando a limpeza geral, uma vez por semana, como previsto no Termo de Referência, além de manter um monitorando diário da qualidade da água;
- ✓ responsabilizar-se pela recolha e ensacamento dos resíduos gerados nas dependências do CEU, oriundos da visitação e das atividades administrativas e operacionais, desde sua coleta e armazenamento até a sua disposição final;
- ✓ adotar boas práticas em relação à gestão de resíduos sólidos, como a não geração, redução, reutilização e a coleta seletiva dos resíduos;
- ✓ manter as lixeiras do CEU disponíveis para receberem novos resíduos, impedindo o acesso de animais silvestres e domésticos, seja através de constante esvaziamento ou da utilização de tecnologias existentes para esse fim;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ implementar campanhas de conscientização para incentivar que os inscritos nas atividades destinem corretamente os resíduos por eles produzidos, de acordo com a separação necessária para a coleta seletiva;
- ✓ manter em local visível os laudos técnicos atualizados, emitidos por prestador de serviço qualificado e reconhecido, que atestem que toda a área do Bloco Educacional, Esportivo e Cultural do CEU se encontra livre de infestações de pragas como ratos, baratas, insetos danosos e outros que possam oferecer riscos à flora, fauna e aos frequentadores do espaço.

5.5 Manutenção das edificações, instalações, infraestruturas, mobiliários e equipamentos integrantes do CEU do Bloco Educacional, Esportivo e Cultural

A OSC PARCEIRA deverá conservar todas as edificações, instalações, infraestruturas, mobiliários e equipamentos integrantes do CEUs mantendo-os em perfeitas condições de funcionamento, bem como reparar e promover, as substituições em função da obsolescência, do desgaste ou término de vida útil dos mesmos, de acordo com o princípio da razoabilidade, como segue:

- ✓ responsabilizar-se pelo gerenciamento e execução da manutenção, conservação e/ou recuperação de todas as edificações, instalações, infraestruturas, mobiliário e equipamentos, visando garantir sua disponibilidade de forma ininterrupta e segura para os inscritos nas atividades, visitantes e funcionários;
- ✓ respeitar, na execução dos serviços de manutenção, as recomendações dos fabricantes e as normas vigentes visando manter a garantia de uso das edificações, instalações, infraestruturas, mobiliários e equipamentos e a segurança operacional;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva das instalações elétrica, hidráulica, predial, eletromecânica, eletrônica, de refrigeração, de climatização e de ventilação;
- ✓ responsabilizar-se por manutenções gerais que englobem pinturas, mobiliários, reparos e reposição de pisos, azulejos, pastilhas, dentre outros, dos equipamentos do CEU;
- ✓ responsabilizar-se pela manutenção, paisagismo, poda de grama e árvores presentes no entorno do Bloco Educacional, Esportivo Cultural do CEU, mantendo assim o ambiente cuidado e agradável à comunidade local.

5.6 Segurança e monitoramento predial do Bloco Educacional, Esportivo e Cultural do CEU

A OSC PARCEIRA manterá serviço de monitoramento predial durante todo o período de funcionamento do CEU, observando o que segue:

- ✓ manter na piscina dos CEU, durante todo o seu funcionamento, profissionais habilitados para realizar atividades de prevenção de acidentes aquáticos e resgates;
- ✓ elaborar e disponibilizar um plano com rotas acessíveis no CEU, como parte integrante do Plano de Atendimento aos frequentadores do espaço, identificando percursos e equipamentos acessíveis, e outras medidas que melhorem o acesso a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- ✓ atuar na proteção e conservação do patrimônio dos CEU e desenvolver estratégias visando ao cumprimento de seu Regimento Interno, utilizando-se de recursos tecnológicos e humanos;
- ✓ implementar um sistema de monitoramento eletrônico para o controle efetivo e em tempo real das áreas de

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.

Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@cabine.te.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- acesso e de maior circulação de pessoas nos CEU;
- ✓ o sistema de monitoramento eletrônico deve atender a todas as necessidades técnicas necessárias e efetuar a integração dos sistemas de captação das imagens, garantindo a qualidade destas;
 - ✓ as imagens deverão ser capturadas 24h (vinte e quatro horas) por dia, armazenadas por, no mínimo, 30 (trinta) dias e disponibilizadas para o Gestor da Parceria sempre que solicitado;
 - ✓ deverá se feito backup das imagens de todas as ocorrências, infrações e atividades suspeitas, devendo armazená-las durante todo o período de Parceria;
 - ✓ toda a área do Bloco Educacional, Esportivo e Cultural do CEU deverá ser monitorada da por segurança preventiva **desarmada**, por meio de rondas ou postos estacionários;
 - ✓ deverá estabelecer o dimensionamento das equipes de segurança e sua integração com o sistema de monitoramento virtual e outros recursos tecnológicos empregados nessa operação;
 - ✓ a operação de segurança deverá ser realizada a partir dos princípios da prevenção e inibição de ações impróprias, mediação e resolução pacífica de conflitos, adotando medidas preventivas às ocorrências em detrimento de ações coercitivas;
 - ✓ a equipe de segurança não deverá, no exercício de suas funções, proceder com medidas discriminatórias contra minorias e grupos sociais vulneráveis, devendo realizar o atendimento sempre de forma cordial e solicita a todos os frequentadores dos CEU;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ disponibilizar, nos dias de eventos, o quadro móvel necessário para a sua realização em condições satisfatórias de segurança para todos os participantes;
- ✓ manter o Gestor da Parceira informado, por escrito, de todas as ocorrências de infrações e atividades suspeitas, com descrição detalhada da ocorrência, localização e medidas tomadas;
- ✓ manter monitoramento dos acessos aos CEU, garantindo o controle e registro de acesso;
- ✓ capacitar os profissionais que atuam nos CEU para o atendimento de primeiros socorros, bem como implementar e garantir condições de atuação de equipe de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
- ✓ prover a operação necessária para o pronto atendimento dos inscritos em atividade livres e dirigida sem ocorrência de acidentes ou problemas de saúde dentro dos CEU, devendo manter espaço apropriado para tal e produtos e utensílios de primeiros socorros.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO 6

6.1 Matrículas—contraturno

Terá direito à matrícula nas atividades do **contraturno** escolar, os alunos matriculados na Rede Municipal de Osasco no **CEU José Saramago** no **CEU Dra. Zilda Arns Neumann**, conforme descrito anteriormente, na definição clara do objeto, observadas as seguintes orientações:

- ✓ O aluno deverá efetuar a matrícula em atividades referentes à sua faixa etária, conforme estabelecido no Regimento Interno da OSC;
- ✓ O aluno deverá **renovar sua matrícula todo início de ano, no mês de janeiro**, assegurando assim a sua vaga na modalidade que frequenta, conforme normas previstas no Regimento Interno estipulado para o atendimento, de acordo com a demanda apresentada;
- ✓ Para efetuar a matrícula do aluno nas atividades do CEU, será verificado no sistema GED se a matrícula do aluno no Ensino Regular esta vigente;
- ✓ No ato da inscrição, o aluno poderá optar por 03 atividades diferentes, pois não havendo vaga na 1ª opção, poderá ser inscrito na 2ª ou 3ª opção, sendo esta, uma forma de assegurar que todos os alunos tenham oportunidades iguais até que as turmas sejam formadas e as vagas remanescentes proporcione a oportunidade de participar de mais de uma atividade;
- ✓ É facultado ao inscrito do contraturno participar demais de uma atividade, desde que haja possibilidade de atendimento (vaga);
- ✓ É facultado ao inscrito do contraturno mudar de atividade, desde que haja possibilidade de atendimento (vaga);
- ✓ Ao completar o número de vagas disponíveis para as atividades relativas aos 03 eixos, a OSC deverá manter uma



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

lista de espera, fixada em local visível e, no site da OSC.

- ✓ Obrigatoriedade de arquivo, com preenchimento da Ficha Cadastral do Inscrito no contrato em atividades direcionadas, Ficha Informações Médicas, – Emergência: SAMU – 192 e Autorização do Uso de Imagem, conforme modelos que serão disponibilizados pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do Município de Osasco, Atestado Médico (para atividades na piscina) e Questionário de Pronto Atendimento para Atividade Física - PAR-Q, preenchido e assinado pelo responsável legal do aluno.

Importante:

- ✓ As turmas formadas devem ter no mínimo 10 participantes, para o início da atividade, sendo a OSC responsável por dimensionar o número adequado para cada modalidade, sempre respeitando a faixa etária atendida e a metragem do espaço, no caso de atividades que requeiram um número menor de participantes a OSC deverá justificar com subsídios técnicos (Ex. Aulas de violoncelo) e encaminhar relatório ao Gestor da Pareceria para análise e providências.
- ✓ Obrigatório manter o Quadro de Rotina fixado nos espaços onde ocorrem as atividades desenvolvidas, contendo dias da semana, horários das aulas, turmas e o nome do profissional que ministrará a atividade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.2 Matrícula—Comunidade em geral

Terá direito a matrícula, munícipes da comunidade do entorno, de diferentes faixas etárias, de acordo com a Grade de Atividades proposta pela OSC e para a inscrição, será necessário:

- ✓ Obrigatoriamente o preenchimento de uma ficha cadastral com informações pessoais, Questionário de Prontidão para Atividade Física - PAR-Q, Atestado Médico para uso da piscina, cópia de documentos oficiais (RG, CNH, outros) para o agendamento de espaços e inscrição em atividades dirigidas;
- ✓ É facultado ao inscrito mudar de atividade, desde que haja possibilidade de atendimento (vaga);
- ✓ Ao completar o número de vagas disponíveis para as atividades e/ou agendamento dos espaços, a OSC, deverá manter uma lista de espera, fixada em local visível e, no site da OSC.
- ✓ O aluno deverá **renovar a sua matrícula todo início de ano, no mês de janeiro**, assegurando assim a sua vaga na modalidade que frequenta, conforme normas previstas no Regimento Interno estipulado para o atendimento, de acordo com a demanda apresentada;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.3 Reservas de espaço do CEU

A OSC poderá autorizar a reserva da **Quadra de Esportes** e do **Teatro** do CEU, a membros da comunidade e da Unidade Educacional do Ensino Regular do CEU José Saramago. Para tal deverá:

- ✓ Elaborar um **Termo de Uso**, onde o solicitante se responsabilize pelo espaço no que tange ao Regimento Interno elaborado pela OSC;
- ✓ Para a reserva da **Quadra de Esporte** a membros da comunidade, no período noturno, de segunda a sexta-feira e nos finais de semana, a OSC deverá assegurar que as regras estabelecidas no **Termo de Uso** estejam sendo cumpridas, para tal a OSC deverá fazer o acompanhamento;
- ✓ Para a reserva do **Teatro**, a solicitação deve ser feita com antecedência, acompanhado de um relatório minucioso do solicitante, no prazo estipulado no **Regimento Interno**.

A reserva não deverá conflitar com horários de atividades dirigidas, para que não haja prejuízo aos inscritos. Nesse caso, o evento deverá constar do Relatório Circunstanciado, com documentos fotográficos com legenda, Listas de presenças e outros documentos que julgar necessário para a comprovação do uso do espaço.

Importante:

A cobrança de taxas, ingressos, por parte do solicitante da reserva, **não será permitida**, para eventos de qualquer natureza, tão pouco condicionada à entrada, a troca por alimento e/ou outros produtos.

A reserva será **gratuita**, não podendo a OSC Parceira fazer nenhuma cobrança em espécie ao solicitante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

6.4 Acessibilidade e Inclusão

A OSC ao elaborar o Plano de Trabalho deverá ater-se às medidas de acessibilidade e inclusão no desenvolvimento da parceria, das seguintes formas:

- a) reservar vagas para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos nas atividades oferecidas nos 04 Eixos Temáticos;
- b) contratar profissionais responsáveis, com formação direcionada ao atendimento de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idoso;
- c) adquirir **equipamentos** adaptados às necessidades de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idoso;
- d) procurar utilizar nos comunicados feitos pela OSC, linguagens adequadas que contemplem as pessoas com deficiência visual e auditiva;
- e) outras medidas propostas pela OSC.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

As medidas de acessibilidade privilegiarão ações que incluam pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos nas atividades dos 04 Eixos temáticos, em uma ação de inclusão social e, também, atividades promovidas apenas a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos.

6.5 Alimentação para alunos participantes das atividades em contraturno

A OSC deverá oferecer lanche aos educandos do contraturno, que participem de atividades no CEU, em até 2 horas antes ou após o período escolar. As dependências do CEU não possuem local adequado para a manipulação de alimentos, portanto os lanches deverão ser adquiridos por fornecedor externo. O lanche oferecido deve seguir as recomendações da **Resolução 06/2020 – FNDE**, que recomenda como base a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Conforme esta resolução é proibida a oferta de gorduras trans, bem como oferecer lanches diferenciados para as mais variadas intolerâncias alimentares.

COMPOSIÇÃO DOS LANCHES:

O lanche deve ser composto por: Sanduíche, suco de fruta integral e fruta.

SANDUÍCHE

Composição: pão tipo francês, queijo mussarela fatiado ou queijo minas frescal ou manteiga.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

- PÃO TIPO FRANCÊS. PESO: 50 gramas. COMPOSIÇÃO: Composto de farinha de trigo de 1ª qualidade, enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, água, sal, isenta de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido.
 - MUSSARELA: PESO: 30 gramas. COMPOSIÇÃO: Queijo obtido por filagem de uma massa acidificada, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas. Ingredientes obrigatórios: Leite e/ou leite reconstituído, coalho e/ou outras enzimas coagulantes apropriadas e cloreto de sódio. Deve possuir registro no MAPA.
 - QUEIJO MINAS FRESCAL: PESO: 30 gramas. COMPOSIÇÃO: Queijo fresco obtido por coagulação enzimática do leite com coalho e/ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada ou não com ação de bactérias lácticas específicas. Ingredientes obrigatórios. Leite e/ou leite reconstituído, coalho e/ou outras enzimas coagulantes apropriadas. Deve possuir registro no MAPA.
 - MANTEIGA EXTRA COM SAL: PESO: 15 a 20 gramas. COMPOSIÇÃO: Produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica, do creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca por processos tecnologicamente adequados. A matéria gorda da manteiga deve ser constituída unicamente de gordura láctea. Deve possuir registro no MAPA.
- VALIDADE:** Produto para consumo imediato.
- EMBALAGEM:** O sanduíche deverá ser acondicionado em sachê de filme de polietileno ou polipropileno transparente, atóxico, hermeticamente vedado, próprio para contato com alimentos. Deve constar etiqueta com conteúdo do sanduíche e data de validade, atendendo a legislação específica para rotulagem.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUCO DE FRUTA INTEGRAL

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Suco defruta integral sabor uva ou sabor maçã. O produto deverá ser elaborado com frutas maduras, limpas, isentas de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais. Não poderá conter corantes de qualquer de natureza, conservadores e aromas. Não deverá conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta e substância estranha a sua composição normal. Deverá submetido a tratamento e processamento tecnológicos adequados a que assegure a sua apresentação e conservação até o momento do consumo.

Deverá ser elaborado de acordo com as Boas Práticas de Fabricação estabelecidas na legislação em vigor e possuir inscrição no MAPA.

COMPOSIÇÃO: fruta (maçã ou uva) e água. Não deverá conter adição de açúcar.

EMBALAGEM: A embalagem primária do produto deverá ser embalagens cartonadas asséptica (longa vida), com capacidade de 200 (duzentos) ml e com canudinho.

FRUTA

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Maçã (Fuji ou Gala) ou Banana (Nanica ou prata) de primeira qualidade, destinadas ao consumo in natura, com teores de açúcar e acidez compatíveis com este fim. Não serão tolerados defeitos que prejudiquem o consumo (podridão, dano profundo, passadas). PESO: 80 a 100g

EMBALAGEM: As frutas que compõem os kits deverão ser higienizadas, apresentar grau de maturação para consumo imediato, sem danos e embaladas em plástico filme.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TRANSPORTE E ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues em perfeito estado e demais condições necessárias que não comprometa a integridade do produto e ser transportados em veículos/equipamentos capazes de manter a temperatura do produto conforme previsto na legislação que rege a matéria. Os kits deverão ser entregues em embalagens individuais com etiqueta constando o conteúdo e validade. Os lanches deverão ser transportados e entregues em caixas térmicas fechadas e limpas. É de responsabilidade de o fornecedor dispor de caixas térmicas para acondicionamento do produto na unidade escolar a fim de garantir a manutenção da temperatura até o momento da distribuição.

LEGISLAÇÃO

O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente, em especial, Resolução/CD/FNDE Nº 6 de 08/05/2020; Portaria SVS/MS 326/1997 – ANVISA/MS; RDC 275/2002 – ANVISA/MS; RES CNS 4/1988 – ANVISA/MS; Portaria MS 540/1997 – ANVISA/MS; RDC 2/2007 – ANVISA/MS; RDC 45/2010 – ANVISA/MS; RDC 149/2017 – ANVISA/MS; RDC 281/2019 – ANVISA/MS; RDC 285/2019 – ANVISA/MS; RDC 322/2019 – ANVISA/MS; Portaria SVS/MS 685/1998 – ANVISA/MS; RDC 42/2013 – ANVISA/MS; Resolução - RDC 7/ 2011 – ANVISA/MS; RDC 138/2017 – ANVISA/MS; RDC 14/2014 – ANVISA/MS; RDC 331/2019 – ANVISA/MS; IN 60/2019 – ANVISA/MS; RES 105/1999 – ANVISA/MS; RDC 51/2010 – ANVISA/MS; RDC 52/2010 – ANVISA/MS; RDC 56/2012 – ANVISA/MS; RDC 326/2019 – ANVISA/MS; Portaria SVS/MS 31/1998 – ANVISA/MS; RDC 269/2005 – ANVISA/MS; Lei 13.305/2016; Decreto 4.680/2003 – ANVISA/MS; Lei 10.674/2003; RDC nº 259/02, ANVISA/MS; RDC 123/2004 – ANVISA/MS; RDC nº 429/2020 – ANVISA/MS; IN Nº 75/2020 – ANVISA/MS; RDC 26/2015 – ANVISA/MS;

Resolução 23/2000 – ANVISA/MS; RDC 27/2010 – ANVISA/MS; NTA 11, 23, 47 do Decreto 12.486/78, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. RDC 263/2005 – ANVISA/MS; RDC



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

150/2017 - ANVISAMS; Portaria MAPA n° 352, de 04/09/1997; IN n° 04, de 01/03/2004; Portaria MAPA 364, de 04/09/1997; Portaria MAPA 366, de 04/09/1997; Portaria MAPA 837, de 18 de junho de 2018, Decreto 6871 de 04 de junho de 2009; INMAPAN°49 de 26 de setembro de 2018; INMAPA N°37 de 01/10/2018; INMAPA N°37 De 01/10/2018; Portaria CVS 15/91.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO 7

7.1 Cargos, quantidade de profissionais e pré-requisitos.

Segue abaixo a composição mínima para as contratações:

Quantidade de profissionais	Cargos	Habilitação
01	Diretor Geral do CEU	Ensino Superior Completo
01	Vice-diretor	Ensino Superior Completo
01	Coordenador Geral	Ensino Superior Completo
04	Coordenador de Eixo Temático	Ensino Superior Completo
06	Professor habilitado para a área de Atuação - natação	Ensino Superior Completo
04	Professor habilitado para a área de Atuação - aulas específicas - defasagem de aprendizagem)	Ensino Superior Completo

✓ Os profissionais da tabela acima, contratados para desenvolver as atividades previstas no **Plano de Trabalho** da OSC deverão possuir nível superior completo para a área de atuação, mediante a apresentação do diploma registrado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, sob a responsabilidade do contratante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ ** O profissional poderá ser contratado por valor fixo, ou por valor de hora/aula, e o número de contratações dependerá da atividade que a OSC desenvolverá;
- ✓ Quando da apresentação do Plano de Trabalho pela OSC, está deverá anexar a norma trabalhista que determina a data base, o piso salarial, se houver, e os índices de reajustes das categorias envolvidas, nos casos específicos;
- ✓ Os Eixos Temáticos deverão ter 01 (um) Coordenador responsável, em conjunto com os demais profissionais, para garantia da qualidade das atividades/oficinas ministradas, bem como pelo cumprimento das metas estabelecidas.
- ✓ O profissional de atividade aquática deverá ter formação e registro no Conselho Regional de Educação Física.
- ✓ Para a contratação da equipe dimensionada para a execução do objeto da parceria, a OSC deverá cumprir o previsto no Decreto 11.384, de 10/11/2016, nos artigos 58, 59 e 61, inciso IV.
- ✓ A tabela acima descreve a composição mínima para o desenvolvimento das atividades, podendo a OSC apresentar outra configuração desde que justificada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Quantidade	Cargos	Quantidade
profissionais		
01	Supervisor operacional	Ensino Médio completo
02	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo
08	Auxiliar de Limpeza	Ensino Fundamental I completo
20	Monitor	Ensino Fundamental II completo
**	Oficineiros	Ensino Médio Completo
02	Encarregado de Manutenção	Fundamental II completo
02	Piscineiro	Ensino Médio Completo
04	Salva Vidas	Ensino Médio Completo
04	Porteiro	Ensino Fundamental II completo
04	Vigia Patrimonial	Ensino Médio Completo
02	Bombeiro	Curso técnico para exercer a função

✓ **Oficineiro, Vigia patrimonial, Bombeiro e Salva vidas** deverão comprovar experiência para a função pretendida, através de Carteira de Trabalho, Cursos específicos e/ou outro documento comprobatório, sob a responsabilidade do contratante.

✓ **A OSC PARCEIRA** poderá optar por terceirizar os serviços de **limpeza e segurança**.

Rua Cláudio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- ✓ **O profissional poderá ser contratado por valor fixo, ou por valor de hora/aula e o número de contratações dependerá da Grade de atividade que a OSC desenvolverá.
- ✓ Para a contratação da equipe dimensionada para a execução do objeto da parceria, a OSC deverá cumprir o previsto no Decreto 11.384, de 10/11/2016, nos artigos 58, 59 e 61, inciso IV.
- ✓ A tabela acima descreve a composição mínima obrigatória para o desenvolvimento das atividades, podendo a OSC, apresentar contratações de outros profissionais não previstos, desde que justificada e julgada pela Comissão de Seleção como pertinente ao objeto da parceria.

	TOTAL DE HORAS ATIVIDADE DIRIGIDA	TOTAL DE HORAS ATIVIDADES LIVRES
Contraturno (segunda a sexta feira – diurno)	752	-----
Comunidade (segunda a sexta feira – noturno)	192	108
Comunidade (sábado e domingo)	152	176
Total geral/mês	1.096	284



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO 8

8.1 Orientações mínimas para utilização de recursos

Pessoal (Área Pedagógica/ Administrativa/Financeira)
Folha de pagamento
Encargos sobre folha
Provisão para Rescisão
Provisão para Férias e encargos
Provisão para 13º e encargos
Vale Transporte
Vale Alimentação
Cesta Básica
Consumo
Material de Escritório
Quadro branco e de avisos
Material de Higiene e limpeza
Material de Higiene e limpeza para piscina



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Material para pequenos Reparos e hidráulica, elétrica e outros
Insumos para jardinagem
Material de primeiros socorros
Tonner
Internet
Uniformes para Funcionários
Contratação de veículos para visitas pedagógicas para os alunos de contraturno
Vestimentas e acessórios para os alunos de contraturno para as diferentes modalidades para uso em eventos
Material gráfico para comunicação
Gás para aquecimento da piscina
Dispenser para sabonete, álcool em gel e papel toalha
Equipamento de Proteção Individual –EPI (combate ao COVID-19)
Serviços de Terceiros para o Bloco Educacional, Esportivo e Cultural do CEU
Assessoria Contábil
Assessoria Jurídica
Serviços de Manutenção e Reparos Predial
Serviços de Manutenção de Eletroeletrônico
Serviços de Manutenção de Móveis
Serviços de Manutenção de Ar Condicionado
Serviços de manutenção de equipamento da piscina



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Serviços de Manutenção de Elevador
Desinsetização e desratização e controle de pragas –serviços executados a cada 06 (seis) meses
Recarga de extintores
Limpeza de caixa d'água (período determinado para a manutenção adequada a cada 06 (seis) meses)
Serviços de transporte para alunos em visita pedagógica
Material Permanente
Câmeras de monitoramento predial
Data show (utilizado como recurso pedagógico)
Impressora/copiadora
Máquina fotográfica
Cadeira/Longarinas
Estante
Armário aço
Mesa de escritório
Tablado para fundo de piscina
Equipamento de informática (notebook, tablets, etc).
Instrumentos musicais
Mesas para alunos
Carteiras para alunos
Microfone
Caixas de som
Bebedouros



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Aquisição de extintores
Ferramentas para jardinagem
Termômetro
Espelhos
Equipamento de Proteção Individual – EPI (combate ao COVID-19)
Material para o Desenvolvimento das Atividades
Livros, Papéis diversos, tintas diversas, Pincéis vários tamanhos, Tecidos diversos, Telas, Lãs, Barbantes, Materiais específicos para Arte Circense, Tatame, Colchonetes, Instrumentos Musicais variados, boias, espelho, barras de ferro(Ballet),suporte para partitura,vestimentas cênicas (fantasias), dentre outros .

As planilhas contendo as despesas de Capital e Custeio devem ser entregues **impressas** no Plano de Trabalho e em **PenDrive** no formato **Excel** para conferência dos valores.

Os **bens permanentes** adquiridos pela OSC na constância da parceria seguirão as seguintes regras:

1. Caso a OSC apresente a necessidade de adquirir algum material diferenciado, este deverá constar do Plano de trabalho, seguido de justificativa para análise da Comissão de Seleção;
2. Serão patrimoniados pela Prefeitura Municipal de Osasco todos os bens permanentes, adquiridos no período de execução da parceria;
3. A necessidade da reposição do bem permanente só poderá ocorrer mediante **laudo de condenação**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4. O bem permanente condenado será retirado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Osasco;
5. A Prefeitura Municipal de Osasco não se responsabilizará pelo empréstimo de equipamentos necessários às atividades e eventos planejados pela OSC;
6. Na hipótese de rescisão da parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Osasco e a OSC, todos os bens adquiridos durante o período de execução do projeto são bens patrimoniais da PMO.
7. No caso de danos patrimoniais nas dependências do Bloco Cultural e Esportivo a OSC deverá imediatamente ao ocorrido procurar os órgãos competentes para lavar um Boletim de Ocorrências - BO e o Gestor da Parceria deverá ser informado, por meio de ofício específico, com cópia do BO anexo.
8. **Não serão cobertas com recursos da parceria as despesas descritas a seguir:**
 - Aquisição de veículos, bem como, despesas com combustível e seguros;
 - Passagens rodoviárias, aéreas, diárias de hotel e alimentação.

Importante:

- A **Visita técnica** é de suma importância, pois os ambientes já possuem equipamentos, como também passaram por adequações que podem ser avaliadas pela OSC quando da elaboração de seu Plano de Trabalho;
- A OSC Parceira ao elaborar o seu Plano de Trabalho no que tange a aquisição de **bens permanentes**, observar **obrigatoriamente** a lista de bens adquiridos pela OSC atual para não ocorrer em duplicidade. A lista encontra-se nos documentos do Chamamento Público no PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE OSASCO.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO 9

9.1 Especificações Técnicas e Orientações Administrativas para Estruturação do Plano de Trabalho

O Bloco Educacional Esportivo e Cultural do CEU José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann são administrados desde março de 2022 por OSCs que organizaram os espaços com uma grade horária para as diferentes atividades dos 03 (três) eixos, tendo a OSC que for a vencedora do certame o compromisso de manter por um período mínimo de 30 (trinta) dias as atividades vigentes para que não haja prejuízos à comunidade, podendo no decorrer da vigência sugerir outras atividades por meio de pesquisa de interesse. O Plano de Trabalho deverá conter uma Grade de Atividades que contemple atividades nos 04 eixos temáticos.

9.1.1 Eixos

- I. Formação Educacional – (FEd)**
- II. Formação Cultural – (FC)**
- III. Formação Esportiva – (FEs)**
- IV. Recreação e Lazer – (RL)**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

9.1.2 Alunos matriculados nas turmas do Ensino Regular

Os números, apresentados abaixo, são potenciais inscrições/ matrículas para o Bloco Educacional, Esportivo e Cultural.

-CEU José Saramago

I. Educação Infantil

- Jardim – 150
- Pré – 201

II. Ensino Fundamental

- 1º ano – 215
- 2º ano – 226
- 3º ano – 231
- 4º ano – 242
- 5º ano – 276

Total geral da capacidade – 1.541 alunos

-CEU Dra. Zilda Arns Neumann

III. Educação Infantil

- Jardim – 146
- Pré – 150



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

IV. Ensino Fundamental I

- 1º ano – 200
- 2º ano - 234
- 3º ano – 204
- 4º ano - 223
- 5º ano – 218

Total geral da capacidade – 1.375 alunos

Obs. Dados acima correspondem ao **Relatório de Saldo de Vagas/2025** do sistema de Gerenciamento de Dados da Secretaria de Educação -GED, documento emitido em 31.07.2025, podendo sofrer alterações por vagas cedidas por Ordem Judicial, solicitação do Conselho Tutelar e outros órgãos de Proteção à criança e adolescentes, bem como por movimentos habitacionais com entregas de moradia popular ou desocupação de áreas invadidas, fechamento ou abertura de salas nos dois CEUs, desligamentos e/ou transferências a pedido da família.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

QUADRO ESTIMADO DE ATENDIMENTOS
CONTRATURO

Espaços	CEU José Saramago Atendimentos	CEU Dra. Zilda Arns Neumann Atendimentos
Piscina	600	550
Teatro	300	250
Salas Multiuso	500	400
Total	1.400	1.200

Rua Edisio Viviani, 126 - Vila Osasco - Osasco - SP - CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br - Email: assessoria@cabine.te.sed@osasco.sp.gov.br



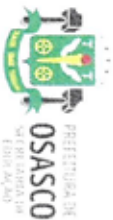
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

QUADRO ESTIMADO DE ATENDIMENTOS
COMUNIDADE
SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

Espaços	CEU José Saramago e Dra. Zilda Arns Neumann Atendimentos
Piscina	200
*Quadra Poliesportiva atividades dirigidas	80
*Teatro	60
Salas Multiuso	100
Total	440

* Atividades livres e de reserva de espaço serão computadas separadamente

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

QUADRO ESTIMADO DE ATENDIMENTOS
COMUNIDADE
SÁBADO/DOMINGO

Espaços	Atendimentos
Piscina	350
Quadra Poliesportiva	100
Atividades dirigidas	
Teatro	60
Salas Multiuso	100
Total	610

* Atividades livres e de reserva de espaço serão computados separadamente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ASSISTÊNCIA PROFISSIONAL PARA OS ESPAÇOS ABERTOS AO PÚBLICO

Cada unidade contará com equipes multiprofissionais de referência que serão a estrutura nuclear dos serviços oferecidos para o público (segunda à sexta-feira e sábados e domingos). Essa equipe deverá ser formada por profissionais de diferentes áreas e saberes, que irão compartilhar informações e decisões de forma horizontal, estabelecendo-se como referência para o gestor da parceria.

- I. Porteiro
- II. Vigia Patrimonial
- III. Monitores
- IV. Oficineiros
- V. Professor de Educação física habilitado, conforme descrito no Anexo 7, item 7.1
- VI. Salva-Vidas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO

I – Metas de Ocupação – Tabela I

Tipo de Atividades	Quantidade	Descrição	Meta atingida
Atividades/ Oficinas Monitoradas (CONTRATURNO)	1.400 atendimentos (mês) CEU José Saramago 1.200 atendimentos (mês) CEU Dra. Zilda Arns Neumann	Garantir a ocupação dos espaços do CEU diariamente com atividades monitoradas, tendo em vista as diretrizes da política pública desenvolvida pela Secretaria de Educação, bem como a diversidade territorial.	Mínimo 70%



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Atividades/ Oficinas Monitoradas (COMUNIDADE)	1.050 atendimentos (mês)	Garantir a ocupação dos espaços do CEU diariamente com atividades monitoradas, tendo em vista as diretrizes da política pública desenvolvida pela Secretaria de Educação, bem como a diversidade territorial.	Mínimo 70%
Atividades Livres/ sem monitoria específica - Quadra e teatro(Cessão e uso)	Mínimo de 100 horas/mês	Garantir e incentivar a ocupação dos espaços públicos do CEU diariamente com atividades independentes, sem monitoria ou programação oferecida, mas em consonância com as diretrizes da política pública desenvolvida pela Secretaria de Educação, bem como a diversidade territorial.	100%

Rua Eclísio Viviani, 126 – Vila Osasco – Osasco – SP – CEP 06018-140 PABX (11) 3651-9499.
Homepage: www.osasco.sp.gov.br – Email: assessoria@abinete.sed@osasco.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Eventos Culturais	2 anuais (1 por semestre)	Realização de espetáculos, manifestações artísticas, experiências culturais, concurso, exposições e intervenções artísticas que demonstrem as habilidades e competências adquiridas nas aulas propostas no cardápio de opções oferecidas pelo CEU.	100%
Eventos Educacionais	2 anuais (1 por semestre)	Realização de apresentações relacionadas a interação digital, jogos de raciocínio Games Educativos, Batalhas de rima, etc, com temas contextualizados e da atualidade capazes de dialogar com a realidade territorial e do município, que demonstrem as habilidades e competências adquiridas nas aulas propostas no cardápio de opções oferecidas pelo CEU.	100%



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Eventos Esportivos	2 anuais (1 por semestre)	Realização de atividades relativas ao eixo temático que demonstrem as habilidades e competências adquiridas nas aulas propostas no cardápio de opções oferecidas pelo CEU.	100%
Férias no CEU	2 eventos anuais Janeiro e julho	Atendimento de 10% dos alunos regularmente matriculados por meio de inscrição prévia, de livre adesão, para participar do evento por uma semana no mês de janeiro e uma semana no mês de julho.	mínimo 70%
Programação Pontos Facultativos, Recesso escolar e Feriados	Conforme Calendário Escolar Oficial da Secretaria de Educação do ano vigente	Atendimento a comunidade do entorno com programação diferenciada	100%

Anexo II

PLANO DE TRABALHO

EDITAL: _____/202__ EDIÇÃO IOMO: _____

Ou

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

☐

NOME DO PROJETO: _____

COLABORAÇÃO

☐

TIPO DE PARCERIA:

FOMENTO

☐

RAZÃO SOCIAL DA OSC PROPONENTE:

Lote

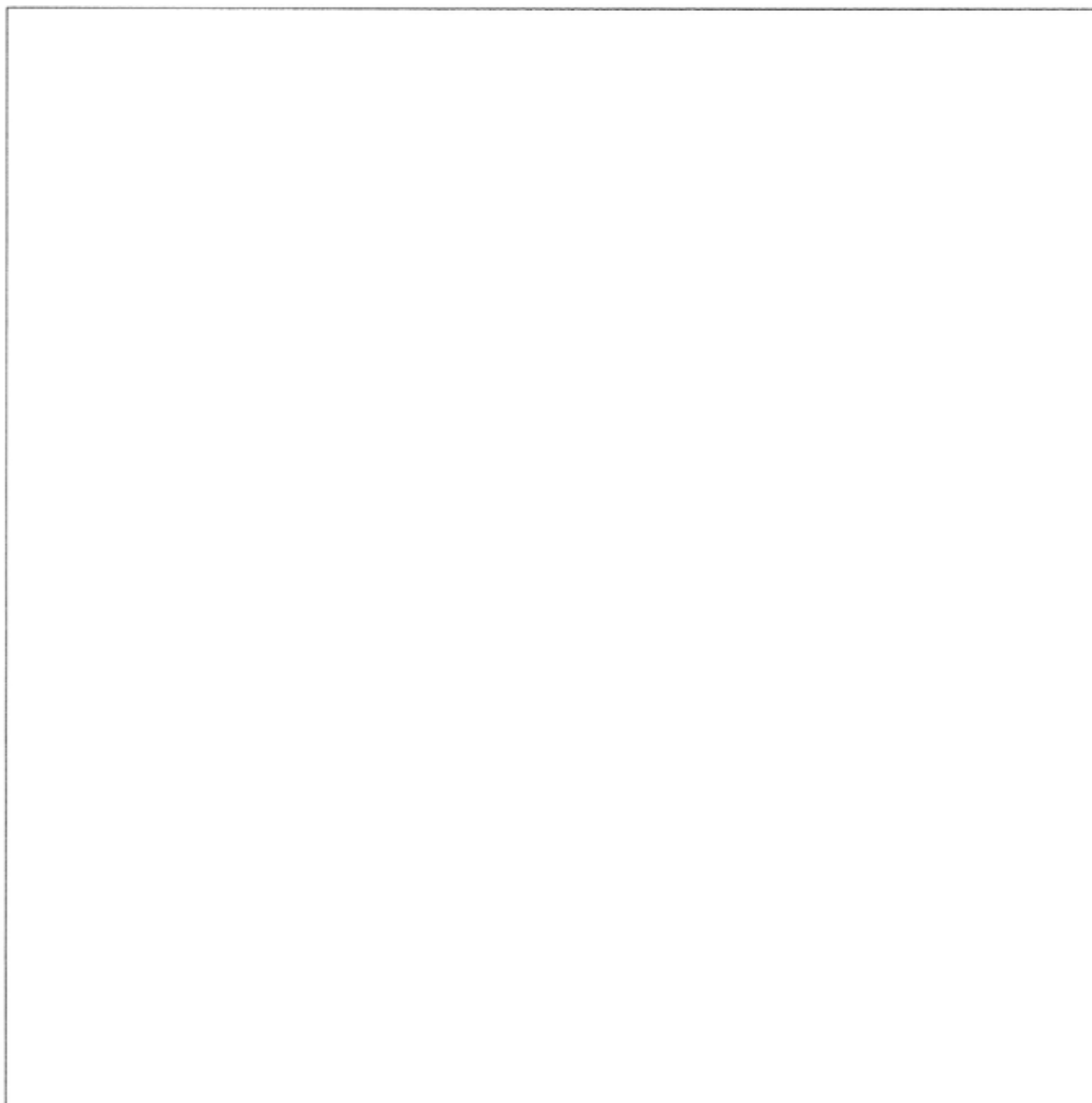
UNIDADE	ENDEREÇO

I – DADOS CADASTRAIS

1.1- DADOS DA PROPONENTE		
Nome da OSC:		
CNPJ:	Inscrição Municipal:	
Endereço:		
Bairro:		
Cidade:	U.F.:	CEP:
DDD/TEL Fixo:		
E-MAIL:		
Nº Inscrição no Conselho:		
Identificar o Conselho:		
Vigência:		
Nº Registro no CMDCA: (se for o caso)		
Vigência:		

1.2- IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE		
Nome:		
CPF:	RG.:	ORGÃO EXPEDIDOR:
Endereço que reside:		
Bairro:	Cidade:	
DDD/TEL – Fixo:	CEL:	
E-MAIL:		
1.3- IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ATIVIDADE / PROJETO		
Nome:		
CPF:	RG.:	ORGÃO EXPEDIDOR:
Formação:		
Nº registro no Conselho de Classe:		
Endereço que reside:		
Rua:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:		
DDD/TEL Fixo:	Cel:	
E-MAIL:		

II – APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC CONTENDO BREVE RESUMO DE SUA ÁREA DE ATUAÇÃO



III – OBJETO DA PARCERIA

Este item responde a pergunta **O QUE FAZER?**

É a descrição **clara e resumida** do que será realizado.

Exemplo:

Implementação de serviços de empregabilidade (orientação, qualificação e encaminhamento) visando a colocação profissional dos beneficiários.

***** Nota: Quando tratar-se de Termo de Colaboração este quesito/critério será estabelecido pela Administração Pública, através de Termo de Referência.**

IV – PÚBLICO-ALVO

a) Faixa Etária:

b) Caracterização do público-alvo:

***** Nota: Quando tratar-se de Termo de Colaboração este quesito/critério será estabelecido pela Administração Pública, através de Termo de Referência.**

V – DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA, DEVENDO SER DEMONSTRADO NEXO COM A ATIVIDADE, COM O PROJETO E COM AS METAS A SEREM ATINGIDAS

Contextualização da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver:

Neste item importante demonstrar qual a realidade atual acerca deste objeto a ser executado.

Deve ter por base dados concretos (estudos) que demonstrem os fatos, e ainda demonstrar o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidos.

***** Nota: Quando tratar-se de Termo de Colaboração este quesito/critério será estabelecido pela Administração Pública, através de Termo de Referência.**

VI – PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

Informar em meses

24 meses

***** Nota: Quando tratar-se de Termo de Colaboração este quesito/critério será estabelecido pela Administração Pública, através de Termo de Referência.**

VII - VALOR GLOBAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

R\$

***** Nota: Quando tratar-se de Termo de Colaboração este quesito/critério será estabelecido pela Administração Pública, através de Termo de Referência.**

VIII – DESCRIÇÃO DO OBJETIVO GERAL DA PARCERIA

a) Objetivo Geral:

- ✓ Na definição do objetivo geral, algumas perguntas-chave devem ser feitas: "O que se pretende com o projeto de forma geral ou, qual o porquê de fazer o projeto?"
- ✓ Com qual mudança na realidade macro o projeto vai contribuir? Quais mudanças são esperadas?

Geralmente o objetivo geral é um parágrafo de no máximo cinco linhas, ou seja, é expresso de forma sucinta e não na forma de um relato. Sua descrição se inicia com um verbo no infinitivo (**contribuir, possibilitar, promover, restabelecer, etc**)

***** Nota: Quando tratar-se de Termo de Colaboração este quesito/critério será estabelecido pela Administração Pública, através de Termo de Referência.**

IX a XI – Descrição dos Objetivos Específicos, Resultados Esperados, Metas, Indicadores e Meios de Aferição (Modelo Aleatório)

OE	Objetivo Específico (VII)	Resultado Esperado (IX)	Meta (X)	Indicadores (XI)	Meios de aferição (XI)
	Descrever o objetivo específico da parceria. <i>Quais as mudanças concretas o projeto pretende alcançar?</i> Sua descrição se inicia com um verbo no infinitivo (contribuir, possibilitar, promover, difundir, desenvolver, etc.)	Deve descrever o resultado desejado com a realização do projeto. Usa-se tempo verbal diferenciado para a apresentação dos objetivos (infinitivo: Inserir os beneficiários no mercado de trabalho) e dos resultados esperados (<i>participação passada</i>):	A meta quantifica os objetivos específicos. As metas devem ser específicas, mensuráveis, realistas, atribuíveis e relacionadas ao tempo.	Deve ser possível demonstrar o número que indica a efetividade dos resultados esperados. Relacionando os dados atuais com os anteriores	
1	Qualificar e orientar os beneficiários para o trabalho, com a intermediação junto a empregadores.	Beneficiários qualificados e prontos para processos seletivos, com competências básicas comprovadas e vagas captadas junto a empresas parceiras.	OE1-M1 - Concluir qualificação básica de 80 beneficiários (presença ≥75% + avaliação final). OE1-M2 - Implantar metodologia de empregabilidade (plano didático, trilha de aprendizagem, POPs de orientação/encaminhamento) e colocar em uso nas turmas.	Taxa de conclusão = $\frac{\text{concluintes}}{\text{matriculados}} \times 100$ Concluintes (nº absoluto) = ≥ 80 Implantação validada = existência de plano + POPs aprovados + 1ª turma iniciada conforme plano (sim/não)	Listas de presença/diário, avaliações/certificados, ata de conclusão; sistema/planilha de matrículas. Plano didático aprovado, POPs assinados, ata de validação, início de turma registrado (diário/AVA).
2	Inserir os beneficiários do projeto no mercado de trabalho e apoiar a manutenção do vínculo.	Beneficiários inseridos no mercado, com contratações efetivadas e manutenção do vínculo por ≥90 dias quando aplicável.	OE2-M1 Efetivar 40 inserções (contratações) na vigência.	Colocações (nº absoluto) = ≥ 40	CTPS/eSocial, contratos/declarações do empregador, registros de confirmação; registros no sistema de intermediação.

			Garantir qualidade das inserções: ≥85% das contratações em vínculo formal (CLT/aprendiz) ou com remuneração ≥ salário mínimo e jornada definida.	% de inserções qualificadas = inserções que atendem critério ÷ total de inserções x 100	CTPS/eSocial, contratos/termos de aprendizagem, declaração de remuneração/jornada.
3					

*** Nota: Quando tratar-se de Termo de Colaboração este quesito/critério será estabelecido pela Administração Pública, através de Termo de Referência.

Detalhamento das Metas (CONFORME Plano de Trabalho da OSC)
Incluir as metas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I

Código da Meta	Meta %	Descrição da Meta	Tipo de Meta 1. Qualitativa 2. Qualitativa Quantificável 3. Quantitativa	Unidade de Medida	Vigência	Periodicidade	Quantidade Qualitativa não há indicação de quantidade
M1OE1					24 meses		
M2OE1	-				24 meses		-
M1OE2					12 meses		
M2OE2					12 meses		

XII – AÇÕES/ ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PARA O ALCANCE DAS METAS, DOS OBJETIVOS E DOS RESULTADOS ESPERADOS DA PARCERIA

XIII – PRAZO PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS (Exemplos no Termo de Referência)

Objetivos Específicos (OE)	XII - AÇÕES A SEREM EXECUTADAS (A) <i>Descrever quais as atividades e indicadores físicos serão executados e aferidos para o cumprimento do objeto</i>		XIII - PRAZO DE EXECUÇÃO		
	Indicador	Descrição	Previsto Total	Início	Término
OE 1				Mês xx	Mês xx
			2		
			1		
OE 1				Mês xx	Mês xx
OE 1				Mês xx	Mês xx
OE 1				Mês xx	Mês xx

XIV – FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES, IDENTIFICANDO A METODOLOGIA A SER APLICADA

Descrever de forma clara a metodologia para a execução do projeto ou da atividade, abordando os seguintes tópicos:

- ✓ Como serão realizadas as ações?
- ✓ Qual estratégia a ser utilizada para a solução do problema?
- ✓ Calendário de atividades com respectivos horários/dia da semana

XV – MÉTODO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS METAS ESTABELECIDAS

Referência: São os indicadores descritos no item XI

O QUE SERÁ AVALIADO?	COMO? (QUAL O MÉTODO OU A ATIVIDADE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO)	QUANDO/ PERIODICIDADE	QUEM PARTICIPA	RESPONSÁVEL/ CARGO
Os indicadores descritos no item XI Beneficiários inseridos no mercado de trabalho no período/ Beneficiários inseridos no mercado de trabalho no período anterior		Os indicadores descritos no item XI Mensal Bimestral Trimestral Quadrimestral Semestral No Exercício		

*** Nota: Quando tratar-se de Termo de Colaboração este quesito/critério será estabelecido pela Administração Pública, através de Termo de Referência.

XVI – ESTIMATIVA DAS DESPESAS A SEREM REALIZADAS INCLUINDO OS CUSTOS INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO (PREENCHER NA PLANILHA DISPONÍVEL EM EXCEL VIDE ITEM 1.2/1.3)

XVII – ESTIMATIVA DAS DESPESAS A SEREM REALIZADAS INCLUINDO OS CUSTOS INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO (PREENCHER NA PLANILHA DISPONÍVEL EM EXCEL VIDE ITEM 1.4/1.5)

XVIII – IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA O PAGAMENTO DE DESPESAS EM ESPÉCIES, QUANDO FOR O CASO, NA FORMA DE § 2º DO ART. 63 DESTE DECRETO

Descrever neste item a identificação e a justificativa para o caso de pagamento de despesas em espécie (dinheiro).

XIX – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO EM CONSONÂNCIA COM AS METAS E AÇÕES A SEREM EXECUTADAS (PREENCHER NA PLANILHA DISPONÍVEL EM EXCEL VIDE ITEM 1.6)

XX – DECLARAÇÃO (PREENCHER PLANILHA EM EXCEL VIDE 1.7)

[TIMBRE DA OSC]**ANEXO III – Declaração de Ciência, de Concordância e relativa ao artigo 32, inciso II e alíneas do Decreto Municipal nº 11.384/2016**

Declaro que a **[identificação da OSC]**, sob as penas da lei, se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, que está ciente, concorda e atende a todas as disposições, condições e requisitos previstos no Edital de Chamamento Público nº/20..... e anexos, no Decreto Municipal nº 11.384/2016, sendo que:

- ☐ é regida por estatuto social nos termos do art. 32 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, e quando tratar-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por Junta Comercial;
- ☐ possui tempo mínimo de existência de 01 (um) ano, com cadastro ativo no CNPJ nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 32 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, na data de apresentação da Proposta de Plano de Trabalho;

OU

- ☐ possui tempo mínimo de existência de 05 (cinco) anos, com cadastro ativo no CNPJ nos termos do inciso I do art. 22 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, na data de apresentação da Proposta de Plano de Trabalho, nos casos de OSC celebrante se houver previsão de atuação em rede no edital;
- ☐ possui (meses/anos) de, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 32 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.
- ☐ possui instalações e outras, inclusive quanto à salubridade e segurança, quando necessárias para realização do objeto e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento da atividade ou projeto, nos termos alínea "d" do inciso II do art. 32, do Decreto Municipal nº 11.384/2016. ou previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

[TIMBRE DA OSC]**ANEXO IV – Declaração sobre instalações e condições materiais**

Declaro, em conformidade com o art. 38, inciso I, alínea "c", do Decreto Municipal nº 11.384/2016, que a **[identificação da OSC]** dispõe de capacidade técnica e operacional da OSC, para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas no objeto da parceria:

☐ estrutura física do proponente e a disponibilização de equipamentos e materiais necessários ao cumprimento do objeto

OU

☐ pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

(OBS: A OSC adotará uma das duas redações acima, conforme a sua situação. **A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.**)

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

[TIMBRE DA OSC]**ANEXO V – Declaração da não ocorrência de impedimentos**

Declaro para os devidos fins, sob as penas da lei, nos termos do art. 38, § 1º, inciso I, alínea “k” do Decreto Municipal nº 11.384/2016 que a **[identificação da OSC]**:

☐ não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos, não se submete, tal qual seus Dirigentes, às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

☐ está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

☐ não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

☐ não tem como dirigente membro do Poder ou do Ministério Público, ou Dirigente da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Observação 1: a presente vedação não se aplica às OSC's que pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas Autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como Dirigente e Administrador Público (art. 39, § 5º, da Lei Federal nº 13.019/2014);

☐ não teve as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas nas alíneas “a” a “c” do inciso IV do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;

☐ não se encontra submetida aos efeitos de: i) sanções de suspensão de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a administração; ii) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; iii) suspensão temporária da participação em chamamento público; iv) impedimento de celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública Municipal e v) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

☐ não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; e

☐ não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de

Modelo das Declarações dispostas no Art. 38 do Decreto Municipal 11.384/2016
Versão de 01/04/2024

[TIMBRE DA OSC]

Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de Junho de 1992.

Observação 2: A presente Declaração deve estar acompanhada de Declaração emitida pelo responsável da Subcontroladoria de Parcerias com o Terceiro Setor da Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Osasco, informando que a OSC está com a situação regular com os recursos recebidos anteriormente.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

[TIMBRE DA OSC]**ANEXO VI – Declaração relativa às alíneas “n”, “o”, “p” do Art. 38 do Decreto 11.384/2016**

Declaro para os devidos fins, em nome da **[identificação da OSC]**, sob as penas da lei, que:

☐ não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade

☐ não haverá contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da OSC, ou de agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;

☐ não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

[TIMBRE DA OSC]

ANEXO VII – Declaração relativa às alíneas “I” e “m” do Art. 38 do Decreto 11.384/20216

Os dirigentes da [identificação da OSC], declaram para os devidos fins, sob as penas da lei, que:

☐ nenhum dos dirigentes é membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, sendo considerados: i) membros do Poder Executivo: o Chefe do Poder Executivo (Prefeito), Vice Prefeito e Secretários Municipais; ii) membros do Poder Legislativo: Vereadores; iii) membros do Ministério Público (Procuradores e Promotores).

☐ não incorrem nas situações de vedações, previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso VII do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(ASSINATURA DE **TODOS OS DIRIGENTES** DA OSC)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****ANEXO VIII – Atestado de visita técnica**

Serve o presente para a solicitação e ateste, para os devidos fins previstos no item 10.5.11 do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2025**, objetivando oferecer atividades pedagógicas complementares, no contraturno escolar, nas áreas de Educação, Esporte, Cultura e Cidadania, com o objetivo de elevar as condições de aprendizagem e aproveitamento escolar aos alunos matriculados na Rede do Município de Osasco, na modalidade de Educação Infantil Jardim e Pré) e Ensino Fundamental I do CEU José Saramago (Zona Sul) e do CEU Dra. Zilda Arns Neumann, como também para a comunidade do entorno em dias e horários específicos inclusive nos finais de semana.

Centro Educacional Unificado**José Saramago ()****Dra. Zilda Arns Neumann ()****Data da Visita:** _____ **Horário:** _____**Representante da Organização Social:****Nome:** _____**RG:** _____**Organização Social:****Nome e Matrícula – Responsável por acompanhar a visita:****Nome:** _____**Matrícula:** _____

Declaramos que foi realizada visita a dar pleno conhecimento das Unidades, conforme reconhecimento do responsável.

Osasco, de de 2025

Representante da Secretaria de Educação

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração

Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

[TIMBRE DA OSC]

ANEXO IX – Relação relativa à alínea “f” do Art. 38 do Decreto 11.384/20216

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA OSC

Nome do dirigente Cargo que ocupa na OSC	Endereço residencial	Telefone e-mail institucional e particular	Data de Nascimento	Número do CPF	Início e Término de mandato

Observação: Deve constar os dados de todos os membros que compõem a Ata de Eleição e Posse da Diretoria, incluindo o Conselho Fiscal.

Local-UF, ____ de ____ de 20 ____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

Modelo das Declarações dispostas no Art. 38 do Decreto Municipal 11.384/2016
Versão de 01/04/2024



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO X – Declaração de Renúncia

(Nome/Razão Social)....., inscrita no
CNPJ sob nº....., por intermédio de seu representante legal o
(a) Sr. (a), portador (a) da Carteira
de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA, que tem pleno conhecimento e se
responsabiliza, civil e penalmente, por todos os danos advindos pela não
realização da visita sugerida no item X do Edital.

Osasco, de de 2025

Assinatura do Representante Legal OSC

Minuta Padrão de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's
Termo de Colaboração
Versão de 12/12/2016 – Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas
com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

MINUTA PADRÃO

ANEXO XI – MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO nº

Termo de Colaboração que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** e a (OSC) para os fins que especifica.

Pelo presente instrumento de direito, nesta e na melhor forma, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº, com sede na Av. Bussocaba nº 300, Vila Campesina, Osasco – SP, por intermédio da **SECRETARIA DE**, neste ato representada por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo(a) Secretário(a) de, Sr., assessorado pelo Secretário de Assuntos Jurídicos, Sr., doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** ou **PREFEITURA**, e de outro lado a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, denominada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº, com sede na Cidade de, no endereço, CEP, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 11.384, de 10 de Novembro de 2016, [incluir legislação específica, se o caso] nos termos do Edital de Chamamento Público nº e seus anexos - Processo Administrativo nº, e Plano de Trabalho aprovado (fls. nº), todos parte integrante deste Termo de Colaboração, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constituiu objeto do presente instrumento [inserir o objeto].

1.2. Os partícipes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela **OSC PARCEIRA** e aprovado pela **PREFEITURA**, parte indissociável deste instrumento ora juntado como Anexo I.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, incluídas eventuais alterações, nas seguintes hipóteses:

a) por solicitação da **OSC PARCEIRA**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **PREFEITURA** em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, mediante Termo Aditivo;

b) de ofício quando a **PREFEITURA** der causa no atraso da liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso justificado, mediante Certidão de Apostilamento.

2.2. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea “a” do subitem 2.1. é necessário parecer do Gestor atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o motivo do atraso na execução das metas. A prorrogação depende ainda de aprovação do Sr. **Secretário** da pasta responsável pela parceria, parecer da Secretaria de Assuntos Jurídicos e autorização do Exmo. Sr. Prefeito.

2.3. A prorrogação de vigência de ofício, de que trata a alínea “b” do subitem 2.1. objetiva o ajuste do prazo de execução das ações, a fim de não causar prejuízo na conclusão do objeto, não resultando, neste caso, novo aporte de recursos financeiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

3.1. Em não havendo modificação do objeto da parceria, o Termo de Colaboração e respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados, por solicitação fundamentada e justificada pela **OSC PARCEIRA** ou pela **PREFEITURA**.

3.1.1. Referidas alterações deverão ser precedidas de manifestação por escrito, fundamentada e devidamente justificada, do:

a) **Gestor da parceria**, autorizando total ou parcialmente o pedido de alteração solicitado pela **OSC PARCEIRA**, com respectiva aprovação pelo **Secretário** da pasta responsável pela parceria, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da solicitação; ou da

b) **OSC PARCEIRA**, anuindo ao pedido de alteração proposto pelo **Gestor da parceria**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da solicitação.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

3.2. As alterações do Termo de Colaboração e/ou do Plano de Trabalho aprovado deverão ser formalizadas mediante:

a) Termo Aditivo, nos casos em que a alteração vier a:

- a.1.)** ampliar ou reduzir o valor global;
- a.2.)** prorrogar a vigência do prazo da parceria;
- a.3.)** alterar a destinação dos bens remanescentes.

b) Certidão de Apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- b.1.)** utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
- b.2.)** ajustes da execução do objeto da parceria no Plano de Trabalho;
- b.3.)** remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

3.2.1. Os Termos Aditivos serão precedidos de parecer da Secretaria de Assuntos Jurídicos e autorização do Exmo. Sr. Prefeito.

3.2.1.1. Quando as alterações implicarem em ampliação ou redução do valor global da parceria (alínea a.1. do subitem 3.2.), o parecer jurídico deverá ser precedido de análise e manifestação do Órgão de Controle Interno.

3.2.2. A indicação dos créditos orçamentários para cobertura de cada parcela de despesa a ser transferida em exercício futuro será realizada por certidão de apostilamento.

3.2.3. Extratos de Termos Aditivos e os ofícios de prorrogação de vigência de que trata a alínea "b" do subitem 2.1 deverão ser publicados na IOMO.

3.2.3.1. Cópia da publicação das referidas alterações deverá ser anexada ao processo administrativo de acompanhamento da execução da parceria e remetido ao representante legal da **OSC PARCEIRA**.

3.3. Independentemente de anuência da **OSC PARCEIRA**, serão apostiladas as:

a) prorrogações da vigência do prazo efetuadas de ofício, antes de seu término, quando a **PREFEITURA** tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

- b) indicações dos créditos orçamentários de exercícios futuros;
- c) alterações efetuadas por interesse público, devidamente justificado.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RESPONSÁVEIS PELA PARCERIA

4.1. da PREFEITURA: GESTOR DA PARCERIA

4.1.1. O(A) servidor(a) público(a) nomeado(a) como Gestor(a) deste Termo de Colaboração, Sr.(a) representará a Secretaria de....., na interlocução com a **OSC PARCEIRA**, tendo como obrigações:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Colaboração e respectivo Plano de Trabalho aprovado;
- b) informar ao Secretário da pasta: i) quando houver inexecução da parceria, ii) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida; iii) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das ações e metas pactuadas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da **OSC PARCEIRA** com relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Colaboração e iv) quando a **OSC PARCEIRA** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelo Órgão de Controle Interno ou Externo, os quais são impeditivos do ateste para a liberação das parcelas dos recursos;
- c) comunicar à **OSC PARCEIRA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal;
 - c.1.) notificar a **OSC PARCEIRA**, no caso de verificadas irregularidades impeditivas de ateste, para sanar ou cumprir obrigação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, a contar do recebimento da notificação;
- d) sugerir ao Secretário da pasta a retenção das parcelas dos recursos financeiros, decorrido o prazo previsto na alínea c.1. do subitem 4.1.1 na hipótese de não atendimento à notificação;
- e) formalizar ao Secretário da pasta a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

f) emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **OSC PARCEIRA**;

g) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, submetendo-o à manifestação conclusiva do Secretário da pasta sobre a aprovação ou não das contas;

h) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber;

i) verificar o cumprimento do art. 9º do Decreto Municipal nº 11.384/2016 pela **OSC PARCEIRA**.

4.1.2. O Gestor poderá, quando necessário:

a) solicitar reunião com a Comissão de Monitoramento e Avaliação, apresentando informações sobre as ações realizadas pela **OSC PARCEIRA**, sugestões de melhorias, além de questões financeiras relacionadas ao período avaliado, se for o caso;

b) elaborar consulta sobre dúvida específica à Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Finanças, Órgão de Controle Interno ou outras Secretarias e Órgãos que se fizerem necessários com fins de assessoramento jurídico e técnico que subsidie seus trabalhos.

4.1.3. O(A) servidor(a) público(a) nomeado como SUPLENTE do Gestor, Sr.(a), substituirá o Gestor quando este deixar de ser servidor público, quando estiver em licença, impedido e outras situações que o impeçam de exercer suas funções.

4.1.4. Aplicam-se ao Gestor e a seu Suplente os impedimentos constantes nos §§ 4º e 5º do art. 27 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

4.2. da OSC PARCEIRA:

4.2.1. O(A) Sr.(Sra.), [incluir qualificação, telefone fixo e celular, cargo ocupado na OSC], é o responsável na interlocução com a **PREFEITURA**.

4.2.2. [Nos casos de atuação em rede, incluir as responsabilidades descritas no capítulo III seção IV do Decreto Municipal nº 11.384/2016]

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. da PREFEITURA:

- a) publicar o extrato deste Termo de Colaboração na IOMO no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;
- b) manter no sítio oficial por meio do Portal de Transparência, o nome da **OSC PARCEIRA** na relação das parcerias celebradas com OSC's, por prazo não inferior a 12 (doze) meses, contado da data de apresentação da prestação de contas final, devendo incluir no mínimo os dados elencados nos incisos do § 1º do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.384/2016;
- c) instruir o processo administrativo específico que trata da celebração deste Termo de Colaboração, com atos atinentes à alteração, liberação de recursos, monitoramento e avaliação da execução, bem como, prestação de contas;
- d) custodiar o processo administrativo que originou o chamamento público;
- e) fornecer manuais específicos, informando à **OSC PARCEIRA** eventuais alterações no seu conteúdo;
- f) informar à **OSC PARCEIRA** os atos normativos e orientações que interessam à execução e à prestação de contas do presente Termo de Colaboração;
- g) prestar o apoio necessário e indispensável à **OSC PARCEIRA**, para que seja alcançado o objeto deste Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;
- h) transferir à **OSC PARCEIRA** os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a programação orçamentária e financeira da Prefeitura de Osasco e obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas e ações de execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- i) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos;
- j) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referente a esta parceria;
- k) monitorar e avaliar o cumprimento do objeto e dos objetivos deste Termo de Colaboração, por meio de análises das informações e documentos constantes no processo administrativo, bem como, realizações de diligências e fiscalização, visitas *in loco*, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, zelando pelo

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

cumprimento do objeto, alcance das metas e dos resultados previstos e correta aplicação dos recursos repassados;

l) designar novo Gestor e Suplente, na hipótese dos mesmos deixarem de ser agente público ou serem lotados em outro órgão ou entidade ou outro motivo como licenças, e designar novo Suplente, quando este passar a ser Gestor da parceria;

m) propor, receber, analisar e, se o caso, aprovar as propostas de alteração deste Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho;

n) prorrogar de ofício o prazo de vigência deste Termo de Colaboração, antes de seu término, se der causa a atraso na liberação dos recursos, limitando a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

o) analisar os relatórios de execução do objeto;

p) analisar os relatórios de execução financeira;

q) analisar e decidir sobre a prestação de contas relativa a este Termo de Colaboração, nos termos do art. 78 a 99 do Decreto Municipal nº 11.384/2016 e na Cláusula Sétima deste instrumento;

r) aplicar as sanções previstas na legislação pertinente, proceder às ações administrativas quanto à exigência e restituição dos recursos transferidos e instaurar tomada de contas especiais, quando for o caso;

s) divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis no seu sítio eletrônico;

t) exercer atividade normativa de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar descontinuidade das ações pactuadas;

u) divulgar nos meios públicos de comunicação por radiodifusão de sons e de sons e imagens, as ações desenvolvidas pela **OSC PARCEIRA**, mediante linguagem e recursos adequados à garantir a acessibilidade por pessoas com deficiência, observadas as orientações da Secretaria de Comunicação Social;

v) possibilitar canal para informações sobre possíveis irregularidades na aplicação dos recursos transferidos, utilizando-se dentre outros meios, do Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Osasco, na opção "Convênios, Contratos e Parcerias".

5.2. da OSC PARCEIRA:

a) executar fielmente o objeto da parceria, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, com as cláusulas pactuadas e legislação pertinente, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

a.1.) zelar pela boa qualidade e eficiência das ações, atividades e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e qualidade em suas atividades;

a.2.) executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

a.3.) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

a.4.) manter durante a execução da parceria a regularidade das certidões previstas no inciso II do § 1º do artigo 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, as previstas na legislação específica e no edital de chamamento público;

b) garantir o cumprimento da contrapartida de bens e/ou serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho aprovado; [excluir se não houver contrapartida, renumerando os demais itens]

c) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, em instituição financeira pública, inclusive os eventuais resultados de aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho, e exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

c.1.) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 60, incisos I, II, III, IV e V, Decreto Municipal nº 11.384/2016;

d) apresentar o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira e prestar contas à **PREFEITURA**, nos termos do Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

e) responsabilizar-se pela contratação e pagamento dos salários, verbas de convenção ou dissídio coletivo, verbas rescisórias, do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, que incidam sobre o instrumento;

e.1.) provisionar em escritura contábil específica, os valores referentes às verbas rescisórias, observado o disposto no Capítulo IX do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco

Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

f) permitir o livre acesso do Gestor da parceria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de agentes públicos da secretaria responsável pelo presente Termo de Colaboração, dos servidores do Órgão de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a todos os documentos relativos à execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução da atividade, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

g) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração em conformidade com o objeto pactuado;

h) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à **PREFEITURA** os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

i) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com recursos da parceria;

i.1.) manter registros, arquivos, controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração e documentos originais que compõe a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;

j) observar nas compras e contratações realizadas, os procedimentos estabelecidos nos artigos 58 e 59 do Decreto Municipal nº 11.384/ 2016;

k) comunicar à **PREFEITURA** suas alterações estatutárias, devidamente registrada em cartório;

l) divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da **OSC PARCEIRA** e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as informações detalhadas no art. 9º *caput* e parágrafos, do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

m) submeter previamente à **PREFEITURA** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

n) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que se refere às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

o) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, civis e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da **PREFEITURA**, a inadimplência da **OSC PARCEIRA** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

p) responsabilizar-se pela integridade dos materiais e/ou equipamentos disponibilizados pela **PREFEITURA** que estiverem sobre os seus cuidados;

q) quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelos órgãos competente, nos termos da legislação aplicável;

r) comunicar à **PREFEITURA**, por escrito, a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução da atividade;

s) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto no § 2º do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

t) não realizar pagamento antecipado com recursos da parceria;

u) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, informações referentes à esta parceria, na conformidade do disposto nos §§ do art. 9º do /Decreto Municipal nº 11.384/2016.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. Objetivando apoiar a regular gestão desta parceria, as ações de monitoramento e avaliação da execução do objeto pactuado, de caráter preventivo e saneador, são de competência do Gestor da parceria, e serão executadas, conforme periodicidade e demais procedimentos para realização da visita técnica *in loco*, estabelecidos nos atos normativos setoriais [denominar o ato que estabelecer o procedimento].

6.1.1. O resultado da visita *in loco* será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco* e enviado à **OSC PARCEIRA** para conhecimento, esclarecimentos e providências, caso sejam necessárias.

6.1.1.1. A visita técnica *in loco* não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria que poderão ser realizadas a qualquer tempo, pelas Secretarias gestoras das parcerias, pelo Órgão de Controle Interno e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

6.1.2. Serão realizadas pesquisas de satisfação dos beneficiários da atividade, com base em critérios objetivos de apuração de satisfação, que visem possibilitar melhorias nas ações desenvolvidas pela **OSC PARCEIRA** e aprimorar os serviços prestados, de forma a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados, bem como, com a Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

eventual necessidade de reorientação e ajuste das metas e ações definidas.

6.1.2.1. A pesquisa de satisfação poderá ser realizada diretamente pela **PREFEITURA**, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

6.1.2.2. Os instrumentos a serem utilizados nas pesquisas deverão levar em consideração as características do público alvo, beneficiários diretos e indiretos, podendo ser utilizados questionários físicos e/ou eletrônicos, entrevistas, rodas de conversa, dentre outros.

6.1.2.3. A **OSC PARCEIRA** participará na elaboração ou opinará sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

6.1.2.4. A sistematização dos resultados da pesquisa de satisfação deverá ser circunstanciada em documento a ser enviado à **OSC PARCEIRA** para conhecimento, esclarecimentos e providências, caso sejam necessárias.

6.2. Serão emitidos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, pelo Gestor da parceria, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do encerramento de cada quadrimestre do ano civil, os quais deverão conter no mínimo os requisitos previstos no § 1º do art. 73 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

6.2.1. Referidos relatórios serão submetidos à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do seu recebimento, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **OSC PARCEIRA**.

6.2.2. Após a homologação dos relatórios pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, estes deverão ser encaminhados por correio eletrônico ao Órgão de Controle Interno da **PREFEITURA**, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de homologação, para fins de fiscalização e controle.

6.3. Na hipótese do relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como, desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da **OSC PARCEIRA** em relação a obrigações pactuadas, o Gestor da parceria notificará a **OSC PARCEIRA** para, no prazo de até 15 (quinze) dias, sanar a irregularidade, cumprir a obrigação ou apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

6.4. Compete a Secretaria de Finanças, por meio da Divisão de Prestação de Contas a análise de que trata o inciso V do § 1º do artigo 73 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, quando for o caso, ou quando não atendido o disposto no art. 73 § 2º do Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

mesmo Decreto.

6.4.1. A análise será realizada a partir dos documentos previstos nos incisos I a IX do art. 83 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, e consubstanciada em relatório que será encaminhado ao Gestor da parceria para ciência e tomada de providências.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

7.1. A prestação de contas apresentada pela **OSC PARCEIRA** deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

7.1.1. A análise da execução do objeto consiste na verificação do cumprimento das metas e dos resultados, tendo como base os indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho e na verificação do alcance dos resultados.

7.1.2. Serão glosados os valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente e aqueles que forem aplicados em finalidade diversa da prevista neste Termo de Colaboração.

7.1.3. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

7.2. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

7.2.1. Até que a PREFEITURA possua sistema de prestação de contas que permita a visualização dos atos por qualquer interessado, deverá ser observado, no mínimo, o disposto no inciso VI do § 1º do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

7.3. Para fins de prestação de contas, a **OSC PARCEIRA** deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil:

a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:

a.1.) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

a.2.) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

a.3.) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado.

b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, demonstrando as receitas e as despesas aplicadas no objeto da parceria, inclusive dos rendimentos financeiros, nos moldes das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

b.1.) O relatório de execução financeira deverá ser acompanhado dos extratos bancários da conta específica vinculada à execução da parceria, da conciliação bancária e, quando houver previsão no plano de trabalho de contratação de pessoal e de pagamento de encargos, os comprovantes de recolhimento dos tributos oriundos da relação trabalhista, acompanhados da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, referentes ao período de que trata a prestação de contas.

7.4. Para fins de análise da prestação de contas, o Gestor deverá considerar, além do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, apresentados pela **OSC PARCEIRA**, os seguintes relatórios:

a) relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

b) relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação.

7.5. Na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria notificará a **OSC PARCEIRA** para apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias, os seguintes documentos:

a) cópia simples dos documentos fiscais, tais como, notas fiscais, cupom fiscal, faturas, recibos, holerites, guias de recolhimento dos encargos trabalhistas, impostos retidos na fonte de prestadores de serviços, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamentos e das Guias do Recolhimento do Fundo de Garantia e de Informações à Previdência Social - GFIP;

b) cópia dos comprovantes de pagamento de férias concedidas e do 13º salário, previstos no plano de trabalho;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

- c) cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondentes termos de quitação das verbas rescisórias e do recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS, acompanhado do relatório GRRF ou outro que venha a substituí-lo;
- d) cópia das cotações de preços ou pesquisas realizadas para as compras e contratações;
- e) extrato bancário da conta corrente específica vinculada à execução da parceria, bem como, extrato de aplicação financeira;
- f) demonstrativo mensal dos rendimentos da aplicação financeira;
- g) conciliação bancária da conta específica da parceria;
- h) relação de bens adquiridos, quando houver;
- i) memória de cálculo do rateio das despesas, quando houver.

7.5.5. Os documentos de que tratam as alíneas do subitem 7.5. supra, deverão ser apensados em processo administrativo distinto, a ser autuado pela secretaria responsável pela parceria, acompanhados dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.

7.5.6. Os documentos de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do subitem 7.5., deverão estar em nome da **OSC PARCEIRA** e identificados com o número do Termo de Colaboração.

7.5.7. Os originais dos documentos deverão ser apresentados no órgão responsável pela gestão da parceria, para que esse ateste a conferência nas cópias, não sendo aceitos, documentos ilegíveis, com rasuras ou com prazo de validade vencido.

7.6. A análise do relatório de execução financeira, acompanhado dos documentos a que se refere o subitem 7.5., contemplará as ações descritas no art. 84 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

7.7. Sem prejuízo das hipóteses previstas no subitem 7.5., a **OSC PARCEIRA** deverá apresentar o Relatório de Execução Financeira acompanhado dos documentos a que se referem as respectivas alíneas deste subitem, quando for selecionada em processo de amostragem, nos termos definidos [incluir ato normativos que definiu o procedimento do processo de amostragem, se houver. No caso de não existir tal ato, excluir este subitem, renumerando os demais].

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

7.8. A OSC PARCERIA deverá apresentar Prestação de Contas Anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas e dos resultados previstos no plano de trabalho.

7.8.1. A prestação de contas anual deverá ser apresentada até o dia 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada.

7.8.2. A prestação de contas anual será composta pelos seguintes documentos:

a) a serem apresentados pela **OSC PARCEIRA**:

a.1.) relatório anual de execução do objeto, contendo as informações consolidadas dos relatórios trimestrais;

a.2.) relatório anual de execução financeira, contendo as informações consolidadas dos relatórios trimestrais;

a.3.) conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica da parceria, acompanhada dos respectivos extratos da conta corrente e da aplicação financeira;

a.4.) balanço patrimonial dos exercícios encerrado e anterior;

a.5.) demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício;

a.6.) certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

a.7.) na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

a.8.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da **OSC PARCEIRA**, ou de órgão equivalente, acerca da regularidade dos gastos efetuados e da sua perfeita contabilização;

a.9.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da **OSC PARCEIRA**, ou de órgão equivalente, de que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da **OSC PARCEIRA**, o tipo de repasse e número do ajuste, bem como da **PREFEITURA**;

a.10.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

a.11.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

a.12.) certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco

Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

a.13.) certificado de regularidade do fundo de garantia do tempo de serviço - CRF/FGTS;

a.14.) certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas - CNDT;

a.15.) demais documentos exigidos nas instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de São Paulo, os quais serão informados à OSC, por meio de atos normativos da Administração Pública Municipal, podendo constar ainda, dos manuais elaborados pelo órgão de Controle Interno.

b) de responsabilidade da PREFEITURA:

b.1.) relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, elaborados pelo gestor da parceria e homologados pela comissão de monitoramento e avaliação;

b.2.) parecer técnico de análise da prestação de contas anual, elaborado pelo Gestor da parceria;

b.3.) parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de São Paulo.

7.8.2.1. Quando o final da vigência, prevista nos instrumentos jurídicos, não coincidir com o final do ano civil, o parecer técnico de que trata a alínea "b.2" do subitem 7.8.2., deverá apontar as perspectivas de cumprimento das metas e dos resultados da parceria.

7.8.3. A análise da prestação de contas anual terá como subsídio, o relatório anual de execução do objeto, os relatórios de visita in loco, os resultados das pesquisas de satisfação e os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologados pela comissão, devendo obrigatoriamente mencionar, para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações já executadas:

a) as metas e os resultados já alcançados e os seus benefícios;

b) os efeitos da parceria, referentes:

b.1.) aos impactos econômicos ou sociais;

b.2.) ao grau de satisfação do público alvo;

b.3) à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

7.8.4. O Gestor da parceria deverá emitir o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento dos relatórios anuais de execução do objeto e de execução financeira.

7.8.5. Na hipótese de omissão na entrega da prestação de contas ou da análise concluir que houve descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho ou que há evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria, previamente à emissão do parecer técnico de análise da prestação de contas anual, notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias:

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco

Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

- a) sanar a irregularidade;
- b) cumprir a obrigação;
- c) apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

7.8.6. Na hipótese de persistir a irregularidade ou a inexecução parcial do objeto, ou ainda, de não aceitação da justificativa apresentada, o Gestor da parceria, notificará a **OSC PARCEIRA** para que apresente, no prazo de até 20 (vinte) dias, os documentos a que se referem os incisos I a IX do art. 83 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

7.8.6.1. A análise de que trata o subitem 7.8.6. será realizada por meio da Divisão de Prestação de Contas da Secretaria de Finanças, sendo elaborado posteriormente relatório que será encaminhado ao Gestor da parceria para ciência e tomada de providências.

7.8.6.2. Após ciência do relatório de que trata o subitem 7.8.6.1., o Gestor emitirá o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e:

a) caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

- a.1.) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução apurada;
- a.2.) a retenção das parcelas dos recursos, observado o disposto no § 2º do art. 54 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, até que seja sanada a irregularidade ou devolvidos os recursos de que trata a alínea "a.1." do subitem 7.8.6.2.

b) caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

- b.1.) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou à inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;
- b.2.) a devolução dos saldos remanescentes, incluindo os rendimentos da aplicação financeira;
- b.3.) a vedação para celebração de novas parcerias e a suspensão de novos repasses à **OSC PARCEIRA**, se não houver a devolução de que tratam as alíneas "a" e "b" deste subitem, no prazo determinado.

7.8.6.3. As sanções previstas no Capítulo VII do Decreto Municipal nº 11.384/2016 poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas de acordo com os subitens 7.8 a 7.8.6.3. deste Termo de Colaboração.

7.9. A **OSC PARCEIRA** deverá apresentar, sem prejuízo da prestação de contas anual, a prestação de contas final, após o término da vigência da parceria, por meio do Relatório Final de Execução do Objeto e do Relatório Final de Execução Financeira.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

7.10. A análise da prestação de contas final irá fornecer elementos para a emissão do parecer técnico conclusivo do gestor e para a manifestação conclusiva da prestação de contas final de que trata a Seção V do Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.384/2016, que deverá verificar o cumprimento do objeto, o atingimento das metas e o alcance dos resultados previstos no Plano de Trabalho e considerará:

- a) o Relatório Final de Execução do Objeto, elaborado pela **OSC PARCEIRA**, consolidando as informações de todo período da parceria;
- b) o Relatório Final de Execução Financeira, elaborado pela **OSC PARCEIRA**, consolidando as informações de todo período da parceria;
- c) os relatórios de visita técnica *in loco*;
- d) os resultados das pesquisas de satisfação;
- e) os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologados pela comissão de monitoramento e avaliação.

7.10.1. A **OSC PARCEIRA** deverá apresentar o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente da parceria.

7.11. Na hipótese da análise de que trata o subitem 7.10. supra, concluir que houve descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho ou se houver evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a **OSC PARCEIRA** para que apresente os documentos a que se referem os incisos I a IX do art. 83 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

7.11.1. A análise do relatório de que trata o subitem 7.11. supra deverá observar o disposto no art. 84 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

7.12. A **OSC PARCEIRA** deverá apresentar:

a) o Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da **OSC PARCEIRA**;

b) o Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da **OSC PARCEIRA**;

c) os documentos de que tratam os incisos I a IX do art. 83 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, no prazo de até 20 (vinte) dias, contado da notificação, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da **OSC PARCEIRA**, nas hipóteses previstas no art. 90 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

7.12.1. Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a **OSC PARCEIRA** deverá apresentar os documentos de que trata o inciso I do § 2º do art. 86 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência do instrumento.

7.12.2. Os documentos originais relativos à execução da parceria deverão ser mantidos arquivados pela **OSC PARCEIRA**, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final.

7.13. A **PREFEITURA** deverá analisar a prestação de contas final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada.

7.13.1. O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

7.13.2. O transcurso do prazo definido no subitem 7.13., e de sua eventual prorrogação, nos termos do subitem 7.13.1., sem que as contas tenham sido apreciadas:

a) não impede que a **OSC PARCEIRA** participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;

b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

7.13.3. Se o transcurso do prazo definido no subitem 7.13, e de sua eventual prorrogação, nos termos do subitem 7.13.1, se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Fiscal do Município de Osasco - UFMO.

7.14. Os débitos a serem restituídos pela **OSC PARCEIRA** serão apurados mediante atualização monetária pela UFMO, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

a) nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da Administração Pública Municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 92 do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

b) nos demais casos, os juros serão calculados a partir do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da **OSC PARCEIRA** ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria.

7.14.1. Os débitos de que tratam o subitem 7.14., observarão juros de mora na razão de 1% ao mês, conforme legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal.

7.15. O Gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, que subsidiará a manifestação conclusiva do secretário da pasta responsável pela parceria sobre a aprovação ou não das contas.

7.16. A prestação de contas final será avaliada pelo Gestor da parceria como:

a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento do objeto, o atingimento das metas e o alcance dos resultados da parceria;

b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

c.1.) omissão no dever de prestar contas;

c.2.) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidas no plano de trabalho;

c.3.) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

c.4.) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.16.1. Sempre que cumpridos o objeto e as metas estabelecidas e alcançados os resultados da parceria e, desde que não haja comprovado dano ao erário, a prestação de contas final deverá ser julgada regular com ressalvas pela **PREFEITURA**, ainda que a **OSC PARCEIRA** tenha incorrido em falha formal.

7.17. A manifestação conclusiva da prestação de contas final será de responsabilidade do secretário da pasta responsável pela parceria, levando em consideração os pareceres técnico, financeiro e jurídico e o parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, deverá concluir, _____, alternativamente, _____ pela:

a) aprovação da prestação de contas;

b) aprovação da prestação de contas com ressalva;

c) rejeição da prestação de contas com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco

Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

7.17.1. A hipótese da alínea "b" do subitem supra, ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas, forem constatadas impropriedades ou falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário, sendo notificada a **OSC PARCEIRA** para a adoção das medidas necessárias a prevenir a reincidência.

7.17.2. A hipótese da alínea "c" do subitem supra ocorrerá quando comprovado dano ao erário, em qualquer das hipóteses tratadas nas alíneas "a" a "d" do inciso III do artigo 95 do Decreto Municipal nº11.384/2016, caso em que a secretaria responsável pela parceria, sob pena de responsabilidade solidária do seu responsável, deverá adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.18. A manifestação conclusiva e a decisão sobre a prestação de contas final será encaminhada para ciência da **OSC PARCEIRA**.

7.18.1. A **OSC PARCEIRA** notificada da decisão de que trata o subitem 7.18. supra, poderá:

a) apresentar recurso, no prazo de até 30 (trinta) dias, à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de até 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Exmo. Sr. Prefeito, para decisão final no prazo de até 30 (trinta) dias;

b) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

7.19. Exaurida a fase recursal, a **PREFEITURA**, deverá:

a) registrar em plataforma eletrônica as impropriedades que deram causa à rejeição;

b) no caso de rejeição da prestação de contas final, notificar a **OSC PARCEIRA** para que, no prazo de até 30 (trinta) dias:

b.1.) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto a que deu causa ou com relação a omissão na apresentação da prestação de contas;

b.2.) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

7.19.1. Compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo autorizar o ressarcimento de que trata a alínea "b.2" do subitem supra, devendo estes, se pronunciarem sobre a solicitação, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

7.19.2. Os demais parâmetros para concessão do ressarcimento de que trata a alínea "b.2." do subitem supra, serão definidos observando-se os objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que a parceria esteja inserida.

7.20. Na hipótese do inciso II do art. 98 do Decreto Municipal nº11.384/2016, o não ressarcimento ao erário ensejará a inscrição do débito na Dívida Ativa do Município de Osasco, por meio de despacho da autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR TOTAL DE REPASSE, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

8.1. Para a execução das ações e atividades previstas neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos no valor de R\$ (.), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado (Anexo I deste instrumento).

8.2. As despesas com a execução deste Termo de Colaboração correrão por conta das seguintes dotações nº à folhado processo administrativo nº....., empenho nº datado de

8.3. [Nos casos de Termos de Colaboração com vigência superior a um exercício financeiro, prever cláusula autorizativa de utilização dos eventuais saldos financeiros em exercício subsequente]

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. A liberação das parcelas dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, valores e datas, após o ateste do gestor da parceria.

9.2. O número deste Termo de Colaboração deverá constar nos documentos fiscais comprobatórios das despesas.

9.3. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, sendo vedado:

- a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

c) pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;

d) pagar despesas a título de taxa de administração;

e) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

9.4. As parcelas previstas no cronograma de desembolso serão retidas no caso de apresentação de irregularidades impeditivas de ateste e/ou no caso de não atendimento à notificação para sanar ou cumprir obrigação, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de justificativa expressa e fundamentada do Sr. Secretário da pasta, para a continuidade dos repasses.

9.5. No caso do cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, para recebimento de cada parcela:

a) a Secretaria responsável pela parceria deverá verificar a regularidade fiscal da **OSC PARCEIRA**, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38 do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

a.1.) quando as certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a **OSC PARCEIRA** será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no cronograma de desembolso;

b) a **OSC PARCEIRA** deverá apresentar a prestação de contas da(s) parcela(s) anterior(es), nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

b.1.) a análise da prestação de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRAPARTIDA E DA FORMA DE SUA AFERIÇÃO EM BENS E OU SERVIÇOS

[incluir quando for o caso exigência de contrapartida em bens e/ou serviços, com identificação da expressão monetária]

10.1.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

10.2.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

11.1. Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da **OSC PARCEIRA**, a **PREFEITURA** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da **OSC PARCEIRA**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC PARCEIRA** até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;

c) no caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal, deverá convocar **OSC PARCEIRA** participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.

d) Na impossibilidade justificada da convocação de que trata a letra “c” do subitem 11.1. ou na ausência de interesse das OSCs convocadas, a **PREFEITURA** assumirá diretamente a execução do objeto, podendo realizar novo chamamento público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

12.1. Para os fins deste Termo de Colaboração, considera-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

[As demais cláusulas pertinentes aos bens remanescentes, tais como definição de titularidade e procedimentos, deverão ser definidas caso a caso, mantendo coerência com o disposto no art. 48 do Decreto Municipal nº 11.384/2016]

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho, com as normas do Decreto Municipal nº 11.384/2016, da Lei Federal nº 13.019/2014 e

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

da legislação específica, a **PREFEITURA** poderá aplicar à **OSC PARCEIRA** as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebração de parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos; ou

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

13.1.1. A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa.

13.1.2. A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que for verificada fraude na celebração, na execução ou na prestação de contas da parceria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos.

13.1.3. A sanção de advertência é de competência do Gestor da parceria.

13.1.4. As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade são de competência exclusiva do Secretário da pasta responsável pela parceria.

13.1.5. A aplicação das penalidades previstas neste artigo poderá ser cumulativa a outras medidas civis, penais e administrativas cabíveis.

13.2. Compete ao Exmo. Sr. Prefeito decidir sobre recurso administrativo interposto em face de decisão de aplicação das penalidades, salvo nos casos de aplicação de advertência quando o recurso deverá ser endereçado ao Secretário da pasta responsável pela parceria.

13.3. A responsabilidade da **OSC PARCEIRA** será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

13.4. A autoridade competente notificará a **OSC PARCEIRA** e seus representantes quando verificada conduta irregular que lhes for atribuída, caracterizando a infração cabível e expondo os motivos da possibilidade de aplicação da sanção, para apresentar defesa, se quiserem.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

13.4.1. A ciência da notificação assegurará vista imediata dos autos.

13.4.2. A notificação da **OSC PARCEIRA** deverá ser efetuada por correspondência com aviso de recebimento - AR ou mediante protocolo na sede ou filial da **OSC PARCEIRA**.

13.4.3. O prazo para apresentação de defesa, contado da data de juntada do aviso de recebimento - AR ou do protocolo da notificação aos autos do processo administrativo correspondente, será de:

a) 05 (cinco) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso I do artigo 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

b) 10 (dez) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso II do art. 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

c) 20 (vinte) dias úteis, quando as sanções propostas forem aquelas previstas no inciso III do art. 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

13.4.3.1. Com a apresentação de defesa, em qualquer caso, os órgãos técnicos deverão se manifestar e, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do artigo 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, deverá ocorrer também manifestação da área jurídica.

13.5. Decorrido o prazo para defesa e após a manifestação dos órgãos técnicos e jurídicos, se for o caso, o gestor ou Secretário da pasta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relatará o processo e decidirá, fundamentadamente, pela aplicação ou não da sanção, determinando, conforme o caso, o período de sua duração.

13.6. A decisão de aplicação das penalidades será publicada na IOMO, assegurada a **OSC PARCEIRA** vista dos autos e oportunidade para apresentação de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.7. Interposto recurso pela **OSC PARCEIRA**, a autoridade recorrida o apreciará no prazo de 10 (dez) dias úteis, e, decidindo pela manutenção da penalidade aplicada, remeterá os autos à apreciação da autoridade superior para análise e julgamento do recurso no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

13.8. A ciência das decisões de primeira e segunda instância quanto à aplicação da penalidade será dada mediante publicação na IOMO.

13.9. A reabilitação da sanção prevista no inciso III do art. 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, poderá ser requerida após 02 (dois) anos da aplicação da penalidade e

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco

Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

será concedida quando a **OSC PARCEIRA** ressarcir a **PREFEITURA** pelos prejuízos resultantes de sua conduta e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

13.10. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data de apresentação da prestação de contas, a aplicação das sanções previstas no art. 100 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

13.11. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONCLUSÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

14.1. Este Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do inciso XX do art. 46 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

14.1.1. Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria.

14.2. Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Tesouro Municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

14.2.1. Na devolução de que trata o subitem 14.2. e observada a vinculação legal dos recursos, deverá ser:

a) estornada a despesa orçamentária, quando se tratar de devolução de recursos do próprio exercício; ou

b) registrada a receita orçamentária, quando se tratar de devolução de recursos de exercícios anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO SISTEMA DE PROVISIONAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

15.1. A **OSC PARCEIRA** adotará a sistemática de provisionamento de recursos para o pagamento futuro de verbas rescisórias dos profissionais que compõem as equipes de trabalho, mediante escrituração contábil específica.

15.1.1. O pagamento das verbas rescisórias de que trata o subitem 15.1., ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

15.2. O montante da escrituração contábil específica será equivalente ao somatório dos valores das provisões previstos no plano de trabalho para o período de vigência da parceria, tais como 13º salário, férias, respectivos encargos e multa rescisória do FGTS nos casos de rescisão sem justa causa.

15.3. Para pagamento das verbas rescisórias de empregados mantidos na **OSC PARCEIRA** após o encerramento da vigência da parceria, a **OSC PARCEIRA** deverá efetuar a transferência dos valores da conta corrente específica da parceria para a sua conta institucional, apresentando:

a) planilha de cálculo, elaborada por profissional da área de contabilidade, de recursos humanos ou outra área possuidora de competência técnica adequada na realização do cálculo, que indique a relação dos valores proporcionais ao tempo trabalhado e benefícios futuros, para cada empregado;

b) comprovante de transferência dos valores provisionados em escrituração contábil específica, para a conta institucional da **OSC PARCEIRA**, ao término da parceria;

c) documento que demonstre a ciência dos referidos empregados quanto ao ato da transferência dos recursos financeiros para o pagamento das verbas rescisórias, referentes ao período da parceria;

d) declaração do representante legal da **OSC PARCEIRA** que ateste a quitação pela **PREFEITURA**, do passivo trabalhista de que trata o art. 117 do Decreto Municipal nº 11.384/2016;

e) declaração do representante legal da **OSC PARCEIRA**, firmada sob as penas da lei, de que a **OSC PARCEIRA** fica integralmente responsável pelas obrigações trabalhistas e pelo pagamento posterior ao empregado.

15.4. Os valores de que trata o subitem 15.3., somente poderão ser utilizados para pagamento de verbas rescisórias.

15.5. Os documentos de que tratam as alíneas "a" a "e" do subitem 15.3., deverão constar na prestação de contas final.

15.6. O uso indevido e a malversação dos recursos vinculados para liquidação de verbas rescisórias caracterizam apropriação indébita por parte da **OSC PARCEIRA**, devendo seus representantes legais responder administrativa, penal e civilmente por tal irregularidade.

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As parceiras elegem o foro da Comarca de Osasco para dirimir eventuais questões decorrentes do presente Termo de Colaboração, que não foram selecionadas em prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Secretaria de Assuntos Jurídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Colaboração, excluir-se-á o dia o início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.

E, por estarem assim justos e de acordo com as cláusulas acima, assinam as partes o presente instrumento, composto por (...) folhas, em ... (...) vias, todas de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, sendo a seguir arquivado em ordem numérica de acordo com a Legislação Municipal em vigor.

Osasco,

Assinaturas de praxe – Prefeito e Secretário Municipal da pasta responsável pela parceria

Assinatura Gestor e Suplente

Assinatura membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Minuta Termo de Colaboração elaborada pela Procuradoria de Osasco
Versão 19/12/2016 - Questões técnicas, orçamentárias e financeiras foram revistas com o suporte da Coordenadoria de Controle Interno.

PLANO DE TRABALHO

1. CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DETALHADO DOS RECURSOS

ANO 1

[illegible]

Os valores dessa tabela devem ser trazidos das planilhas auxiliares

Encargos sobre 1/3 Férias					
INSS - de Férias	26,50% ()	OU CEBAS ()			-
FGTS de Férias	8,00%				-
PIS de Férias	1,00%				-
					26,50%
					8%
					1%

[illegible]

[illegible]

NOME DA OSC:
CNPJ:
ENDEREÇO DA SEDE

1.4. ESTIMATIVA DE PREÇOS- DESPESAS DE CONSUMO

AÇÕES	Art. 19 §1º - Planilha demonstrando compatibilidade dos custos estimados e preços praticados no mercado, tais como: Cotações, Tabelas de Preços de Associações Profissionais, Publicações especializadas, outras fontes.										
	Material	Nome da Empresa cotada	CNPJ	Site / EMAIL	Data da Cotação	Fone	Unidade de Médida	Qte.		Unit.	Valor Total
							Cx Cx Cx				- - -
	Preço Médio										
									#DIV/0!		-
	Preço Médio										
										-	-
	Preço Médio										
										-	-
	Preço Médio										
										-	-
	Preço Médio										
										-	-

PLANO DE TRABALHO

1.6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO					
CONCEDENTE - PREFEITURA DO MUNICIPIO DE OSASCO			Fonte de Recurso: 01.110		
Descrição	Ano 1			Total	
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Ano 01	
	Mês 01 a Mês 04	Mês 05 a Mês 08	Mês 09 a Mês 12		
1.2.1. Pessoal e Encargos - Celetista	7,00	-	-	7,00	
1.2.2. Serviços Terceiros PJ	1,00	-	-	1,00	
1.2.3. Serviços Terceiros PF	1,00	-	-	1,00	
1.2.4. Material de Consumo	1,00	-	-	1,00	
				-	
				-	
1.3.1. Ordenador - Despesas de Custeio: 33.50.41	10,00	-	-	10,00	
1.2.5. Equipamentos / Móveis	1,00	-	-	1,00	
	1,00	-	-	1,00	
1.3.2. Ordenador - Permanente: 44.50.41	2,00	-	-	2,00	
TOTAL DOS ORDENADORES 33.50.41+44.50.41	12,00	-	-	12,00	
PERCAPTA EM R\$	12,00			12,00	
QTE DE ATENDIDOS	1			1,00	
Total Anual	12,00	-	-	12,00	

CONFERENCIA =====>

ANEXO ____	PLANO DE TRABALHO
1.7. DECLARAÇÃO	
Na qualidade de representante legal do Proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura do Município de Osasco, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou inadimplência com qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos do Município de Osasco, na forma deste Plano de Trabalho.	
<div>Local e Data</div>	<div>Proponente Nome do Representante Legal da entidade proponente</div>
1.7.1. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE	
APROVO O PRESENTE PLANO DE TRABALHO	
<div>Local e Data</div>	<div>Concedente Nome do Secretário Responsável pelo programa ou projeto na Unidade Concedente</div>

[illegible][illegible]

13º Salário	300,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300,00	0,08333333
INSS	79,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79,80	26,60%
FGTS	24,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24,00	8%
PIS	3,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,00	1%
SOMA	406,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	406,80	
1.2.1.3.6. PROVISÕES - Férias	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	TOTAL NO ANO	ALÍQUOTA	
FÉRIAS	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00	0,02777778	
INSS	26,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26,60	26,60%	
FGTS	8,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,00	8%	
PIS	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1%	
SOMA	135,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135,60		
TOTAL DE PESSOAL CELETISTA	4.661,44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	935,44	

DADOS
NOME DA OSC:
CNPJ:
ENDEREÇO DA SEDE:

1.1.4. PLANILHA DE VALE TRANSPORTE															
MEIA	PESSOAL-direto	SALÁRIO	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	
		Dias	2.182,64 22	2.182,64 17	2.182,64 21	2.182,64 20	2.182,64 22	2.182,64 22	2.182,64 22	2.182,64 22	2.182,64 22	2.182,64 22	2.182,64 22	2.182,64 22	
		Ida	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Volta	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		t Viagem	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		R\$ Unit	4,50	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	
		R\$ Dia	9,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		R\$ Mês	198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Do Emp	130,96	130,96	130,96	130,96	130,96	130,96	130,96	130,96	130,96	130,96	130,96	130,96	
		Do Patr	67,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,04
Qde Total deste Empregado															1,00
Qde Total deste Empregado															67,04
MEIA	PESSOAL	SALÁRIO	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	
		Dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Ida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Volta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		t Viagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		R\$ Unit	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00							
		R\$ Dia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		R\$ Mês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Do Emp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Do Patr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Qde Total deste Empregado															0,00

MEIA	PESSOAL	SALÁRIO	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	Total
		Dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Ida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Volta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		t Viagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		R\$ Unit	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00							
		R\$ Dia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		R\$ Mês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

[illegible][illegible]

META		mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	Total	
PESSOAL	SALÁRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	Dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Ida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Volta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	t Viagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	R\$ Unit	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00								
	R\$ Dia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	R\$ Mês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Do Emp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Do Patr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Qde Total deste Empregado															1,00
															0,00

[illegible]

[illegible]

NOME DA OSC:
CNPJ: OSC:
ENDEREÇO DA SEDE

QUANTIDADE DE CESTAS POR CATEGORIA		1.1.5. PLANILHA DE CESTA BASICA												
		mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	
Categoria / Cargo	Vr. Da Cesta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Total
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Tot Qte.==>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Tot R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOME DA OSC:
CNPJ: OSC:
ENDEREÇO DA SEDE
PRAZO:
VIGÊNCIA:

1.0 DESPESAS - EM REAIS	1.2.1. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ												TOTAL NO ANO
	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ													-
													-
													-
													-
													-
													-
													-
													-
													-
													-
SOMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	1.3.1. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS PF												TOTAL NO ANO
	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	
													-
													-
													-
													-
													-
SOMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS - PATRONAL - 20%													-
INSS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL SERV. TERC. PF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluguel qdo se tratar PF													-
TOTAL SERV. TERC. PF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL SERVIÇOS DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ALQUOTA
20%

NOME DA OSC:
CNPJ:
ENDEREÇO DA SEDE
PRAZO:
VIGÊNCIA:

1.4.1. DETALHAMENTO DAS DESPESAS DE CONSUMO - EM REAIS															
Material de Consumo - OUTROS	QTE CONSUMO MENSAL	UNIDADE DE MEDIDA	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	TOTAL NO ANO
															-
															-
															-
SUBTOTAL			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
															-
Material de Consumo - Higiene e	QTE CONSUMO MENSAL	UNIDADE DE MEDIDA	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	TOTAL NO ANO
															-
															-
															-
															-
															-
SUBTOTAL			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
															-
Material de Consumo - ESCRITÓRIO	QTE CONSUMO MENSAL	UNIDADE DE MEDIDA	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	TOTAL NO ANO
															-
															-
															-
															-
															-
															-

SECRETARIA DE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER**PORTARIA INTERNA SEREL n.º 15/2025.**

DESIGNAR os servidores responsáveis pela gestão do **Processo Administrativo nº 02718/2025**, responsável pela **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ELEVADORES**, de acordo com o **DECRETO Nº 13.964, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023**, conforme segue:

GESTÃO DE CONTRATOS

TITULAR: Andréa da Silva Sores Fidelis – MATRÍCULA: 201.541.

SUPLENTE: Adelsio Pinheiro Reis – MATRÍCULA: 203.466.

FISCAIS:

Lázaro Antônio Suave – MATRÍCULA: 202.589.

Suplente: Flávio José Berti Santos – MATRÍCULA: 196.927.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Osasco, 03 de novembro de 2025.


Thiago Borges Batista
Secretário de Esporte, Recreação e Lazer

Prefeitura do Município de Osasco - mcana - 05/11/2025 09:29:01

SECRETARIA EXECUTIVA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**SECRETARIA EXECUTIVA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Natureza singular do objeto: Emenda Municipal Impositiva.

Órgão Beneficiário: SEIJ/2025 - INEXIGIBILIDADE - Decreto nº 14.551/2025

Natureza singular do objeto.

PARECER TÉCNICO Nº 1343/2025-CMDCA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001343/2025

OBJETO: “Cursinho Pré-Vestibulinho”

PARECER TÉCNICO

(Art. 45-I- Decreto Municipal nº 11.384/2016)

Considerando o plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – apresentado pela Organização da Sociedade Civil – **CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA.**

Considerando as competências da **Secretaria Executiva da Infância e Juventude - SEIJ**, a teor da Lei Complementar nº 389/2020, atualizada pela Lei Complementar nº 394/2022, estabelece no seu art. 366, inciso III, a necessidade do município de Osasco-SP suprir atividades concernentes ao âmbito da política municipal de promoção, proteção, defesa no atendimento dos direitos da criança e do adolescente, notadamente, para articular esforços, junto às demais secretarias, órgãos, conselhos participativos, organizações da sociedade civil, da iniciativa privada e demais instituições de esferas públicas de outros entes federados para a proteção da criança, adolescente e do fortalecimento da juventude;

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas no Decreto Municipal nº 11.384/2016, que trata do regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil, a teor da modalidade para indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025.



Considerando a necessidade do município de Osasco-SP e a Lei Orgânica do Município, a teor da Lei nº 38/2022, que determina limite para a indicação individual de emendas ao projeto de lei orçamentária.

Considerando, a necessidade de estabelecer procedimentos e prazos para a operacionalização de ações governamentais com recursos oriundos de emendas parlamentares, cumprimento de suas competências e atribuições e atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local.

Considerando, a imprescindibilidade de garantir a efetiva entrega à sociedade, bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares individuais, independentemente de sua autoria, a modalidade de entrega de serviços decorrentes de emendas parlamentares individuais, independentemente de sua autoria, justifica a ausência do chamamento público, consubstanciado no plano de trabalho apresentado pela organização da sociedade civil beneficiada.

Considerando que nos casos em que se apresentada a modalidade e quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil definidas pela Lei nº 13.019/2014, notadamente, para o atingimento das metas e serviços propostos podem ser realizados para a consecução do objeto.

Considerando, o cumprimento de suas competências e atribuições por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo Poder Público que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil definidas pelo artigo 2.º da Lei nº 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

Seguem as razões relevantes a formalização de instrumento de parceria perante a Organização da Sociedade Civil – **CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA.**



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A **Secretaria Executiva da Infância e Juventude - SEIJ**, a teor da Lei Complementar nº 389/2020, atualizada pela Lei Complementar nº 394/2022, estabelece no seu art. 366, inciso III, a no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 4.583/2013 em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 11.384/2016, que estabelecem o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, a teor da modalidade para indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025, e considerando o Parecer da Comissão de Análise Técnica, Avaliação e Gestão de Projetos foi designada (Resolução nº 02.299.2025-SEIJ-OSASCO) acerca do Projeto e Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – **CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA**, Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 11.384/2016, que estabelecem o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil e que, o projeto em questão, tem a particularidade de ser **100% (cem) por cento, financiados com recursos oriundo de emenda parlamentar impositiva, encaminhada ao órgão beneficiário direcionada ao respectivo projeto**, o que legitima que a parceria seja celebrada por inexigibilidade de chamamento público, conforme previsto no caput do art. 41 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, combinando com o inciso II do referido artigo, qual seja:

Art. 41 “[...] na hipótese de Inviabilidade de competição entre as OSC’s, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica [...]” e Art. 41, II “[...] a parceria decorrer de transferência para OSC que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária [...]”.

DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO

Análise do Plano de Trabalho relativamente:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta elaborada pela OSC, apresenta todos os elementos pertinentes ao Termo de Fomento e dão clareza na execução do serviço, conforme descrito no Plano de Trabalho anexado as **Fls. 172/196** do Processo Administrativo nº **00143/2025**, culminando assim na aprovação do projeto pela **Secretaria Executiva da Infância e Juventude - SEIJ**.



b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista no Decreto Municipal nº 11.384/2016:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por Organizações da Sociedade Civil regularmente constituída.

c) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da OSC foram avaliados e são compatíveis com o objeto:

Os objetivos e finalidades institucionais da pela Organização da Sociedade Civil – **CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA**, avaliados em seus atos constitutivos, são compatíveis com o objeto do projeto em questão, conforme atesta a declaração de capacidade técnica disposta às fls. 122/129.

d) da viabilidade de sua execução:

A Organização da Sociedade Civil – **CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA**, tem por finalidade capacitar adolescentes de 13 a 17 anos em situação de vulnerabilidade para o ingresso em instituições públicas de ensino técnico, promovendo inclusão educacional e equidade no acesso à formação e o desenvolvimento pessoal.

e) da verificação do cronograma de desembolso:

O desembolso de recursos será realizado em **01 (uma) parcela** de acordo com o cronograma de Desembolso disposto a fls. 179, para atender: **Serviços de Terceiros PJ e PF, pessoa e encargos celetista e Material de Consumo.**

f) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:



A responsabilidade da fiscalização da Parceria será do Gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento designado pela SEIJ, que deverão avaliar o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, além dos indicadores de efetividade no que concerne os impactos sociais neste município.

g) da designação do Gestor da parceria e de seu Suplente que deverão ter conhecimento técnico adequado do objeto da parceria e serão designados pelo CMDCA, na forma prevista no art. 6, III, art. 45, I, "h" combinada com o art.69 § 1º, 2º, 3º e 6º todos artigos do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

h) da designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria:

A Comissão de Análise Técnica, Avaliação e Gestão de Projetos foi designada conforme Resolução nº 02.299.2025-SEIJ-OSASCO publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco-IOMO no dia 30 de julho de 2025.

PARECER

Das análises, conclui-se que a execução da proposta é viável e o cronograma previsto na proposta, bem como a metodologia de acompanhamento, são adequados o que permite uma fiscalização efetiva. Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário previsto em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos a formalização do termo de fomento, consoante as disposições expressas em lei.

Osasco, 04 de abril de 2025.

RODOLFO RODRIGUES CARA

Presidente da Secretaria Executiva da Infância e Juventude



SECRETARIA EXECUTIVA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Natureza singular do objeto: Emenda Municipal Impositiva.

Órgão Beneficiário: SEIJ/2025 - INEXIGIBILIDADE - Decreto nº 14.551/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 001343/2025.

JUSTIFICATIVA e AUTORIZAÇÃO

(Art. 42 - Decreto Municipal nº 11.384/2016)

Considerando a formalização de parceria mediante a celebração de termo de fomento por inexigibilidade, e por tudo que dos autos consta, além do plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – **CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA.**

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 11.384/2016, que trata do regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil, Lei Municipal nº. 4.583/2013, a teor da modalidade para indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025.

Considerando a necessidade do município de Osasco-SP, a teor da Lei Complementar nº 389/2020, atualizada pela Lei Complementar nº 394/2022, art. 366, inciso III, a necessidade do município de Osasco-SP, para articular esforços, junto às demais secretarias, órgãos, conselhos participativos, organizações da sociedade civil, da iniciativa privada e demais instituições de esferas públicas de outros entes federados para a proteção da criança, adolescente e do fortalecimento da juventude no âmbito dos serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – **CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA.**

Considerando, o cumprimento de suas competências e atribuições por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo Poder Executivo local.



Secretaria Executiva da
Infância e Juventude

Considerando que nos casos em que se apresentada a modalidade de emendas impositivas e quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil definidas pela Lei, notadamente, para o atingimento das metas e serviços propostos podem ser realizados para a consecução do objeto.

A **Secretaria Executiva da Infância e Juventude - SEIJ**, a teor da Lei Complementar nº 389/2020, atualizada pela Lei Complementar nº 394/2022, estabelece no seu art. 366, inciso III, a no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 4.583/2013 em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 11.384/2016, que estabelecem o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, a teor da modalidade para indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025, e considerando o Parecer da Comissão de Análise Técnica, Avaliação e Gestão de Projetos (fls. 81) que atesta a viabilidade da execução da proposta, aprova a autoriza o quanto requerido.

Por oportuno, a Secretaria Executiva da Infância e Juventude – SEIJ, manifesta-se no sentido de retificar o teor do documento apresentado anteriormente à SEPLAG, devendo ser considerada a viabilidade da execução do projeto que visa promover o acesso de adolescente em situação de vulnerabilidade social ao ensino público, por meio de preparação educacional e acompanhamento psicopedagógico que fortaleçam a inclusão, a equidade e o desenvolvimento pessoal, de modo a satisfazer a efetividade e cumprimento do art. 10, do Decreto nº 14.551/2025 e demais legislação cabíveis à espécie em apreço.

Nesse sentido, a comissão também retifica o “item 3” relatório de fls. 36 v., quanto ao objeto, para manifestarem no sentido da viabilidade da proposta entendendo o desenvolvimento social habilitando abertura regular de oportunidades ao acesso do público infanto-juvenil e adolescentes de 13 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social para o ingresso em instituições públicas de ensino técnico, promovendo inclusão educacional e equidade no acesso à formação.

Assim, após análise e esclarecimentos apresentados pela equipe da SEPLAG, e mediante reconsideração de manifestações anteriores, já mencionada, a SEIJ ratifica **AUTORIZAÇÃO** como órgão beneficiário, consubstanciada nos pareceres acostados e destaques dos órgãos de controle do município, bem como, sem adentrar nos aspectos de natureza eminentemente técnica e/ou financeira, além do direcionamento da emenda parlamentar impositiva e plano de trabalho aprovado e devidamente adequado a legislação municipal cabível, portanto, **AUTORIZA A EXECUÇÃO E ATENDIMENTO AO OBJETO**, destacando o princípio norteador da supremacia do interesse público contida nas diretrizes das atividades que serão executas pela Organização da Sociedade Civil – CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA.



Das análises, conclui-se que a execução da proposta é viável e o cronograma previsto na proposta, bem como a metodologia de acompanhamento, são adequados o que permite uma fiscalização efetiva consoante as disposições expressas em lei.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

RODOLFO RODRIGUES CARA

Secretário Executivo da Infância e Juventude

Secretaria Executiva da
Infância e Juventude**PARECER TÉCNICO E APONTAMENTOS PA nº 001343/2025**

Processo Administrativo nº 1.343/2025 - Instaurado nos termos da ata de reunião da CATAGP em 17/06/2025, acerca da avaliação de indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025 e anuência do departamento de suporte e planejamento da SEPLAG, além da manifestação da procuradoria geral (fls. 207/209).

Tendo sido indicado como autor da emenda o vereador Heber do JuntOZ, e como órgão beneficiário a Secretaria Executiva da Infância e Juventude, cujo recursos serão destinados para Organização da Sociedade Civil – **CASAVIVA INSTITUTO CULTURAL, AMBIENTAL E DE ATENÇÃO À FAMÍLIA**, por meio de preparação educacional e acompanhamento psicopedagógico que fortalecem a inclusão, a equidade e o desenvolvimento pessoal, de acordo com os objetivos, mediante cronograma de atividades pedagógicas **no prazo de 07 meses para execução do objeto** da parceria com descrição dos objetivos específicos, resultados esperados, metas, indicadores e meios de aferição, cujas atividades a serem executadas para o alcance das metas e dos resultados esperados, são adequados, tendo sido aprovado o plano de trabalho com vigência de 7 meses, com valor global para execução do objeto da emenda de R\$ 199.938,94 (cento e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Por deliberação da Comissão de Análise Técnica, Avaliação e Gestão de Projetos, discutiram e aprovaram o valor de R\$ 199.938,94 (cento e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos), diante dos informes e descrição da realidade do objeto da parceria, descrição das metas, prazo de execução, descrição do objetivo geral da parceria, descrição dos resultados que se pretende alcançar em consonância com os objetivos específicos, cronograma para a execução das ações e cumprimento das metas, com monitoramento e avaliação das metas estabelecidas, todos dados lançados no plano de trabalho apresentado (181/204).

1- Relatório

Cuida-se de apontamento e parecer técnico complementar, como tema central a habilitação acerca da possibilidade de celebração da parceria diante dos documentos que instruem o processo, ressalvas e apontamentos destacados pela Controladoria Geral do Município (fls. 207/209), na forma de considerações técnicas concernentes aos procedimentos orçamentários e natureza de despesas nas condições e valores que atendem os preceitos do Decreto Municipal nº 1.4551/2025.

1.1- Documento elaborado.

A finalidade que o presente documento se propõe, oportuno destacar, que a análise deve contextualizar a realidade apresentada dos objetivos ou serviços a serem alcançados pela entidade, em consonância ao que se dispõe o autor da emenda, além das atribuições da comissão de avaliação técnica, ter entendimento quanto as possibilidades de utilização e prerrogativas que versam sobre a utilização dos recursos nas características de indicação de emenda municipal impositiva, na forma do decreto municipal e de acordo com a Lei Orgânica nº 38/2022 para validação de projetos de entidades indicadas.



1.2- Verificação do contorno-administrativo normativo aplicável.

Na análise em apreço, ressaltar que a responsabilidade de deliberar, como órgão beneficiário, a teor do que dispõe os artigos 7º, 9º, 10º e 15º, e após ajuste para legislação de regência, incluindo assistência dos órgãos de controle, utilização de todas as planilhas de referência disponibilizados no Portal de Transparência, para fins de dotação própria, cabendo às organizações sociais contempladas, o pleno atendimento do art. 38 do Decreto Municipal 11.384/2016.

2. CONCLUSÃO

Nossa Constituição, ao explicitar como princípios fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, priorizou a adoção de medidas necessárias ao enfrentamento dos problemas sociais e assegurou e garantiu a efetiva promoção dos direitos sociais (educação, saúde, lazer, segurança, proteção à infância e assistência aos desamparados).

Exame dos documentos e informações enviadas, com a consequente aprovação da indicação, por meio da elaboração de parecer técnico, dotação para o início de obra cujo projeto esteja aprovado pelos órgãos competentes.

Todos apontamentos, considerou que, embora a atuação do Terceiro Setor - espaço ocupado especialmente pelo conjunto das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos e que possuem finalidades sociais - deve ser vista pelos indivíduos, empresários e governo com um instrumento eficaz para o enfrentamento dos problemas sociais, especialmente, naqueles relacionados a implementação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em conformidade com as exigências legais e captem recursos necessários, afeta a sobrevivência e sustentabilidade dessas organizações.

Em cumprimento à legislação vigente e reanálise do Plano de Trabalho, depois de atendidas a solicitação de todos os documentos legais, o que se impõe, constatou-se que os termos do PA nº 001343/2025, **atende**, tanto quanto possível aos critérios previstos no procedimento aos trâmites em outras instâncias para que possa viabilizar o repasse dos valores que lhes cabe, por ser de direito.

Por fim submeto a ciência e aquiescência deste parecer, aos membros da Controladoria Geral do Município para convalidação dessa análise e posterior encaminhamentos cabíveis.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

Aparecido Dias

David Arantes Silva.

Vinícius Souza



JUSTIFICATIVA FASE INTERNA
(Art. 25 - Decreto Municipal nº 11.384/2016)

Processo Administrativo Emenda Parlamentar Impositiva Vereador Heber do JuntOz.

01 - DO OBJETO

01.1. Esse processo tem como objetivo a análise técnica das propostas como órgão beneficiário e instrução do processo administrativo para execução do objeto da demanda.

02 - DA JUSTIFICATIVA

02.1. A proposta no regime de execução estabelecido no Decreto nº 14.551/2025, tem por finalidade garantir a efetiva entrega à sociedade de bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares impositivas, por meio de repasses as entidades do Terceiro Setor, observado o disposto nas Leis Federais nº 9.637/1998; nº 13.019/2014; nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.531/2023 e nos Decretos Municipais nº 11.384/2016 - nº 12.078/2019 e nº 13.989/2023.

02.2. A Constituição Federal, pro sua Emenda Constitucional nº 86 de 17 de março de 2015, que altera os artigos 165, 166 e 198, tornando obrigatória execução da programação orçamentária sobre o regime de execução estabelecido no Decreto 14.551, de 14 de fevereiro de 2025, tem por finalidade a efetiva entrega à sociedade de bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares individuais, independentemente de sua autoria, bem como, o controle da legalidade, da eficiência e da transparência da adoção do orçamento municipal. Mormente o cerne da questão a respeito de políticas em defesa da infância e da adolescência, inclusive, vislumbrando a necessidade de contratação de serviços de instituição sem fins lucrativos que se dedica ao ensino e de reconhecida idoneidade, reputação ético profissional e capacidade na realização do presente objeto, coaduna à necessidade de contratação, nos termos aqui apresentados e emendas direcionada pelo vereador em questão.

02.3. Para os devidos fins, a SEIJ indica a Dotação Orçamentária 29.001.14.422.0045.2.077 – Natureza das Despesas 3.3.50.39.00 (R\$ 55.111,62) – 3.3.50.36.00 (R\$ 139.555,26) – 3.350.30.00 (R\$ 426,92) – e 4.450.52.00 (R\$ 4.845,14) – Vínculo 08.100.0000 e ação 2.077 – no valor total de R\$ 199.938,94 de acordo com o cronograma de desembolso e plano de trabalho apresentados (fls. 179 e 181).

02.4. A SEIJ, em cumprimento à legislação vigente e reanálise do Plano de Trabalho, depois de atendidas a solicitação de todos os documentos legais, o que se impõe, constatou-se que os termos do PA nº 001343/2025, **atende**, tanto quanto possível aos critérios previstos no procedimento aos trâmites em outras instâncias para que possa viabilizar o repasse dos valores que lhes cabe, por ser de direito.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

RODOLFO RODRIGUES CARA
Secretário Executivo da Infância e Juventude



SECRETARIA EXECUTIVA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Natureza singular do objeto: Emenda Municipal Impositiva.

Órgão Beneficiário: SEIJ/2025 - INEXIGIBILIDADE - Decreto nº 14.551/2025 Natureza singular do objeto.

PARECER TÉCNICO Nº 1344/2025-CMDCA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001344/2025

OBJETO: “MUSICANTO”

PARECER TÉCNICO

(Art. 45-I- Decreto Municipal nº 11.384/2016)

Considerando o plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – apresentado pela Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**.

Considerando as competências da **Secretaria Executiva da Infância e Juventude - SEIJ**, a teor da Lei Complementar nº 389/2020, atualizada pela Lei Complementar nº 394/2022, estabelece no seu art. 366, inciso III, a necessidade do município de Osasco-SP suprir atividades concernentes ao âmbito da política municipal de promoção, proteção, defesa no atendimento dos direitos da criança e do adolescente, notadamente, para articular esforços, junto às demais secretarias, órgãos, conselhos participativos, organizações da sociedade civil, da iniciativa privada e demais instituições de esferas públicas de outros entes federados para a proteção da criança, adolescente e do fortalecimento da juventude;

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas no Decreto Municipal nº 11.384/2016, que trata do regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil, a teor da modalidade para indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025.

Considerando a necessidade do município de Osasco-SP e a Lei Orgânica do Município, a teor da Lei nº 38/2022, que determina limite para a indicação individual de emendas ao projeto de lei orçamentária e, a necessidade de estabelecer procedimentos e prazos para a operacionalização de ações governamentais com recursos oriundos de emendas parlamentares, cumprimento de suas competências e atribuições e atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local.



Secretaria Executiva da
Infância e Juventude

Considerando, a imprescindibilidade de garantir a efetiva entrega à sociedade, bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares individuais, independentemente de sua autoria, a modalidade de entrega de serviços decorrentes de emendas parlamentares individuais, independentemente de sua autoria, justifica a ausência do chamamento público, consubstanciado no plano de trabalho apresentado pela organização da sociedade civil beneficiada.

Considerando que nos casos em que se apresentada a modalidade e quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil definidas pela Lei nº 13.019/2014, notadamente, para o atingimento das metas e serviços propostos podem ser realizados para a consecução do objeto.

Considerando, o cumprimento de suas competências e atribuições por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo Poder Público que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil definidas pelo artigo 2.º da Lei nº 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto. Seguem as razões relevantes a formalização de instrumento de parceria perante a Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A **Secretaria Executiva da Infância e Juventude - SEIJ**, a teor da Lei Complementar nº 389/2020, atualizada pela Lei Complementar nº 394/2022, estabelece no seu art. 366, inciso III, a no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 4.583/2013 em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 11.384/2016, que estabelecem o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, a teor da modalidade para indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025, e considerando o Parecer da Comissão de Análise Técnica, Avaliação e Gestão de Projetos foi designada (Resolução nº 02.299.2025-SEIJ-OSASCO) acerca do Projeto e Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**, a Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 11.384/2016, que estabelecem o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil e que, o projeto em questão, tem a particularidade de ser **100% (cem) por cento, financiados com recursos oriundo de emenda parlamentar impositiva, encaminhada ao órgão beneficiário direcionada ao respectivo projeto**, o que legitima que a parceria seja celebrada por inexigibilidade de chamamento público, conforme previsto no caput do art. 41 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, combinando com o inciso II do referido artigo, qual seja:

Art. 41 “[...] na hipótese de Inviabilidade de competição entre as OSC’s, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica [...]” e Art. 41, II “[...] a parceria decorrer de transferência para OSC que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária [...]”.



DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO

Análise do Plano de Trabalho relativamente:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta elaborada pela OSC, apresenta todos os elementos pertinentes ao Termo de Fomento e dão clareza na execução do serviço, conforme descrito no Plano de Trabalho anexado as **Fls. 60/78** do Processo Administrativo nº **001344/2025**, culminando assim na aprovação do projeto pela **Secretaria Executiva da Infância e Juventude - SEIJ**.

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista no Decreto Municipal nº 11.384/2016:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por Organizações da Sociedade Civil regularmente constituída.

c) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da OSC foram avaliados e são compatíveis com o objeto:

Os objetivos e finalidades institucionais da pela Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**, avaliados em seus atos constitutivos, são compatíveis com o objeto do projeto em questão, conforme atesta as declarações de sua capacidade técnica e reconhecida reputação para entrega de projetos já executados.

d) da viabilidade de sua execução:

A Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**, tem por finalidade de assegurar o acesso à educação musical com ênfase em Canto Coral e musicalização para 50 crianças e adolescentes 7 a 17 anos, no contraturno escolar, promovendo a inclusão social e democratização do acesso à arte e à cultura, num período de 10 meses, através de 475 horas aula, e ainda realizar 3 apresentações musicais públicas, com o objetivo de democratizar o acesso à arte e cultura para 450 expectadores.

e) da verificação do cronograma de desembolso:

O desembolso de recursos será realizado em **12 (doze) meses** de acordo com o cronograma de Desembolso disposto a **fls. 77**, para atender: **Serviços de Terceiros PJ e PF, monitores, pessoa e Material de Consumo**.



f) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A responsabilidade da fiscalização da Parceria será do Gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento designado pela SEIJ, que deverão avaliar o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, além dos indicadores de efetividade no que concerne os impactos sociais neste município.

g) da designação do Gestor da parceria e de seu Suplente que deverão ter conhecimento técnico adequado do objeto da parceria e serão designados pelo CMDCA, na forma prevista no art. 6, III, art. 45, I, "h" combinada com o art.69 § 1º, 2º, 3º e 6º todos artigos do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

h) da designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria:

A Comissão de Análise Técnica, Avaliação e Gestão de Projetos foi designada conforme Resolução nº 02.299.2025-SEIJ-OSASCO publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco-IOMO no dia 30 de julho de 2025.

PARECER

Das análises, conclui-se que a execução da proposta é viável e o cronograma previsto na proposta, bem como a metodologia de acompanhamento, são adequados o que permite uma fiscalização efetiva. Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário previsto em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos a formalização do termo de fomento, consoante as disposições expressas em lei.

Osasco, 04 de abril de 2025.

RODOLFO RODRIGUES CARA

Presidente da Secretaria Executiva da Infância e Juventude



SECRETARIA EXECUTIVA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Natureza singular do objeto: Emenda Municipal Impositiva.

Órgão Beneficiário: SEIJ/2025 - INEXIGIBILIDADE - Decreto nº 14.551/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 001344/2025.

JUSTIFICATIVA e AUTORIZAÇÃO

(Art. 42 - Decreto Municipal nº 11.384/2016)

Considerando a formalização de parceria mediante a celebração de termo de fomento por inexigibilidade, e por tudo que dos autos consta, além do plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**.

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 11.384/2016, que trata do regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil, Lei Municipal nº. 4.583/2013, a teor da modalidade para indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025.

Considerando a necessidade do município de Osasco-SP, a teor da Lei Complementar nº 389/2020, atualizada pela Lei Complementar nº 394/2022, art. 366, inciso III, a necessidade do município de Osasco-SP, para articular esforços, junto às demais secretarias, órgãos, conselhos participativos, organizações da sociedade civil, da iniciativa privada e demais instituições de esferas públicas de outros entes federados para a proteção da criança, adolescente e do fortalecimento da juventude no âmbito dos serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**.

Considerando, o cumprimento de suas competências e atribuições por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo Poder Executivo local.

Considerando que nos casos em que se apresentada a modalidade de emendas impositivas e quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil definidas pela Lei, notadamente, para o atingimento das metas e serviços propostos podem ser realizados para a consecução do objeto.



A **Secretaria Executiva da Infância e Juventude - SEIJ**, a teor da Lei Complementar nº 389/2020, atualizada pela Lei Complementar nº 394/2022, estabelece no seu art. 366, inciso III, a no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 4.583/2013 em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 11.384/2016, que estabelecem o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, a teor da modalidade para indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025, e considerando o Parecer da Comissão de Análise Técnica, Avaliação e Gestão de Projetos (fls. 81) que atesta a viabilidade da execução da proposta, aprova a autoriza o quanto requerido.

Por oportuno, a Secretaria Executiva da Infância e Juventude – SEIJ, manifesta-se no sentido de reiterar manifestação ao teor do documento apresentado anteriormente à SEPLAG, de modo a satisfazer a efetividade e cumprimento do art. 10, do Decreto nº 14.551/2025 e demais legislação cabíveis à espécie em apreço.

Assim, após análise e esclarecimentos apresentados pela equipe da SEPLAG, e mediante reconsideração de manifestações anteriores, já mencionada, a SEIJ ratifica **AUTORIZAÇÃO** como órgão beneficiário, consubstanciada nos pareceres acostados e destaques dos órgãos de controle do município, bem como, sem adentrar nos aspectos de natureza eminentemente técnica e/ou financeira, além do direcionamento da emenda parlamentar impositiva e plano de trabalho aprovado e devidamente adequado a legislação municipal cabível, portanto, **AUTORIZA A EXECUÇÃO E ATENDIMENTO AO OBJETO**, destacando o princípio norteador da supremacia do interesse público contida nas diretrizes das atividades que serão executas pela Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**.

Das análises, conclui-se que a execução da proposta é viável e o cronograma previsto na proposta, bem como a metodologia de acompanhamento, são adequados o que permite uma fiscalização efetiva consoante as disposições expressas em lei.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

RODOLFO RODRIGUES CARA
Secretário Executivo da Infância e Juventude



PARECER TÉCNICO E APONTAMENTOS PA nº 001344/2025

Processo Administrativo nº 1.344/2025 - Instaurado nos termos da ata de reunião da CATAGP em 17/06/2025, acerca da avaliação de indicação de emenda parlamentar consubstanciada pelo Decreto Municipal nº 1.4551/2025 e anuência do departamento de suporte e planejamento da SEPLAG, além da manifestação da procuradoria geral (fls. 202/203).

Tendo sido indicado como autor da emenda a vereadora Elsa Natal de Oliveira, e como órgão beneficiário a Secretaria Executiva da Infância e Juventude, cujo recursos serão destinados para Organização da Sociedade Civil – **INSTITUTO HATUS**, por meio de preparação educacional e acompanhamento psicopedagógico que fortalecem a inclusão, a equidade e o desenvolvimento pessoal, de acordo com os objetivos, mediante cronograma de atividades pedagógicas **no prazo de 12 meses para execução do objeto** da parceria com descrição dos objetivos específicos, resultados esperados, metas, indicadores e meios de aferição, cujas atividades a serem executadas para o alcance das metas e dos resultados esperados, são adequados, tendo sido aprovado o plano de trabalho com vigência de 10 meses, com valor global para execução do objeto da emenda de R\$ 310.000,00 (cento e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Por deliberação da Comissão de Análise Técnica, Avaliação e Gestão de Projetos, discutiram e aprovaram o valor de R\$ 199.938,94 (cento e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos), diante dos informes e descrição da realidade do objeto da parceria, descrição das metas, prazo de execução, descrição do objetivo geral da parceria, descrição dos resultados que se pretende alcançar em consonância com os objetivos específicos, cronograma para a execução das ações e cumprimento das metas, com monitoramento e avaliação das metas estabelecidas, todos dados lançados no plano de trabalho apresentado (177/195).

1- Relatório

Cuida-se de apontamento e parecer técnico complementar, como tema central a habilitação acerca da possibilidade de celebração da parceria diante dos documentos que instruem o processo, ressalvas e apontamentos destacados pela Controladoria Geral do Município (fls. 172/175 – 202/203), na forma de considerações técnicas concernentes aos procedimentos orçamentários e natureza de despesas nas condições e valores que atendem os preceitos do Decreto Municipal nº 1.4551/2025.

1.1- Documento elaborado.

A finalidade que o presente documento se propõe, oportuno destacar, que a análise deve contextualizar a realidade apresentada dos objetivos ou serviços a serem alcançados pela entidade, em consonância ao que se dispõe o autor da emenda, além das atribuições da comissão de avaliação técnica, ter entendimento quanto as possibilidades de utilização e prerrogativas que versam sobre a utilização dos recursos nas características de indicação de emenda municipal impositiva, na forma do decreto municipal e de acordo com a Lei Orgânica nº 38/2022 para validação de projetos de entidades indicadas.



1.2- Verificação do contorno-administrativo normativo aplicável.

Na análise em apreço, ressaltar que a responsabilidade de deliberar, como órgão beneficiário, a teor do que dispõe os artigos 7º, 9º, 10º e 15º, e após ajuste para legislação de regência, incluindo assistência dos órgãos de controle, utilização de todas as planilhas de referência disponibilizados no Portal de Transparência, para fins de dotação própria, cabendo às organizações sociais contempladas, o pleno atendimento do art. 38 do Decreto Municipal 11.384/2016.

2. CONCLUSÃO

Nossa Constituição, ao explicitar como princípios fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, priorizou a adoção de medidas necessárias ao enfrentamento dos problemas sociais e assegurou e garantiu a efetiva promoção dos direitos sociais (educação, saúde, lazer, segurança, proteção à infância e assistência aos desamparados).

Exame dos documentos e informações enviadas, com a consequente aprovação da indicação, por meio da elaboração de parecer técnica, dotação para o início de obra cujo projeto esteja aprovado pelos órgãos competentes.

Todos apontamentos, considerou que, embora a atuação do Terceiro Setor - espaço ocupado especialmente pelo conjunto das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos e que possuem finalidades sociais - deve ser vista pelos indivíduos, empresários e governo com um instrumento eficaz para o enfrentamento dos problemas sociais, especialmente, naqueles relacionados a implementação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em conformidade com as exigências legais e captem recursos necessários, afeta a sobrevivência e sustentabilidade dessas organizações.

Em cumprimento à legislação vigente e reanálise do Plano de Trabalho, depois de atendidas a solicitação de todos os documentos legais, o que se impõe, constatou-se que os termos do PA nº 001344/2025, **atende**, tanto quanto possível aos critérios previstos no procedimento aos trâmites em outras instâncias para que possa viabilizar o repasse dos valores que lhes cabe, por ser de direito.

Por fim submeto a ciência e aquiescência deste parecer, aos membros da Controladoria Geral do Município para convalidação dessa análise e posterior encaminhamentos cabíveis.

Osasco, 05 de novembro de 2025.

Aparecido Dias

David Arantes Silva.

Vinícius Souza



Secretaria Executiva da
Infância e Juventude

JUSTIFICATIVA FASE INTERNA
(Art. 25 - Decreto Municipal nº 11.384/2016)

Processo Administrativo Emenda Parlamentar Impositiva Vereadora Elsa Natal de Oliveira.

01 - DO OBJETO

01.1. Esse processo tem como objetivo a análise técnica das propostas como órgão beneficiário e instrução do processo administrativo para execução do objeto da demanda.

02 - DA JUSTIFICATIVA

02.1. A proposta no regime de execução estabelecido no Decreto nº 14.551/2025, tem por finalidade garantir a efetiva entrega à sociedade de bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares impositivas, por meio de repasses as entidades do Terceiro Setor, observado o disposto nas Leis Federais nº 9.637/1998; nº 13.019/2014; nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.531/2023 e nos Decretos Municipais nº 11.384/2016 - nº 12.078/2019 e nº 13.989/2023.

02.2. A Constituição Federal, pro sua Emenda Constitucional nº 86 de 17 de março de 2015, que altera os artigos 165, 166 e 198, tornando obrigatória execução da programação orçamentária sobre o regime de execução estabelecido no Decreto 14.551, de 14 de fevereiro de 2025, tem por finalidade a efetiva entrega à sociedade de bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares individuais, independentemente de sua autoria, bem como, o controle da legalidade, da eficiência e da transparência da adoção do orçamento municipal. Mormente o cerne da questão a respeito de políticas em defesa da infância e da adolescência, inclusive, vislumbrando a necessidade de contratação de serviços de instituição sem fins lucrativos que se dedica ao ensino e de reconhecida idoneidade, reputação ético profissional e capacidade na realização do presente objeto, coaduna à necessidade de contratação, nos termos aqui apresentados e emendas direcionada pelo vereador em questão.

02.3. Para os devidos fins, a SEIJ indica a Dotação Orçamentária 29.001.14.422.0045.2.077 – Natureza das Despesas 3.3.50.39.00 (R\$ 175.800,00) – 3.3.50.36.00 (R\$ 191.560,96) – 3.350.30.00 (R\$ 42.639,04) – Vínculo 08.100.0000 e ação 2.077 – no valor total de R\$ 310.000,00 de acordo com o cronograma de desembolso e plano de trabalho apresentados (fls. 188/195).

02.4. A SEIJ, em cumprimento à legislação vigente e reanálise do Plano de Trabalho, depois de atendidas a solicitação de todos os documentos legais, o que se impõe, constatou-se que os termos do PA nº 001344/2025, **atende**, tanto quanto possível aos critérios previstos no procedimento aos trâmites em outras instâncias para que possa viabilizar o repasse dos valores que lhes cabe, por ser de direito.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

RODOLFO RODRIGUES CARA
Secretário Executivo da Infância e Juventude

SECRETARIA EXECUTIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA****Assunto: Construção do Centro TEA/PCD**

A Secretária Executiva da Pessoa com Deficiência (SEPCD) do Município de Osasco, tem a honra de CONVOCAR a população em geral, entidades e demais interessados, para a Audiência Pública que tratará da Construção do Centro TEA/PCD (Transtorno do Espectro Autista / Pessoa com Deficiência).

A audiência pública será realizada no dia 02 de dezembro de 2025 (terça-feira), no horário das 19h00 às 21h00, na Sala Osasco da Prefeitura Municipal de Osasco.

O local está situado na Rua Dimitri Sensaud de Lavoud, anexa ao Paço Municipal (Avenida Lázaro de Mello Brandão, 300), no bairro Campesina – Osasco/SP, CEP: 06010-030.

O objetivo da audiência é apresentar o conteúdo do projeto, debater e acolher as contribuições e sugestões da população para a construção do Centro.

Atenciosamente,

Osasco, 05 de novembro de 2025

Caroline Cerqueira do Amparo

Secretária Executiva da Pessoa com Deficiência



CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Construção do Centro TEA/PCD

A Secretária Executiva da Pessoa com Deficiência (SEPCD) do Município de Osasco, tem a honra de CONVIDAR a população em geral, entidades e demais interessados, para a Audiência Pública que tratará da Construção do Centro TEA/PCD (Transtorno do Espectro Autista / Pessoa com Deficiência).

A audiência pública será realizada no dia 02 de dezembro de 2025 (terça-feira), no horário das 19h00 às 21h00, na Sala Osasco da Prefeitura Municipal de Osasco.

O local está situado na Rua Dimitri Sensaud de Lavoud, anexa ao Paço Municipal (Avenida Lázaro de Mello Brandão, 300), no bairro Campesina – Osasco/SP, CEP: 06010-030.

O objetivo da audiência é apresentar o conteúdo do projeto, debater e acolher as contribuições e sugestões da população para a construção do Centro.

Osasco, 05 de novembro de 2025

Caroline Cerqueira do Amparo

Secretária Executiva da Pessoa com Deficiência

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

RESUMO DO TERMO DE JULGAMENTO DA SESSÃO

PROCESSO: 00.080/2025

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90.002/2025

Fundamentação legal: Lei Federal n.º 14.133/2021

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto

Entrega de propostas: De 25/08/2025 a 13/10/2025.

Abertura da sessão pública: Dia 13/10/2025 às 10h (horário de Brasília)

Às 10h do dia 13 de outubro de 2025, reuniram-se a Agente de Contratação e os respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal da **PORTARIA INTERNA N.º 026/2025**, publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco - IOMO em 16 de junho de 2025, em atendimento às disposições contidas nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril e de 2021, do Decreto Municipal n.º 13.877/2023 de 30 de agosto de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no edital, referente ao Processo Administrativo n.º 00.080/2025, para realizar os procedimentos relativos à Concorrência Eletrônica n.º 90.002/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para **construção de unidade de Atenção Especializada em saúde – CAPS AD**, conforme proposta nº 13897.3290001/24-003, Novo PAC.

I – ABERTURA

Aberta a sessão pública, iniciou a fase para lances.

II – CLASSIFICAÇÃO

Após a rodada de lances, a empresa **OMEGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.** foi convocada para negociação e aceitabilidade dos preços.

Ressalte-se que, nos termos do item 8.24 do Edital, a análise da proposta recai, notadamente, sobre questões de ordem técnica, afetas à área de Engenharia, da qual a Agente de Contratação e a Equipe de Apoio não dispõem de conhecimento técnico específico, sendo assim, acompanhamos as conclusões lançadas às fls. 1.070/1.071 pela área técnica da Secretaria Executiva de Projetos e Cidade – PRÓCIDADE.

III - HABILITAÇÃO

Conferidos os documentos de habilitação e estando de acordo com as exigências do Edital, a empresa **OMEGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. – CNPJ 39.534.310/0001-21** foi declarada HABILITADA.



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

Ressalte-se que, as análises de qualificação técnica e econômico-financeira recaem, notadamente, sobre questões de ordem técnica, afetas às áreas de Engenharia e Contábil, das quais a Agente de Contratação e a Equipe de Apoio não dispõem de conhecimento técnico específico, sendo assim, acompanhamos as conclusões lançadas pela área técnica da Secretaria Executiva de Projetos e Cidade – PRÓCIDADE às fls. 1.125/1.126, bem como as conclusões lançadas pelo Contador da Secretaria Executiva de Compras e Licitações às fls. 1.128. Assim, a Agente de Contratação e a Equipe de Apoio procedeu à análise dos demais documentos de habilitação às fls. 1.129/1.130.

III – RECURSO

Não houve nenhuma manifestação de Intenção de Recurso.

IV – ENCERRAMENTO

O objeto da licitação, tem como vencedor a empresa **OMEGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. – CNPJ 39.534.310/0001-21**, pelo Valor Total Geral com BDI de R\$ 2.414.974,36 (dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, novecentos e setenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

Informamos que o Termo de Julgamento e demais documentos estão disponíveis em <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>, bem como no www.compras.gov.br – UASG 450573 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 90.002/2025.

Rosemarie Duwe Santos
Agente de Contratação

Filipe de Lima Santos
Membro

Meire Regina Hernandes
Membro em gozo de férias

Otávio Oliveira Medeiros
Membro



**AVISO DE ALTERAÇÃO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.083/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **02.713/2024 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES**, aviso de alteração de data, a pedido da Secretaria requisitante, para readequações, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245> - Envio das Propostas de Preços pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **07/11/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **19/11/2025 às 10h00min.**

Osasco, 05 de novembro de 2025.

Rosemarie Duwe Santos
Secretária Executiva de Compras e Licitações em Exercício



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2050/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.035/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2709/2025

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Habitação

CONTRATADA: ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento de Descartáveis Comuns e Higiênicos

VALOR: R\$ 7.110,00 (sete mil, cento e dez reais)

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1999/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.032/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2654/2025

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer

CONTRATADA: CCM – COMERCIAL CREME MARFIM LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento de Material de Limpeza – L.T / F

VALOR: R\$ 3.006,00 (três mil, seis reais)

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1992/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.035/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2242/2025

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer

CONTRATADA: ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento de Descartáveis Comuns e Higiênicos

VALOR: R\$ 17.350,00 (dezessete mil, trezentos e cinquenta reais)

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2013/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.022/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2595/2025

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Assistência Social

CONTRATADA: RVN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento de Material de Higiene Pessoal

VALOR: R\$ 26.452,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais)



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2026/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.035/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2623/2025

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Assistência Social

CONTRATADA: ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento de Descartáveis Comuns e Higiênicos

VALOR: R\$ 13.402,56 (treze mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e seis centavos)

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2027/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.035/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2623/2025

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Assistência Social

CONTRATADA: ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento de Descartáveis Comuns e Higiênicos

VALOR: R\$ 11.959,06 (onze mil, novecentos e cinquenta e nove reais e seis centavos)

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2028/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.035/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2623/2025

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Assistência Social

CONTRATADA: ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento de Descartáveis Comuns e Higiênicos

VALOR: R\$ 11.432,28 (onze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos)

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1981/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.028/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2659/2025

DATA DA ASSINATURA: 17/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer

CONTRATADA: COMERCIAL AZ LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Fornecimento de Utensílios de Limpeza

VALOR: R\$ 3.392,00 (três mil, trezentos e noventa e dois reais)



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO DE REGISTRO DE PREÇOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2071/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2454/2025

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Assistência Social

CONTRATADA: BEIJA FLOR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Serviços de Transporte de Ônibus e Micro Ônibus

VALOR: R\$ 41.398,71 (quarenta e um mil, trezentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2072/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2454/2025

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Assistência Social

CONTRATADA: BEIJA FLOR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Serviços de Transporte de Ônibus e Micro Ônibus

VALOR: R\$ 63.134,34 (sessenta e três mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos)

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2073/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2454/2025

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Assistência Social

CONTRATADA: BEIJA FLOR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Serviços de Transporte de Ônibus e Micro Ônibus

VALOR: R\$ 75.886,86 (setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos)

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2074/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2454/2025

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Assistência Social

CONTRATADA: BEIJA FLOR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Serviços de Transporte de Ônibus e Micro Ônibus

VALOR: R\$ 61.965,64 (sessenta e um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2198/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2374/2025

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Planejamento e Gestão

CONTRATADA: BEIJA FLOR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Serviços de Transporte de Ônibus e Micro Ônibus

VALOR: R\$ 5.916,38 (cinco mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos)

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2085/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.026/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2470/2025

DATA DA ASSINATURA: 07/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Saúde

CONTRATADA: MAX COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Serviços de Comunicação Visual

VALOR: R\$125,00 (cento e vinte e cinco reais)

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2086/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.026/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2470/2025

DATA DA ASSINATURA: 07/10/2025

CONTRATANTE: Secretaria de Saúde

CONTRATADA: MAX COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Serviços de Comunicação Visual

VALOR: R\$24.826,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais)



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.057/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2025

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: ELEVATE UTILIDADES LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Suportes e Cestos de Lixo

VALOR: R\$ 178.321,50 (Cento e setenta e oito mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.057/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2025

DATA DA ASSINATURA: 17/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: MOB COMÉRCIO UTILIDADES LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Suportes e Cestos de Lixo

VALOR: R\$ 366.003,23 (Trezentos e sessenta e seis mil, três reais e vinte e três centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.057/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2025

DATA DA ASSINATURA: 21/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: A&S COMERCIAL SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Suportes e Cestos de Lixo

VALOR: R\$ 1.381.760,44 (Um milhão, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.057/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2025

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: RDM MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Suportes e Cestos de Lixo

VALOR: R\$ 43.120,50 (Quarenta e três mil, cento e vinte reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.058/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 725/2025

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: A&S COMERCIAL SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC)

VALOR: R\$ 3.875.241,10 (Três milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e dez centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.058/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 725/2025

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: RDM MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC)

VALOR: R\$ 301.148,95 (Trezentos e um mil, cento e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.058/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 725/2025

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: BMH MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC)

VALOR: R\$ 26.885,55 (Vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.058/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 725/2025

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: PLÁCIDO E PLÁCIDO LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC)

VALOR: R\$ 81.035,25 (Oitenta e um mil, trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.058/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 725/2025

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: C2 VENDAS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC)

VALOR: R\$ 243.158,00 (Duzentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e oito reais)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.058/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 725/2025

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: COMERCIAL BRASIL DE EPI LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC)

VALOR: R\$ 275.735,50 (Duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.058/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 725/2025

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: FERA – FORMAÇÃO PROFISSIONAL EQUIPAMENTOS REPRESENTAÇÕES ASSESSORIA E MÃO DE OBRA PROFISSIONAL LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC)

VALOR: R\$ 114.087,95 (Cento e quatorze mil, oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.058/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 725/2025

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: MASTERFER COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC)

VALOR: R\$ 143.924,98 (Trezentos e um mil, cento e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.068/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.379/2025

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: A&S COMERCIAL SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Tintas e Insumos para Pintura

VALOR: R\$ 29.869,40 (Vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.068/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.379/2025

DATA DA ASSINATURA: 27/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: MPX DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Tintas e Insumos para Pintura

VALOR: R\$ 432.234,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.068/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.379/2025

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: L.D. SILVA REPRESENTAÇÃO - ME

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Tintas e Insumos para Pintura

VALOR: R\$ 184.285,70 (Cento e oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.068/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.379/2025

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: RDM MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Tintas e Insumos para Pintura

VALOR: R\$ 1.027.505,55 (Um milhão, vinte e sete mil, quinhentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.068/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.379/2025

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: MAX COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Tintas e Insumos para Pintura

VALOR: R\$ 1.545.911,30 (Um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e onze reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.068/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.379/2025

DATA DA ASSINATURA: 28/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: LH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Tintas e Insumos para Pintura

VALOR: R\$ 218.316,00 (Duzentos e dezoito mil, trezentos e dezesseis reais)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.068/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.379/2025

DATA DA ASSINATURA: 28/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: ANDERSON CHRISTENSEM PEREIRA FERRAMENTAS

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Tintas e Insumos para Pintura

VALOR: R\$ 2.558.050,00 (Dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 1 ANO – CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2025

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.030/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 581/2025

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Osasco

CONTRATADA: SYM COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA EPP

OBJETO: Ata de Registro de Preços para fornecimento de Descartáveis Comuns e Higiênicos – Lotes Fracassados

REFERENTE: Troca de Marca (SEMPRE LIVE) para (CHARM'S)



Secretaria Executiva de
Compras e Licitações

RESUMO DO TERMO DE JULGAMENTO DA SESSÃO

PROCESSO: 01.738/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS ESTOCÁVEIS - ITENS FRACASSADOS

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90.067/2025

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto

Às 10h00min do dia 24 de setembro de 2025, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal da Portaria n.º 3315/2025 de 12/05/2025, em atendimento às disposições contidas nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 13.877 de 30 de agosto de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, referente ao Processo Administrativo n.º 01.738/2025, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90.067/2025, cujo objeto é a Registro de Preços para fornecimento de alimentos estocáveis – itens fracassados.

I – ABERTURA

Aberta a sessão pública, iniciou a fase para lances.

II – CLASSIFICAÇÃO

Após a rodada de lances foram convocadas as empresas para negociação e aceitabilidade dos preços conforme ordem de classificação.

III - HABILITAÇÃO

Conferidos os documentos de habilitação, aprovadas as amostras pela Comissão Técnica e estando de acordo com as exigências do Edital, as empresas, **COMERCIAL PREMIUM IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA** e **NAT NUTRE ALIMENTOS LTDA** foram declaradas habilitadas. Decorrido o prazo estabelecido para manifestação de intenção de recurso, houve manifestação em interpor recurso por parte da licitante **NUTRITE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**, no entanto a licitante não apresentou a peça recursal.

IV – ENCERRAMENTO

O objeto da licitação foi habilitado conforme segue:

SUPERFOOD ALIMENTOS LTDA – CNPJ: 27.339.484/0001-54

Lote 1 - pelo valor total de R\$ 5.952,00 (cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais).



Lote 5 - pelo valor total de R\$ 176.917,15 (cento e setenta e seis mil, novecentos e dezessete reais e quinze centavos).

COMERCIAL PREMIUM IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA – CNPJ: 05.367.970/0001-43

Lote 2 - pelo valor total de R\$ 58.703,88 (cinquenta e oito mil, setecentos e três reais e oitenta e oito centavos).

Lote 3 - pelo valor total de R\$ 128.299,55 (cento e vinte e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

NAT NUTRE ALIMENTOS LTDA – CNPJ nº 21.813.311/0001-40

Lote 4 - pelo valor total de R\$ 144.781,98 (cento e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos).

Informamos que o Termo de Julgamento e demais documentos na íntegra encontram-se disponíveis em <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>, bem como no www.compras.gov.br – UASG 450573 – PE 90.067/2025.

Thais da Silva Buri
Pregoeira

Marco Antônio de Souza
Membro

Suelânya Patrícia de Medeiros Silva Cinque
Membro

Vitória Alves Dias de Jesus
Membro

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Secretaria de
HabitaçãoATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
URBANA E HABITACIONAL (CMPUH) - TRIÊNIO 2026/2028

Local: Sede da Secretaria Municipal de Habitação, Alameda dos Ipês, nº 28, Vila Osasco, Osasco/SP.

Data: 30 de outubro de 2025. **Horário:** Início às 10h00. **Convocação:** Portaria Interna nº 28/CMPUH/2025, publicada na Imprensa Oficial do Município de Osasco (IOMO nº 2916), em 22 de outubro de 2025. **Objetivo:** Análise da documentação cadastral das 17 entidades inscritas, para fins de habilitação ao pleito eleitoral do CMPUH, a ser realizado em 29 de novembro de 2025 (corrigido do texto original para consistência com o edital).

Presentes:

- **Representantes do Poder Público:** Marco Antônio Villela (SEHAB - Presidente da Reunião), Rosângela Evangelista de Souza Sena (SEHAB), Ana Teresa Siqueira de Carvalho (SEHAB), Patrícia Bulbovas (SEHAB),
- **Representantes da Sociedade Civil:** Ana Carolina de Melo Silva (Associação Mundo Novo), Elnomar Ferreira da Silva (Associação Viva Quitaúna), Fábio da Silva Ferreira (Instituto de Ação Comunitária), Dr. Edú Eder de Carvalho (OAB).

Desenvolvimento:

A reunião foi aberta às 10h00 pelo Sr. Marco Antônio Villela, representante da SEHAB, que agradeceu a presença de todos os membros e destacou a importância da Comissão Eleitoral no processo democrático de renovação do CMPUH para o triênio 2026/2028.

O Sr. Villela informou que, conforme a Portaria nº 28/CMPUH/2025 e o Edital aprovado pela Resolução nº 01/CMPUH/2025, foram recebidas 17 inscrições de entidades da sociedade civil. Cada entidade possui uma pasta individual com os documentos apresentados, organizada pela Secretaria de Habitação.

A Comissão procedeu à análise coletiva da documentação de todas as 17 entidades, verificando a conformidade com os requisitos do edital (estatuto social, ata de fundação, relatórios de atividades, certidões criminais, títulos de eleitor, comprovantes de endereço e outros).

Dos 17 casos analisados:

- 14 entidades apresentaram documentação completa e foram consideradas **habilitadas** de imediato.
- 3 entidades apresentaram pendências específicas, sendo colocadas em status **pendente**. Diante disso, a Comissão deliberou conceder prazo de 7 (sete) dias úteis para regularização, encerrando-se em **07 de novembro de 2025**.

O Sr. Villela solicitou à Sra. Rosângela Evangelista de Souza Sena que intime as 3 entidades pendentes por e-mail e WhatsApp, informando-as sobre as pendências e o prazo estipulado, para providenciarem a entrega dos documentos faltantes na Secretaria de Habitação.

Após o prazo, a lista final de habilitados será publicada na IOMO, iniciando o período de recursos administrativos (5 dias úteis). A eleição prosseguirá em 29 de novembro de 2025, com votação presencial.

Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada. A presente ata, aprovação unânime, é assinada pelos presentes.



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
Habitação

Tabela de Análise das Entidades Inscritas

Nome da Entidade	CNPJ	Habilitada? (Sim / Não / Pendente)
ASSOCIAÇÃO VIVA QUITÁUNA	12.273.600/0001-02	Sim
ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A FAMÍLIA "MUNDO NOVO"	07.420.593/0001-94	Sim
INSTITUTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA MOVIMENTO DE MORADIA VILA DOS REMÉDIOS	20.087.556/0003-36	Sim
ASSOCIAÇÃO GRÊMIO EDUCACIONAL CULTURAL E HABITACIONAL JARDIM MARIETA TERRA ESPERANÇA	32.043.508/0001-63	Sim
ASSOCIAÇÃO DE MORADIA DA OCUPAÇÃO ESPERANÇA	26.956.291/0001-80	Sim
ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS MORADORES DO JD. ALIANÇA - ADJACÊNCIA	23.507.076/0001-03	Sim
GREMIO RECREATIVO CULTURAL EDUCACIONAL SOCIAL GENTE INOCENTE	03.241.088/0001-21	Sim
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES UNIDOS DO RIBEIRÃO VERMELHO - AMURV	39.583.819/0001-64	Sim
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO JARDIM BARONESA -	19.698.415/0001-09	Pendente
ASSOCIAÇÃO PROJETO SEJA AMIGO DE UMA CRIANÇA	28.049.705/0001-12	Pendente
ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PROJETOS NOVA	45.604.024/0002-98	Sim
INSTITUTO DE ESTUDO, PARTICIPAÇÃO E AÇÃO NA COMUNIDADE	11.363.891/0001-67	Sim
INSTITUTO IMPACTO	28.304.283/0001-84	Pendente
ACO - ASSOCIAÇÃO DOS CONSTRUTORES DE OSASCO	60.965.942/0001-36	Sim
ASSOCIAÇÃO PRO MORADIA TERRA E NOSSA	57.386.583/0001-58	Sim
ASSOCIAÇÃO ESPERANÇA DE UM NOVO MILENIO	07.367.387/0001-68	Sim
ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PROJETOS NOVA REMÉDIOS	45.604.024/0002-79	Sim
AVIVE ASSOCIAÇÃO VILA QUE TE QUERO VERDE	40.225.316/0001-04	Sim



Total: 14 Habilitadas | 3 Pendentes | 0 Indeferidas.

Deliberações Finais:

1. Envio de intimações às entidades pendentes pela Sra. Rosângela (prazo: até 31/10/2025).
2. Após 07/11/2025, análise final e publicação da lista definitiva na IOMO.
3. Preparação da cédula de votação com as entidades habilitadas.

Redator da Ata: Rosângela Evangelista de Souza Sena (SEHAB). Encaminhamentos: Encaminhar cópia para publicação na IOMO e arquivo da Secretaria de Habitação.

Aprovada em reunião conforme Resolução nº 01/CMPUH/2025.

Osasco, 30 de outubro de 2025.

Membros Presentes:

Membro

Marco Antônio Villela (Presidente)
Rosângela Evangelista de Souza Sena
Ana Teresa Siqueira de Carvalho
Patrícia Bulbovas
Ana Carolina de Melo Silva
Elnomar Ferreira da Silva
Fábio da Silva Ferreira
Dr. Edú Eder de Carvalho

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS****ATO DO SECRETÁRIO**

(Parecer Técnico - Art.42 - Inc. I - Decreto Municipal nº 11.384/2016 referente a justificativa de ausência de realização do Chamamento Público)

INTERESSADO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-
Secretaria Executiva de Proteção e Bem-Estar.

ASSUNTO: Justificativa para Fomento de Projetos por Dispensa de Chamamento Público.

Considerando que trata de Emenda Parlamentar no valor R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com indicação de repasse para O INSTITUTO PETSAPP.

Nesse sentido, considerando os dispostos no art. 42 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, justificamos os seguintes itens:

a) A situação que caracterize e motive a dispensa ou a inexigibilidade:

Um edital de chamamento público tem como característica o caráter de competição e seleção de organizações “mais capacitadas” para realizar determinado serviço.

Considerando que nos termos do inciso V do Art. 40 do Decreto 11.384/2016, assim o diz:

“Art. 40 A Administração Pública Municipal, desde que atendido o disposto no art. 25 e no § 1º do art. 38 deste Decreto, poderá dispensar a realização do Chamamento Público:

(...)

V - nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares. (Redação acrescida pelo Decreto nº 13870/2023).”

Tendo em vista, portanto que a intenção do Poder Público é fomentar ações da política de saúde pública e Bem-Estar Animal que visa fazer o controle populacional para controle de zoonoses, entre outros, sendo assim, se coloca um cenário de inviabilidade de competição entre as instituições, em razão da natureza singular da atuação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

Nesse sentido, levando em consideração o artigo 29, da Lei Federal nº 13.019/2014, os Termos de Fomentos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias serão celebrados sem chamamento público.

b) Razão da escolha da OSC

O INSTITUTO PETSAPP foi escolhido para a presente dispensa de chamamento público pois cumprem os seguintes requisitos:

- 1) Por se tratar de recursos enviado a Instituição através de Emenda parlamentar nos termos do Inciso II, do artigo 41, do Decreto 11.384/2016.
- 2) Por apresentar capacitação técnica para o desenvolvimento do projeto apresentado por Plano de Trabalho devidamente aprovado por esta Secretaria Municipal.

Assim, justificamos a Dispensa de Chamamento Público nos termos do inciso V do artigo 40 do Decreto Municipal nº 11.384/2016 para atendimento de política pública de saúde animal e luta contra maus tratos contra cães e gatos.

A entidade demonstrou nos autos o atendimento dos requisitos mínimos de habilitação preconizados pelo artigo 38, do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

A oferta desse serviço por meio de parceria, "Termo de Fomento" entre a Municipalidade e O INSTITUTO PETSAPP, traz vantagens econômicas à Administração Pública.

Osasco, 05 de novembro de 2025

Cláudio Henrique da Silva

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001109/2025

Através do presente solicito nomeação de Gestor e Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhamento do Termo de Fomento em INSTITUTO PETSAPP, indicação de emenda efetuada pelo Vereador Alexandre Capriotti que está tramitando através do PA 001109/2025.

Gestor:

NOME	MATR.	PROVIMENTO
Jackson Souto Romão	199.124	Efetivo

Comissão de Monitoramento e Avaliação:

NOME	MATR.	PROVIMENTO
Jailson Tiburtino da Silva	184.410	Comissão
Sandra Sumaia Anunciação Santos	203.750	Efetivo
Rubens Pereira Coelho Júnior	133.695	Efetivo

Osasco, 05 de novembro de 2025

Cláudio Henrique da Silva

Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001109/2025

Através do presente solicito nomeação de Gestor e Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhamento do Termo de Fomento em INSTITUTO PETSAPP, indicação de emenda efetuada pelo Vereador Alexandre Capriotti que está tramitando através do PA 001109/2025.

Gestor:

NOME	MATR.	PROVIMENTO
Jackson Souto Romão	199.124	Efetivo

Comissão de Monitoramento e Avaliação:

NOME	MATR.	PROVIMENTO
Jailson Tiburtino da Silva	184.410	Comissão
Sandra Sumaia Anunciação Santos	203.750	Efetivo
Rubens Pereira Coelho Júnior	133.695	Efetivo

Osasco, 05 de novembro de 2025

Cláudio Henrique da Silva

Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Proteção da Fauna
e Bem-Estar Animal

169

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

PARECER TÉCNICO

Assunto: Custeio de Sistema de Cadastramento / Atividades e Controle de Animais

Interessado: Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

Base Legal: Artigos 42 e 45 do Decreto Municipal nº 11.384/2016

Processo Administrativo nº: 001109/2025

1. INTRODUÇÃO

Este parecer técnico tem por objetivo analisar e manifestar-se quanto à implantação do Sistema Municipal de Cadastro e Controle de Animais no Município de Osasco, em conformidade com o Art. 45 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, que regulamenta a Política Municipal de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal.

A medida visa aprimorar o monitoramento, a gestão e o controle populacional de animais domésticos e comunitários, oferecendo ferramentas de gestão integrada às ações de saúde pública, controle de zoonoses e políticas de bem-estar animal.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Art. 45 do Decreto Municipal nº 11.384/2016 dispõe:



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Proteção da Fauna
e Bem-Estar Animal

170

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

“Compete à Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal criar e manter sistema de cadastramento e controle de animais, de forma a permitir o acompanhamento das ações de identificação, vacinação, castração, adoção e demais procedimentos pertinentes.”

Tal previsão encontra respaldo na Lei Federal nº 13.426/2017, na Lei Municipal nº 4.875/2017 e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), no tocante à vigilância epidemiológica e controle de zoonoses.

3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A inexistência de um sistema informatizado e integrado de cadastro e controle de animais compromete a eficiência administrativa e a formulação de políticas públicas adequadas.

O sistema proposto visa:

- Centralizar informações de cadastro de animais e tutores;
- Emitir identificação individual por meio de microchip ou QR Code;
- Permitir o mapeamento georreferenciado da população animal;
- Integrar cadastros de clínicas, ONGs, protetores e órgãos públicos;
- Facilitar o controle de castrações, adoções e denúncias;
- Gerar relatórios automáticos para gestão e tomada de decisão.

O projeto conta com a parceria do Instituto Petsapp, entidade sem fins lucrativos com experiência comprovada em campanhas de chipagem, castração e



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Proteção da Fauna
e Bem-Estar Animal

171

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

adoção responsável, demonstrando capacidade técnica e operacional para execução do objeto pactuado.

4. IMPACTO ESPERADO

Com a implantação do sistema, espera-se:

- Maior eficiência na gestão pública das políticas de bem-estar animal;
- Redução de animais em situação de rua;
- Aprimoramento do controle sanitário e prevenção de zoonoses;
- Transparência e modernização administrativa;
- Ampliação do engajamento da sociedade civil e entidades parceiras.

5. RECURSOS E IMPLEMENTAÇÃO

O projeto será custeado por Emenda Parlamentar do Vereador Alexandre Capriotti, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinada à implantação do sistema e à manutenção de sua funcionalidade pelo período de 01 (um) ano.

Tipo de Parceria: FOMENTO

A execução ocorrerá em três fases:

1. Planejamento técnico e estruturação do sistema;
2. Implantação piloto e ajustes operacionais;
3. Expansão e manutenção contínua.



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Proteção da Fauna
e Bem-Estar Animal

172

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

O cronograma de desembolso apresentado pela entidade mostra-se compatível e exequível, permitindo o cumprimento das metas físicas e financeiras dentro do prazo estabelecido.

6. DO CONSELHO MUNICIPAL DO BEM- ESTAR ANIMAL – COMBEA

Considerando que **não há, neste Município, conselho compatível com a área de atuação da entidade**, admite-se, para fins de habilitação, que a **Organização da Sociedade Civil (OSC)** apresente justificativa quanto à inexistência do referido conselho. (conforme e-mail anexo)

Ademais, inexistindo exigência normativa de inscrição prévia da organização em conselho municipal como condição para a formalização do termo de parceria, **não se vislumbra óbice à continuidade do processo**, desde que tal informação **conste expressamente dos autos**, com a **devida ciência da Secretaria competente**.

7. DA ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

a) ao mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta elaborada pela OSC Instituto Petsapp apresenta todos os elementos pertinentes ao Termo de Fomento e demonstra clareza quanto à execução do serviço, conforme descrito no Plano de Trabalho anexado aos autos do Processo Administrativo nº 001109/2025, culminando assim na aprovação do projeto pela equipe técnica da Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal.



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Proteção da Fauna
e Bem-Estar Animal

173

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista no Decreto Municipal nº 11.384/2016 e alterações:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público e insere-se nas diretrizes das atividades de interesse social que devem ser promovidas pelo poder público municipal em cooperação com Organizações da Sociedade Civil regularmente constituídas.

Há plena identidade e reciprocidade de interesse entre o Município de Osasco e o Instituto Petsapp, considerando o objetivo comum de promover o bem-estar, controle e proteção da fauna doméstica e comunitária no território municipal.

c) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da OSC foram avaliados e são compatíveis com o objeto:

Os objetivos e finalidades institucionais do Instituto Petsapp, conforme seu estatuto social, são compatíveis com o objeto da parceria, que envolve o desenvolvimento e implantação de um Sistema Municipal de Cadastro e Controle de Animais, incluindo o cadastramento, identificação de chipagem, georreferenciamento e mapeamento da população animal.

A análise documental e técnica confirma que a OSC possui capacidade técnica e operacional comprovada para a execução do projeto, tendo histórico de atuação em outras regiões.

d) da viabilidade de sua execução:

O projeto apresentado pelo Instituto Petsapp é tecnicamente viável, sendo o cronograma e as metas plenamente exequíveis dentro do prazo proposto de 06 (seis) meses. A metodologia proposta inclui ações presenciais e itinerantes, parcerias com clínicas veterinárias e utilização de sistema informatizado próprio, garantindo eficiência e



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Proteção da Fauna
e Bem-Estar Animal

171

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

rastreabilidade das informações.

A estrutura operacional e a experiência prévia da OSC demonstram plena capacidade de gestão e execução do objeto.

e) da verificação do cronograma de desembolso:

O cronograma de desembolso apresentado prevê repasse de recursos no valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), distribuído em parcelas conforme o Plano Financeiro aprovado.

Os valores destinam-se à implantação do sistema, serviços técnicos, chipagem e manutenção operacional, sendo o planejamento compatível e adequado às fases de execução do projeto.

f) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A responsabilidade pela fiscalização da parceria caberá ao Gestor designado e à Comissão de Monitoramento e Avaliação, que acompanharão o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho e os indicadores de efetividade social e técnica.

A fiscalização será realizada por meio de relatórios mensais de execução física e financeira, visitas técnicas in loco, acompanhamento via sistema de gestão de cadastros e verificação documental, em conformidade com os artigos 45 e 69 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

Será designado como Gestor do Contrato o servidor **Jacson Souto Romão**, matrícula nº 199.124, tendo como suplente a servidora **Michele Sabrina Panini Peroni**, matrícula nº 203.776.



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Proteção da Fauna
e Bem-Estar Animal

175

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

Compõem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização os servidores:

- **Jailson Tiburtino da Silva – matrícula nº 184.410**
- **Sandra Sumaia Anunciação Santos – matrícula nº 203.750**
- **Rubens Pereira Coelho Júnior – matrícula nº 133.695**

Por envolver aspectos tecnológicos, recomenda-se a apreciação e parecer técnico complementar da SETID, para validação dos parâmetros de segurança, integração e manutenção do sistema.

8. CONCLUSÃO

Diante do exposto, este parecer técnico é favorável à criação e implantação do Sistema Municipal de Cadastro e Controle de Animais, conforme disposto no Art. 45 do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

A proposta é tecnicamente viável, juridicamente amparada e operacionalmente exequível, representando avanço significativo na consolidação das políticas públicas de proteção, defesa e bem-estar animal no Município de Osasco.

Osasco, 13 de outubro de 2025.

Jacson Souto Romão
Diretor da Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal



PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria Executiva de
Proteção da Fauna
e Bem-Estar Animal

176

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria Executiva de Proteção da Fauna e Bem-Estar Animal

Cláudio Henrique da Silva

Secretário de Meio Ambiente e Recurso Hídricos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

ATO DO SECRETÁRIO

(Parecer Técnico - Art.42 - Inc. I - Decreto Municipal nº 11.384/2016 referente a justificativa de ausência de realização do Chamamento Público)

INTERESSADO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-
Secretaria Executiva de Proteção e Bem-Estar.

ASSUNTO: Justificativa para Fomento de Projetos por Dispensa de Chamamento Público.

Considerando que trata de Emenda Parlamentar no valor R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com indicação de repasse para O INSTITUTO PETSAPP.

Nesse sentido, considerando os dispostos no art. 42 do Decreto Municipal nº 11.384/2016, justificamos os seguintes itens:

a) A situação que caracterize e motive a dispensa ou a inexigibilidade:

Um edital de chamamento público tem como característica o caráter de competição e seleção de organizações “mais capacitadas” para realizar determinado serviço.

Considerando que nos termos do inciso V do Art. 40 do Decreto 11.384/2016, assim o diz:

“Art. 40 A Administração Pública Municipal, desde que atendido o disposto no art. 25 e no § 1º do art. 38 deste Decreto, poderá dispensar a realização do Chamamento Público:

(...)

V - nos casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares. (Redação acrescida pelo Decreto nº 13870/2023).”

Tendo em vista, portanto que a intenção do Poder Público é fomentar ações da política de saúde pública e Bem-Estar Animal que visa fazer o controle populacional para controle de zoonoses, entre outros, sendo assim, se coloca um cenário de inviabilidade de competição entre as instituições, em razão da natureza singular da atuação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO****SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

Nesse sentido, levando em consideração o artigo 29, da Lei Federal nº 13.019/2014, os Termos de Fomentos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias serão celebrados sem chamamento público.

b) Razão da escolha da OSC

O INSTITUTO PETSAPP foi escolhido para a presente dispensa de chamamento público pois cumprem os seguintes requisitos:

- 1) Por se tratar de recursos enviado a Instituição através de Emenda parlamentar nos termos do Inciso II, do artigo 41, do Decreto 11.384/2016.
- 2) Por apresentar capacitação técnica para o desenvolvimento do projeto apresentado por Plano de Trabalho devidamente aprovado por esta Secretaria Municipal.

Assim, justificamos a Dispensa de Chamamento Público nos termos do inciso V do artigo 40 do Decreto Municipal nº 11.384/2016 para atendimento de política pública de saúde animal e luta contra maus tratos contra cães e gatos.

A entidade demonstrou nos autos o atendimento dos requisitos mínimos de habilitação preconizados pelo artigo 38, do Decreto Municipal nº 11.384/2016.

A oferta desse serviço por meio de parceria, “Termo de Fomento” entre a Municipalidade e O INSTITUTO PETSAPP, traz vantagens econômicas à Administração Pública.

Osasco, 05 de novembro de 2025

Cláudio Henrique da Silva

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH

SECRETARIA DE SAÚDE**Atos do Secretário**

O Senhor Secretário de Saúde, considerando a Lei Municipal 3.400/98 e Decreto 8.675/98 C/C a Lei Estadual 10.083/98 torna público as ações do Grupo Técnico de Vigilância Sanitária.

O GERENTE DO GRUPO TÉCNICO DA GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO DEFERE OS DISCRIMINADOS ABAIXO.

PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO:

Razão Social: REDE D'OR SÃO LUIZ S.A
Endereço: Rua Victor Brecheret, 224 Vila Yara
CNPJ/CPF: 06.047.087/0172-95
Atividade CNAE: 8640-2/03 Serviços de diálise e nefrologia
Nº Processo: 202502029165
Data do Deferimento: 03/10/2025

Responsável Legal: Paulo Junqueira Moll
Responsável Técnico: Ana Paula Naffah Perez

Tipo de Solicitação: **LTA nº:** 50625 O projeto e memorial atendem a Legislação sanitária para a atividade de serviços de diálise e nefrologia Laudo Técnico de Avaliação aprovado para edificação existente.

Razão Social: RENE ORTIZ JR SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA
Endereço: Av. João Ventura dos Santos, 643 Helena Maria
CNPJ/CPF: 38.277.188/0001-92
Atividade CNAE: 8630-5/04 Atividade odontológica
Nº Processo: 202502029287

Data do Deferimento: 25/09/2025
Responsável Legal: Rene Porfirio Gonzales
Responsável Técnico: Vinicius Francisco de Camargo
Tipo de Solicitação: **LTA nº:** 5042025 O projeto e memorial atendem a Legislação sanitária para a atividade clínica odontológica Laudo Técnico de Avaliação aprovado para edificação existente.

Razão Social: PHARMACIA HOMEOPATICA GOTAS DE CRISTAL LTDA ME
Endereço: Av. Professor José Azevedo Minhoto, 503 Vila Quitauna
CNPJ/CPF: 00.567.486/0001-44
Atividade CNAE: 4771-7/02 Comércio varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de fórmulas

Nº Processo: 202502029288
Data do Deferimento: 15/10/2025
Responsável Legal: Rachel Marchesi Castanheira
Responsável Técnico: Barbara Joyce Diniz Soares
Tipo de Solicitação: **LTA nº:** 50925 O projeto e memorial atendem a Legislação sanitária para a atividade requerida para comércio varejista de produtos com manipulação de fórmulas Laudo Técnico de Avaliação aprovado para edificação existente.

Razão Social: CENTER BIOMEDICO DIAGNOSTICOS DE OSASCO LTDA
Endereço: Rua Eloy Candido Lopes, 255 Centro
CNPJ/CPF: 51.239.119/0001-52
Atividade CNAE: 8640-2/02 Laboratórios clínicos
Nº Processo: 202502029289

Data do Deferimento: 05/08/2025
Responsável Legal: Marcelo Gomes Matukiwa
Responsável Técnico: Fabio Coutinho
Tipo de Solicitação: **LTA nº:** 49525 O projeto e memorial atendem a Legislação sanitária para a atividade de laboratorial Laudo Técnico de Avaliação aprovado para edificação existente.

Razão Social: HOPE MEDICINA E SAUDE LTDA

Endereço: Rua Antonio Aqu, 121 Centro

CNPJ/CPF: 04.054.009/0001-36

Atividade CNAE: 8630-5/02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares

Nº Processo: 202502029296

Data do Deferimento: 26/09/2025

Responsável Legal: Adenilson Simião da Silva

Responsável Técnico: Patrick Halison Knopp

Tipo de Solicitação: **LTA nº:** 50525 O projeto e memorial atendem a Legislação sanitária para a atividade médica ambulatorial Laudo Técnico de Avaliação aprovado para edificação existente.

Razão Social: ACLIVE CLINICA ODONTOLOGICA LTDA

Endereço: Av. dos autonomistas, 900 Vila Yara

CNPJ/CPF: 17.091.963/0001-40

Atividade CNAE: 8630-5/04 Atividade odontológica

Nº Processo: 202502029298

Data do Deferimento: 02/09/2025

Responsável Legal: Katia Moreira Lopes

Responsável Técnico: Lucyana Oliveira Santana

Tipo de Solicitação: **LTA nº:** 4982025 O projeto e memorial atendem a Legislação sanitária para a atividade clínica odontológica Laudo Técnico de Avaliação aprovado para edificação existente.

Razão Social: PEDIATRIA E PUERICULTURA DR. CURI LTDA

Endereço: Rua Pedro Fioretti, 187 Centro

CNPJ/CPF: 60.549.953/0002-16

Atividade CNAE: 8630-5/02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares

Nº Processo: 202502029651

Data do Deferimento: 15/09/2025

Responsável Legal: Vademir Gonçalves Silva

Responsável Técnico: Rodrigo Santos Cavalcante

Tipo de Solicitação: **LTA nº:** 50125 O projeto e memorial atendem a Legislação Sanitária para a atividade de pediatria Laudo Técnico de Avaliação aprovado para edificação existente.



EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2.134/2025

DISPENSA ELETRÔNICA nº 10/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 874/2025

DATA DA ASSINATURA: 04/11/2025

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde

CONTRATADA: ÉPICO COMÉRCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA

OBJETO: Inseticida

VALOR: R\$ 18.000,00

Atos do Secretário

O Senhor Secretário de Saúde, considerando a Lei Municipal 3.400/98 e Decreto 8.675/98 CC a lei Estadual 10.083/98 torna público as ações do Grupo Técnico de Vigilância Sanitária.

O GERENTE DO GRUPO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO COMUNICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO QUE ESTÁ (AO) TIPIFICADA (S) NO ARTIGO 122, DA LEI ESTADUAL Nº. 10.083/98 QUE PREVÊ A (S) PENALIDADE (S) TIPIFICADAS NO ART. 112 DA MESMA LEI.

Razão Social: BELAZZA STUDIO HAIR LTDA

Endereço: Avenida Sport Club Corinthians Paulista , 366 – loja 03 - Bussocaba - Osasco - SP

CNPJ/CPF: 55.299.072/0001-73

CNAE/Atividade: 9602-5/01 – Cabelereiros, manicure, pedicures e barbearia.

Nº Protocolo: 000.240/2025

Auto de Infração nº 00429

Data da Lavratura do AIF: 02/10/2025

Auto de Imposição de Penalidade nº 028 – Multa

Data da Lavratura do AIP: 23/10/2025

Notificação de Recolhimento de Multa Nº 0701

Data da Lavratura do NRM: 04/11/2025

Responsável Legal: Caio Martins – CPF: 369.279.818-02

Razão Social: STUDIO CABELO E BELEZA ELISABETH SIMÕES LTDA

Endereço: Rua Doutor Carlos Morais de Barros , 458 – Vila Campesina - Osasco - SP

CNPJ/CPF: 48.267.766/0001-00

CNAE/Atividade: 9602-5/01 – Cabelereiros, manicure, pedicures e barbearia.

Nº Protocolo: 000.164/2025

Auto de Infração nº 00419

Data da Lavratura do AIF: 01/07/2025

Auto de Imposição de Penalidade nº 016 – Advertência

Data da Lavratura do AIP: 21/10/2025

Responsável Legal: Elisabeth Simões – CPF: 146.018.848-96

Atos do Secretário

O Senhor Secretário de Saúde, considerando a Lei Municipal 3.400/98 e Decreto 8.675/98 CC a lei Estadual 10.083/98 torna público as ações do Grupo Técnico de Vigilância Sanitária.

O GERENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO DEFERE O ABAIXO DISCRIMINADO:

Razão Social: PRISMAR EDUCAÇÃO INFANTIL LTDA

Endereço: Rua Ali Saad, 133 – Vila Yolanda – Osasco - SP

CNPJ / CPF: 14.770.422/0001-50

Atividade: 8511-2/00 – Educação Infantil - Creches

Nº Protocolo: 202502004391

Data do Deferimento: 16/10/2025

Data de Validade: 16/10/2026

Responsável Legal: Elisabete Pereira Damiani – CPF: 806.352.108-00

Responsável Técnico: Elisabete Pereira Damiani – CPF: 806.352.108-00

Nº CEVS: 353440110-851-001445-1-7

Tipo de Solicitação: Licença de Funcionamento em exercício em 2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO
CORREGEDORIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

**INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo Disciplinar nº 035 /2022

Por ordem do Senhor Inspetor Regional Rildo Hernandes Freire, Corregedor da Guarda Civil Municipal da GCMO, fica o Advogado, Dr. João Carlos Campanini OAB/SP nº 258.168, constituído pelo servidor, **GCM 1º Classe Anilton Souza Menezes dos Santos – matrícula nº 142.575**, tendo em vista o disposto no artigo 52 da Lei Complementar Nº 129/05, a comparecer nesta Corregedoria Geral da Guarda Civil, sito a Rua Ângelo Maglio, nº 45 – Vila Yara – Osasco/SP, na audiência designada para o dia **24 de novembro de 2025, às 10:00 horas.**

Osasco, 05 de novembro de 2025.


Classe Distinta Jacqueline Lopes de Lima Oliveira
Presidente da Comissão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO
CORREGEDORIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL



INTIMAÇÃO

Processo Administrativo Disciplinar nº 035 /2022

Por ordem do Senhor Inspetor Regional Rildo Hernandes Freire, Corregedor da Guarda Civil Municipal da GCMO, fica o Advogado, Dr. Ivanildo Jose dos Santos Filho OAB/SP nº 451.266, constituído pelo servidor, **GCM 2º Classe Alef Raí Vieira Fernandes – matrícula nº 191.802**, tendo em vista o disposto no artigo 52 da Lei Complementar Nº 129/05, a comparecer nesta Corregedoria Geral da Guarda Civil, sito a Rua Ângelo Maglio, nº 45 – Vila Yara – Osasco/SP, na audiência designada para o **dia 24 de novembro 2025, às 10:00 horas.**

Osasco, 05 de novembro de 2025.


Classe Distinta Jacqueline Lopes de Lima Oliveira
Presidente da Comissão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO
CORREGEDORIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

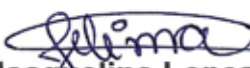


INTIMAÇÃO

Processo Administrativo Disciplinar nº 041 /2022

Por ordem do Senhor Inspetor Regional Rildo Hernandes Freire, Corregedor da Guarda Civil Municipal da GCMO, fica o Advogado, Dr. Derlis Eduardo Guimarães de Almeida OAB/SP nº 422.298, constituído pelo servidor, **GCM 1º Classe Antônio dos Santos Silva – matrícula nº 176.894**, tendo em vista o disposto no artigo 52 da Lei Complementar Nº 129/05, a comparecer nesta Corregedoria Geral da Guarda Civil, sito a Rua Ângelo Maglio, nº 45 – Vila Yara – Osasco/SP, na audiência de instrução, que será desmembrada em dois atos, dia 17/11/2025 às 09:00 horas e dia 19/11/2025 às 09:00 horas.

Osasco, 05 de novembro de 2025.


Classe Distinta Jacqueline Lopes de Lima Oliveira
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**
SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002031/2025****INTERESSADO:** SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS**ASSUNTO:** GERENCIAMENTO DA OBRA DE REFORMA DA PRAÇA DO SAMBA**AUTORIZAÇÃO DE COMPRA**

À vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, com fundamento no Artigo 75, Inciso II, em atendimento ao disposto no Artigo 72, Inciso VIII, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** que sejam tomadas as medidas cabíveis para a contratação direta da empresa **PULSIONE ENGENHARIA LTDA**, pelo valor global **R\$ 54.120,85** (Cinquenta e quatro mil, cento e vinte reais e oitenta e cinco centavos) para **AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GERENCIAMENTO DA OBRA DE REFORMA DA PRAÇA DO SAMBA**.

PUBLIQUE-SE, e a seguir encaminhe o presente à Secretaria de Finanças para providências cabíveis.

Osasco, 04 de Novembro de 2025.

Waldyr Ribeiro Filho

Secretário de Serviços e Obras

SECRETARIA DE TRANSPORTES E DA MOBILIDADE URBANA

PREFEITURA DE
OSASCO
CIDADE DA FAMÍLIA E QUE ABRAÇA

Secretaria de
**Transportes e
Mobilidade Urbana**

PROCESSO ADM Nº 1799 / 2025.

INTERESSADO: Secretaria de Transportes e da Mobilidade Urbana

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

À vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo, com fundamento no Artigo 75. Inciso II, em atendimento ao disposto no Artigo 72, inciso VIII, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação direta da Empresa **XMERCADO REDE DE SUPERMERCADOS ONLINE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.709.582/0001-78, no Valor total de R\$ 20.987,70 (Vinte mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta centavos), para aquisição de mobiliário.

PUBLIQUE-SE, após encaminhe-se à Secretaria de Finanças, para as providências cabíveis.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

SÉRGIO DI NIZO
Secretário de Transportes e
Mobilidade Urbana

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE OSASCO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
CIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE OSASCO

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE VALORES ARRECADADOS E INVESTIDOS NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE OSASCO						
1º Trimestre 2025						
LRF Nº 5.103 de 27/09/2025						
AUTO VIAÇÃO URUBUPUNGÁ LTDA						
DESCRIÇÃO DA ÁREA	DESCRIÇÃO RECEITAS, CUSTOS e DESPESAS	Jul-25	ago-25	set-25	TOTAL	
RECEITA LÍQUIDA CUSTO OPERACIONAL	RECEITA BRUTA	R\$ 7.343.809	R\$ 7.876.745	R\$ 8.109.070	R\$ 23.329.624	
	RECEITA TARIFA COMPLEMENTAR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	(-) DEDUÇÕES / IMPOSTOS	-R\$ 118.016	-R\$ 126.566	-R\$ 130.181	-R\$ 374.763	
	FOLHA DE PAGAMENTO	R\$ 7.225.793	R\$ 7.750.180	R\$ 7.978.889	R\$ 22.954.862	
	DIESEL	-R\$ 2.923.418	-R\$ 3.039.489	-R\$ 3.001.126	-R\$ 8.964.033	
	DESP. MANUT. ONIBUS/VEICULOS	-R\$ 1.966.137	-R\$ 1.933.478	-R\$ 1.960.877	-R\$ 5.860.492	
	DESP. MANUT. BENS E INSTAL.	-R\$ 567.566	-R\$ 561.732	-R\$ 594.236	-R\$ 1.723.534	
	SERV. MANUT. BENS E INSTAL.	-R\$ 5.802	-R\$ 6.304	-R\$ 4.343	-R\$ 16.449	
	SERV. DE TERCEIROS	-R\$ 30.226	-R\$ 33.140	-R\$ 37.991	-R\$ 101.357	
	TAXA DE GERENCIAMENTO	-R\$ 146.876	-R\$ 157.535	-R\$ 162.181	-R\$ 466.592	
CUSTO OPERACIONAL CUSTO MANUTENÇÃO	DEMAIS GASTOS	-R\$ 159.660	-R\$ 115.710	-R\$ 80.989	-R\$ 356.358	
	FOLHA DE PAGAMENTO	-R\$ 5.799.684	-R\$ 5.847.388	-R\$ 5.841.743	-R\$ 17.488.815	
	DESP. MANUT. BENS E INSTAL.	-R\$ 540.942	-R\$ 484.826	-R\$ 495.846	-R\$ 1.521.614	
	SERV. DE TERCEIROS	-R\$ 10.385	-R\$ 10.826	-R\$ 5.317	-R\$ 26.527	
CUSTO MANUTENÇÃO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	DEMAIS GASTOS	-R\$ 516	-R\$ 29	-R\$ -	-R\$ 545	
	FOLHA DE PAGAMENTO	-R\$ 23.180	-R\$ 26.080	-R\$ 32.571	-R\$ 81.832	
	DESP. MANUT. BENS E INSTAL.	-R\$ 575.023	-R\$ 521.762	-R\$ 533.734	-R\$ 1.630.519	
	SERV. DE TERCEIROS	-R\$ 479.460	-R\$ 464.603	-R\$ 461.726	-R\$ 1.405.789	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	DEMAIS GASTOS	-R\$ 59.664	-R\$ 64.249	-R\$ 61.983	-R\$ 185.896	
	FOLHA DE PAGAMENTO	-R\$ 63.706	-R\$ 68.389	-R\$ 64.649	-R\$ 196.745	
	DESP. MANUT. BENS E INSTAL.	-R\$ 209.974	-R\$ 196.392	-R\$ 214.010	-R\$ 620.376	
	SERV. DE TERCEIROS	-R\$ 812.805	-R\$ 793.633	-R\$ 802.368	-R\$ 2.408.806	
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	DEMAIS GASTOS	-R\$ 228.920	-R\$ 106.446	-R\$ 139.508	-R\$ 474.874	
	FOLHA DE PAGAMENTO	-R\$ 986.566	-R\$ 984.182	-R\$ 984.742	-R\$ 2.955.490	
	SERV. DE TERCEIROS	-R\$ 222.854	-R\$ 112.333	-R\$ 209.205	-R\$ 544.392	
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	DEMAIS GASTOS	-R\$ 61.001	-R\$ 233.618	-R\$ 274.129	-R\$ 568.748	
	FOLHA DE PAGAMENTO	-R\$ 1.003.219	-R\$ 636.289	-R\$ 527.526	-R\$ 2.167.034	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
CIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE OSASCO



Viação Osasco Ltda.

Carta 446/2025

D.R.E – 3º trimestre 2025

TIPO DE CUSTO/DESPESA	jul-25	ago-25	set-25	3º Tri 2025
FATUR. BRUTO URBANO	6.804.169	7.260.535	7.464.420	21.529.124
TARIFA COMPLEMENTAR	-	-	-	-
(-) DEDUÇÕES / IMPOSTOS	131.696	132.900	140.166	404.761
RECEITA LIQUIDA Total	6.672.473	7.127.635	7.324.254	21.124.362
FOLHA DE PAGAMENTO	2.520.954	2.636.269	2.430.151	7.589.374
DIESEL	2.057.007	2.088.787	2.123.077	6.268.871
DESP. MANUT. ONIBUS/VEICULOS	871.551	649.303	685.244	2.206.098
DESP. MANUT. BENS E INSTAL.	22.291	15.949	12.006	50.247
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.071	7.969	7.342	18.382
TAXA DE GERENCIAMENTO	136.083	145.211	149.288	430.582
DEMAIS GASTOS	537.006	612.519	644.787	1.794.311
CUSTO OPERACIONAL Total	6.147.963	6.158.007	6.051.895	18.357.865
FOLHA DE PAGAMENTO	385.758	391.806	384.353	1.161.916
DESP. MANUT. BENS E INSTAL.	33.796	44.283	13.754	91.834
DEMAIS GASTOS	-	-	-	-
CUSTO MANUTENÇÃO Total	419.554	436.089	398.107	1.253.751
FOLHA DE PAGAMENTO	389.506	443.825	416.775	1.250.106
DESP. MANUT. BENS E INSTAL.	184.726	219.221	589.371	993.318
SERVIÇOS DE TERCEIROS	432.539	401.609	537.881	1.372.029
DEMAIS GASTOS	516.995	418.064	336.450	1.271.510
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.523.767	1.482.719	1.880.477	4.886.963
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	757.910	245.431	643.047	1.646.388
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	451.924	461.329	513.491	1.426.744
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	398.317	582.413	306.164	1.286.894
(-) IMPOSTO DE RENDA/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-
RESULTADO	1.511.142	1.747.490	1.182.834	4.441.466

MATRIZ – Rua Antonio dos Santos Pereira, 100 – Quitadina – Osasco/SP - CEP 06166-135 – Fone: (11) 3653-0400
 FILIAL – Av. Sul Americana, 323 – Vila Sul Americana – Carapicuíba/SP - CEP 06397-030 – Fone: (11) 4162-8080
www.viacaoosasco.com.br

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO



Fundação Instituto Tecnológico de Osasco

CNPJ: 73.050.536/0001-95

Rua Camélia, 26 – Jardim das Flores – CEP: 06110-300

Fone/Fax: 55 (11) 3652-3000

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos abaixo, aprovados no Concurso Público nº. 01/2022, para realização de Exame Médico Pré-Admissional e Entrega de Documentos, conforme abaixo:

ENTREGA DE DOCUMENTOS:**Data : 07/11/2025 – Horário: 09h00 às 12h00****Local: Fundação Instituto Tecnológico de Osasco****(Secretaria da Creche Manoel da Silva – Creche FITO Zona Sul – Sala do Setor de Recursos Humanos).**

Rua Camélia, 26 – Jardim das Flores - CEP: 06110-300 – Osasco/SP.

O candidato deverá comparecer para entrega dos documentos relacionados no item 12.2.1 do Edital de Abertura do Concurso Público publicado no IOMO nº 2261, de 08/07/2022 (relação publicada às fls. 106/107), devendo apresentar original e cópia dos documentos e comprovante da formação exigida (original e cópia), conforme item 12.8 do referido Edital.

EXAME MÉDICO PRÉ-ADMISSIONAL**Data : 07/11/2025 – Horário: 14h40****Local: Líder Saúde Ocupacional – Unidade São Paulo**

Avenida Paulista, 1.439, 9º andar - Bela Vista - CEP: 01310-100 – São Paulo/SP.

É obrigatória a apresentação de um documento com foto.

Convocação dos candidatos classificados no Concurso Público, constando suas informações na seguinte ordem: nome do candidato em ordem de classificação, número de inscrição e classificação final.

Cargo 312 - Professor Especialista – Língua Estrangeira Moderna - Inglês**Lista Geral**

Class. Nome

7º BIANCA CAROLINO BELIZARIO RODRIGUES

Inscrição

0429008534

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Osasco, 05 de Novembro de 2025.

JOSÉ CARLOS PEDROSO
Presidente

INOVA OZ



AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE OSASCO S.A

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO INOVA OZ N. 012/2025-PROC.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço governamental da plataforma Microsoft 365, de forma a atender às necessidades da Agência de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico de Osasco S.A. - INOVA OZ.

O Diretor Administrativo Financeiro da Agência de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico de Osasco S/A – INOVA OZ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 94 do Regulamento Interno de Compras, Licitações e Contratos da Agência de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico de Osasco S.A. – INOVA OZ, e pelo art. 51, inciso X, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, **HOMOLOGO** o objeto da licitação para a empresa **H J TELECOM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob nº **27.390.371/0001-83**, pelo valor total global de **R\$ 35.368,92** (trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos) para 12 (doze) meses.

**Ronielson Alves da Silva**

Diretor Administrativo Financeiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**Instituto de Previdência do Município de Osasco**

Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 04 Julho de 1.967

**EXTRATO DE CONTRATO- 3º TERMO ADITIVO****PROCESSO Nº:** 3599/2022**CONTRATANTE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**CNPJ nº:** 46.621.538/0001-14**CONTRATADA:** EMPREISERVICE SERVIÇOS LTDA**CNPJ nº:** 20.216.703/0001-14**OBJETO:** O presente instrumento tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 001/2023, com base no inciso II do artigo 57 da lei 8.666/93 e suas atualizações.**VALOR GLOBAL:** R\$ 313.798,48 (trezentos e treze mil e setecentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos).**DATA DA VIGÊNCIA:** 04/01/2026 a 04/01/2027 (doze) meses.

Osasco, 04 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br CLAUDIA BONFIM CAETANO LAREDONDO
Data: 04/11/2025 17:09:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CLÁUDIA BONFIM

Assessora da Presidência - IPMO

**Instituto de Previdência do Município de Osasco**

Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967



FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições do seu cargo resolve tornar público,

PROCESSO Nº: 1269/2025

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO(A): ANTONIA ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA

RESULTADO: SOBRESTADO (ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO)

Osasco, 24 de outubro de 2025

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

**Instituto de Previdência do Município de Osasco**

Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967

**Portaria nº 426/2025****Osasco, 22 de outubro de 2025.**

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições de seu cargo e considerando o parecer favorável da Procuradoria Judicial,

RESOLVE:

I - Conceder Pensão por Morte a **JOSÉ ARIIVALDO FERREIRA CARDOSO SILVA**, (cônjuge) em caráter vitalício, sem paridade, em virtude do falecimento do(a) ex-segurado(a), **MADALENA NOGUEIRA SILVA**, ocorrido em 04/07/2025, com fundamento no Art. 12º, inciso I, Art. 54º, inciso I, Art. 56º, inciso I, § único, Art. 60º, inciso I, IV e V alínea "b", item 6 da Lei Complementar nº. 124/2004.

II - Este Benefício Previdenciário retroagirá seus efeitos a partir de **18/09/2025 (data do óbito)**, conforme Processo Administrativo nº 2888/2025.

Registre-se, cumpra-se.

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE

**Instituto de Previdência do Município de Osasco**

Autarquia Municipal criada pela Lei nº 647 de 4 de Julho de 1967

**Portaria nº 427/2025****Osasco, 22 de outubro de 2025.**

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Osasco, no uso das atribuições de seu cargo e considerando o parecer favorável da Procuradoria Judicial,

RESOLVE:

I - Conceder Pensão por Morte a **ELMO MARQUES DA SILVA** (cônjuge) em caráter vitalício, sem paridade, em virtude do falecimento do(a) ex-segurado(a), **NEUZA RUBIO DA SILVA**, ocorrido em 06/09/2025, com fundamento no Art. 12º, inciso I, Art. 54º, inciso I, Art. 56º, inciso I, § único, Art. 60º, inciso I, IV e V alínea "b", item 6 da Lei Complementar nº. 124/2004.

II - Este Benefício Previdenciário retroagirá seus efeitos a partir de 06/09/2025 (data do óbito), conforme Processo Administrativo nº 2867/2025.

Registre-se, cumpra-se

FRANCISCO CORDEIRO DA LUZ FILHO
PRESIDENTE